

NICÉLIO DO AMARAL BARROS

**Sob clima tenso:
crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e
econômico em Minas Gerais – 1920/1940**

Vitória – ES

2007

NICÉLIO DO AMARAL BARROS

**Sob clima tenso:
crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e
econômico em Minas Gerais – 1920/1940**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, para obtenção do grau de Mestre em História com concentração na área de Estado e Políticas Públicas.

Vitória – ES

2007

NICÉLIO DO AMARAL BARROS

**Sob clima tenso:
crise estrutural, mudanças institucionais institucionais e deslocamento do eixo
político e econômico em Minas Gerais – 1920/1940**

Vitória, 30 de Março de 2007

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Dr. Luiz Cláudio Ribeiro
(Universidade Federal do Espírito Santo)

Professora Dra. Nara Sallete da Costa
(Universidade Federal do Espírito Santo)

Professor Dr. Carlos Teixeira de Campos Junior
(Universidade Federal do Espírito Santo)

Professor Dr. Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira
(Universidade Federal Fluminense)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B277s Barros, Nicélio do Amaral, 1971-
Sob clima tenso : crise estrutural, arranjos institucionais e
deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais : 1920/1940
/ Nicélio do Amaral Barros. – 2007.
301 f. : il.

Orientador: Luiz Cláudio Moisés Ribeiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Crise econômica - 1929 - Estados Unidos. 2. Brasil - Indústria. 3.
Café - Indústria. 4. Mata, Zona da (MG). 5. Minas Gerais. I. Ribeiro, Luiz
Cláudio Moisés. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

*Para Zezinho, Morena, Nilce, Gildete, Zé Victor,
Rafael, Pierre, Hortência e Tino.*

Para Janayra.

À memória de Filhinho do Amaral.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer àqueles com os quais convivo no ambiente familiar: Zezinho, Morena, Gildete, Nilce, Rafael, Pierre, Hortência, Tino. Vocês são SERES HUMANOS em sua plenitude. Praticam o bem, pois são bons. Eu devo tudo a vocês.

A Janayra, meu querido amor. Palavras são insuficientes; nós dois sabemos da nossa história. Em todos os meus desejos de vida, você está, sempre está. Obrigado de coração pela amizade, parceria, companheirismo, confiança e compreensão. Que nossa estrada siga com paz e amor!

Ao meu orientador e amigo Professor Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, do Programa de Mestrado em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Sua orientação, ajuda e compreensão foram fundamentais desde o início dos trabalhos. Grande historiador, grande figura humana. É certo que o trabalho ora apresentado teve um salto de qualidade a partir de suas sugestões e indicações de qual caminho seguir. O que houver de bom nesta dissertação são créditos para ele; os equívocos são de minha inteira responsabilidade.

No Departamento de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) agradeço ao professor Dr. Anderson Pires, meu primeiro orientador no curso de História. Devo muito aos professores do Departamento de História da UFJF, Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira, Msc. Galba Ribeiro di Mambro e Dr. Rômulo Garcia de Andrade, hoje na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Devo muito a Eliane Casarin, do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora. Lutadora incansável! Agradeço ao Tarcísio e a Beth do Arquivo Histórico da UFJF e aos funcionários das Associações Comerciais de Juiz de Fora e de Belo Horizonte, em especial a Elaine Passos Barreira, da ACJF. Agradeço também àqueles que me auxiliaram nas pesquisas, coleta de fontes e na elaboração do trabalho: José Augusto Destro, Amália Iaturola Furtado e Tatiana Ozanam, Robert Ávila e Janayra Máris Teixeira.

Em terras capixabas, agradeço aos meus professores do PPGHIS: Nara Saletto da Costa – “Coronelismo” e “Imigração européia no Espírito Santo do século XIX”; Adriana Pereira Campos e Wania Malheiros – “Fundamentos de História Social das Relações Políticas”.

Agradeço ao professor Dr. Carlos Teixeira de Campos Junior, do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFES, com quem cursei a disciplina “Formação Econômica do Espírito Santo”. As contribuições dessas disciplinas foram significativas não somente para o trabalho, mas sobretudo, para meu crescimento como historiador. Entre outras, cito duas contribuições importantíssimas: a possibilidade futura de estabelecer estudos históricos que relacionem Minas Gerais, o Espírito Santo e suas regiões e o contato, de certa forma novo para mim, com a literatura da história social das relações políticas. Tal contato acredito, acrescentou de forma qualitativa a parte teórica do trabalho. Dos quatro trabalhos finais entregues, dois foram apresentados em eventos científicos: “Coronelismo, estratégias e ação política em Minas Gerais (1889-1930)”, no XV Simpósio de História: etnia, gênero e poder, 21 a 24 de novembro de 2005, Caderno de Resumos, p. 8, e “Linhagens teóricas acerca do Estado na América Latina”, no Pré-Congresso UFES da SOLAR (Sociedad latinoamericana de estudios sobre América Latina y el Caribe), em julho/agosto de 2005.

A todos os meus colegas do Mestrado (turma 2005/1), especialmente a André Malverdes, Arnaldo Lopes e Maria do Carmo. As amizades de Adriano Cardoso (o Dida Gago) e de Matheus Miranda foram e são de grande valor, importância e apreço. Valeu!

Aos meus colegas professores e aos meus alunos de Juiz de Fora, Muriaé, Visconde do Rio Branco e Silveira Carvalho, em Minas, e aos de Guarapari, no Espírito Santo. Em Juiz de Fora agradeço especialmente a Raquel Pereira Francisco e sua família. Em Muriaé, agradeço a Alcione Baldanza. Em Juiz de Fora, agradeço aos alunos da Escola Estadual Antônio Carlos (EEAC) que participaram do grupo de trabalho sobre história regional. As aulas, visitas, entrevistas e debates realizados pelo grupo foram de fundamental importância para minhas carreiras de professor e de historiador. Na EEAC tenho muito a agradecer aos funcionários e professores, em especial a Maria Clara Martins Lopes de Araújo e Luiz Arthur de Mello.

Ao grande amigo e irmão Emiliano Bovolento, grande camarada!

*“Dados não são fatos,
fatos não são informações,
informação não é conhecimento,
conhecimento não é verdade,
verdade não é sabedoria”.*

James Autry

RESUMO

O objetivo central desta dissertação é analisar o deslocamento dos eixos político e econômico em Minas Gerais durante a década de 1930. Analisamos como o complexo cafeeiro da zona da Mata foi sobrepujado, neste processo, pela região centro-metalúrgica, especializada no setor siderúrgico. Para tanto, partimos em primeiro lugar da análise teórica de três aspectos fundamentais para se chegar ao foco do estudo: a) os impactos da crise internacional de 1929, fato que influenciou em mudanças na política econômica da maioria dos países latino-americanos; b) a política econômica do governo brasileiro entre 1920 e 1930 e; c) a ação das elites nacionais diante do projeto varguista de industrialização na década de 1930. Em seguida, abordamos as mudanças ocorridas no segmento urbano-industrial do complexo cafeeiro sediado na cidade de Juiz de Fora, na zona da Mata mineira, durante as décadas de 1920 e 1930, em especial no período pós-1929. Para tanto, são analisadas fontes primárias, como processos de falências de sociedades anônimas e firmas limitadas dos ramos industrial, financeiro e comercial. Por fim, procuraremos detectar a ascensão da burguesia sediada em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no pós-1930.

Palavras-chave: Crise econômica-1929, Brasil-indústria, café-indústria, zona da Mata mineira, Minas Gerais.

ABSTRACT

In this paper the shift of the political and economical axis of coffee production of the zona da Mata, in the state of Minas Gerais, during the 1930's and the way it was prevailed over by the central metallurgical region, mainly directed to iron and steel industry, is analyzed. The study starts from the theoretical analysis of three basics aspects: a) the shock of the 1929 crisis, which led to changes in the economic policy in most Latin-American countries; b) the economic policy of the brazilian government from 1920 through 1930; and c) the modus operandi of brazilian upper classes concerning president Vargas's project of industrialization during the 1930's. Next, changes are analyzed which occurred in the urban and industrial sectors of coffee economy, centered in Juiz de Fora, in the zona da Mata, during the 1920's and 1930's, especially during the post-1920 period. In order to reach this aim, primary sources are analyzed, such as bankruptcy proceedings of business corporations and limited companies in the industrial, financial and comercial sectors. Lastly, an effort was made to identify the rise of the bourgeoisie in Belo Horizonte, the capital city of the Minas Gerais, during the post-1930 period. The project, as well as the accomplishment of this class so as to secure admittance to the decision areas of Minas Gerais government, are discussed.

Key words: Economic crisis – 1929; Brazil-industry; coffee-industry; zona da Mata of Minas Gerais; Minas Gerais.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1 – 1929: efeitos em cadeia de uma crise estrutural	26
1.1 – Elementos interpretativos e aspectos internacionais da crise de 1929.....	26
1.2 – Brasil: da radicalização do modelo agrário-exportador na década de 1920 à eclosão da crise de 1929.....	44
1.3 – A crise de 1929 e a década de 1930 no Brasil: autoritarismo, novos atores políticos e industrialização.....	57
Capítulo 2 – Crise estrutural do complexo cafeeiro da zona da Mata mineira	82
2.1 – Desenvolvimento econômico e financeiro da zona da Mata até 1930.....	82
2.2 – Política e indústria em Minas Gerais: uma análise do segmento industrial de Juiz de Fora durante a década de 1920.....	91
2.3 – A crise do segmento industrial do complexo cafeeiro da zona da Mata mineira durante os anos 1930.....	107
Capítulo 3 – A década de 1930 em Minas Gerais: as intervenções no campo institucional por parte da burguesia belo-horizontina	121
3.1 – As ações institucionais da burguesia belo-horizontina frente a legislação corporativista do pós-30.....	121
3.2 – O Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1935: ação estratégica da burguesia belo-horizontina.....	134
3.3 – A ampliação dos mecanismos de influências no aparelho estatal pela burguesia belo-horizontina.....	144
Considerações finais	166
Fontes e bibliografia	175
Anexos	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empréstimos dos Estados Unidos e Inglaterra (1924/1929) – anual por regiões (em milhões de dólares).....	38
Tabela 2 – América Latina: exportações - 1925/1939 (em milhões de dólares).....	41
Tabela 3 – América Latina: importações - 1925-1939 (em milhões de dólares).....	41
Tabela 4 – Brasil: taxas médias anuais de crescimento da economia – (1920/1939).....	53
Tabela 5 – Brasil: percentagens médias da produção agrícola segundo as principais culturas – 1925/1929-1939/1943.....	68
Tabela 6 – Brasil: taxas anuais de crescimento da produção industrial – 1929/1932 (1929=100).....	71
Tabela 7 - Brasil: taxas anuais de crescimento da produção industrial – 1933/1939 (1929=100).....	72
Tabela 8 – Indústrias de Fiação e Tecelagem – Juiz de Fora – Alguns dados sobre as principais fábricas – 1925.....	96
Tabela 9 – Indústrias criadas em Juiz de Fora (MG), por ramos de atividade – 1915-1930.....	96
Tabela 10 – Localização das empresas com ações presentes no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora – 1880/1929 – (valores em mil-réis).....	99
Tabela 11 – Principais empresas com ações no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora – 1870/1929.....	99
Tabela 12 – Número médio de pés de café por unidade – Juiz de Fora – 1880/1929.....	102
Tabela 13 – Evolução da energia gerada pela C.M.E. em Juiz de Fora – 1896-1937.....	104
Tabela 14a – Indústria manufatureira e fabril – Juiz de Fora – 1935/1941.....	108
Tabela 14b – Indústria manufatureira e fabril – Juiz de Fora – 1935/1941.....	108
Tabela 15a – Indústria manufatureira e fabril – Belo Horizonte – 1936/1941.....	111

Tabela 15b – Indústria manufatureira e fabril – Belo Horizonte – 1936/1941.....	111
Tabela 16 – Participação da indústria têxtil na produção manufatureira e fabril – Juiz de Fora – 1935/1941.....	113
Tabela 17 – Distribuição setorial do valor de produção da indústria manufatureira e fabril – Juiz de Fora – 1936/1941.....	114
Tabela 18 – Número de sindicatos reconhecidos anualmente entre 1931 e 1939.....	124
Tabela 19 – Representação profissional na Assembléia Constituinte eleita em 1933.....	130
Tabela 20 – Evolução da indústria siderúrgica em Minas Gerais – 1932/1940.....	155
Tabela 21 – Evolução da indústria de energia elétrica – Brasil e Minas Gerais – 1920/1940.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Brasil: indicadores do nível de investimentos na indústria – 1920/1939.....	80
Quadro 2 – Dados dos setores de alimentação e têxtil na indústria de Minas Gerais – 1907-1920.....	95
Quadro 3 – Número de falências de estabelecimentos industriais em Juiz de Fora – 1920/1930.....	106
Quadro 4 – Número de falências de estabelecimentos industriais de Juiz de Fora – 1931/1940.....	109
Quadro 5 – Média capital/empresa na indústria manufatureira e fabril – Belo Horizonte e Juiz de Fora – 1936/1941.....	112
Quadro 6 – Valor de produção por operário – Belo Horizonte e Juiz de Fora – 1936/1941.....	112
Quadro 7 – Capital/empresa da indústria manufatureira e fabril, exceto fiação e tecelagem – Juiz de Fora e Belo Horizonte – 1936/1941.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPHE: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica
ACESITA: Aços Itabira Sociedade Anônima
ACJF: Associação Comercial de Juiz de Fora
ACM: Associação Comercial de Minas
AH-ACM: Arquivo Histórico da Associação Comercial de Minas
AH-UFJF: Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora
ALEMG: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais
ANL: Aliança Nacional Libertadora
ANPUH: Associação Nacional de História
ANPUH-MG: Associação Nacional de História – Núcleo Minas Gerais
APM: Arquivo Público Mineiro
BDMG: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID: Banco Mundial
CEDEPLAR: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEMIG: Centrais Elétricas de Minas Gerais Sociedade Anônima
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina
CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas
CI-JF: Centro Industrial de Juiz de Fora
CME: Companhia Mineira de Eletricidade
CNC: Conselho Nacional do Café
CNE: Conselho Nacional de Estatística
CNG: Conselho Nacional de Geografia
CREDIREAL: Banco de Crédito Real de Minas Gerais Sociedade Anônima
CSN: Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD: Companhia Vale do Rio Doce
DEE: Departamento Estadual de Estatística
DNC: Departamento Nacional do Café
EEAC: Escola Estadual Antônio Carlos
EMOP: Escola de Minas de Ouro Preto
ESAV: Escola Superior de Agricultura de Viçosa
ESCELSA: Espírito Santo Centrais Elétricas Sociedade Anônima
EUA: Estados Unidos da América

FCAA: Fundação Ceciliano Abel da Almeida
FIEMG: Federação das Indústrias de Minas Gerais
FIJ: Faculdades Intergradadas de Jacarepaguá
FMI: Fundo Monetário Internacional
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
IHGJF: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora
IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MERCOSUL: Mercado Comum Sul-Americano
MINTER: Ministério do Interior do Brasil
OMC: Organização Mundial do Comércio
PIB: Produto Interno Bruto
PMJF: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora
PP: Partido Progressista
PPGE/UFES: Programa de Pós-Graduação em Economia – Universidade Federal do Espírito Santo
PPGHIS/UFES: Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Espírito Santo
PRM: Partido Republicano Mineiro
PROED/UFMG: Pró-Reitoria de Ensino e Desenvolvimento da Universidade Federal de Minas Gerais
SM-BMMM: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes
SME: Sociedade Mineira de Engenheiros
SNE: Serviço Nacional de Estatística
UFF: Universidade Federal Fluminense
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
UFES: Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPR: Universidade Federal do Paraná
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
USP: Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

“A tensão entre o mercado e a sociedade é aspecto fundamental da história do capitalismo”.

(Karl Polanyi, *A grande transformação*, p. 185)

“O fenômeno do desenvolvimento desigual é inerentemente político e para enfrentá-lo com eficácia são necessários instrumentos políticos”.

(Otavio Dulci, *Política e recuperação econômica em MG*, p. 239)

A polêmica que envolve o desenvolvimento e crescimento da economia capitalista no tocante à inserção de novos países e regiões no grupo central do sistema é considerada, sem sombra de dúvida, uma das questões principais acerca dos rumos da política e economia das diversas nações nela envolvida. Por outro lado, à medida que avançam as conquistas tecnológicas, sobretudo, nos países centrais do sistema, persistem as chamadas crises no seu seio. Essas crises, por vezes militares, outras políticas, quase sempre econômicas, guardam aspectos diversos e correlatos no seu conjunto. Um primeiro aspecto seria o fator regional e intra-regional no conjunto dos países. No caso brasileiro se refletiria na danosa guerra fiscal travada entre estados e municípios que, normalmente, favorece menos os interesses locais do que os investidores externos, protegidos por uma tênue legislação e amplas isenções fiscais, somando em alguns casos duas, três décadas. Este fator se realça mais comumente naqueles países chamados de “em desenvolvimento”, com mão-de-obra barata e abundante e gestores sequiosos por mostrar que foram capazes de trazer o *crescimento* econômico para a sua região ou localidade.

Um segundo aspecto passa pelas disputas nacionais e continentais pela atração de capital externo, por maior competitividade no comércio exterior e pela formação de acordos multilaterais no afã de conseguirem uma maior inserção neste comércio e, por suposto, melhores parceiros econômicos. Nesse caso, a luta de países como o Brasil envolve uma ação diplomática eficaz e perseverante em órgãos como a OMC (Organização Mundial do Comércio), as cúpulas continentais e intercontinentais e presença em blocos regionais como o MERCOSUL (Mercado Comum Sul-americano).

Porém, as crises do sistema são um dado colocado sempre. O mal estar que envolve a economia e as relações diplomáticas internacionais são fatos diuturnamente vigiados por

políticos, técnicos, imprensa e empresários. A literatura a respeito do tema é ampla e polêmica. Contudo, alguns estudos trazem evidências esclarecedoras, como um do Banco Mundial publicado em 2000 e comentado por Ladislav Dowbor:

*“O resultado prático encontra-se sintetizado no nada subversivo Banco Mundial: ‘O mundo apresenta profunda pobreza num contexto de prosperidade. Dos 6 bilhões de habitantes do mundo, 2,8 bilhões – quase a metade – vivem com menos de 1 dólar por dia.(...) Esta destituição persiste apesar das condições humanas terem melhorado mais no século passado do que no resto da história – riqueza global, conexões globais e as capacidades tecnológicas nunca foram maiores. Mas a distribuição destes ganhos globais é extraordinariamente desigual. A renda média dos 20 países mais ricos é 37 vezes superior à média nos 20 países mais pobres – distância que dobrou nos últimos quarenta anos”.*¹

O panorama brasileiro é ainda mais grave. País territorialmente avantajado e jovem na divisão internacional do trabalho cresceu e se modernizou no decorrer do século XX, resguardando interesses secularmente incrustados nas benesses possibilitadas pelos poderes públicos e, tão grave quanto, aumentando as disparidades regionais. O caminho trilhado fez avançar o que podemos chamar de “vários Brasis”, sedimentando um crescimento injusto e desagregador do tecido social nacional.

Em amplo esforço de pesquisa ainda em andamento os professores Márcio Pochmann e Ricardo Amorim vêm analisando os números da exclusão social e regional no país. Os dados são alarmantes, desafiadores e trazem consigo sinais de crescimento do problema, o que coloca desafios imensos para toda a sociedade brasileira, sobretudo para a pesquisa acadêmica. Pochmann e Amorim, corretamente, frisam o aspecto histórico envolvido na questão:

*“Conforme acentuaram Caio Prado Junior e Florestan Fernandes, os traços do subdesenvolvimento do Brasil generalizaram-se pela força do antiquado sistema de trabalho escravista – do qual o país foi o último a se livrar – e pela ausência das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo. As lacunas deixadas pela falta de reformas agrária, tributárias e sociais tornaram o capitalismo brasileiro uma máquina de produção e reprodução de desigualdades”.*²

Para os autores os novos números estão inseridos no que eles chamam de “velha” exclusão social. Ou seja, o que está em jogo é o equilíbrio mesmo do Brasil enquanto nação,

¹ Os dados são do World Bank – *World Development Report 2000/2001*, Washington, 2000. Para tanto, consultar: DOWBOR, Ladislav. *“Tecnologia, globalização e governabilidade”*, in: _____. **A reprodução social**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 27. (Tradução do autor).

² A pesquisa, financiada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), já tem resultados publicados em cinco volumes. A citação acima está em: POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo. (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2003, p. 21.

qualificada como sendo de base frágil por Pochmann e Amorim. Nesse sentido, as desigualdades do modelo brasileiro estariam amparadas historicamente nos “acampamentos” de inclusão social, por um lado e, nas “selva” de exclusão, por outro.³

Desenvolvimento do capitalismo, região, crise econômica e conflito político: eis a problemática que este estudo pretende abordar. Evidentemente, não nos propomos a fazer um balanço sobre tais relações ou mesmo nos atermos nas diversas qualificações a respeito. Não são estes os nossos objetivos centrais com relação ao tema. Assim, dentro da temática proposta, concentraremos nossos esforços na análise de um tipo de desenvolvimento capitalista definidos no espaço e no tempo como sendo o Brasil entre as décadas de 1920 e 1930, com ênfase nesta última. Os pontos centrais são as decisões em termos de política econômica tomadas pelo governo federal no período e suas imbricações nas relações entre café e indústria. O café pela sua importância vital do ponto de vista econômico para a nação agrário-exportadora que era o Brasil. A indústria e sua produtividade por ser o setor primeiro para o desenvolvimento do sistema capitalista de produção de qualquer país, envolvendo também seu segmento urbano.

Por conseguinte, o amálgama crítico das considerações feitas acima seria a crise de 1929. Não que inexistiram outras crises dessa natureza no período. Pelo contrário, tanto o Brasil quanto diversos países enfrentaram conjunturas extremamente complicadas, como a crise dos preços do final do século XIX – emitindo seus sinais até a primeira década do século XX, a Primeira Guerra Mundial e a crise da primeira metade dos anos 1920. Todas elas fizeram-se refletir na conjuntura política e econômica brasileira. Contudo, dentre as inúmeras crises de alcance internacional experimentadas pelo capitalismo, esta talvez tenha sido a mais grave, evoluindo para uma posterior depressão nos anos 1930. Foi também a partir daí que os historiadores começaram a se preocupar com o estudo de “crises”, seu desenvolvimento e possíveis rupturas, conflitos, tensões ou rearranjos. Conforme salientou Frédéric Mauro acerca da preocupação dos historiadores com tais acontecimentos:

*“A partir de 1929, se assiste a um desenvolvimento importante da História Econômica. Diante do desmoronamento dos preços das mercadorias, dos serviços e dos preços imobiliários, um Comitê Internacional de História dos preços é criado para estudar de que maneira a economia ocidental e mundial havia conhecido outros fenômenos análogos. Assim, em 1929 é criada a ‘Revista Anais de História Econômica e Social’, por Henri Pirenne, Marc Bloch e Lucien Febvre”.*⁴

³ Os termos são de: POCHMANN, Márcio & AMORIM, Ricardo, *op. cit.*, p. 21-22.

⁴ Ver o artigo de: MAURO, Frédéric. “La situation de l’histoire économique à la fin du XXème siècle”, *história econômica & história de empresas*, II, n. I, 1999: 135. (tradução de Raquel Pereira Francisco).

Nesse sentido, correlacionar os sintomas de uma crise sistêmica e estrutural torna-se, não somente um desafio para o historiador, mas também um pressuposto importante para a análise uma vez que os aspectos econômicos da crise de 1929 no Brasil envolveram em grau significativo, nuances políticas em âmbitos nacional e regional. Como aponta Gianfranco Pasquino, a respeito das ligações econômicas e políticas de uma crise:

*“Freqüentemente as Crises políticas e as Crises econômicas estão intimamente ligadas, tanto em sentido positivo, quando a solução de uma das duas leva elementos benéficos para a solução da outra, como em sentido negativo, quando a incapacidade de resolver a Crise de uma esfera se repercute sobre a outra esfera. (...). O último exemplo de Crise econômica internacional de graves repercussões sobre os sistemas políticos nacionais e sobre o sistema internacional foi a grande depressão de 1929 a 1932”.*⁵

Portanto, ao qualificar as dimensões dessa crise para o estado de Minas Gerais, é preciso que o façamos sob as óticas de seus desdobramentos políticos e econômicos.

Como veremos no decorrer do texto, houve intensas articulações da elite política e empresarial de Minas Gerais após os acontecimentos de 1929, tornando-se os anos 1929/30 ponto de inflexão na política econômica do estado. Questão interessante é a de se captar as possíveis relações, no contexto desta crise, entre o desenvolvimento das oscilações econômicas e os conflitos protagonizados pelas elites políticas regionais de Minas.

Uma outra questão relevante se coloca. Este é um trabalho voltado para a análise e compreensão histórica, ou seja, não é seu objetivo avançar em profundidade acerca das abordagens e teorias econômicas propostas pelos economistas sobre os ciclos e *trends* dos períodos de crise. Em outras palavras, pretendemos avaliar sob o prisma histórico das relações políticas aquilo que pensamos ser significativo para o período e região propostos: os efeitos regionais da crise e as decisões dos atores políticos envolvidos em sua superação.

Porém, não seria de bom alvitre ignorarmos o que podemos chamar de condicionantes históricos das crises sistêmicas, ainda que estejamos tratando de uma crise em especial. É esse o caminho do historiador que diferentemente do economista, aquele preocupado com a

⁵ A respeito das crises sistêmicas e suas caracterizações, ver: PASQUINO, Gianfranco. “Crises”, in: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Vol.1. 11. ed. Brasília: UnB, 1998, p. 303.

crise, estes com as *crises*. Até porque o estudo deste tema carece de novas abordagens e estudos no tocante aos universos regionais no Brasil. Se por um lado os estudos sobre crises econômicas são exaustivos, sobretudo no exterior, por outro lado existem lacunas importantes na historiografia nacional acerca das relações entre os aspectos políticos e econômicos da crise de 1929 e seus efeitos em âmbitos locais.⁶

Do ponto de vista da literatura nacional acerca dos efeitos da crise mundial de 1929 e as implicações da política econômica do governo federal no período pós-1930 – no contexto do desenvolvimento do capitalismo no país –, consideramos que, basicamente, três interpretações são as mais mencionadas. A tese de Celso Furtado repousa na defesa das políticas protecionistas por parte do governo federal durante a década de 1930, qualificando-as entre os argumentos da *recuperação* e o da *transferência*. O primeiro argumento parte do princípio da expansão do crédito ao setor cafeeiro com as compras e queimas de café que estava estocado desde fins da década de 1920. Ou seja, a recuperação econômica do país após 1933 não seria devido a nenhum fator externo, mas sim, devido à proteção dada ao setor cafeeiro pelas políticas governamentais. Já o segundo argumento está ancorado nos seguintes pontos: uma vez que foi impedido o colapso da economia nacional através da proteção fiscal, e tendo a renda nacional caído diante da crise, houve a possibilidade de investimentos no setor industrial de capitais antes alocados na atividade primário-exportadora. Em outras palavras, tais movimentos de capitais teriam propiciado, efetivamente, o início de um sustentável período de industrialização no país, tendo sua origem na política de defesa do café.⁷

Por sua vez, Carlos Manuel Peláez refuta a tese furtadiana no que se relaciona à política protecionista pós-1930. Para este autor o capital agrário, sobretudo, o paulista migrou para a produção do algodão relacionando este movimento a dois motivos: em primeiro lugar, devido às restrições impostas pelo governo para as importações de maquinário estrangeiro a partir de 1930; em segundo lugar, Peláez demonstra o crescimento da produção algodoeira no interior da fronteira paulista da produção de café. Para ele:

“Esse aumento, em grande escala, dentro das fronteiras de um mesmo estado não poderia ser financiado a não ser pela transferência de recursos das vizinhas plantações de café. Acresce que a transferência de um para outro setor de

⁶ Um texto bastante rico sobre o estudo das crises e suas implicações para a historiografia é o de: ARRUDA, José Jobson. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980, p. 89-120. Ver, sobretudo, o capítulo II: “*Delimitação das conjunturas*”, onde o autor aborda diversas teorias sobre os ciclos econômicos.

⁷ Ver a obra clássica de: FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 186-203.

*exportações é mais fácil de ser realizada que a de um setor de exportação para outro setor urbano”.*⁸

Complementando suas qualificações sobre a crise de 1929 e a década de 1930 no Brasil, Peláez aponta que o capital investido no setor de indústrias básicas no período pertencia em grande parte a empresas estrangeiras. Ou seja, para Peláez não houve transferência significativa comprovada de capitais oriundos do setor agro-exportador para o setor urbano-industrial. O que corretamente ao nosso ver propõe este autor é que já estariam contidas aí as bases para o processo autoritário e protecionista de crescimento industrial brasileiro que se consolidou na década de 1950.

A terceira interpretação é a de Albert Fishlow. Para ele existem acertos e insuficiências em ambas as teses discutidas acima. Estudando os principais pontos do processo de substituição de importações no Brasil pós-1930, argumenta que o imposto sobre a exportação para financiar o programa de ajuda ao café não representou uma simples transferência dentro do setor cafeeiro, uma vez que incidia parcialmente sobre o comprador estrangeiro. Contribuiu, assim, de alguma forma para injetar recursos novos na economia. Para Fishlow, se a política do café provavelmente não foi de importância fundamental para a recuperação inicial da grande depressão, como sugere a tese furtadiana, também não foi tão inexpressiva como quer Peláez. A conclusão deste autor é a de que parece ser inegável que a política cafeeira contribuiu para a redução dos efeitos negativos da crise internacional sobre a economia brasileira, cujas conseqüências retardariam ainda mais o processo de industrialização. Podemos dizer, dessa forma, que a caracterização de Fishlow está mais próxima de uma revisão da tese furtadiana.⁹

Dessa forma, os aspectos políticos, econômicos e institucionais da crise de 1929 merecem, sem dúvida alguma, estudos mais próximos das realidades nacionais e de suas complexidades em âmbito regional. Nos propomos, então, à análise de uma região considerada de papel significativo no contexto regional: a região da zona da Mata do estado de Minas Gerais. É preciso dizer, em primeiro lugar, que estamos tratando do ponto de vista histórico quando nos referimos ao termo *região*. Pensamos ser coerente considerarmos na abordagem desse objeto de estudo o uso do trinômio política-economia-ideologia como

⁸ Os dados acerca do crescimento da produção algodoeira paulista e os principais argumentos da tese deste autor estão em: PELÁEZ, Carlos Manuel. “A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira”, *Revista Brasileira de Economia*, 22, n. 1, 1968: 43-47.

⁹ Ver os argumentos do autor em: FISHLOW, Albert. “*Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil*”, in: VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, José Roberto Mendonça de. (orgs.). **Formação econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva/ANPEC, 1977, p. 7-40.

elementos histórico-estruturais desse espaço, onde suas relações orgânicas e sociais comporiam o que podemos chamar estrutura regional. São essas as relações apontadas por Vera Alice Cardoso Silva em estudo sobre o regionalismo na historiografia brasileira:

*“A região só se entende como parte de um sistema de relações que ela integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade (...) O que não se deve perder de vista, no entanto, é que a significação analítica e a utilidade explicativa do conceito de região dependem de sua referência constante a um sistema global de relações do qual foi recortada. Observa-se, deste modo, que o enfoque regionalista não pode limitar-se à coleta de dados e à observação da dinâmica dos processos internos à região delimitada para estudo. A interpretação compreensiva desta dinâmica depende da análise de sua inserção do movimento global do sistema”.*¹⁰

Para Rosa Godoy Silveira, normalmente, se cometem três insuficiências explicativas quando se aborda a problemática espacial: a eliminação de todo e qualquer conteúdo histórico (percepção unidimensional do espaço, sem qualquer noção de temporalidade); a *fetichização* do espaço (um objeto em si, autônomo) e; a indiferenciação do espaço (como se constituísse um todo uniforme e homogêneo).¹¹ Ou seja, o acontecimento “crise” e seus desdobramentos condensam, neste sentido, as contradições e historicidade de seu processo produtivo. Ou, como chama Milton Santos, suas “rugosidades”:

*“(...). O espaço construído, o tempo histórico que se transforma em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas do trabalho utilizadas. Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo”.*¹²

Dessa forma, pensamos que a inserção regional no tema crise perpassa a ação das elites políticas e econômicas regionais envolvidas naquela conjuntura, onde seu discurso envolve, todo o tempo, a perspectiva do caminho mais racional à ordem capitalista no Brasil pós-crise de 1929 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder federal. Segundo Marilena Chauí:

“O tema da crise serve, assim, para reforçar a submissão a um poder miraculoso que se encarna nas pessoas salvadoras e, por encarnação, devolve aquilo que parecia perdido: a identidade da sociedade consigo mesma. A crise é, portanto, usada para

¹⁰ A respeito do estudo desta abordagem do *regional*, ver: SILVA, Vera Alice Cardoso. “Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica”, in: SILVA, Marcos. (coord.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990, p. 43-4.

¹¹ Ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984, p. 47-8.

¹² Para tal leitura da relação espaço-tempo enquanto processo histórico, ver: SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 138.

*fazer com que surja diante dos agentes sociais e políticos o sentimento de um perigo que ameaça igualmente a todos, que dê a eles o sentimento de uma comunidade de interesses e de destino, levando-os a aceitar a bandeira da salvação de uma sociedade supostamente homogênea, racional, cientificamente transparente”.*¹³ (grifos da autora).

São exatamente estas ações (decisões), no contexto regional, que procuraremos abordar no sentido das imbricações sistêmicas da crise, conforme o apontado acima por Marilena Chauí e Gianfranco Pasquino. Assim, delineadas as orientações teóricas e metodológicas com relação à crise de 1929 e a problemática regional, passamos à abordagem do objeto regional analisado: a zona da Mata mineira.

Como discutiremos no trabalho, guarda esta região aspectos muito ricos para análise, uma vez que desenvolveu endogenamente a partir do crescimento de seu segmento agrário – baseado na cultura do café – outros setores como o urbano-industrial, o mercantil, o rodoferroviário e o bancário-financeiro. Este de extrema importância, conforme veremos posteriormente. Além dos setores citados, o pólo urbano deste complexo cafeeiro – a cidade de Juiz de Fora – desenvolveu outros aspectos importantes como aqueles ligados à cultura e formação educacional.¹⁴ Procuraremos abordar, desse modo, as relações entre os acontecimentos posteriores à crise de 1929 e o desenvolvimento do setor industrial dessa região, o mais dinâmico do estado de Minas Gerais naquele período.

Contudo, como dissemos anteriormente, é preciso que, na análise dos efeitos de uma crise econômica numa determinada região, procuremos situar onde estes se iniciam – qual o setor ou setores, se agrário, comercial, bancário, industrial – e por onde se dá seu desenvolvimento posterior. Na realidade, seria necessária uma pesquisa que envolvesse um

¹³ Este é um dos níveis de entendimento sobre as implicações políticas e ideológicas da “crise” para: CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980, p. 37-8.

¹⁴ Nos últimos anos diversas pesquisas foram realizadas sobre a zona da Mata mineira à luz de novas fontes primárias. Para o segmento agrário e estruturação do “complexo”, ver: PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930**, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1993, 247 p. Para o segmento bancário-financeiro: PIRES, Anderson. **Café, bancos e finanças**: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata – 1889/1930, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 2004, 412 p. Para o segmento urbano: MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, capital e poder**: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1990, 332 p. Sobre o aspecto social do trabalho: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização**: os alemães e italianos em Juiz de Fora – 1854/1920, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1991, 189 p. A respeito das transformações e reinversões financeiras da elite cafeeira: ALMICO, Rita de Cássia. **Fortunas em movimento**: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914. Campinas, Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2001, 146 p. Com relação aos aspectos culturais e educacionais: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos pobres**: a belle-époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994, 160 p. Para o setor industrial destacamos: GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988, 136 p. e; PAULA, Maria Carlota de Souza. **As vicissitudes da industrialização periférica**: o caso de Juiz de Fora (1930/1970). Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 1976, 193 p.

recorte cronológico bem mais dilatado, onde preços e produção por setor fossem analisados criteriosamente, além das relações exógenas da região abordada. No entanto, tais esforços fogem ao escopo deste trabalho, ainda que deva ser feito posteriormente.

Ao fazermos tais considerações, estamos inserindo uma problemática no objeto ora estudado. Teria se caracterizado a crise econômica e política dos anos 1930 na zona da Mata mineira como sendo do tipo “tradicional” ou do tipo “contemporâneo”? Sabemos que a cada estrutura corresponde o seu tipo de crise. Durante a década de 1920 caracterizava-se a zona da Mata pela crescente atividade agrário-exportadora em sua economia, liderada pela produção cafeeira, mas não somente. Em excelente estudo a respeito da diversificação da produção agrícola de Juiz de Fora, Sônia Maria de Souza mostra o grau desta diversificação agrícola, sobretudo nos ramos de cereais e pecuária.¹⁵ Por outro lado, havia se desenvolvido no principal núcleo urbano da região – a cidade de Juiz de Fora – desde fins do século XIX diversas atividades urbanas e industriais ligadas a setores como o de comércio, eletricidade, transportes, bancos de capital endógeno e sistema financeiro, empresas têxteis (a principal), mas contando também com a existência de firmas ligadas às áreas de alimentação, bebidas, mecânica, metalurgia, química, construção civil, entre outras.¹⁶

Jean Bouvier, em artigo que analisa a historiografia francesa a respeito de “crises” regionais durante o século XIX, aponta para a ocorrência de “crises mistas”, ou seja, onde estariam misturados aspectos antigos – dada à posição que a agricultura ocupa nas estruturas demográficas e econômicas dessas regiões – e novos – uma vez que elementos ligados a suas estruturas comerciais, bancárias e industriais constituiriam parte considerável da crise. Para Bouvier:

“É preciso lembrar aquilo que, de forma muito natural, ocupou o centro dos seus diferentes trabalhos (dos historiadores franceses das “crises”): a passagem da crise do antigo tipo à crise contemporânea, o aparecimento de novas estruturas no coração das estruturas econômicas antigas, e, portanto, a transição de um certo tipo a um outro tipo de disparidades fundamentais. Isso significa procurar os caminhos do declínio dos mecanismos da antiga crise agrícola nos três primeiros quartos do século XIX, e os da extensão de elementos novos das crises ‘industriais’, com suas séries de abalos ‘comerciais’, de pânico de Bolsa e suas corridas aos bancos, e, em última

¹⁵ Para tanto, ver: SOUZA, Sônia Maria. **Além dos cafezais**: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agro-exportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1998, p. 143-150.

¹⁶ Com relação às ligações ou “linkages” entre a atividade agro-exportadora, bancos e sistema financeiro na região, ver: PIRES, Anderson, *op. cit.*, 2004, em especial o capítulo 3: “Juiz de Fora: efeitos de encadeamento e diversificação urbano-industrial”, p. 39-181. Para o caso de diversificações nos investimentos da elite cafeeira, ver: ALMICO, Rita de Cássia, *op. cit.*, p. 138-141.

análise, dominando tudo por motivo de suas causas profundas e de suas repercussões sociais, a paralisia ou anemia das forças produtivas da indústria propriamente dita.¹⁷ (grifo nosso).

Parece-nos ser este o caso da crise experimentada pela zona da Mata mineira no período pós-1929. Ainda que o setor primário-exportador fosse o elemento principal de sua estrutura econômica e, por conseguinte, o capital agrário nela investido fosse predominante, já havia se desenvolvido, como dissemos anteriormente um incipiente setor urbano-industrial que, se por um lado estava ligado a este capital agrário, por outro guardava certo grau de independência deste (ver o ponto sobre processos de falência de firmas industriais nesta introdução). Assim, ao mesmo tempo em que o segmento agrário e seu produto principal (o café) sofrem as conseqüências da crise de 1929 e de suas próprias disparidades – nas palavras de Bouvier – como esgotamento de solos e “terras virgens”, o setor urbano-industrial da região procura *saídas* para o período crítico esbarrando, porém, em três obstáculos: 1) a própria crise do segmento agrário incidindo, sobretudo, sobre o comércio e as firmas de pequeno e médio porte; 2) a política econômica do governo federal pós-1930 que, no decorrer da década veio a favorecer poucas regiões do país e; 3) o conflito político intra-elites no estado subdividido em duas variantes: a) a não-solução de problemas ligados à infra-estrutura como transportes e comunicação entre as regiões mineiras e; b) políticas institucionais que vieram a favorecer a região centro-metalúrgica de Minas Gerais durante a década de 1930.

Assim, quando Eric Hobsbawm analisa o que ele denominou “crise geral” das principais economias européias durante o século XVII e seu papel de oferecer alguns obstáculos ao desenvolvimento capitalista naquele continente, nos proporciona um cenário bastante elucidativo do que apontamos até aqui. Tais obstáculos, ao nosso ver, estão relacionados nos complexos cafeeiros – como o da zona da Mata mineira –, em grande parte, a um ponto central no seu processo de desenvolvimento capitalista: a relativa dependência, não superada neste processo, de todos os setores de sua economia ao comportamento econômico do setor agrário. Como afirma Hobsbawm em texto clássico acerca do assunto:

“A expansão era possível e, realmente, se verificou. No entanto, enquanto a estrutura geral ou a sociedade rural não passaram por uma renovação, a expansão

¹⁷ Bouvier analisa com muita propriedade ao nosso ver trabalhos relacionados às regiões francesas onde teriam ocorrido as chamadas “*crises mistas*”: o “Loir-et-Cher”, a “Aquitânia Leste” e o “Dauphiné”. Ver: BOUVIER, Jean. “*A economia: as crises econômicas. A problemática das crises econômicas do século XIX e análises históricas: o caso da França*”, in: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (orgs.). **História: novas abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 26.

*encontrava-se limitada, ou então, criava seus próprios limites; quando se deparava com eles, verificava-se um período de crise”.*¹⁸

No decorrer do texto citado, Hobsbawm sugere alguns elementos para a ampliação do quadro da crise no setor industrial, como aqueles ligados a uma diminuição do crescimento populacional urbano, o que teria afetado o comércio e facilitado o poder de barganha por parte dos trabalhadores do setor, além de certa estabilização dos preços. Tais elementos fogem, entretanto, aos objetivos gerais deste estudo. Não obstante, apontam para aquilo que nos parece muito frutífero no texto de Hobsbawm e que vai de acordo com nossos pressupostos teóricos: a caracterização de uma “crise geral”, sua origem, desdobramentos e amplitude.

Por fim, neste ponto, gostaríamos de salientar que no decorrer do texto usaremos a abordagem da “teoria do produto principal”¹⁹ estabelecendo suas correlações com a “crise de tipo misto” e com alguns estudos de outras regiões brasileiras para o mesmo período, onde aspectos próximos daqueles por nós abordados para a zona da Mata mineira também estavam colocados.²⁰

Seu principal ponto de análise está ligado aos efeitos de encadeamento “linkages”: de produção, de consumo e os fiscais. Os efeitos de produção são dois: os “para trás”, que medem a indução a investir na produção doméstica de insumos, inclusive bens de capital, para o setor exportador em expansão. Podemos citar como exemplo a construção de

¹⁸ HOBBSAWM, Eric. “A crise geral da economia européia no século XVII”, in: SANTIAGO, Theo. (org.). **Capitalismo**: transição. São Paulo: Moraes, s.d., p. 99.

¹⁹ Ver: WATKINS, Melville. “A staple theory of economic growth”, *Canadian Journal of Economics and Political Science*, Vol. 29, n. 2, 1963: 141-158. O texto em português é: “Teoria primária do crescimento econômico”, in: SCHWARTZMAN, Jacques. (org.). **Economia regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, p.255-280. O segundo termo é de HIRSCHMANN, Albert. “A generalized linkage approach to development, with special reference to staples”, in: _____. **Essays in trespassing: economics to politics and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. O texto em português é: “Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada”, in: SORJ, Bernardo *et al.*, (orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 31-79. No Brasil, a “teoria do produto principal” foi inicialmente desenvolvida por SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 66-72, e em: “Notas sobre Desenvolvimento Industrial e Política Econômica no Brasil na década de 30”, *Revista de Economia Política*, vol. 4, n.1, 1984: 132-143. Ver também: ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de & NICOL, Robert. **Economia agrícola**: o setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw-Hill, 1987, p. 38-45. Para a zona da Mata mineira para o período até 1930, ver: PIRES, Anderson, *op. cit.*, 2004, p. 28-38.

²⁰ Tais trabalhos são os seguintes: para Ribeirão Preto (SP): SANTOS, Jonas Rafael dos. “As transformações da riqueza dos cafeicultores em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951”, p. 1-10, disponível em < <http://www.abphe.org.br/textos>>. Para São Carlos (SP): TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria**: São Carlos: 1850-1950. 2. ed. EDUFSCar, 2000, p. 113-144. Para Campinas (SP): SEMEGHINI, Ulysses. **Do café à indústria**: uma cidade e seu tempo. Campinas: EDUNICAMP, 1991, p. 91-128. Para o Espírito Santo: FERREIRA, Sinésio Pires. **Espírito Santo**: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1840-1960, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Economia, UFRJ, 1987, p. 79-145.

sistema de transportes para a coleta do produto básico. Obviamente, tais efeitos são mais efetivos quando a tecnologia exigida permite a produção doméstica. Os efeitos “para frente” medem a indução em investir em atividades econômicas que usam o produto do setor exportador como consumo. Como exemplo, no caso de um complexo cafeeiro, teríamos investimentos na indústria da sacaria de juta.

Já os efeitos de consumo envolvem a indução a investir em indústrias domésticas produtoras de bens de consumo para fatores empregados no setor exportador. Seu principal determinante é o tamanho do mercado doméstico, que por sua vez dependa da renda e sua distribuição. Podemos citar com exemplo as indústrias têxteis, de alimentos e de bebidas. Uma característica desse efeito seria a substituição de importações, que ocorreu em larga escala no Brasil após a crise de 1929, fruto da capacidade ociosa e do mercado interno desenvolvido no país no período anterior.

Por sua vez, os efeitos fiscais ocorrem quando o Estado cobra imposto sobre a renda gerada pelas exportações do produto básico, como o café, canalizando os recursos para investimentos em outros setores da economia. Tais efeitos podem ser diretos, com o Estado tributando diretamente a renda gerada pelo setor exportador, ou indireto, quando, por questões geralmente de ordem política, o Estado, não podendo cobrar diretamente do setor exportador o faz taxando direitos aduaneiros sobre as importações.

Segundo Watkins:

*“A hipótese fundamental da teoria dos produtos primários é que as exportações destes constituem o setor predominante na economia e estabelecem o ritmo de crescimento econômico. O limitado (no início, possivelmente inexistente) mercado doméstico e as proporções de fatores (abundância de terra em relação à mão-de-obra e capital) criam uma vantagem comparativa para as exportações de bens de uso intensivo de recursos naturais, ou seja, de produtos primários. O desenvolvimento econômico será um processo de diversificação em torno de uma base de exportação. O conceito central de uma teoria do produto primário, portanto, são os efeitos de dispersão do setor exportador sobre a economia e a sociedade locais”.*²¹

Ou seja, se pensarmos em um país jovem, agro-exportador, que tem diante de si determinantes internacionais da divisão do trabalho, tais como a demanda e a oferta internacionais de produtos e fatores, o sistema mundial de transportes e comunicações e a estrutura internacional de poder, resta a ele isolar seu produto principal no bojo de suas

²¹ WATKINS, Melville. *“Teoria do crescimento econômico baseado no produto primário”*, in: SCHWARTZMAN, Jacques. (org.), *op. cit.*, p. 260.

características e induzir as variáveis possíveis no contexto dos chamados “efeitos em cadeia” ou “de dispersão” como quer Watkins. Dessa forma, a política econômica e a capacidade empresarial seriam as determinantes responsáveis pela implementação de um conjunto de iniciativas que envolveriam fatores ligados à infra-estrutura para consolidação de um mercado interno, melhoria na tecnologia empregada, sobretudo naquela relacionada ao produto básico, investimentos em educação e política de comércio exterior.

Certamente, esse conjunto de hipóteses se aplica ao desenvolvimento brasileiro a partir do século XIX. Porém, em face de suas características de um país subdesenvolvido e devido aos equívocos recorrentes de ordem político-econômica, este desenvolvimento a partir do produto primário se deu às avessas, fortalecendo determinadas regiões em detrimento das demais, seja do ponto de vista inter ou intra-regional, favorecendo parcelas ínfimas da população, não modernizando o Estado, não qualificando mão-de-obra, permitindo o aumento excessivo da dívida externa, amalgamando interesses arcaicos na condução das decisões políticas e, finalmente, dificultando iniciativas empresariais que fortaleceriam tanto o mercado interno quanto o setor agro-exportador.

Cogitamos, portanto, que o problema do crescimento econômico brasileiro entre meados do século XIX e início do século XX não foi aquele apontado por grande parte da literatura sobre o tema, onde prevalecem as opiniões de que a indústria não conseguiu romper seu cordão umbilical com o setor agrícola, engessando-a. Pelo contrário, sugerimos que o desenvolvimento industrial realmente se consolidaria a partir do fortalecimento do setor agro-exportador, se imaginarmos os “efeitos em cadeia” políticos, econômicos e sociais. Efetivamente, não foi o que ocorreu nem na Primeira República, onde prevaleceram os interesses agraristas conservadores, nem na década de 1930, onde o compromisso político estabelecido convergiu para um autoritarismo estatal que, apesar de iniciar uma política industrial para o país, não logrou um projeto de crescimento integrado e favorável às iniciativas que incentivassem um maior desenvolvimento do setor privado da economia.

Para Hirschmann esse é o ponto central da discussão, senão vejamos:

“(O) Desenvolvimento do subdesenvolvimento significa essencialmente que uma coisa não levou à outra nos países periféricos; que na verdade, as coisas têm piorado progressivamente: o impacto do capitalismo e imperialismo na periferia tem se exercido no sentido de extrair o excedente e, no processo, empobrecer a nação, destruir a indústria local, exaurir o solo e o subsolo, emascular e corromper as elites locais. Na medida em que não se pode negar a existência de uma certa medida de desenvolvimento capitalista sob forma de industrialização, esta é atribuída

exclusivamente à falta de contato com o centro imperialista por parte de certas regiões privilegiadas e durante certos períodos de exceção”.²² (grifos do autor).

Ainda que o enfoque de Hirschmann seja excessivamente pautado nas imposições internacionais, fica claro que não houve avanços estruturais sedimentados na transição capitalista nos países periféricos, o que cabe para a análise brasileira. Como dissemos acima, a “teoria do produto principal” nos parece, dessa forma, um viés de interpretação bastante profícuo para nossos propósitos. Ela parece avançar qualitativamente em relação às demais teorias que procuram analisar o tema da relação entre o setor agrário-exportador e as iniciativas industriais no Brasil. Procura fugir do dualismo cepalino centro-periferia da “teoria dos choques adversos” e da visão basicamente paulista que contamina a “teoria do capitalismo tardio”.²³

Por outro lado, ao explicitar a importância dos atores privados envolvidos no processo, diverge frontalmente da “teoria da participação estatal”, defensora de um certo “superestado” no desenvolvimento industrial pré-1930 no Brasil.²⁴ A própria experiência da cidade de Juiz de Fora, núcleo urbano do complexo cafeeiro da zona da Mata mineira, como procuramos demonstrar à frente, aponta em um sentido muito mais conflitante entre burguesia industrial local e decisões do governo de Minas, do que de uma proteção efetiva por parte deste. Uma abordagem mais próxima da “teoria do produto principal”, podemos encontrar na “teoria da expansão das exportações”, uma vez que esta aponta para uma linearidade entre café e indústria, relativizando o papel do Estado e do capital estrangeiro e reforçando o papel das exportações.²⁵ Contudo, não avançou na questão central, ao nosso ver, dos “linkages” e seus efeitos.

²² HIRSCHMAN, Albert. “Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada”, in: SORJ, Bernardo *et al.*, (orgs.), *op. cit.*, p. 65-6.

²³ A respeito da “teoria dos choques adversos”, ver a obra clássica do autor: FURTADO, Celso, *op. cit.*; GURRIERI, Adolfo. (org.). **La obra de Prébisch en la Cepal**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1982. Em relação à “teoria do capitalismo tardio”, ver: CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984; SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 191995; CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

²⁴ A respeito da “teoria da participação estatal”, ver: VERSIANI, Flávio Rabelo. “Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914”, *Revista Brasileira de Economia*, 34, n. 1, 1980: 30-31; TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

²⁵ Entre as principais referências de estudo da “teoria da expansão das exportações”, podemos apontar: DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 4 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991; PELÁEZ, Carlos Manuel. **História econômica do Brasil**. Um elo entre a teoria e a realidade econômica. São Paulo: Atlas, 1979; LEFF, Nathaniel. **Underdevelopment and development in Brazil, 1822-1947**. 2 vol. London: George Allen & Unwin, 1982.

Como já mencionamos anteriormente, a partir da abordagem de Wilson Suzigan,²⁶ pretendemos, mais à frente, analisarmos a questão do desenvolvimento intra-regional em Minas Gerais, usarmos de seus conceitos e determinantes para uma melhor qualificação do processo ocorrido neste estado na década de 1930.

O objeto final de análise é aquele relacionado ao deslocamento regional do eixo político mineiro durante a década de 1930. O período da República Velha veio a constituir no estado um arranjo político que ampliou os poderes locais e a conseqüente fragmentação regional no tocante à liderança política mineira. O resultado foi aquilo que bem caracterizou John Wirth como sendo o “mosaico” mineiro.²⁷ Assim, refletindo o político na economia, as regiões do estado acabaram por estabelecer a maioria de suas relações comerciais com centros “exógenos” a elas, fazendo persistir as disparidades ligadas à infra-estrutura, comunicações e mesmo culturais. Como mostraremos capítulo 2 do trabalho, os processos de falência das firmas de Juiz de Fora apontam para um maior intercâmbio comercial com cidades de estados como São Paulo e Rio de Janeiro do que com cidades relativamente próximas a ela em Minas, como São João Del Rey, Ouro Preto e Belo Horizonte. Por sua vez, Juiz de Fora e a zona da Mata se refletiam na região mais dinâmica do estado, seja do ponto de vista da produção agrícola voltada para a exportação, seja no aparecimento de novas firmas industriais. Para citarmos um exemplo, ficava na cidade a sede do principal banco do estado, o CREDIREAL (Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A), usado pelo estado para investimentos e pagamentos desde 1891 e controlado pelo mesmo desde 1921.²⁸

Dessa forma, rompido o pacto político em 1930, passam as elites do estado a se digladiarem por uma nova inserção no espaço criado pelo governo de Getúlio Vargas. Esse

²⁶ Ver: SUZIGAN, Wilson, *op. cit.*, 1986, p. 71-72. Para este autor o desenvolvimento industrial brasileiro, sobretudo entre o final do século XIX e início do século XX, pode ser explicado em boa parte pela teoria ora abordada. Para Suzigan, a relação entre esse crescimento industrial e o setor agro-exportador foi, contudo, sendo reduzida gradativamente a partir da primeira guerra mundial, onde um incipiente setor industrial doméstico já estimulava por sua conta outras atividades através de *linkages* “para a frente” e “para trás”. Para a nossa análise, entretanto, considerando as peculiaridades do desenvolvimento industrial mineiro e do “complexo cafeeiro periférico” estabelecido na zona da Mata, os efeitos do crescimento induzido por produtos básicos parecem-nos significativos para a década de 1930, sendo inclusive, um dos fatores principais para a crise do setor urbano-industrial da região.

²⁷ Para uma abordagem do “regionalismo” mineiro, ver: WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira – 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 42-43. Ver também: VISCARDI, Cláudia Ribeiro. “Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República”, *Revista de Estudos Históricos*, 8, n. 15, 1995: 39-56.

²⁸ Sobre a produção agrícola da zona da Mata, ver: PIRES, Anderson, *op. cit.*, 1993, p. 128-150. A respeito da produção industrial, ver: ANDRADE, Sílvia Belfort Vilela. **Classe operária em Juiz de Fora**: uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 16-33. Para uma história bancária do estado e o papel do CREDIREAL, ver: COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais** (1889-1964). Campinas, Dissertação de Mestrado em Economia, Unicamp, 1978, p. 36-39.

estado de tensão foi bem captado por Francisco Iglesias ao abordar a política econômica mineira:

*“O marco ficou sendo 1930, linha divisória de duas épocas. Minas, como parte de uma unidade sofrerá abalos, até instituir uma nova linha política. A passagem não é brusca, não se acorda em 1931 com outra política, diversa economia e novo sentido de organização social, com a consideração do povo em sua totalidade, não mais o simples domínio de uma classe”.*²⁹

O empresariado mineiro, virtualmente ausente da literatura clássica acerca das relações entre empresariado e Estado no Brasil,³⁰ começou a ser estudado mais de perto por alguns trabalhos a partir da década de 1980. Uma linha influente de interpretação enfatiza a centralidade do Estado e a irrelevância do empresariado, assim como de outros grupos de interesse, na iniciativa e na execução de um projeto modernizador (que em Minas foi de fato um projeto, e sobre isto não há maiores divergências). O Estado é identificado com uma categoria de políticos profissionais (o adjetivo é importante), amplamente autônoma frente a interesses de classe, à qual se agrega com o tempo um corpo tecnoburocrático que vai dando forma e operacionalidade ao projeto de modernização.³¹

O quadro que emerge dos trabalhos que citamos acima é o de um processo deliberado de diversificação econômica, conduzido por um Estado em que ganham posições de poder

²⁹ Ver, para tanto: IGLÉSIAS, Francisco. *“Política econômica do Estado de Minas Gerais (1889-1930)”*. In: **V Seminário de Estudos Mineiros: a República Velha em Minas**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1977, p. 142.

³⁰ Podemos citar aqui quatro conjuntos de teses, guardadas as diferenças teóricas entre os autores: 1) posição hegemônica do empresariado: JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958; SODRÉ, Néelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962; FURTADO, Celso. “Obstáculos políticos ao crescimento econômico do Brasil”, *Revista Civilização Brasileira*, 1, n. 1, 1965. 2) Estado forte com elites vinculadas (tecnoburocracia, militares, quadros políticos): CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964; MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 3) Estado forte aliado a categorias sociais a ele vinculadas e empresariado como ator menor: FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958; FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 1930: história e historiografia**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; MARTINS, Luciano. **Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil**. Paris: Anthrpos, 1976; SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o estado nacional**. São Paulo: Difel, 1975; LEFF, Nathaniel. **Economic policy-making and development in Brazil (1947-1964)**. New York: John Wiley & Sons, 1968. 4) presença das elites industriais na esfera decisória governamental: DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; _____. & BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978; PEREIRA, Lígia Maria leite. **Bourgeoisie industrielle et capital étranger au Brésil (1956-1977)**. Paris: École Pratique des Hautes Études, 1978; DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981; LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

³¹ Esse modelo encontrou sua formulação clássica no *“Diagnóstico da Economia Mineira”*, estudo elaborado pelo grupo técnico do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) na década de 1960. Produzindo uma análise abrangente dos fundamentos e das características do subdesenvolvimento regional, o *“Diagnóstico”* destacava entre os fatores do atraso a incapacidade empresarial dos mineiros. Os principais trabalhos ligados a esta hipótese são: DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: EDFMG/PROED, 1981; ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. **Technocracy and development: the case of Minas Gerais**, Ann Arbor, Phd. Diss., University of Michigan, 1980.

setores tecnoburocráticos ativos, à falta de uma burguesia habilitada para influenciar no sentido da industrialização. As condições laboriosamente preparadas pela tecnoburocracia afinal floresceram quando se logrou canalizar para Minas um volume considerável de investimentos externos. Estes vão dar ímpeto a um processo cuja marca principal é a forte dependência das estruturas políticas e institucionais.

O empresariado mineiro, virtualmente ausente desse quadro, começou a ser estudado mais de perto por alguns trabalhos produzidos entre meados da década de 80 e a década seguinte. Deles emerge um cenário distinto do anterior, no qual o empresariado mineiro é retratado como setor social crescentemente ativo ao longo do processo de modernização de Minas.

Evantina Pereira Vieira, estudando a trajetória da burguesia mineira de 1927 a 1940, trata de demonstrar a presença significativa da classe na economia estadual, contrapondo-se à tese da irrelevância econômica da burguesia. Sintetizando sua apreciação dos primeiros anos cobertos por sua pesquisa (isto é, 1927 a 1930), a autora assinala, em comentário válido para todo o período:

*“Todas as questões debatidas pela burguesia envolvem tomadas de posição a respeito da forma e curso das lutas no interior do processo histórico. Por isso, não existe uma lacuna ou ausência do empresariado neste momento de transição da base econômica. Sua atuação consiste, sim, num passo importante em direção a uma nova organização da sociedade”.*³²

Quanto à fase posterior, foi alvo de exame específico por Ignácio Delgado, que documentou as relações entre o empresariado e os governos de Milton Campos e Juscelino Kubitschek.³³ O tratamento empírico de Delgado assenta-se sobre ampla investigação histórica do discurso e da prática de classe do empresariado brasileiro até aquele momento. Mostra o autor que o empresariado mineiro compartilhava do projeto econômico e das concepções políticas da elite industrial do país, ao mesmo tempo em que suas entidades tratavam de promover um projeto de desenvolvimento regional que tinha como eixo a siderurgia. O sucesso desse esforço, cujo coroamento foi a implantação da grande siderurgia através da Usiminas, teria representado, contudo, um paradoxal revés para a

³² VIEIRA, Evantina Pereira. **Minas Gerais: a dominação burguesa – conflitos políticos e formas de organização - 1927-1940**, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 1984, p. 61.

³³ DELGADO, Ignácio. **A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas Gerais**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997. No plano político, porém, o empresariado regional se manteve como força organizada, como se infere da análise sobre a insurreição das elites mineiras contra o governo Goulart de: STARLING, Heloisa Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

burguesia regional. No novo panorama industrial que se erigia em Minas, seu peso econômico foi continuamente inferior ao dos capitais estatais e multinacionais que davam sustentação ao “modelo mineiro”.

Há evidências a corroborar as duas linhas, dependendo do ângulo e do período histórico escolhido pelo observador. Considere-se, por exemplo, que a movimentação burguesa dos anos 30 e da primeira metade dos anos 60 deu lugar a profunda despolitização tão logo sobrevieram os dois golpes de 1937 e de 1964, concorrendo para o fortalecimento do Estado e de sua tecnoburocracia. É como se ambas as leituras estivessem corretas, mas para fases distintas. Tem-se, então, mais de um padrão ao longo do processo, o que possibilita o recurso a uma dicotomia rígida entre Estado e sociedade, visível tanto na interpretação patrimonialista-tecnocrática (Estado forte/empresariado fraco) quanto na linha oposta, que tende a encarar a ação do Estado e de suas elites como mero reflexo das do jogo das forças sociais.

É oportuna a advertência de Eli Diniz e Renato Boschi sobre a necessidade de adotarmos uma “abordagem integrada” no lugar de uma “visão polarizada” das relações Estado/sociedade.³⁴ Sob esta ótica, as relações entre a tecnoburocracia³⁵ e o empresariado – aspecto de que pouco trata a literatura – se torna foco importante na compreensão das ações estratégicas da elite belo-horizontina no pós-1930, visando a ocupar sua parcela de poder no interior do Estado. Vale frisar, como bem apontou Otávio Dulci, que esta relação corresponde de perto ao modelo de combinação de interesses tradicionais e modernos, aplicável à situação de desenvolvimento tardio.³⁶

Instituir uma nova linha política. Foi essa a principal ideologia, à maneira apontada por Marilena Chauí, que se pôs a esmerar as elites políticas da região centro-metalúrgica, sediadas na capital do estado, Belo Horizonte, a partir, sobretudo, de 1930. Instituições de

³⁴ DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. “Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica, *BIB/Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 1, 1977.

³⁵ A especificação de uma área técnica no interior da elite mineira tem forte relação com a afirmação da engenharia como campo profissional definido, pois apenas na segunda metade do século XX é que os economistas apareceram como atores influentes no Brasil. Toda a fase anterior foi dominada pelos engenheiros. Estes, entretanto, figuravam de modo difuso como parte das elites econômica e política. Em Minas, sua organização própria começou em 1930, com a fundação da Sociedade Mineira dos Engenheiros. Em fins de 1933 o governo federal regulamentou a profissão, estabelecendo-se o sistema de Conselhos Regionais (CREAs) coordenados pelo Conselho Federal (CONFEA). Para tanto, ver: BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. **Reconstruindo as Minas e planejando as Gerais**: os engenheiros e a constituição dos grupos sociais, Campinas, Tese de Doutorado, Unicamp, 1993, p. 43-55; SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS. **Diretorias da Sociedade Mineira de Engenheiros de 1930 a 1994**. Belo Horizonte: SME, 1994.

³⁶ DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999, p. 156.

classes como a Associação Comercial (ACJF) e o Centro Industrial de Juiz de Fora (CI-JF) foram suplantadas pela criação da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) em 1933, da Sociedade Mineira dos Engenheiros (SME) em 1930 e pelo crescimento da esfera de influência da Associação Comercial de Minas (ACM) – fundada em 1901 – ambas com sede na capital e com inexpressiva representação por parte da zona da Mata. Em outras palavras, a política econômica do governo federal se refletiu em Minas no sentido de acuar frações da elite estadual, que, em busca da inserção citada por Iglesias, optou por ampliar ainda mais o “regionalismo”, deslocando do poder lideranças políticas expressivas da zona da Mata, em especial Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Arthur Bernardes.³⁷

Nossa hipótese, que procuramos comprovar no capítulo 3 do texto, está ligada à atuação das instituições citadas acima, desde meados da década de 1920 até logo após o golpe do Estado Novo, em 1937. Os interesses empresariais em Minas se articularam muito cedo. A Associação Comercial de Juiz de Fora foi criada em 1896, reunindo os interesses do comércio, da indústria, da lavoura e das finanças, como era comum na época. O mesmo padrão se repetiu na capital, com a Associação Comercial de Minas, que ao longo das três primeiras décadas do século XX veio a se constituir num importante centro formulador das ações políticas de industriais, comerciantes e mesmo de produtores rurais da região centro-metalúrgica do estado. Nesse período a ACM procurou atuar como a principal voz dos interesses empresariais mineiros interligando as diversas associações que gradativamente passavam a representar interesses setoriais diferenciados. Da conexão entre tais entidades surgiu uma elite empresarial bastante ativa, presente na cena política – inclusive nacionalmente – e sustentada na base por considerável esforço de mobilização e organização da classe nas localidades e regiões do estado. Consideramos que, nesta conexão pós-1930, as entidades com sede em Belo Horizonte assumiram o papel de líderes dos interesses empresariais mineiros, ao passo que as entidades juizforanas – Associação Comercial e Centro Industrial (fundado em 1926) – permaneceram em suas posições de lideranças localizadas.

Assim, a atuação da elite política que chamaremos de “belo-horizontina” procurou num primeiro momento, após outubro de 1930, apontar para um discurso no sentido de fazer avançar para toda Minas e para o Brasil aquele liberalismo expresso pelas figuras de João Pinheiro e Antônio Carlos, no intuito de buscar uma melhor posição no ainda indefinido projeto de governo da Aliança Liberal. Passados os primeiros anos da década, o projeto

³⁷ Um estudo elucidativo onde são abordadas as estratégias da elite belo-horizontina a partir dos anos 1930 é o de: DULCI, Otávio, *op. cit.*, p. 59-76. Ver, em especial, o cap. II: “Crise e reajustamento econômico”.

muda para uma aliança com o capital estrangeiro, uma vez que o espaço encontrado por esta elite se vê reduzido após a indicação por Vargas do nome de Benedito Valadares para o governo de estado. Muito apropriadamente, Ignácio Delgado chamou tal inflexão de “a estratégia de um revés”, pois custou para tal elite a posição de ator coadjuvante no processo de industrialização nacional.³⁸

Ao nosso ver, o quadro exposto acima se insere naquilo que Karl Polanyi chama de “tensão de classes”, ou seja, fez parte de uma nova ordem da economia internacional e da luta política estabelecida no pós-1930. Para Polanyi, tal tensão se esboçou a partir de uma conjuntura onde:

*“O mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contramovimento que cerceava essa expansão em direções definidas. Embora tal contramovimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a auto-regulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado”.*³⁹

Portanto, o que está colocado quando tratamos das elites mineiras no período, era sua própria inserção no cenário nacional. Conforme dissemos acima, o cenário desenhado pela política econômica varguista a partir de meados dos anos 1930, provocou em Minas Gerais uma corrida, por partes das elites econômicas estaduais, das tomadas de decisões no âmbito do Estado. Era preciso acompanhar o projeto imposto por Vargas, e, para tanto, ocupar os espaços político-institucionais. Em outras palavras, estava em jogo aquilo que Josep Fontana classifica como sendo as relações de uma “economia política”, isto é:

*“Uma explicação do sistema de relações que existem entre os homens, que serve para justifica-las e racionaliza-las – e, com elas, os elementos de desigualdade e exploração que incluem –, apresentando-as como uma forma de divisão social de trabalhos e funções, que não só aparece agora como resultado do progresso histórico, senão como a forma de organização que maximiza o bem comum”.*⁴⁰

Esboçados esses pontos, procuramos no corpo do texto, uma demarcação onde pudéssemos não somente qualificar a “crise de 1929” no complexo cafeeiro da zona da Mata mineira, mas, também, correlacionarmos o tema à origem da indústria no Brasil e à

³⁸ Sobre a participação mineira no movimento de 1930, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A aliança liberal no discurso da elite política mineira**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1990, p. 5. A respeito do projeto de poder da mesma elite a partir do Estado Novo, ver: DELGADO, Ignácio, *op. cit.*, p. 75-91.

³⁹ Sobre os movimentos expressos em “desemprego”, “tensões”, “moedas” e “rivalidades imperialistas”, que desembocam em 1929 na forma de crise, conformando, pois, a conjuntura dos anos 1930, ver: POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 137.

⁴⁰ Para tanto, ver o texto “breve, e necessária, explicação inicial”, in: FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998, p. 9-10.

política econômica vigentes entre as décadas de 1920 e 1930 no país. Dessa forma, optamos por dividir o texto em três capítulos, cada qual com suas partes pertinentes.

O capítulo 1 é basicamente teórico. No ponto 1.1, abordamos os determinantes estruturais do modelo liberal que levaram à eclosão do *crack* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Procuramos fazê-lo em dois momentos: primeiramente analisamos as repercussões mundiais da crise a partir de uma leitura do modelo econômico seguido pelas principais potências políticas de então e, num segundo momento, abordamos as principais correntes teóricas que caracterizam a grande depressão da década de 1930. No ponto 1.2, procuramos discutir uma caracterização do modelo econômico seguido pela elite política brasileira na República Velha, onde enfatizamos a década de 1920. No ponto 1.3, passamos à qualificação da crise de 1929 no país e seus reflexos sobre a política econômica adotada pelo governo do Presidente Getúlio Vargas a partir de 1930, num contexto onde novos atores políticos e sociais se fazem presentes, buscando o Brasil uma nova inserção no jogo econômico internacional.

No capítulo 2, passamos a analisar os efeitos da crise em um complexo cafeeiro, o da zona da Mata de Minas Gerais. Está dividido em três partes. No ponto 2.1 apontamos os aspectos centrais da relação estabelecida entre o setor agrário-exportador e o setor urbano-industrial no complexo cafeeiro da mata mineira entre 1870 e 1930. No ponto 2.2 procuramos analisar o crescimento do segmento industrial deste “complexo” durante a década de 1920, mais precisamente até 1929, levando em conta as relações do segmento com as elites política e cafeeira da região. O ponto 2.3 tenta captar o período crítico mais grave para a indústria da região, ou seja, a década de 1930. Aqui são levados em conta, sobretudo, os aspectos econômicos e financeiros das firmas comerciais, industriais e do ramo financeiro de Juiz de Fora à luz das tensões desenvolvidas durante essa década pelas elites políticas mineiras, procuramos entender as repercussões destes conflitos para a indústria do estado.

No capítulo 3, o objeto central de análise é a ação das entidades representativas da classe burguesa em Minas Gerais. Assim, o ponto 3.1 aborda, sob o ponto de vista institucional, a posição da ACM e FIEMG diante das leis sociais do governo Vargas na primeira metade da década de 1930. No ponto 3.2 analisamos as decisões do IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Minas Gerais, realizado em 1935 em Belo Horizonte. Este evento serviu de base para as principais ações do empresariado mineiro depois de 1935, apontando para a especialização industrial no setor metalúrgico e para a criação de

conselhos normativos que auxiliassem as decisões do executivo estadual. Finalmente, no ponto 3.3, buscamos entender como se deram as ações e a busca de inserção nas estruturas de poder por parte da elite belo-horizontina na órbita de decisões do Estado entre 1935 e 1940, sabendo que o advento do Estado Novo marca mudanças neste projeto.

Por fim, na conclusão, caracterizamos este projeto político, precipitado pelos acontecimentos de 1929, analisando suas relações com o governo de Vargas e, que, antes do procurar a integração e dinamização econômica do estado, exacerbou ainda mais o “mosaico” mineiro, tão bem delineado por John Wirth.

As fontes primárias citadas abaixo serão devidamente abordadas no decorrer do texto. Contudo, julgamos ser necessário nesta Introdução apontarmos o *corpus* documental por nós pesquisado, no sentido de fazer as ligações entre o quadro teórico analisado acima e o escopo metodológico assumido para a realização do trabalho.

Assim, com referencia ao comportamento da estrutura industrial da economia regional no período em questão, procuramos investigar elementos tais como: investimentos no setor, captação de recursos via segmento financeiro-bancário e lançamentos no mercado local de ações, títulos, debêntures, etc. Em boa parte, o comportamento deste setor e suas relações com os demais segmentos da economia local foram investigados através dos processos de falência, documentação imprescindível para os objetivos deste trabalho. A partir da consulta e análise destes processos de falência pudemos identificar os principais insolventes, com atenção especial para as unidades industriais, e os momentos em que, eventualmente, as falências se avolumaram, de forma a que possamos estabelecer uma correlação entre o número de falências e as principais flutuações econômicas que marcaram o período. Nos mesmos processos de falências nos foi possível identificar os credores mais importantes (incluindo-se os intermediários financeiros) e as principais formas de débito existentes (de longo ou curto prazo), com vistas a verificar se o montante de débito tinha por origem recursos identificados com a economia local e regional. Podemos dizer que a análise e coleta de informações relativas aos processos de falências nos revelaram muito do aspecto financeiro das unidades econômicas (industriais, comerciais e, mesmo, agrícolas) presentes na economia local. Pesquisamos cerca de 220 destes processos, todos sob a custódia do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AH-UFJF).

O segundo conjunto documental analisado trata da articulação entre a política econômica e os atores políticos envolvidos, no qual procuramos verificar uma correlação entre as mesmas e que pudesse ser empiricamente detectada. Sabemos da dificuldade da elite cafeeira da zona da Mata mineira (assim como da paulista) de manter as taxas de crescimento das exportações de café sem intervenção governamental, a mesma dificuldade que vai gradualmente aumentando ao longo da década de 1920 em Minas Gerais. Tal elite procurou buscar nas suas relações políticas a sustentação necessária para a manutenção da rentabilidade de seus investimentos. E isto, efetivamente, ocorreu no âmbito da economia da zona da Mata mineira durante a década de 1920, onde o Banco do Crédito Real de Minas Gerais procurou auxiliar não somente o setor agro-exportador, como também a estrutura urbano-industrial da economia local. Dessa forma, procuramos analisar a continuidade ou não de tal política para os anos 1930 através da documentação do CREDIREAL/S.A. como Atas de reuniões da diretoria, balancetes mensais e balanços anuais disponíveis no Museu do banco em Juiz de Fora.

O terceiro grupo de fontes está associado basicamente ao capítulo 3. São fontes localizadas em Juiz de Fora e em Belo Horizonte: nos Arquivos da Associação Comercial de Juiz de Fora (ACJF) e da Associação Comercial de Minas (ACM). Pesquisamos as Atas de reunião da diretoria da ACM entre 1928 e 1940. Devemos lembrar que a diretoria da ACM era formada não somente por representantes do comércio, mas por lideranças expressivas dos ramos industrial e financeiro. A Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), criada em 1933 vai se afirmar de fato a partir dos anos 40, sendo a ACM o foco das atenções do que vinha das “classes conservadoras” do estado. Portanto, do ponto de vista qualitativo, as Atas nos possibilitam uma análise das posições oficiais da elite industrial e comercial sediada em Belo Horizonte a partir do final da década de 1920.

Pudemos observar que a partir de 1930 as associações de classe transformam-se em entidades incisivas de defesa da burguesia. Mobilizando o conjunto da classe, encetam uma luta sistemática e organizada junto aos governos estadual e federal através de contatos diretos ou por meio de ação no Legislativo. Ainda no Arquivo Histórico da ACM pesquisamos artigos e editoriais da Revista Comercial de Minas Gerais para o período de 1935 a 1940. Órgão oficial da ACM e também da FIEMG a partir de 1938, a Revista Comercial publicava decisões, opiniões e reivindicações das entidades burguesas, além de artigos de políticos e empresários de diversos ramos. Na Sociedade Mineira de Engenharia pesquisamos exemplares da Revista Mineira de Engenharia para os anos de 1937/38. Aqui também

encontramos um importante órgão de expressão do pensamento ligado ao setor siderúrgico e à ocupação nos conselhos técnicos no pós-37. Ainda em Belo Horizonte pesquisamos algumas fontes importantes no Arquivo Público Mineiro (APM). Em primeiro lugar o órgão oficial do governo mineiro, o jornal Minas Gerais. Na realidade complementamos a pesquisa que em parte fizemos no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes em Juiz de Fora. No APM procuramos analisar matérias e decisões publicadas entre 1934 e 1940. Nos concentramos, porém, no período 1935/36, quando da realização do IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola em Belo Horizonte. Em segundo lugar, analisamos Mensagens do Executivo mineiro para o Legislativo, os Anais da Assembléia Constituinte estadual de 1935 e a Constituição do Estado, publicada em 1936, que contém artigos propostos pelo empresariado importantes para análise. Exemplos dos jornais belo-horizontinos “O Diário” (1935); “O Debate” (1934/35); “O Estado de Minas” (1933); “Diário da Tarde” (1933); “Diário de Notícias” (1933); e a “Folha de Minas” (1935), que tratam de ações da ACM, completam as fontes coletadas no APM e em Belo Horizonte.

Finalmente, um *corpus* singular de fontes pesquisada foi aquele relativo à imprensa (jornais e periódicos) editados no período 1920/1940. Procuramos a partir da consulta ao acervo do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora, delimitar os principais períodos de crescimento industrial que marcaram o passado histórico do município, bem como identificar as maiores empresas (principalmente as acionárias) que se constituíram no período. Cabe aqui dizer que os jornais traziam como determinação legal, componentes da vida econômica e financeira das companhias organizadas como sociedades anônimas (SA's), tais como: relatórios, atas de acionistas, pagamento de dividendos, lançamento de debêntures e sua contabilidade anual, o que nos permitiu, até certo ponto, acompanhar a vida econômica e financeira destas empresas.

Elemento significativo dessas informações são o passivo da contabilidade destas companhias que nos permitiram a análise do mecanismo pelo qual se realizavam os financiamentos de suas operações e o lançamento de debêntures que, aparentemente, ocorriam no próprio mercado local. Tais blocos de informações viabilizaram um estudo mais adensado do comportamento do circuito financeiro local entre 1920 e 1940 (entendendo a noção de circuito como sendo de caráter orgânico e dinâmico), sobretudo no período imediatamente ulterior à crise de 1929. Para tanto lançamos mão, entre outros, dos seguintes periódicos de Juiz de Fora e Minas Gerais à época: o “Diário Mercantil” e o “Minas Gerais”, para o período entre 1926 a 1935, estando estas duas coleções no acervo citado da

Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Por fim, consultamos no acervo da Associação Comercial de Juiz de Fora (ACJF), a coleção referente à “Gazeta Commercial” que se estende deste 1928 a 1938, órgão representativo das classes produtoras da cidade.

A delimitação cronológica proposta sustenta-se plenamente. 1920 é o primeiro ano de uma década onde mudanças substanciais ocorreram nos campos político e econômico em quase todo as nações mundiais. No aspecto regional não foi diferente. Os anos 20 em Minas apontam para o apogeu e declínio do setor agro-exportador do complexo cafeeiro da Mata mineira, enquanto indica a ascensão das entidades de classe burguesas sediadas em Belo Horizonte no campo da inserção institucional. Esses movimentos nas órbitas política e econômica do estado se refletirão com maior amplitude na década seguinte, indicando uma recomposição de forças no aspecto das esferas de influência sobre o aparelho e as decisões do governo estadual. O Censo Geral de 1920, apesar de suas debilidades de informação é uma das fontes primárias importantes para a caracterização socioeconômica do estado no início da década de 20. Por outro lado, o ano de 1940 é crucial para os objetivos do presente trabalho, uma vez que aponta no sentido de um maior controle por parte do governo mineiro e da tecnocracia nele plasmada do projeto de industrialização industrial iniciado dez anos antes. Ou seja, marcaria com maior clareza que a inserção da burguesia belo-horizontina neste projeto estava relegada a uma posição de coadjuvante diante dos interesses estatais federal e estadual e da dimensão do capital estrangeiro no setor. O Censo Industrial e Demográfico de 1940, contendo informações por municípios, demarca como fonte, para nossos fins analíticos, as diferenças regionais ao final da década de 1930 no estado.

CAPÍTULO 1

1929: efeitos em cadeia de uma crise estrutural

“A crise de 1929 colocou sob suspeita as pregações que exaltavam as virtudes do liberalismo econômico. Frações importantes das burguesias européia e norte-americana tiveram que rever seu patrocínio incondicional ao ideário do livre-mercado e às políticas desastrosas de austeridade na gestão do orçamento e da moeda, diante da progressão da crise social e do desemprego”.

(Luiz Gonzaga Belluzzo, *Fim de século*, 1998)

1.1 - Elementos interpretativos e aspectos internacionais da crise de 1929

Conforme discutimos na parte introdutória do texto, é de suma importância, ao nosso ver, caracterizar alguns dos aspectos da crise de 1929, uma vez que pretendemos abordar como ponto de partida para a compreensão das mudanças político-econômicas em Minas Gerais na década de 1930, exatamente, a segunda metade da década de 1920. Deste modo, se por um lado, a conjuntura interna torna-se elemento crucial da análise, por outro a crise de 1929 é, sem dúvida, o foco de irradiação imediata de mudanças na maioria dos países ocidentais ligados ao eixo Reino Unido – França - Estados Unidos. Portanto, ao falarmos de questões como a do desenvolvimento capitalista, relações entre países centrais e periféricos, divisão internacional do trabalho e seus ciclos correspondentes, pensamos ser necessário cogitarmos sobre os acontecimentos de outubro de 1929 na Bolsa de Valores de Nova York, movimento que, guardadas as devidas proporções e realidades nacionais, influenciou sobremaneira a história política e econômica dos países latino-americanos.⁴¹

O conseqüente desenvolvimento do sistema capitalista de produção e os reflexos da segunda revolução industrial no século XIX, sobretudo em alguns países europeus e nos

⁴¹ Para tanto ver a obra de: CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo/Campinas: EDUNESP/EDUNICAMP, 1999. O autor analisa os reflexos imediatos e conseqüentes da crise de 1929 em diversos países do continente. Cano observa que, enquanto para alguns países os efeitos da crise foram superados positivamente, como no caso do Brasil, em outros a recuperação foi bastante lenta, quando não traumática, como no caso da Argentina.

Estados Unidos, desencadearam um movimento nunca antes visto de circulação de mercadorias e capitais em todo o mundo. Seja do modo econômico, através da propagação das idéias liberais do *laissez-faire* e da teoria ricardiana das “vantagens comparativas no comércio internacional”,⁴² seja no campo político, através de novas colonizações nos continentes africano e asiático, o sistema capitalista de produção e sua mola propulsora – a busca do lucro -, avançaram em um ritmo alucinante em questão de poucas décadas.⁴³ Neste sentido, devido à máxima carga de exploração dos fatores humanos e naturais, o próprio sistema, contraditoriamente, em pouco tempo, como dissemos acima, tendeu à superprodução e, conseqüentemente, a períodos cíclicos do que podemos chamar de “ajustes”. Segundo Frederico Mazzuchelli:

*“(...) As contradições imanentes da produção capitalista sempre se exteriorizam e se ‘resolvem’ nas crises, para serem repostas mais adiante, já que são constitutivas deste regime de produção. Assim, se o capital contém uma tendência recorrente a se abstrair das determinações de sua valorização, é através das crises que essas determinações se impõem, de modo violento, ao capital”.*⁴⁴

Ou seja, a agudização da independência do movimento de capitais chega a tal ponto que a crise surge como forma de controle e centralização do elemento capital. Para Karl Marx a crise representa assim: “a lembrança repentina de todos (...) elementos necessários da produção fundada sobre o capital; por conseguinte, desvalorização geral em conseqüência do esquecimento dos mesmos”.⁴⁵ A partir da circulação mercantil mesmo está contido um fator para as crises. É essa a argumentação de Frederico Mazzuchelli quando este autor afirma que: “A crise surge, portanto, como o estabelecimento forçado da unidade entre compra e venda, produção e circulação, produção e consumo”.⁴⁶

⁴² RICARDO, David. **Principios de economía política y tributación**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1959. O que Ricardo defende é que cada país deveria se especializar naquilo que a natureza lhe deu de mais abundante. Em resumo, no caso das relações de troca entre Brasil e Inglaterra, por exemplo, o primeiro exportaria sempre produtos primários, importando do segundo produtos industrializados. A chamada “Teoria das vantagens comparativas no comércio exterior”. No Brasil, a teoria ricardiana se acoplou muito bem à visão de “país celeiro do mundo”, visão que perdurou pelo menos até a década de 1930, sem maiores questionamentos em termos de política econômica.

⁴³ Sobre a expansão do capital industrial e do capital financeiro no modo de produção capitalista, ver: HILFERDING, Rudolf. **El capital financiero**. Madrid: Editorial Tecnos, 1963.

⁴⁴ MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo**. O capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.22.

⁴⁵ Ver: MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972, p. 368. É importante apreendermos que Marx concebe as crises capitalistas como movimentos de centralização e retomada do controle de capitais, diferentemente da visão clássica onde a crise seria parte da perda de um equilíbrio ótimo do sistema por conta da ação de um ou outro ator envolvido. Para tanto, ver: SCHIMIDT, Conrad. “Contribución a la teoría de las crisis comerciales y de la sobreproducción”, in: COLLETTI, Lúcio (org.). **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México, DF: Siglo XXI, 1978, p. 180-81.

⁴⁶ MAZZUCHELLI, Frederico, *op. cit*, p.27.

A crise de 1929 refletiu exatamente o processo descrito acima. A tendência do capitalismo de produzir mais mercadorias do que necessita o mercado, entendendo mercadorias não somente como produtos industrializados, matérias-primas, etc, mas também como ativos financeiros, bancários, apólices, ações, debêntures e outros investimentos que fazem parte do amplo *menu* oferecido àquelas pessoas que pretendem alocar seus recursos no mercado financeiro. O que queremos dizer é que tal crise não foi um mero reflexo da especulação financeira desenvolvida nos Estados Unidos em índices mais elevados na década de 1920, ou aconteceu instantaneamente a partir do *crack* da Bolsa de Nova York, ou mais ainda, como se a “quinta-feira negra” fosse o gatilho com o qual tudo se iniciou.

Devemos compreendê-la como um movimento endógeno do sistema capitalista que se refletiu, primeiramente, no país onde produção, especulação e falta de regulamentação dos investimentos de capitais mais se intensificava. Os Estados Unidos dos anos 1920 eram a expressão da felicidade exacerbada, onde tudo podia, onde as pessoas imaginavam que a expansão econômica não encontraria limites, onde se comprava terrenos à beira da praia, mas que, na realidade estavam em pântanos a dezenas de quilômetros da praia mais próxima, como ocorreu na chamada “bolha da Flórida” em meados da década. Ou seja, as classes médias norte-americanas, no bojo do que dissemos acima, compravam qualquer *mercadoria* que uma casa corretora mais ou menos séria lhe oferecesse. Tudo isso com a anuência das doutrinas liberais da política econômica empreendidas naquele tempo.⁴⁷

Sem dúvida a crise tinha raízes profundas que penetravam na própria natureza do capitalismo monopolista americano, pois a distribuição da riqueza na sociedade era desequilibrada: os salários e os preços tendiam a permanecer relativamente estáveis, aumentando o lucro das empresas pelo crescimento da produtividade. Em 1929, 5% da população americana dominavam 35% da riqueza gerada no país. De 1919 a 1929 a parcela mais rica da sociedade (1%) aumentou sua participação no bolo em 15%.⁴⁸

Na indústria do aço trabalhava-se doze horas por dia; em certas indústrias, sete dias por semana. Essas disparidades explicam por que, entre 1922 e 1929, o setor de bens de

⁴⁷ Sobre os motivos da crise se originar nos E.U.A. e a “crise da Flórida” de 1925, ver: GALBRAITH, John Kenneth. **A crise econômica de 1929**. Anatomia de uma crise financeira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972, p. 31-8.

⁴⁸ Para tanto, ver: MARQUES, Adhemar & COLLART, Alzira. **1929: uma crise que abalou o mundo**. Belo Horizonte: Lê, 2000, p. 16.

consumo não-duráveis (roupas, sapatos, etc) cresceu 35% e o setor de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, por exemplo) cresceu 50%.⁴⁹

O grande problema, portanto, nesse tipo de economia, é que a concentração dos rendimentos conserva a potencialidade de investimento, mas depois de um certo tempo não há onde investir. Ocorre a redução da margem de lucro, estagnando-se o processo de acumulação se não houver possibilidades ilimitadas de ampliação das oportunidades de investimento. No capitalismo monopolista os preços tendem a permanecer mais estáveis, dado o maior controle do mercado.⁵⁰ Num momento de crise opta-se pela paralisação parcial do parque produtivo e dos equipamentos – o que gera desemprego -, conservando-se, entretanto, a margem de lucro, que apenas se retrai ligeiramente nas fases mais agudas da crise. Os salários, porém, reduzem-se acentuadamente na indústria, determinando a contração do mercado e a redução dos investimentos e das oportunidades de lucro, o que leva as empresas monopolistas a defenderem com mais força os seus domínios. Certamente, o setor mais atingido pela diminuição dos investimentos é a indústria pesada.⁵¹

Na segunda metade de 1929, vários fatores contribuíram para agravar a situação econômica norte-americana. Os capitais investidos por empresários americanos no exterior, com garantia do próprio governo, foram bruscamente retirados (o governo decidira suspender as garantias, devido, sobretudo, ao conturbado estado de coisas nos países europeus, principalmente na Alemanha); a consequência imediata dessa atitude foi uma diminuição das exportações norte-americanas. Ainda no plano externo, devemos considerar a volta da Inglaterra e da França ao comércio internacional, o que também contribuiu para a queda das exportações americanas.

No plano interno, os grandes estoques acumulados de cereais começavam a afetar os preços dos produtos agrícolas pelo simples fato de se saber de sua existência: os preços foram baixando, tornando difícil a situação dos fazendeiros, que começaram a falir por não poderem pagar suas dívidas. As fazendas passavam a ser propriedades dos bancos. A produção industrial chegou a exceder consideravelmente o consumo; as indústrias

⁴⁹ Os dados são de: MARQUES, Adhemar & COLLART, Alzira, *op. cit.*, p. 37.

⁵⁰ Sobre regulação e ajustamento de capitais nas crises capitalistas ver: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo** (um ensaio sobre a economia política). São Paulo: Brasiliense, 1980, p.117. Do mesmo autor: "Remember 1930", *Revista Senhor*, n. 8, 1984: p. 197-198.

⁵¹ Sobre os movimentos das empresas e capitais monopolistas em períodos de crise ver a obra de: HILFERDING, Rudolf, *op. cit.*. Para uma crítica à obra de Hilferding ver o texto de: TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "O capital financeiro e a empresa multinacional". *Revista Temas de Ciências Humanas*, n. 9, 1983.

começaram então a diminuir o ritmo de produção, deixando grandes massas de operários sem emprego. Esses numerosos desempregados não tinham capacidade para comprar nada, o que fazia com que o consumo diminuísse ainda mais. Estava formado o que podemos chamar de “círculo vicioso”: quanto mais produtos sobravam, maior era a paralisação da produção; quanto menos fábricas trabalhavam, maior era o número de desempregados, menor o consumo e pior a situação geral.⁵²

A crise refletia-se na Bolsa de Valores de Nova York, onde eram negociadas as ações das grandes companhias norte-americanas. A maior parte dessas companhias era de capital aberto, ou seja, as ações que compunham seus capitais estavam nas mãos de muitas pessoas. A situação crítica dessas companhias fez baixar tanto o valor real como o valor especulativo, pelo qual eram compradas e vendidas essas ações na Bolsa. Muitos acionistas, alarmados, procuraram vender suas ações, pois achavam que era mais seguro ficar com dinheiro na mão. Mas os que queriam vender eram bem mais numerosos do que os que queriam comprar, de maneira que as ações eram oferecidas a preços cada vez mais baixos. Era o “feito bola de neve”. No dia 24 de outubro de 1929 – a famosa quinta-feira negra na Bolsa de Nova York – a tendência à baixa atingiu proporções catastróficas.⁵³

No dia 29 de outubro de 1929, a não menos famosa “terça-feira negra” da Bolsa de Nova York, tudo veio abaixo. As ações despencaram em queda livre e o índice industrial Dow Jones, que mede a variação das principais ações negociadas, despencou após registrar a queda histórica de 12,82%. A sensação que se tinha era a de que o mundo virara de ponta-cabeça. A ação da Radio Corporation of América, que na segunda-feira caíra dezoito dólares, desabou de 40,25 para 26 nas duas primeiras horas do pregão (tendo caído até então mais de 75 % em relação ao seu pico); a Goldman Sachs Trading Corporation abriu a sessenta e fechou a 35; a Blue Ridge, seu truste de investimento afiliado, que algumas semanas antes era vendida por 24, caiu de dez para três; e a United Corporation, a gigantesca companhia de serviços públicos do J. P. Morgan, passou de 26 para 19,30. As ações de bancos foram arrasadas. O First National Bank of New York declinou de 5200 para

⁵² Os dados apresentados estão em: TODD, Lewis Paul & CURTI, Merle. **Rise of the american nation**. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1966, Apêndice. Ver também: GALBRAITH, John Kenneth, *op. cit.*, p. 176-7. Galbraith, autor ligado à escola institucionalista, no capítulo VII dessa obra chamado de “As coisas tornam-se mais sérias”, p. 175-200, constrói uma tese bastante sólida acerca de como as instituições financeiras e monetárias norte-americanas falharam com relação aos prognósticos sobre a possibilidade da crise estourar. À p. 127, Galbraith mostra o vaticínio do respeitado economista Irving Fischer, da Escola de Harvard, onde este defende a tese de permanente valorização das ações. Devemos lembrar que após os efeitos mais graves da crise de 1929, durante muito tempo a Escola de Economia de Harvard se omitiu de efetuar quaisquer apontamentos, sobretudo, sobre a depressão dos anos 1930.

⁵³ Ver: GALBRAITH, John Kenneth, *op. cit.*, p. 162-73.

1600 dólares, enquanto o National City despencou de 455 para trezentos, apesar de uma medida de retaguarda de seu principal controlador, Charles Mitchell, que pessoalmente tomou emprestados 12 milhões de dólares para sustentar as ações. As favoritas de Hollywood – Paramount, Fox e Warner Brothers – também foram duramente atingidas. Para muitas ações, não havia absolutamente nenhum lance. Pacote de ações da White Sewing Machine Company, que naquele ano haviam sido negociada a 48 dólares chegaram a ser vendidas por um dólar.⁵⁴ Muitos investidores, desesperados, suicidaram-se. John Kenneth Galbraith, no entanto, pondera que o número de suicídios foi muito menor do que a literatura sobre a crise comumente aponta.⁵⁵ Já os pobres se preparavam para engrossar a fila da sopa gratuita dos desempregados.

Como dissemos acima, se a crise de 1929 teve causas bem mais substanciais do que a conjuntura norte-americana por si só, também suas conseqüências se irradiaram por inúmeros países, tanto aqueles industrializados, quanto outros, exportadores de produtos primários, como era o caso do Brasil. Tais conseqüências, porém, foram diferentes nos diversos países, tendo mesmo aspectos distintos entre regiões de um mesmo país. O *crack* da Bolsa de Nova York foi um divisor de águas. Encerrou a fase de prosperidade e deu início à grande depressão dos anos 1930. E não foi apenas em Wall Street que o impacto avassalador se fez sentir.

Na tentativa de conter a crise e pretendendo aproveitar-se da baixa geral das ações, um grupo de banqueiros de Nova York passou a comprar imensa quantidade de papéis desvalorizados, das mais diversas companhias, a preços muito baixos, freando a baixa vertiginosa. Nos inícios de 1930, o grupo de especuladores pretendeu vender ações a preços vantajosos, sem conseguir. Quando lançaram suas ações no mercado, seu valor era praticamente nulo: já não havia mais compradores.⁵⁶

Podemos dizer que as repercussões da crise prolongaram-se até 1933. A queda das ações arruinou os especuladores, reteve a venda a crédito e impossibilitou os que receberam financiamento de pagar seus débitos, provocando a falência de 4 mil bancos em três anos. No mesmo período, os preços dos produtos industriais caíram 27% e 85 mil empresas

⁵⁴ A respeito do “dia do massacre dos milionários” ver: CHANCELLOR, Edward. **Salve-se quem puder**. Uma história da especulação financeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 257.

⁵⁵ Sobre suicídios relacionados à crise de 1929 ver: GALBRAITH, John Kenneth., *op. cit.* p.207-8.

⁵⁶ ARRUDA, José Jobson de Andrade. “A crise do capitalismo liberal”, in: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. (org.). **O século XX** – Volume II: O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 27.

americanas faliram. O valor da produção nacional desceu à metade dos níveis anteriores à crise. Os preços agrícolas despencaram e os agricultores perderam suas terras hipotecadas aos bancos, paralisando a produção. Os salários baixaram em 20% e o número de desempregados do país atingiu a altíssima cifra de 14 milhões em 1933.

A retirada brusca dos capitais americanos da Europa provocou, de imediato, as falências do banco austríaco Kreditanstalt e dos Rotschild, na França, que arrastaram consigo os bancos alemães Danatbank e Dresdner Bank. Várias indústrias ligadas a esses bancos foram levadas de roldão. A produção industrial na Alemanha caiu em 39%, porcentagem que correspondia aproximadamente à queda da produção em todo o mundo, ao mesmo tempo em que o comércio internacional se reduziu em 25%.⁵⁷

O número de desempregados em todo o planeta variou entre 25 e 30 milhões de pessoas, de 1929 a 1933. Na Inglaterra, onde a exportação diminuiu 70% nesse período, o número de desempregados atingiu 2,7 milhões em 1931. A França, que havia recebido poucos investimentos estrangeiros, conseguiu equilibrar-se, mas a desvalorização da moeda inglesa afetou sua economia, pois suas reservas monetárias eram em libras. Rigorosamente, apenas a União Soviética havia escapado à crise.

Os países novos, não-desenvolvidos, sofreram um rude golpe, pois a crise nos países industrializados reduziu o fluxo das importações de matérias-primas ou produtos alimentícios: em Cuba o açúcar, no Sudeste asiático a borracha, na Austrália a lã.⁵⁸

No plano político as conseqüências não foram menos significativas. O desemprego tinha profundas repercussões sociais e as manifestações sociais e as manifestações contra os governos sucediam-se por toda parte. Os movimentos políticos pregavam soluções radicais e encontravam numerosos adeptos no seio dos descontentes. Os partidos socialistas – que defendiam a propriedade coletiva dos bens de produção – viram crescer rapidamente suas fileiras. Contra eles surgiram os partidos fascistas – antiliberais e antidemocráticos –, que defendiam a formação de governos autoritários para reprimir as agitações das massas desempregadas.

⁵⁷ Sobre a repercussão mundial da crise de 1929 e os dados econômicos e sociais ver texto de: KINDLEBERGER, Charles. **La crisis económica – 1929-1939**. Barcelona: Editorial Crítica, 1985, p.147-67.

⁵⁸ Os dados são de uma obra que discute no conjunto os reflexos internacionais da crise. Ver: ROTHERMUND, Dietmar. **The global impact of the global depression (1929-1939)**. London and New York: Routledge, 1996. Do capítulo 5 ao 14 o autor discute tais impactos em cada continente.

Por sua vez, as visões acerca das causas motivadoras da crise de 1929 estão colocadas há um bom tempo e vários autores e/ou escolas procuram indicar elementos que consideram centrais em seus pontos de vista. Acreditamos ser necessário abordarmos aqui algumas teorias que julgamos importantes nesse debate. Primeiramente, levaremos em conta a chamada escola monetarista. Seus principais defensores são os economistas Milton Friedman e Anna Schwartz, que em 1963 lançaram nos estados Unidos o livro “A monetary history of the United States, 1867-1960”, o qual teve grande impacto uma vez que devemos levar em conta que o debate entre os defensores do *welfare state* e os do estado menos intervencionista estava novamente em cena após quase vinte anos finda a segunda guerra mundial. As argumentações de Friedman e Schwartz se baseavam, sobretudo, na crise como originária basicamente nos Estados Unidos, por motivos internos a este país; em fatores monetários mais do que fatores reais de ideologia e práticas econômicas; na política levada a cabo por instituições financeiras nacionais mais do que na natureza liberal dessas próprias instituições ou seu relacionamento dentro do sistema internacional. Para tais autores, o colapso da bolsa, as práticas especulativas e o funcionamento contraditório do sistema capitalista tal qual como mencionamos acima, nada teve a ver com a crise.⁵⁹

Segundo Friedman e Schwartz e a escola monetarista, os motivos reais estavam relacionados a decisões políticas, ou seja, após o deslocamento da Europa com o centro credor do mundo ao final da primeira guerra mundial, os Estados Unidos optaram por não assumirem tal responsabilidade, preocupando-se mais com tarifas protecionistas do que, efetivamente, liderarem do ponto de vista monetário o sistema mundial. O ápice de tais tarifas seria a Lei Smoot-Hawley de 1930, através da qual os Estados Unidos impuseram ainda mais seu protecionismo tarifário.⁶⁰

Para Peter Temin, o problema estava do lado oposto da questão. Ou seja, as causas da crise de 1929 não residiram na oferta de moeda, como quer a escola monetarista e, sim, no gasto. Segundo esse autor, com o fim da primeira guerra mundial os governos, sobretudo, o dos Estados Unidos não se preocuparam efetivamente em aumentar o poder de compra da população trabalhadora ou das classes médias, favorecendo a concentração de renda e dos oligopólios. Dessa forma, a política econômica favorecia muito mais a especulação e o crescimento artificial do que o emprego e a produção. A política creditícia caminhava muito mais em direção das agências financeiras do que do investimento produtivo. Temin centra

⁵⁹ FRIEDMAN, Milton & SCHWARTZ, Anna. **A monetary history of United States, 1867-1960**. Princeton: Princeton University Press, 1963, p. 360.

⁶⁰ FRIEDMAN, Milton e SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 360 e seguintes.

sua abordagem, portanto, na distribuição dos gastos e do consumo na renda nacional norte-americana.

Dessa forma, como mostra Temin, entre 1923 e 1929 o valor dos produtos manufaturados subiu cerca de 10 bilhões de dólares, mas o aumento dos salários não foi além de 600 milhões. Ao final da década de 1920, essa má distribuição refletia-se de duas maneiras na economia: o capital estava concentrado nas mãos de uma pequena parte da população, normalmente ligada ao setor produtivo, não permitindo o crescimento do mercado consumidor interno, e não existiam grandes opções de investimento para aqueles que estavam se enriquecendo a não ser no especulativo mercado de ações.⁶¹

Ao nosso juízo, as duas correntes de explicação das causas da crise de 1929 mostradas acima possuem fundamentos. Sem dúvida, tanto a recusa dos Estados Unidos em desenvolver uma política monetária mais consistente para com o resto do mundo, sobretudo, com a crise da chamada moeda mundial – a libra esterlina inglesa – ao final da primeira guerra mundial, quanto as disparidades do investimento em gastos e produção realizados por este país entre 1919 e 1929 são fatores relevantes. Porém, tais explicações nos parecem muito monocausais e limitadas a um único país, sem se considerar os mecanismos pelos quais as crises financeiras se propagam entre os países que estão no bojo de um sistema mundial. Como já dissemos, é preciso levar em conta as contradições internas do modo de produção vigente, ainda que o foco de propagação da crise se irradie em um ponto central. Se levarmos em consideração somente os pontos defendidos por Friedman & Schwartz e por Temin, correremos o grave risco de ao analisarmos os impactos da crise no Brasil, por exemplo, creditarmos todas as conseqüências ao que ocorreu nos Estados Unidos, o que deixaria a análise comprometida e completamente deslocada. É bom que fique claro que esta análise não menospreza o fato de que o recuo das exportações brasileiras no pós-1929 para aquele país tenha sido um elemento significativo para as mudanças que vieram a ocorrer na economia brasileira nas décadas seguintes.

Uma terceira abordagem sobre as causas da crise de 1929 e que envolve também aspectos relacionados à depressão econômica da década de 1930 é aquela relacionada à questão creditícia do ciclo. O sistema capitalista, no tocante ao seu desenvolvimento e reprodução, sobretudo, a das trocas internacionais, necessita de uma nação que funcione como credora

⁶¹ Ver a obra: TEMIN, Peter. **Did monetary forces cause the great depression?** New York: W. W. Norton, 1976. Do mesmo autor, ver: "Three problems in Economic History", *Journal of Economic History*, Vol. XXXI, n. 1, 1971: 58-75.

de última instância ou recurso. Basta, para tanto, observarmos a preocupação ao final da segunda guerra mundial com tal questão. A Conferência de Bretton Woods expressou claramente tal ideal, independente das divergências expostas, tais como o funcionamento das instituições criadas, o grau de intervenção do Estado na economia e as regras do novo padrão-ouro. Porém, com relação à nação credora de recursos para o andamento do sistema, a Conferência foi clara, apontando os Estados Unidos como responsável por tal mecanismo. Charles Kindleberger definiu bem o papel do “lender of last resort”, ou melhor, a falta dele entre as décadas de 1920 e 1930:

*“É em consequência da propagação internacional de crises financeiras, da eficácia, sob determinadas circunstâncias, de ‘landing in the last resort’ e da evidência histórica, prestes a ser exposta, que se pode argumentar a favor de um ‘lender of last resort’ internacional. Diante da ausência de um governo e um banco central mundiais e da fragilidade da legislação internacional, torna-se crucial a questão acerca da origem de empréstimos de ‘last resort’. A evidência histórica sugere o principal centro financeiro, freqüentemente assistido por outros países. Sugere ainda que, quando não há tal fundo, como em 1873, 1890 e 1931, a depressão que resulta de uma crise financeira é prolongada – contrastando com episódios em que há um fundo, e a crise passa como uma tempestade de verão. A hipótese, deve-se ressaltar, é passível de discussão”.*⁶²

Ao nosso ver, obviamente, a discussão precisa ser mesmo feita, uma vez que as crises financeiras são pouco discutidas pela historiografia diante de sua importância e magnitude. Contudo, Kindleberger parece levantar questões relevantes para tal debate. Ao enfatizar que a crise e a depressão conseguinte dos anos 1930 necessitava de um volume adequado de empréstimos, do caráter político da operação e da necessidade de um ou outro país de se sentir responsável pela estabilidade do sistema, já que sem essa responsabilidade a instabilidade não poderia ser contida, este autor toca no ponto central, ao nosso ver, do surgimento e propagação da crise: a irresponsabilidade das políticas econômicas dos países desenvolvidos de então para com o funcionamento minimamente seguro do comércio internacional e desenvolvimento dos demais países. Poderíamos questionar se não seria uma fé em demasia nas teses liberais clássicas. Em outras palavras, o luxo da *belle-époque* europeia, os embalos dos *foxtrots* da era do *jazz*, a suntuosidade dos concursos de *charleston*, a renascença cultural daqueles tempos ou no dizer de Jules Romains “a sensação de se viver em um lugar e uma época sem iguais na história”, envolviam, na realidade, um *boom* de especulação e decisões políticas e econômicas extremamente

⁶² A respeito da discussão e hipótese da necessidade de um credor de último recurso “lender of last resort” é desenvolvida por: KINDLEBERGER, Charles. **Manias, pânico e crashes**. Um histórico das crises financeiras. Porto Alegre: Ortiz, 1992, p. 207-30.

daninhas para o próprio funcionamento do sistema, já não bastasse suas próprias contradições históricas.

As repercussões não tardaram. Foram imediatas. Como mostraremos adiante a política do *laissez-faire* foi seriamente questionada. Como afirma John Kenneth Galbraith, as medidas iniciais tomadas pelo presidente republicano norte-americano Herbert Hoover (1928-1932) foram inspiradas nas últimas idéias e obras de John Maynard Keynes. As reduções de impostos foram dramáticas, que, no entanto, não surtiram os efeitos esperados, uma vez que tal redução pouco influenciou no poder de gasto e consumo de uma economia em frangalhos. Procuraram, entretanto, restabelecer a confiança geral e expandir o investimento comercial.⁶³

Segundo Galbraith:

“Tratava-se de manobras para o restabelecimento da confiança numa escala realmente grande, e atraiu alguns dos mais entusiásticos comentários do período. Um redator financeiro de Wall Street começou o seu artigo sobre as sessões do seguinte modo: ‘Avancem os Moiros!, foi a réplica do marechal Foch durante a primeira batalha do Marne... Avancem reservas comerciais, ordenou o presidente Hoover, à medida que os relatórios pessimistas fluíam de todos os lugares na seqüência da crise do mercado de ações.’ O Philadelphia Record descreveu o presidente como ‘de longe, a figura dominante da moderna ciência da arte de governar’. O Boston Globe disse que a nação tinha agora consciência ‘que tem na Casa Branca um homem que acredita não na filosofia da inação, mas na dinâmica da autoridade’.”⁶⁴

Os acontecimentos, porém, não se deram com essa perfeição esperada. Na realidade a crise inicial avançou para uma conjuntura de depressão econômica mundial durante a década de 1930, desembocando em uma Segunda Grande Guerra, onde os conceitos de política de desenvolvimento e grau de intervenção estatal foram completamente revistos, aparecendo, em meados da década de 1940, o “lender of last resort”, moeda internacional de lastro – o dólar norte-americano -, o padrão-ouro como garantia das trocas internacionais e instituições de fomento aos países como o Fundo monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BID).

Nos Estados Unidos, os republicanos tiveram de amargar quatro mandatos consecutivos do Partido Democrata, com Franklin D. Roosevelt na Casa Branca (1932-1945). A política econômica do “New Deal”, pelo menos por alguns anos durante a década de 1930, implicou

⁶³ Ver: GALBRAITH, John Kenneth, *op. cit.*, p. 212-3.

⁶⁴ Idem, *op. cit.*, p.214.

um receituário de planejamento e intervenção, sendo, contudo, abandonado na segunda metade da década, quando a economia desse país dava sinais de recuperação e a Europa novamente apontava para um novo conflito armado.

Com a crise de 1929, a fé popular na política de *laissez-faire* foi consideravelmente diminuída. Nunca mais ninguém se atreveu a proclamar que a estrutura comercial fosse sólida, fundamentalmente ou não. Reputações foram destruídas na América e Europa. Bancos, academias e instituições financeiras reconsideraram seus vaticínios ou simplesmente sumiram. Já demos o exemplo da Sociedade de Economia de Harvard.

Devemos ressaltar nesse ponto, ainda que o analisemos que tal fragilidade econômica dos países centrais influenciou nas relações diplomáticas, políticas e comerciais entre estes e países periféricos. Estrategicamente, os Estados Unidos estabeleceram uma política de boa vizinhança para com o Brasil na década de 1930, renegociando dívidas e revendo tarifas alfandegárias. Pelo contrário, a Inglaterra, em situação econômica bem mais desconfortável radicalizou sua política financeira externa, fazendo com que países como a Argentina, por exemplo, tivessem dificuldades bem maiores de recuperação da crise. Tais diferenças influenciaram, sobremaneira, a posição de liderança econômica do Brasil na América do Sul, já a partir da década de 1930. O Brasil cresceu economicamente bem mais que a Argentina, país que durante as três primeiras décadas do século XX teve índices superiores de produção e de comércio exterior que os alcançados pelo Brasil.⁶⁵

Após o colapso de 1929 sobreveio a grande depressão, a qual se prolongou, em diferentes países, durante, mais ou menos, dez anos. John Kenneth Galbraith aponta alguns dados para o caso norte-americano: em 1933, o produto nacional bruto, ou seja, a produção total da economia era inferior em cerca de um terço ao de 1929. Somente em 1937 o volume físico da produção recuperou os níveis de 1929, porém, sofreu novo revés no período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial. Até 1941, o valor em dólares da produção manteve-se inferior ao de 1929. Entre 1930 e 1940, apenas uma vez, no ano de 1937, o volume médio de desemprego anual foi inferior a oito milhões de trabalhadores. Em

⁶⁵ Sobre as relações econômicas e políticas entre Brasil e Estados Unidos no pós-1930 ver: ABREU, Marcelo de Paiva. *“Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945”*, in: _____ (org.). **A ordem do progresso**. Cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. 11 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 86. Ver também: GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Vargas**: influência americana e alemã no estado novo. São Paulo: Símbolo, 1977, p. 90-103. A respeito das posições econômicas de Brasil e Argentina nesta década ver: ABREU, Marcelo de Paiva. *“La Argentina y Brasil en los años treinta. Efectos de la política económica internacional británica y estadounidense”*. In: THORP, Rosemary. (org.). **América Latina en los años treinta**. El papel de la periferia en la crisis mundial. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 171-90.

1933, cerca de treze milhões de pessoas estavam desempregadas, isto é, um em cada quatro elementos da força de trabalho. Em 1938, ainda se encontrava desempregada uma pessoa em cada cinco.⁶⁶

O que nos parece, contudo, especialmente importante no debate acerca da crise de 1929 e a posterior depressão que sobreveio na década de 1930 em quase todo o mundo capitalista, está ligada à questão creditícia. A Tabela 1 nos mostra uma brusca caída no montante de empréstimos ao estrangeiro feito pelos Estados Unidos e Inglaterra a partir de 1929 corroborando, assim, a análise de Kindleberger. Durante o século XIX, este último país concedia créditos ao estrangeiro com uma base anticíclica. É bem verdade que houve algumas exceções como na crise de 1890. Porém, em boa parte, especialmente depois da metade do século, tal política se manteve com relação ao crédito tanto exterior como interior. A recessão interna que este país sofreu ao final do século veio a estimular os créditos ao estrangeiro, que, no entanto, diminuíram com o *boom* nacional pós-crise do final do século. Porém, o *boom* nacional fez aumentar a importação, o qual proporcionou um estímulo à exportação, que substituiu o investimento interno com os fundos emprestados. Ou seja, os créditos anticíclicos estabilizaram o sistema.

Tabela 1 – Empréstimos dos Estados Unidos e Inglaterra (1924/1929) – anual por regiões (em milhões de dólares)

Estados Unidos	Europa	Ásia Oceania	África	Canadá	América Latina	TOTAL
1924	527	100	-	151	191	969
1925	629	147	-	137	163	1076
1926	484	38	-	226	377	1125
1927	577	164	-	237	359	1337
1928	598	137	-	185	331	1251
1929	142	58	-	295	176	671
	-----	-----		-----	-----	-----
TOTAL	2957	644	-	1231	1597	6429
Reino Unido						
1924	159	314	66	20	31	590
1925	53	216	72	10	68	419
1926	120	226	32	29	129	536
1927	105	238	136	34	126	639
1928	164	232	80	98	96	670

⁶⁶ Os dados estão em: GALBRAITH, John Kenneth, *op. cit.*, p. 253, e foram extraídos, segundo este autor, de: *Indicadores econômicos: suplemento histórico e descritivo*, Comissão do relatório econômico, Washington, 1953.

1929	105	139	51	74	78	447
	-----	-----		-----	-----	-----
TOTAL	706	1365	437	265		

Fonte: KINDLEBERGER, Charles. *La crisis económica, 1929-1939*. Barcelona: Editorial Crítica, 1985, p. 65.

Nos anos 1920, os créditos ao estrangeiro efetuados pelos Estados Unidos tinham uma relação com o investimento interno. O *boom* dos anos vinte veio acompanhado de um aumento dos créditos ao estrangeiro. Entretanto, a depressão dos anos 1930 fez com que o fluxo de capital se invertesse. Aqui, o fato fundamental é o de que os Estados Unidos cortaram tanto suas importações quanto seus créditos ao mesmo tempo. A diminuição dos créditos ocorreu, na realidade, antes do *crack* da Bolsa de Nova York porque os investidores se dirigiram com muita intensidade, desde 1928, para o boom das ações nacionais. Tais iniciativas se refletiram em países como a Alemanha, por exemplo, que necessitava de créditos para sua retomada econômica, mas, a grande pressão ocorreu nos países periféricos menos desenvolvidos.

Temos assim um quadro em que as expectativas para a crise, na realidade, estavam colocadas já na década de 1920. A Inglaterra não exercia mais poder de fogo desde o final da primeira guerra mundial. Por sua vez os empréstimos norte-americanos se voltaram, ao final dessa década, para investimentos especulativos internos. O capital monopolista procurava, assim, se abrigar cada vez mais de maneira bursátil, enquanto o funcionamento do sistema caminhava para o colapso. Segundo Charles Kindleberger, esse movimento acima apontado, mais as faltas de iniciativa dos Estados Unidos no pós-crise com relação à política creditícia formaram o cenário para que a depressão mundial aumentasse e perdurasse por muito mais tempo do que deveria, proporcionando, ao seu final, mais um conflito mundial e pobreza na periferia do sistema. Para Kindleberger:

*“A explicação para que a depressão tenha sido tão ampla, profunda e larga, está na instabilidade do sistema econômico internacional, refletida na incapacidade britânica e na falta de vontade norte-americana para assumir a responsabilidade de estabilizá-lo, desenvolvendo para tanto cinco funções: i) manter um mercado relativamente aberto para os bens com problemas; ii) proporcionar empréstimos anticíclicos de longo prazo, ou pelo menos estáveis; iii) estruturar um sistema relativamente estável de tipos de câmbio; iv) assegurar a coordenação das políticas macroeconômicas e, v) atuar como credor de última instância, por meio de descontos ou de outras formas, proporcionando, assim, liquidez na crise financeira”.*⁶⁷

Feitas tais considerações, passaremos agora a uma análise dos impactos da crise de 1929 sobre o conjunto dos países da América Latina. É preciso termos em mente que o

⁶⁷ Ver: KINDLEBERGER, Charles, *op. cit.*, p. 340.

continente, ainda que essencialmente agro-exportador, guardava diferenças profundas entre as realidades econômicas, políticas e de soberania entre seus países. Tais diferenças envolviam fatores diversos como capacidade e tipo de produção, aspectos geográficos, fatores demográficos, conjunturas políticas e relações internacionais. Dessa forma, países mais dependentes da Inglaterra, por exemplo, sofreram mais com a crise devido às medidas tomadas por este país europeu face aos desdobramentos dos acontecimentos de 1929. Foi o caso da Argentina e, sobretudo, do Chile. Por outro lado, países como o Brasil e a Colômbia, devido a fatores políticos e de relações de troca com os Estados Unidos, obviamente, tiveram muitas dificuldades econômicas, mas se recuperaram mais cedo do que outros. Já o México, extremamente dependente dos norte-americanos ficou submisso aos acontecimentos do vizinho do Norte, agravando sua instabilidade política e fazendo ampliar o poder de suas oligarquias tradicionais, apesar da tentativa de um ousado programa de reforma agrária elaborado pelo presidente Lázaro Cárdenas.⁶⁸

A literatura acerca da crise de 1929 e de suas repercussões sobre a América Latina costuma dividir os países e suas políticas de recuperação em termos de “reativos” e “passivos”. As possibilidades de um país para outro, evidentemente, eram distintas. Entretanto, como aponta Carlos Díaz Alejandro, foi de fundamental importância as iniciativas de cunho político tomadas por alguns países, entre eles, o Brasil.⁶⁹ Para Díaz Alejandro:

*“O desenvolvimento latino-americano experimentou um ponto de inflexão durante os anos trinta. É possível que se exagere com frequência o contraste existente entre ‘o antes e o depois de 1929’, porém não há dúvida de que o decênio presenciou um distanciamento do comércio e das finanças internacionais, e um surgimento relativo das atividades de substituição de importações, sobretudo, porém não exclusivamente no setor de manufaturados. Outras tendências visíveis antes de 1929, tais como a urbanização e um crescente interesse do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, continuaram nos anos trinta e se aceleraram em alguns países. As lembranças dos anos trinta têm influído profundamente sobre a atitude da região com relação ao comércio e ao financiamento internacionais; os indicadores do comércio internacional, alcançados ao final dos anos vinte não se superaram em muitos países antes dos anos sessenta”.*⁷⁰

Como economias primário-exportadoras e fortemente reflexas à demanda externa, os países latino-americanos foram fortemente atingidos na principal variável determinadora da renda e do emprego, que era a atividade exportadora, cuja redução combinada de volume e

⁶⁸ Para o caso da Argentina ver: O'CONNELL, Arturo. *“La Argentina en la depresión: los problemas de una economía abierta”*, p. 217-57; para o Chile ver: PALMA, Gabriel. *“De una economía de exportación a una economía sustitutiva de importaciones: Chile 1914-1939”*, p. 60-97; Para a Colômbia ver: OCAMPO, José Antonio. *“La economía colombiana en la década de los treinta”*, p. 139- 67; Todos os textos citados estão em: THORP, Rosemary (org.). **América Latina en los años treinta**, op. cit.

⁶⁹ Sobre os termos países “reativos” e “passivos”, ver: DÍAZ ALEJANDRO, Carlos. *“América Latina en los años treinta”*. In: THORP, Rosemary (org.), op. cit., p. 47.

⁷⁰ DÍAZ ALEJANDRO, Carlos. *“América Latina en los años treinta”*. In: THORP, Rosemary (org.), op. cit., p. 31.

de preço resultou em queda em torno de 50% de sua capacidade para pagar importações. Acrescente-se que, aos primeiros sinais da crise, como afirmamos anteriormente, o capital estrangeiro (E.U.A. e Inglaterra, à frente) retirou boa parte de suas aplicações, destruindo as reservas de divisas da maioria dos países do continente. Assim, se nada fosse feito, a possibilidade de regressão econômica seria significativa. Não foi o que sucedeu. Como apontamos acima, alguns países reagiram, outros não; alguns com intensidade maior de ações, outros mais contidos.

**Tabela 2 – América Latina: Exportações - 1925/1939
(em milhões de dólares)**

Ano	Argentina	Brasil	Costa Rica	Chile	Colombia	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Peru	El Salvador
1925	793	491	16.4	229	83	29.6	12.0	336	12.4	94	17
1926	730	461	19.0	201	110	29.0	13.5	334	13.0	99	25
1927	972	431	18.1	206	106	33.9	17.6	299	9.0	107	14
1928	1017	475	19.6	236	131	28.2	23.1	285	11.7	111	24
1929	907	456	18.2	279	123	24.9	24.6	275	10.9	117	18
1930	513	311	16.3	162	109	23.6	25.1	203	8.3	83	14
1931	428	239	14.3	100	95	15.2	18.6	151	6.6	55	11
1932	331	181	8.5	35	67	10.7	14.8	97	4.5	38	6
1933	359	222	10.7	52	59	9.3	12.3	104	4.9	48	7
1934	418	287	8.7	97	94	14.8	10.5	179	5.2	70	9
1935	449	269	8.3	97	80	12.5	8.6	208	5.7	74	11
1936	483	320	8.8	116	90	16.9	7.0	215	4.6	84	10
1937	757	440	11.5	186	87	17.9	7.5	248	7.0	92	16
1938	438	280	10.1	131	82	18.2	6.6	185	5.9	78	11
1939	481	330	9.1	128	78	18.8	9.1	176	8.3	72	13

Fonte: THORP, Rosemary (org.). *América Latina em los años treinta*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 378.

**Tabela 3 – América Latina: Importações - 1925-1939
(em milhões de dólares)**

Ano	Argentina	Brasil	Costa Rica	Chile	Colombia	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Peru	El Salvador
1925	801	412	14	149	86	25	13	193	10	73	19
1926	758	391	14	157	109	29	10	184	10	73	26
1927	825	388	16	131	123	26	11	163	10	72	15
1928	807	442	18	146	145	31	13	172	13	70	19
1929	820	417	20	197	122	30	15	178	12	76	18
1930	617	251	11	170	61	16	16	155	8	51	12

1931	345	132	9	86	40	13	10	82	6	29	7
1932	215	108	5	26	29	7	8	57	3	16	5
1933	287	170	6	27	40	8	6	70	4	20	6
1934	327	208	9	50	54	10	8	93	5	39	8
1935	340	225	8	63	60	12	10	113	5	43	9
1936	328	247	9	71	69	14	8	129	6	50	8
1937	482	460	12	89	95	21	10	171	6	59	10
1938	443	280	13	103	84	21	9	114	5	59	9
1939	325	290	17	85	103	19	10	128	6	48	9

Fonte: THORP, Rosemary (org.). *América Latina em los años treinta*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, p. 37-9.

As Tabelas 2 e 3 apontam os índices de exportação e importação de alguns países do continente. Podemos observar que o Brasil, por exemplo, ainda que somente em 1937 alcance um resultado nas suas exportações próximo ao do final da década de 1920, vai se recuperando ao longo dos anos 1930. A Argentina, por outro lado, demonstra seu desempenho claudicante no decorrer da década de 1930, como discutimos acima. Podemos inferir que a profundidade da crise e sua longa duração não mais permitiam uma “volta ao passado”, isto é, a manutenção do antigo padrão de consumo e de investimentos, e formas de ajustamento passivo para enfrentar a depressão. Nos países onde as elites e o Estado – pressionados ou não por uma potência estrangeira – não tiveram uma atitude “reativa”, como demonstra Díaz Alejandro, em defesa da economia, ocorreu maior regressão da renda e do emprego, e, em alguns casos, a da própria estrutura produtiva alcançada antes da crise. Desse modo, pensamos que a hipótese mais plausível para a não regressão teria que ser, necessariamente, a ruptura do padrão de acumulação anterior, o primário exportador, uma vez que na maioria dos países latino-americanos este modelo dava sinais claros de desgaste e impasses estruturais em seu sistema de reprodução.

No período 1929-1937 apesar da profundidade da depressão e da enorme fuga do capital internacional, conforme demonstrado na Tabela 1, puderam os países latino-americanos contar com maiores graus de liberdade em termos externos. As economias centrais estavam retraídas, com o comércio e as finanças internacionais desmantelados, sem quaisquer possibilidades de articulação interimperialista como vinha acontecendo até os anos 1920. Podemos afirmar que essa *folga* perdurou, pelo menos, até ao final da Segunda Guerra Mundial em 1945.

Para Wilson Cano, a maioria dos países latino-americanos havia instalado unidades de transformação industrial. Contudo, os menores países praticamente não ultrapassaram as

atividades industriais de beneficiamento agro-industrial, ao passo que os de maior porte haviam consolidado a instalação de outros compartimentos industriais de consumo, como têxtil, calçados, vestuário e mobiliário, além de uma química e metalúrgica incipientes e de materiais de construção. Poucos haviam ingressado na produção de cimento e na siderurgia. Obviamente, quanto maior e mais diversificado fosse o parque industrial do país, melhor seriam as condições para internalizar e potenciar os efeitos de uma política de defesa da economia.⁷¹

Para Cano, as pressões liberais, antes de significar um freio a tal processo aguçaram a resistência interna. Avançou-se ainda mais na industrialização, até onde se pode. O Estado veio suprir a debilidade do capital privado nacional e o desinteresse do capital externo, implementando capacidades produtivas nas áreas de petróleo, aço, produtos químicos básicos, infra-estrutura, bancos, transporte, energia e telecomunicações. Mais que isso: nesse momento a luta pela industrialização na América Latina passa a constituir uma bandeira progressista em todos os países.⁷² Aqui se colocam duas questões as quais julgamos pertinentes: em primeiro lugar, é preciso que se faça uma análise mais detalhada do processo de industrialização no continente, especialmente no Brasil, o que faremos mais de perto no capítulo dois adiante. Por hora basta dizer que o modelo de industrialização implementado na maioria dos países seguiu uma linha autoritária, o que veio a favorecer uma pequena parcela das elites, geralmente, já instaladas no poder ou ligadas a ele, caracterizando o que Barrington Moore Jr. chamou de “revolução pelo alto”.⁷³

Em segundo lugar, o termo progressista sugerido acima deve ser usado com certa reserva, uma vez que o binômio urbanização-industrialização constituía a via principal de amortecimento das tensões sociais geradas pelo crescente êxodo rural na região que, de um lado representava para o migrante, a oportunidade de obter melhor emprego, por outro, significava a tentativa de fugir ao completo abandono social em que vivia no campo, em sua região de origem. Já para as elites, isto também evitava, de forma permanente, o enfrentamento da questão agrária e da exclusão social. Ou seja, ao processo de crise econômica, sobretudo, no segmento agro-exportador, somou-se um modelo de industrialização sem a inclusão das massas, elitista e concentrador.

⁷¹ Um texto bastante elucidativo acerca dos efeitos da crise de 1929 na América Latina e das políticas desenvolvimentistas macroeconômicas dos governos, ver: CANO, Wilson. “**Crise de 1929**”, **soberania na política econômica e industrialização**. Campinas, IE/UNICAMP, 2001, p. 7-11. (Mimeo.).

⁷² CANO, Wilson, *op. cit.*, 2001, p. 11.

⁷³ MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1975, p. 427-46.

Dessa forma, chegamos a um ponto metodologicamente importante de nosso trabalho. A crise de 1929 e a posterior depressão trouxeram a certeza de que as prioridades políticas correntes importavam mais ainda que o desempenho econômico da maioria das nações no passado. Em outras palavras, as condições econômicas correntes eram muito relevantes, porém, nunca as decisões políticas foram tão importantes para fazer com que o sistema produtivo voltasse a operar em bons termos. Basta ver o exposto acima por Kindleberger. Entre 1930 e 1945, as decisões políticas e a política econômica de diversos países guardaram marcas indeléveis em suas histórias recentes, e alguns deles são hoje, em grande parte, reflexos de decisões políticas tomadas naqueles anos.⁷⁴

Para os fins deste trabalho, consideramos, portanto, alguns aspectos que julgamos importantes sobre a crise estrutural do capitalismo de 1929 e seus desdobramentos para a década de 1930. Como frisamos acima, o comportamento dos países com relação à crise e à grande depressão foram distintos. Faz-se, necessário, apreendermos a importância das relações entre o político e as crises⁷⁵ e, fugirmos, portanto, das interpretações puramente econômicas e deterministas sobre reflexos da crise no Brasil tendo como ponto de partida menos os reflexos advindos do campo exógeno ao país do que as contradições e dilemas desenvolvidos internamente pela política econômica nacional desde o início do período republicano.

Colocadas tais considerações sobre os aspectos internacionais da crise, passamos, então, ao caso brasileiro, que nos parece bastante similar ao de outros países da região, porém, retendo particularidades importantíssimas em termos de decisões políticas de longo prazo e que vieram a influenciar, inclusive, as características sócio-econômicas e políticas do Brasil atual.

1.2 - Brasil: da radicalização do modelo agrário-exportador na década de 1920 à eclosão da crise de 1929

“A instabilidade econômica gerada pelos sucessivos choques externos que se iniciam em 1914 e se estendem pela primeira metade dos anos 20, mina as bases das

⁷⁴ Um texto bastante elucidativo acerca das relações entre decisões políticas e medidas de política econômica é o de: EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 110.

⁷⁵ Para tanto nos valem das considerações de: RÉMOND, René. “Do político”, in: _____. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, P. 449. Diz Rémond: “O acontecimento, e com mais razão ainda a crise, que é um paroxismo do acontecimento, tem também a característica de ser irreversível; eles mudam irremediavelmente o curso das coisas”. (grifo nosso).

alianças políticas tradicionais entre os grandes estados e sob o estímulo adicional das ideologias emergentes na Europa do pós-guerra, debilita a crença nas vantagens do liberalismo econômico”.

(Winston Fritsch, *Apogeu e crise na Primeira República*, p. 170)

Podemos inferir que o Brasil, como um país novo e dependente, sofreu mudanças importantes com a crise de 1929. Seu produto principal era o café, responsável por 70% das exportações, sendo os Estados Unidos os maiores compradores e consumidores do produto. É fácil, pois, avaliar as conseqüências da redução das importações americanas sobre o país, pois o equilíbrio da balança comercial brasileira dependia, sobremaneira, das exportações.

Antes da crise o consumo mundial chegou a ser de 16 milhões de sacas de café por ano; a produção brasileira (de oito milhões de sacas/ano), somada aos estoques, colocava o Brasil em condições de abastecer sozinho o mercado mundial. Isso se explica pela política de financiamento e valorização dos preços adotada desde 1906 pelo Convênio de Taubaté. Com a crise, além da diminuição do consumo, abandonou-se a política de estocagem, pois os bancos estrangeiros não mais estavam em condições de financiá-la. A impossibilidade de manter a estocagem fez com que todo o café existente fosse colocado abruptamente no mercado mundial, forçando a queda vertiginosa dos preços. Os 70% do valor total das exportações que o café representava reduziram-se a apenas 53%. A crise de 1929 não afetou apenas o café: os preços de todos os produtos primários foram rebaixados, agravando-se o *déficit* da balança comercial e aprofundando-se a depressão neste setor. Também foram atingidas as indústrias ligadas ao café, sobretudo fábricas de sacos de anagem e fazendas produtoras de alimentos de primeira necessidade.⁷⁶

Com relação à indústria brasileira, o setor foi, de forma geral, beneficiado. A desvalorização da moeda nacional, provocada pelo *déficit* da balança comercial, reduziu sensivelmente seu poder de compra, tornando mais caros os produtos importados; esse mecanismo estimulou a produção de similares no país. Segundo Werner Baer:

“Pode-se concluir que, como ocorreu na Primeira Guerra Mundial, o crescimento da produção industrial na primeira metade da década de 1930 se baseou na utilização mais completa da capacidade existente, grande parte da qual havia sido subutilizada e formada na década anterior. Na segunda metade da década de 1930, o crescimento da produção industrial foi acompanhado pela expansão da capacidade. A capacidade do aço cresceu com o surgimento de novas e pequenas firmas e, principalmente, com a abertura da nova fábrica da Belgo-Mineira em Monlevade. De modo semelhante,

⁷⁶ Sobre as conseqüências de crise de 1929 e a política de defesa permanente do café ver: DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do Café no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV/Ministério da Agricultura, 1981, p. 97-101.

surgiram novas firmas de cimento, e a capacidade de produção de papel cresceu a uma taxa muito rápida”.⁷⁷

Os fazendeiros de café, principal sustentáculo do poder político no Brasil até então, exigiam medidas urgentes para solucionar a crise. A incapacidade do governo Washington Luís em superá-la, podemos dizer, tornou-se o motivo imediato da Revolução de 1930, que depôs o presidente.⁷⁸ Seu sucessor, Getúlio Vargas, procurou enfrentar a crise obtendo empréstimos no exterior para financiar o armazenamento dos excedentes. Tal prática não foi levada até o fim: uma pequena parte do excedente foi trocado por trigo norte-americano e o resto foi queimado para garantir os preços no mercado internacional.⁷⁹

Para os fins deste trabalho, o debate acerca das relações entre o café e a indústria no Brasil é de fundamental importância. Nos deteremos, pois, na abordagem da literatura sobre o assunto. Nosso objetivo, como foi dito na introdução, é o de analisar as alternativas de industrialização através de medidas de política econômica em uma região agro-exportadora: a zona da Mata mineira durante a década de 1930. Entendemos ser importante, nesse sentido, abordar as principais características do processo de industrialização implementado no país nesse período, suas nuances e impactos inter-regionais.

Podemos, assim, avançar com mais sensatez no sentido de discutirmos as decisões em matéria de política econômica durante a década de 1920, aquela que exprime, ao nosso ver, períodos de tensões e conflitos vitais para a crise do modelo político-econômico vigente no Brasil, precipitada pelos acontecimentos de 1929.

Dessa forma, pretendemos abordar os impactos da política econômica desenvolvida no Brasil a partir do final da primeira guerra mundial à luz da política de sustentação do café e de seus desdobramentos no setor industrial do país.

⁷⁷ BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002, p. 57. Para mais detalhes, ver do mesmo autor: **The development of the Brazilian steel industry**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1969.

⁷⁸ Existe uma ampla literatura acerca da Revolução de 30 no Brasil em vários de seus aspectos. Citaremos aqui aquelas que nos foram mais importantes para este trabalho: CPDOC-FGV. **A Revolução de 30**. Seminário Internacional realizado no Rio de Janeiro. Brasília: UnB, 1981, 722 p. (coleção de 32 textos); BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre. **A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, 199 p.; WHITAKER, José Maria. **O milagre de minha vida**. São Paulo: Hucitec, 1978, 370 p.; FAUSTO, Boris, *op. cit.*, 159 p.

⁷⁹ Para a ligação entre a política cafeeira, medidas financeiras e crise política em 1930 ver: BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre, *op. cit.*, p. 9-15; MELO FRANCO, Virgílio de. **Outubro, 1930**. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980, p. 143-184; DELFIM NETTO, Antonio, *op. cit.*, p. 97; DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**. Um estudo sobre a constituição de Estado e as alternativas da industrialização no Brasil – 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 82-3.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que expõe as dificuldades crescentes do regime surgido após a queda do Império (expresso na Constituição de 1891), a década de 1920 revela também, na sua melhor expressão, o arranjo de poder que dominou boa parte da história política da Primeira República. Assim, a despeito dos pontos mais positivos da autonomia federativa, conforme o decidido na Carta de 1891, sugerindo um avanço em relação ao exagerado centralismo do Império, praticou-se exemplarmente nos anos 1920 a criação política do presidente Campos Salles no começo do século, ou seja, a “política dos governadores”.⁸⁰ Do ponto de vista da economia e do sistema econômico, logrou-se chegar ao limite, tanto de um sistema produtivo vulnerável por depender crucialmente de um produto de exportação, sem políticas reais de desenvolvimento, quanto de uma política econômica que buscava conciliar esta inerente fragilidade a um sistema que se diversificava, fazendo pressionar o crescimento das atividades urbano-industriais.

Associada à diversificação da produção expandia-se a camada média da sociedade, gerando demandas que, pouco a pouco, colocavam em xeque o arranjo dominante citado acima. Não poderia ser diferente, dado o crescimento da indústria ao longo dos anos 1920, embora este não tenha ocorrido linearmente ao longo da década. Mas houve um inegável e marcante processo de expansão e, é preciso dizer, diversificação do setor industrial, justamente no período que pode ser considerado de apogeu da economia agrário-exportadora.⁸¹

Conforme já dito, não havia incompatibilidade entre o desenvolvimento da indústria e o setor dinâmico, representado pela economia cafeeira, e menos ainda uma oposição de interesses entre os dois setores. O percurso da indústria estava fortemente condicionado à situação do café, uma vez que a produção e exportação cafeeiras eram, em grande parte, responsáveis pelo nível de renda externa, do qual dependiam importantes setores das atividades urbano-industriais. Deve-se também destacar seu papel como gerador de capacidade de importar por meio de arrecadação de divisas, questão igualmente crucial para o próprio desenvolvimento da indústria. Tomamos, assim, neste ponto, a perspectiva de que a política econômica aplicada na última década da Primeira República exprimiu o conflito que necessariamente se estabeleceu na gestão estatal com relação à economia.

⁸⁰ A respeito da “política dos governadores” ver: CARONE, Edgar. **A República Velha**. Vol. I – Instituições e classes sociais. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978, p. 305-13.

⁸¹ Sobre este crescimento ver: VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001, capítulo 5: “O auge da economia de exportação, 1919-1928”, p. 149-78. Para dados estatísticos desse crescimento e diversificação ver: HADDAD, Cláudio Luiz da Silva. **Crescimento do produto real no Brasil – 1900-1947**. Rio de Janeiro: EDFGV, 1978, p. 17.

Ainda que a conjuntura da época guarde *locus* importantes para pesquisas históricas, a ênfase na análise da política econômica nos parece bastante apropriada para que possamos buscar o entendimento de seus significados naqueles anos tão conturbados quanto importantes para a sociedade e economia brasileiras. Dessa forma, é preciso centrar o estudo, por força da economia depender em boa medida da exportação de café, no desempenho da sua demanda e oferta e nas implicações daí decorrentes que se refletem no câmbio. Como a economia brasileira no período aqui considerado é fortemente especializada na produção de produtos primários de exportação, notadamente o café, e, portanto dependente do mercado externo tanto para gerar a maior parte da renda interna como para o abastecimento de insumos e produtos de consumo corrente, o câmbio e o preço do café têm importâncias decisivas.

O valor do mil-réis trazia implicações importantíssimas para a arrecadação e, portanto, para a política fiscal. A política monetária, em boa medida, decorria também dos fluxos de renda originários da atividade cafeeira, uma vez que boa parte da renda nacional era devida à atividade de exportação, o que evidentemente implicava políticas de crédito consistentes com este fato. Café, taxa de câmbio e as políticas fiscal e monetária sumarizam o quadro da política econômica na década de 1920. As medidas tomadas e os resultados obtidos exprimem parte relevante da história econômica brasileira daqueles anos.⁸²

Havia dentro do sistema produtivo quase que um consenso de que o setor bancário deveria ser reformado, abolindo-se o papel de emissor do Tesouro Nacional, passando este poder ao Banco do Brasil S/A pela criação da carteira de redesconto. Em linhas gerais, esta seria criada por meio do aumento do capital do Banco do Brasil pelo aporte de ouro ou moedas estrangeiras, contra as quais seriam emitidas notas bancárias inconvertíveis, em até três vezes este aporte.

Mesmo com o consenso existente quanto à necessidade de reforma do sistema bancário e da criação de um emprestador de última instância,⁸³ a recessão no final de 1920 passou a exigir da política econômica medidas de cunho mais pragmático, mais afinadas a questões

⁸² Para uma melhor caracterização, sobretudo do período 1919-1922 ver: FRITSCH, Winston. **External constraints on economic policy in Brazil, 1889-1930**. London: Macmillan Press, 1988, p. 53-8. Para o mesmo período ver do mesmo autor: *“Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930”*, in: ABREU, Marcelo de Paiva. (org.), *op. cit.*, p.46-50.

⁸³ Acerca do papel do “emprestador de última instância” (“Lender of last resort”), ver o conceito definido por Charles Kindleberger, nota 62 supracitada neste texto.

conjunturais. Com o preço do café em queda, e com a grande safra chegando aos portos, o que evidentemente, significaria perdas ainda maiores, o governo federal se viu obrigado a uma nova política de defesa do café. As opções de política econômica, de fato, pareciam limitadas: a renda auferida pelas exportações do produto havia caído, entre 1919 e 1920, em torno de 20 milhões de libras esterlinas.

A solução encontrada para amenizar o desequilíbrio foi a tomada de empréstimo externo em Londres. No final de 1921, os preços do café começam a apresentar altas significativas, o que, aliado à expectativa de pequena safra para o ano seguinte, possibilitou a tomada de um empréstimo de curto prazo, da ordem de 5,5 milhões de libras esterlinas, que seria consolidado em maio de 1922. Aqui deve ser observado que o plano de defesa de valorização do café, de 1921, foi, de fato, um sucesso. Os preços do café subiram consideravelmente por força da recuperação da economia mundial, bem como em virtude da acentuada queda na produção, pois o estoque mundial do produto passou de 19 milhões de sacas, em 1919, para cerca de 5,5 milhões, em 1923.⁸⁴

Embora havendo uma sensível melhora nas relações do país com credores externos – com o empréstimo inglês servindo para deter a queda do mil-réis –, no plano doméstico continuava-se vivendo um quadro de dificuldades. Por conta do *déficit* do governo central, o Tesouro se via obrigado a emitir títulos de curto prazo que, obviamente, acabavam na carteira de redesconto, o que obrigava o governo a propor o redesconto de títulos federais da ordem de 500 mil contos de réis. A política monetária expansionista significou um acréscimo da ordem de 31,8 % no estoque de moeda e 12,8% na base monetária, que explicam, em parte, a taxa de crescimento do produto – da ordem de 7,8 % - em 1922.⁸⁵

Apesar dos graves problemas financeiros enfrentados em seus últimos meses, o mandato de Epitácio Pessoa (1919-1922) terminaria em clima de franca recuperação econômica. Ao final de 1922, voltava a subir o preço internacional do café, havia clara reversão da tendência à queda das exportações e do déficit comercial, verificava-se rápida retomada do crescimento da produção industrial. Os programas de obras públicas e o crédito mais folgado sustentavam altos níveis de atividade na construção civil. As causas da impressionante reversão cíclica de 1922 não derivam, todavia, da adoção consciente de medidas de efeitos estabilizadores pelo governo em resposta ao choque externo e à recessão de 1920-1921. Elas resultam tanto dos efeitos anticíclicos da política de

⁸⁴ Ver os dados em: DELFIM NETTO, Antonio, *op. cit.*, p. 80-1.

⁸⁵ *Idem*, p. 69.

valorização, que não eram diretamente visados pelas autoridades quando de sua adoção, quanto da propagação dos efeitos da violenta depreciação cambial de 1920-1921 através de mecanismos estabilizadores inerentes à economia primário-exportadora brasileira.

A partir de tal reversão cíclica, o governo seguinte – Artur Bernardes (1922-1926) – herdava um balanço de pagamentos extremamente vulnerável e crônica crise fiscal que atingira gravemente a capacidade de financiamento do Banco do Brasil e que condicionaria a definição de seu programa de política econômica. O ponto básico do programa de Bernardes seria a realização de uma reforma monetária que transformasse o Banco do Brasil em Banco Central, retirando do Tesouro os poderes de emissão de moeda, como mencionamos acima. A estabilização das receitas de exportação com vistas ao fortalecimento da posição externa, que passava a constituir-se em meta prioritária do novo governo, seria cumprida pela institucionalização de um novo e ousado programa, dito “permanente” de defesa dos preços do café.⁸⁶ No entanto, tais políticas enfrentaram enormes dificuldades, culminando com a implementação de um choque monetário em fins de 1924, ou seja, novo empréstimo solicitado aos banqueiros ingleses e adoção de políticas restritivas de cunho ortodoxo para novamente valorizar o café.

Assim, em fins de 1924, quase ao mesmo tempo em que eram demitidos o ministro da Fazenda e o presidente do Banco do Brasil, ambos paulistas, como medidas iniciais de tal política de ajuste ortodoxo, o governo transferia a responsabilidade pelo programa de valorização do café para o governo de São Paulo. Já a partir do início de 1925, o Banco do Brasil elevou as taxas e restringiu drasticamente o montante de suas operações de redesconto com a intenção de reduzir a base monetária através de retirada de títulos do Tesouro em circulação, iniciando um processo de contração monetária que seria seguido até o fim do mandato de Bernardes. A conjunção monetária-fiscal recessiva foi completada pela manutenção do esforço para equilibrar o orçamento, já que, aos olhos dos ortodoxos que agora controlavam a política econômica, a disciplina fiscal era o pressuposto da viabilidade da manutenção da política monetária restritiva.

Contudo, como demonstra Winston Fritsch, a conjuntura que adveio não favoreceu as medidas governamentais, uma vez que:

⁸⁶ Um texto que aponta com bastante acuidade tal processo é o de: SARETTA, Fausto. “A política econômica na década de 1920”. In: De LORENZO, Helena e COSTA, Wilma Peres da. (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo, EDUNESP, 1997, p. 227.

*“Dada a grande dependência do setor privado em relação aos bancos comerciais na ausência de um mercado financeiro desenvolvido, o choque monetário, implementado em meio ao ciclo de expansão iniciado em 1922, teve impacto extremamente negativo sobre o desempenho da economia. Seus efeitos sobre os níveis de atividade corrente foram severos. A produção industrial, que se recuperava fortemente desde 1922, estagnou em 1925 e 1926; o investimento industrial, medido pelo índice de quantum de importações de bens de capital para a indústria, que voltara a crescer aceleradamente desde 1923, caiu nada menos do que 24 % em 1936”.*⁸⁷ (grifo do autor).

De modo mais conclusivo, a conjuntura de 1926 no tocante à política econômica efetivada pelo governo brasileiro, é assim definida por Pedro Paulo Zaluth Bastos:

*“Deste modo, a conta corrente tendia a tornar-se deficitária por causa dos movimentos de capitais, à medida que os serviços financeiros aumentavam enquanto os saldos comerciais diminuían. Colocando de outro modo, os influxos de capitais não vinham financiar um hiato prévio da conta corrente, e muito menos um ‘hiato de recursos reais’: o déficit de conta corrente era, ao contrário, induzido pelos movimentos de capitais. Mais tarde, uma vez que os influxos de capitais se retraíssem depois de terem induzido déficits de transações correntes, a tendência de melhoria do saldo comercial (normalmente graças à queda mais rápida das importações que das exportações) era incapaz de defender a adesão ao padrão ouro e à ordem econômica liberal, diante das assimetrias e instabilidades internacionais envolvidas”.*⁸⁸ (grifo do autor).

O que Zaluth Bastos aponta, ao nosso ver, são as armadilhas de tal política de defesa permanente do café, que, mais cedo, mais tarde, iria romper seus recursos no tocante às medidas de proteção e de continuidade. Sob este aspecto, a década de 1920 marcou, além da diversificação das atividades econômicas no país e do crescimento do setor urbano-industrial da economia, o prelúdio de uma crise anunciada, uma vez que dificilmente, em termos de política econômica, tal defesa permanente conseguiria *sobreviver* por muito mais tempo. Uma vez mais chamamos a atenção para os determinantes da “teoria do produto principal” esboçados acima. A defesa do café enquanto acordo político veio a significar a fissura do modelo estabelecido a partir de 1889 quando da proclamação da República e reafirmado em 1891 com a Constituição e no quadriênio de Campos Salles na presidência (1888-1902) através da “política dos governadores”. Em outras palavras, houve um modelo político que, efetivamente, não permitiu o crescimento real da economia nacional via desenvolvimento capitalista de fato.

⁸⁷ Ver: FRITSCH, Winston. “Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930”, in: ABREU, Marcelo de Paiva. (org.), *op. cit.*, p.55.

⁸⁸ A respeito das instabilidades financeiras e vulnerabilidades comerciais da política econômica brasileira no período ver: BASTOS, Pedro Paulo Zaluth. **A dependência em progresso**: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954). Campinas, Tese de Doutorado em Economia, Unicamp, 2001, p. 100.

Porém, voltemos a 1926. O estado de São Paulo, líder absoluto na produção cafeeira nacional havia, desde meados do mandato de Artur Bernardes, assumido a proteção permanente do café. Para tanto foi criado o Instituto do Café. Até o ano citado pouco se fez, desde que foi impossível ao Instituto obter empréstimos externos que dinamizassem sua ação. No fim desse ano, entretanto, o Instituto foi reestruturado e sua administração passou a ser atividade exclusiva do secretário da Fazenda. Criou-se um conselho consultivo, onde os representantes antes indicados pelas associações agrícolas e pela Associação Comercial de Santos passaram a ser nomeados pelo presidente do estado “entre pessoa de notória competência em assuntos agrícolas, ou comerciais e bancários”. E o produto do empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas contratado com os banqueiros londrinos Lasard Brothers, em janeiro, ficou à sua disposição. Mais ainda, acordou-se a abertura de um crédito anual de 5 milhões de libras no Banco do Estado de São Paulo, a ser depositado nos bancos que estivessem fornecendo adiantamentos aos cafeicultores.⁸⁹

Como aponta Liana Aureliano, a política desenvolvida pelo Instituto do Café de São Paulo, após o aporte financeiro de 1926 fez reaquecer o mercado e a produção de café, através de incentivos financeiros e superestimativa de preços do custo da produção, o que aumentava o valor dos financiamentos, mas também levava a crer que o preço da venda subiria. Para Aureliano, o crescimento da área plantada entre 1927 e 1929 acaba por desencadear uma desenfreada especulação de terras. Outro aspecto da política cafeeira pós-1926 foi o surgimento dos convênios cafeeiros, objetivando-se principalmente o estabelecimento de quotas de embarque do produto para cada estado, o que imediatamente explicitou uma disputa entre as elites cafeeiras, sobretudo a paulista e a mineira.⁹⁰ Segundo Liana Aureliano:

“Os mineiros, com menor produção e sem condições para realizar uma retenção a prazo largo – por não possuírem armazéns reguladores, não controlarem as estradas de ferro para estocar mercadorias nas estações, nem dispõem de um sistema bancário como o de São Paulo – pretendiam escoar suas safras dentro do ano agrícola comercial cafeeiro. Quando o interesse paulista era de imprimir a toda safra nacional um ritmo de escoamento determinado exclusivamente por seu volume de produção. Sem a arbitragem federal, a disputa entre os dois estados se prolongou até o fim da República Velha. Evidentemente com vantagem para a fração cafeeira paulista; isto é claro quando observamos a evolução da distribuição das quotas de embarque nos dois portos mais importantes. Em 1925 a quota de São Paulo no porto

⁸⁹ Sobre o Instituto do Café de São Paulo ver: FAUSTO, Boris. “Expansão do café e política cafeeira”, in: _____. (org.). **História Geral da civilização Brasileira**. Vol. 11. Tomo III: O Brasil republicano: estruturas de poder e economia, 1889-1930. São Paulo: Difel, 1975, p. 243.

⁹⁰ Ver: AURELIANO, Liana Maria. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.77-8.

de Santos era de 91 % do café embarcado, em 1929 é de 93%, e no porto do Rio de Janeiro avança de 5 % para 8 % no mesmo período”.⁹¹

Os dados contidos na Tabela 4 evidenciam a supremacia do setor agro-exportador durante em fins da década de 1920 diante do conjunto da economia do país. Exatamente essa preponderância, reforçada após 1926, empurra o modelo para a crise estrutural de reprodução e conseqüente ampliação.

Ao final do ano de 1928, o complexo exportador brasileiro já demonstra sinais de crise, com o anúncio de uma outra grande safra, exatamente num momento que os estoques brasileiros eram de 10,5 milhões de sacas! Ou seja, a capacidade do modelo estabelecido de dar respostas à conjuntura negativa estava esvaindo-se velozmente, como salienta André Villela em artigo sobre o período.⁹² Se uma crise internacional de amplitude maior ocorresse, a débâcle seria inevitável. Daí, somados os fatores endógenos e exógenos, podemos compreender mais claramente as conjunções entre a crise de 1929 e a revolução de 1930.

Tabela 4 – Brasil: taxas médias anuais de crescimento da economia (1920/1939)

	1920-29 (%)	1929-33 (%)	1933-39 (%)
A – Setores produtivos			
a – Produção agrícola	4,0	2,5	1,6
a₁ – Agricultura de Exportação	7,5	3,7	1,1
b – Produção Industrial	2,8	4,4	11,2
c – Produto Físico	3,9	2,9	4,9
B – Composição do Produto Físico	100,0 ¹		100,0 ²
Agricultura	79,0		57,0
Indústria	21,0		43,0

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001, p. 180.

(1) 1919

(2) 1939

Se do ponto de vista agrícola o modelo tendia a se esgotar ao final da década de 1920, no setor urbano-industrial da economia o panorama apontava um caminho diverso. Senão vejamos. Até meados dessa década era pequena a integração do mercado nacional. Isto se

⁹¹ Idem, p. 79. Sobre o assunto ver também: PERISSINOTTO, Renato Monseff. “Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920”, in: De LORENZO, Helena e COSTA, Wilma Peres da. (orgs.), *op. cit.*, p. 68-9.

⁹² Para tanto, consultar: Villela, André. “Tarifas de importação e câmbio na gênese da indústria brasileira”, *história econômica & história de empresas*, III, n. 2, 2000: 39-40.

devia ao fato de que, até então, o padrão de acumulação de capital – lastreado pela economia exportadora – permitia uma política relativamente liberal de comércio exterior que proporcionava alto coeficiente de importações, ao mesmo tempo em que possibilitava a implantação de algumas indústrias (na maioria, de bens de consumo não duráveis) nas diversas regiões do país.⁹³

Assim, a demanda por bens de consumo, industrializados ou não, era suprida por produção local ou por importações do exterior, salvo as de origem inter-regional. Quer dizer: tanto faltavam estímulos necessários para ampliar a integração, quanto, e esta é a questão principal, nossa produção industrial não tinha suficiente dinâmica de crescimento que lhe obrigasse a romper o “arquipélago” nacional e cativar para si o mercado nacional. A exceção a esse quadro era – até o início do século XX – a indústria instalada no antigo Distrito Federal, que desde cedo tinha nos mercados regionais de maior proximidade a maior demanda para sua oferta.

Em termos regionais, apenas a indústria de São Paulo apresentava dinâmica de crescimento muito à frente de sua demanda específica.⁹⁴ Este fato faria com que a indústria paulista viesse a procurar “mercados exteriores” à sua própria região econômica dado seu elevado ritmo de acumulação de capital que se verifica entre 1905 e 1914 e na primeira metade da década de 1920.⁹⁵

A Primeira Guerra Mundial contraiu fortemente as importações brasileiras, estimulando a indústria paulista a usar o excesso de capacidade produtiva, exportando boa parte de sua produção para o resto do país.⁹⁶ Contudo, seus grandes investimentos na década de 1920 não encontrariam evento similar para evitar sua crise de superacumulação. Ainda, a crise de valorização cambial (1924-1926), como apontou Zaluth Bastos, diminuiu o grau de proteção à indústria, provocando pequeno aumento das importações de bens similares, até fins de 1929. Assim, à crise gerada pelo superinvestimento adicionava-se a redução de seu

⁹³ FURTADO, Celso, *op. cit.*, 1976, p. 239-40.

⁹⁴ Sobre “demanda específica” ver: CANO, Wilson, *op. cit.*, 2001, p. 11, nota 18, onde Cano aponta que o termo: “ (...) deve ser aqui entendida como a restrita a um determinado espaço (no caso, a região de São Paulo e adjacências) e às brechas ensejadas pelo grau de protecionismo e de competitividade que determinados produtos contavam em relação a similares estrangeiros”.

⁹⁵ Sobre a industrialização de São Paulo ver: CANO, Wilson, *op. cit.*, 1977; SILVA, Sérgio, *op. cit.*, cap. 4; DEAN, Warren, *op. cit.*; SEMEGHINI, Ulysses. **Do café à indústria: uma cidade e seu tempo.** Campinas: EDUNICAMP, 1991.

⁹⁶ Durante 1914-1920 as exportações paulistas de produtos industriais, em relação à sua produção industrial, foram, em média, superiores a 25%. Ver: CANO, Wilson, *op. cit.*, 1977, cap. 2.

mercado específico, dado o aumento das importações concorrentes com a produção nacional.

Em alguns setores industriais a expansão da capacidade produtiva encontrava amplo respaldo no mercado interno. Tratava-se de introdução de novos produtos que já diversificavam a estrutura industrial, não só nos segmentos de bens de consumo, mas também nos de bens de produção, como ocorreu com a introdução de fibras químicas têxteis, a expansão da indústria de material elétrico, da metalurgia, do cimento, do material de transporte e da mecânica.⁹⁷ Isto evidencia que a década de 1920 constitui período de transição para o surgimento de uma formação industrial mais ampla, a partir da recuperação da crise de 1929. O quadro da crise de superinvestimento industrial deve ser completado com o da superprodução cafeeira, que ocorre em quase todos os estados cafeeiros. Dessa forma, como afirma Cano, a estreiteza dos recursos financeiros necessários para sustentar os enormes estoques invendáveis de café, a partir de 1929, faria ruir o velho esquema da valorização permanente do café, deprimindo seus preços.⁹⁸

Vale dizer, a década de 1920 não traria apenas crises de superinvestimento ou de exportações. Traria também mudanças muito importantes que jogariam papel decisivo nas transformações que se dariam a partir da crise. É durante ela que os bancos de capital nacional atingem maior desenvoltura, sobrepassando, a partir da Primeira Guerra Mundial, os de capital estrangeiro instalados no país. A rede ferroviária nacional já contava com 32 mil quilômetros de extensão, o que já equivalia a 89% do existente no pós-segunda guerra mundial. As ferrovias, juntamente com o sistema de navegação de cabotagem, agilizavam, até meados de 1940, a primeira etapa da integração do mercado nacional.

O Estado brasileiro também passava por algumas reformulações em sua forma de atuar e nas pressões que sofria. Por um lado, aumentavam e diversificavam as pressões setoriais pela presença cada vez maior de novas frações da classe dominante. Por outro, a expansão do mercado de trabalho e a questão social moviam as ações estatais no sentido de preparar institucionalmente a economia para que pudesse se defrontar com as reivindicações da crescente classe operária: daí advieram várias regulamentações para o trabalho. Mais ainda, a estrutura tributária do país ao final da década já mostrava importância mais

⁹⁷ Ver os dados em: CARDOSO DE MELLO, João Manuel e TAVARES, Maria da Conceição. “*The capitalist export economy in Brazil, 1884-1930*”. In: CONDE, Roberto Cortés e HUNT, Shane. (orgs.). **The Latin American economies: growth and the export sector 1880-1930**. London/New York: Holmes & Meier, 1985, p. 125.

⁹⁸ CANO, Wilson, *op. cit.*, 2001, p. 12.

significativa dos tributos sobre a produção nacional: o imposto sobre o consumo, que no início do século perfazia pouco mais de dez por cento da arrecadação federal, ao final da década de 1920 perfazia mais de um quarto.⁹⁹

Além disso, lembremos que o próprio setor agrícola já apresentava na década de 1920, o maior nível tecnológico do país – esforço que vinha ainda da segunda metade do século XIX, como mostra Luiz Cláudio Ribeiro -, o que lhe conferia excelentes pré-condições para futura expansão diversificada. Recordemos os enormes esforços de pesquisa empreendidos pelos governos paulista e mineiro para o desenvolvimento e diversificação da agricultura (algodão e açúcar) e da pecuária (laticínios e de corte), produtos estes que desempenhariam importante papel na década seguinte.¹⁰⁰

Os argumentos colocados acima demonstram que por ambas as razões – alto crescimento e diversificação da produção manufatureira – são importantes os acontecimentos anteriores a 1929 para explicar os efeitos da depressão do decênio seguinte. Para Flávio Versiani:

“(...) a atuação do setor têxtil contrasta marcadamente com a de outros setores tradicionais tais como os de alimentos, bebidas e calçados durante os anos trinta: o crescimento médio dos têxteis desde 1928 até o final do decênio seguinte foi mais que o dobro dessas três indústrias. Este crescimento rápido dos têxteis não havia sido possível se não houvesse existido uma grande capacidade ociosa ao final dos anos vinte provocada pelos incrementos da capacidade produtiva em um período de estancamento da produção. O vigoroso processo de diversificação da produção industrial que ocorreu nos anos trinta se viu influenciado também pelos investimentos empreendidos nos anos vinte e em períodos anteriores”.¹⁰¹

Portanto, quando dos acontecimentos que marcaram a crise de 1929 e seus reflexos mundiais, o Brasil encontrava-se nessa encruzilhada: por um lado um modelo de política econômica que não mais se sustentava, tanto do ponto de vista interno, com a superprodução cafeeira, quanto do ponto de vista externo, onde os mercados se

⁹⁹ Sobre as mudanças na estrutura tributária na Primeira República ver o trabalho de: AMED, Fernando José & NEGREIROS, Plínio Labriola de Campos. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Nobel/SINAFRESP, 2000, p.230-45.

¹⁰⁰ Sobre o incremento tecnológico na lavoura cafeeira ver: RIBEIRO, Luiz Cláudio. **Ofício criador**: invento e patente de máquina de beneficiar café no Brasil - 1870-1910, São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, USP, 1995, cap. 5. A respeito dos esforços de pesquisas em agropecuária em Minas Gerais, onde o fator decisivo foi a fundação em 1920 da ESAV (Escola Superior de Agricultura de Viçosa) pelo então Presidente do Estado Artur Bernardes, ver: DULCI, Otávio, *op. cit.*, p. 51-3. Ver também: CARVALHO, Daniel de. **Estudos e depoimentos**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953, p. 236-9. Para o caso paulista ver: SZMERACSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canaveira do Brasil, 1930-1975**. São Paulo: Hucitec/EDUNICAMP, 1979, p. 163-77.

¹⁰¹ Para uma melhor caracterização do aproveitamento no decorrer da década de 1930 da capacidade ociosa gerada pelo setor industrial na década anterior ver: VERSIANI, Flávio Rabelo. “*Antes de la depresión: la industria brasileña en los años veinte*”, in: THORP, Rosemary. (org.), *op. cit.*, p. 213.

“estrangularam” face aos imensos estoques do produto e a concorrência crescia sobremaneira. Por outro lado, uma crescente produção industrial que na maioria de seus setores tinha de caminhar sem amparo algum do governo, ainda que alguns setores recebessem amparos públicos parciais, como mencionamos acima.

Apesar da formação de incipientes regiões onde a indústria alcançava algum crescimento produtivo,¹⁰² a política econômica do governo, em seu bojo, chegou a 1929/30 inteiramente ligada aos interesses de parcelas da elite cafeeira, ainda que os conflitos inter e intraburguesias aumentassem cada vez mais na segunda metade da década de 1920. Somados os condicionantes internos, que não foram poucos como demonstramos, mais a retirada imediata de capitais externos após outubro de 1929, inicia-se no Brasil uma nova etapa política e econômica, onde não mais apenas os interesses dos grandes cafeicultores são prioritários, mas novos interesses entram na cena política, influenciando as decisões de política econômica por parte dos governos federal e estaduais, formando, então, um processo que apenas se definirá em favor da indústria na década de 1950, como demonstra a política econômica dessa década.¹⁰³

Desse modo, feitas as análises correlacionando a origem da indústria no Brasil e os acontecimentos da década de 1920, cogitamos abordar com maior acuidade os aspectos mais conflitantes e decisivos da política econômica brasileira entre 1930 e 1940, período principal de preocupação para este trabalho e que envolve suas condicionantes fundamentais. É este o tema de que trata o ponto seguinte.

1.3 – A crise de 1929 e a década de 1930 no Brasil: autoritarismo, novos atores políticos e industrialização

“As revoluções vinculam-se a motivos aparentes e a motivos reais, cuja distinção nem sempre se torna fácil, pois que a propaganda e a justificação costumam fazer-se, quase exclusivamente, em torno dos objetivos aparentes, embora derive das obscuras e profundas a força que desencadeia o movimento”
(Barbosa Lima Sobrinho. *A verdade sobre a Revolução – 1930*, p. 170).

Conforme apontamos acima as condições econômicas ao final da década de 1920 estavam amadurecidas para pressionar a sociedade brasileira tanto para superar a crise (ambas, a

¹⁰² Sobre o desenvolvimento de regiões urbano-industriais em diferentes pontos do território nacional, ver no conjunto o texto de: SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**; análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

¹⁰³ Sobre o desenvolvimento econômico dos anos 1950, ver: ORENSTEIN, Luiz e SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. *“Democracia com desenvolvimento: 1956-1961”*, in: ABREU, Marcelo de Paiva. (org.), *op. cit.*, p. 175-81.

cafeeira e a industrial), quanto para aprofundar o desenvolvimento industrial do país. As principais frações da classe dominante – fazendeiros, industriais, comerciantes e banqueiros – ainda que através de “visões parciais”, tinham consciência da necessidade premente de superar a crise, e pressionaram nesse sentido, mesmo antes de seu momento culminante, que foi o final de 1929.

Ainda, se nos detivermos no exame sumário da dimensão econômica dos fluxos de produção ou circulação dos setores econômicos representados por aquelas frações de classe vemos que eram muito próximas, o que reforça a hipótese de que constitui um equívoco pensar que naquele momento poderia haver um setor econômico hegemônico. Como dissemos anteriormente, pensamos que a crise internacional serviu como elemento de reforço, e não de decisão, para pôr em andamento a ruptura e a transformação do padrão de acumulação. Nesse sentido, ela precipitou – graças à eclosão e conseqüente agravamento da crise interna – o processo que já vinha em marcha. Não queremos dizer com isso que a crise de 1929 não tenha sido significativa para o país. Pelo contrário, já demonstramos acima todo o seu alastramento mundial e os desdobramentos posteriores. Contudo, o que pretendemos reforçar é a hipótese de “gatilho” com que a crise atuou no Brasil. Em primeiro lugar, seu papel de causa imediata de fissura em um modelo cíclico de tensões em matéria de política econômica. Em segundo lugar, a mais importante ainda, as decisões e caminhos os quais consideramos autoritários que foram tomados a partir de 1930, em resposta à fissura citada. Expressemos, pois, nossa análise.

O período 1930-1937, o qual podemos dividir politicamente pela vigência do governo provisório (1930-1934) e pelo período constitucional (1934-1937), ambos sob a liderança de Getúlio Vargas, caracterizou-se pela busca de um novo modelo econômico, que pudesse concomitantemente minorar os efeitos depressivos da falência do modelo exclusivamente agro-exportador e assegurar um mínimo de crescimento econômico para o país. Foi o período caracterizado pela intervenção crescente do aparelho estatal, fazendo avançar o modelo de capitalismo implementado no país, conforme aponta Carlos Estevam Martins:

*“(...). O capitalismo de Estado passa a existir quando o deslocamento, de uns pelos outros, que se processa entre os agentes econômicos privados, abre-se num leque suficientemente amplo para incluir o próprio aparelho de Estado. (...) Então, o núcleo organizador da ordem pública se insere e se instala no cerne da ordem privada, para exercer a sua co-gestão interna e diretamente, ombro a ombro com os particulares”.*¹⁰⁴

¹⁰⁴ MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 35.

Tarefa nada fácil, uma vez que a heterogeneidade da aliança vitoriosa em outubro de 1930 impedia a ascensão de uma hegemonia que substituísse aquela exercida até então pelos interesses cafeeiros sobre o governo federal. E, também, porque o impacto da depressão mundial diminuiu a importância dos fluxos comerciais e financeiros externos, fazendo com que o país tivesse que acomodar o deslocamento da demanda associada ao encarecimento das importações à sua real capacidade interna, a fim de assegurar a retomada do crescimento econômico.¹⁰⁵

Essas dificuldades resultaram na adoção de medidas pragmáticas muitas vezes conflitantes com os atores políticos e econômicos e seus múltiplos interesses nas decisões de política econômica tomadas pelo governo federal, marcando tensões, fissuras, arranjos e rearranjos políticos diversos no decorrer da toda década de 1930. No entanto, uma tendência básica pode ser encontrada neste confuso período: a crescente intervenção do Estado nas atividades econômicas, caracterizando uma política baseada no nacionalismo econômico, leia-se intervenção em demasia por parte do governo nos rumos da industrialização brasileira.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Sobre a revolução de 1930, seus precedentes e desdobramentos, ver: FAUSTO, Boris, *op. cit.*, 1997, p. 133-136. A respeito das dificuldades imediatas de políticas exterior e monetária ver: PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias**. 2. ed. Brasília: EDUnB, 1981, p. 195-196.

¹⁰⁶ O debate acerca da política varguista de intervenção na economia, seja para o período compreendido entre 1930-1945, seja para seu segundo governo (1950-1954) é amplo e acalorado, se amparando no fato de que as decisões tomadas no âmbito político-econômico nestes períodos marcaram indelevelmente os rumos do crescimento econômico brasileiro. A literatura sobre o tema reflete assim sua dimensão e importância. Por outro lado, com relação à elaboração e análise de um pensamento econômico brasileiro, marcou também esse período, devido às especificidades da conjuntura política interna e externa expressas naquele momento, talvez um pioneiro desafio de apontar os rumos que deveria tomar o país na divisão internacional do trabalho e no desenvolvimento do modo capitalista de produção. Não somente o Brasil, mas diversas nações, sobretudo, latino-americanas estavam envolvidas a partir de 1930 na elaboração desses caminhos. A grande contenda, sem dúvida, se deu na oposição entre intervencionismo/planejamento estatal x liberalismo econômico. Essas duas correntes marcaram o debate não somente naqueles anos, sendo uma controvérsia posta nos dias de hoje. Aqui preferimos indicar duas obras que explicitam tal debate com bastante proficiência com relação aos principais pontos de cada uma das duas linhas de pensamento citadas, deixando para o corpo do texto o debate e análises mais recentes acerca das medidas tomadas na década de 1930 para a retomada do crescimento econômico e para o desenvolvimento industrial. Tais obras relativas ao pensamento econômico são: SIMONSEN, Roberto e GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento na economia brasileira ao final do Estado Novo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, 237 p. e; BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 37-179. Para os pressupostos teóricos de nosso estudo levamos em conta, sobretudo, as nove causas estruturais elaboradas por Eugênio Gudín com relação às causas da instabilidade em “economias reflexas” como a do Brasil. São elas: 1) inelasticidade, em curto prazo, da produção de lavouras perenes, conjugada à incerteza da produção das lavouras anuais, vulneráveis às condições atmosféricas; 2) inelasticidade da procura de gêneros alimentícios e as consideráveis oscilações de preços a que dá lugar, quando conjugada à inelasticidade da oferta; 3) inelasticidade-preço da procura de matérias-primas nos países industrializados e importância decrescente desses produtos nas atividades industriais modernas, como resultado do avanço tecnológico; 4) fortes oscilações cíclicas dos preços dos produtos primários, acompanhando as variações de renda dos países consumidores; 5) pouca diversidade dos produtos de exportação e, conseqüentemente, vulnerabilidade às

Muito já se produziu e se tem produzido com relação à controvérsia sobre os significados da década de 1930 no Brasil. Por um lado, há aqueles que defendem que o período serviu para uma rearticulação política e econômica no seio do Estado, onde a passos largos a burguesia industrial teria ocupado os espaços centrais nas suas decisões de política econômica, deslocando gradativamente da esfera central do poder as elites cafeicultoras, que tiveram de se adaptar às novas condições colocadas no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por outro, emergem as interpretações ligadas a uma posição de crítica ao modelo imposto pelo regime varguista, apontando seu viés autoritário e de cunho ortodoxo conservador, uma vez que se refletiu em medidas restritivas ao desempenho da economia no seu geral, alocando mal seus recursos financeiros e atrasando a industrialização do país.

A literatura acerca da discussão sobre o papel do Estado e das elites econômicas no processo de industrialização nacional é farta.¹⁰⁷ Pelo lado daqueles que defendem a postura renovadora por parte do Estado daqueles anos, uma das interpretações mais aceita no debate é aquela esboçada por Celso Furtado, a qual está inserida nas idéias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), na “teoria dos choques adversos” e também nos pontos centrais da “teoria do capitalismo tardio”. Para Furtado, o rápido crescimento da produção industrial nacional durante a década de 1930 foi fruto, sobretudo, de duas políticas combinadas adotadas pelo governo federal que vieram a favorecer o setor urbano-industrial. Em primeiro lugar, a política de defesa do café e, por conseguinte, a manutenção de sua renda monetária. Em segundo lugar, o encarecimento das importações, o que teria colaborado para fortalecer a indústria nacional. Mecanismos como a redução de 50% nas dívidas bancárias dos produtores de café, a compra de estoques pelo governo federal, a destruição financiada pelo poder central dos estoques invendáveis e a expansão do crédito bancário a fim de sustentar as medidas de apoio ao setor, teriam permitido a manutenção do seu nível de emprego e renda real.¹⁰⁸

Assim, teria havido a possibilidade, inclusive, de inversões do capital agrário em outras culturas que não o café e, também, no setor urbano-industrial. Com a proibição do plantio de

oscilações cíclicas; 6) vulnerabilidade acirrada pelo fato de que o movimento internacional de capitais agrava, ao invés de atenuar, as oscilações cíclicas; 7) piora das relações de troca, como resultado de depreciações cambiais provocadas por inflação e conjugadas à abundância de oferta e inelasticidade-preço da demanda; 8) forte inelasticidade da procura de importações, que se compõe basicamente de mercadorias essenciais; e 9) crescimento demográfico acentuado. Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. “O pensamento de Eugenio Gudín”, *op. cit.*, p.49-50.

¹⁰⁷ Para tanto, ver a nota 23 da Introdução deste trabalho. Ver também: MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

¹⁰⁸ FURTADO, Celso, *op. cit.*, 1976, p. 186-216.

novos pés de café em novembro de 1932, recursos do setor estariam liberados para tal inversão. O mecanismo de desvalorização da moeda, por sua vez, teria provocado o encarecimento dos preços de artigos importados, reduzindo o nível de importações. Desse modo, graças à política econômica efetivada o mercado interno teria avançado seu crescimento rapidamente, permitindo a sedimentação do capital industrial nacional. Esse conjunto de decisões propiciou, segundo Maria da Conceição Tavares, o aparecimento das condições fundamentais do processo de substituição de importações, movimento que já existia na Primeira República e que se amplia na década de trinta, colocando-se assim como um dos principais dispositivos de recuperação da crise de 1929. Teria assim a política econômica varguista, antecipado mecanismos de intervenção estatal defendidos pelo economista britânico John Maynard Keynes e que foram basicamente aplicados na política de *welfare-state* durante pelo menos as três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial.¹⁰⁹

Por sua vez, Octávio Ianni argumenta que a postura do governo central no pós-1930 vem a amalgamar, definitivamente, a ligação do Estado brasileiro com o capitalismo industrial emergente. Afirma este autor:

*“Em suma, boa parte da política econômica governamental dos anos 1930-45 refletia principalmente os interesses de grupos econômicos e políticos, bem como de membros do próprio governo, com o objetivo de reformular a dependência estrutural que caracterizava o subsistema econômico brasileira na época”.*¹¹⁰ (grifos do autor).

Também para Francisco de Oliveira, os movimentos posteriores à crise de 1929 e a década de 1930 significaram um viés de acentuada transformação política e econômica na história brasileira contemporânea. Sustenta Oliveira:

*“A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. (...) a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno”.*¹¹¹

¹⁰⁹ Consultar: FURTADO, Celso, *op. cit.*, 1976, p. 195-203; TAVARES, Maria da Conceição. “Substituição de importações e desenvolvimento econômico na América Latina”, *Dados*, N. 1, 1966: 117-18. Acerca das principais premissas keynesianas ver: DIMAND, Robert. “John Maynard Keynes (1883-1946)”, in: GLASNER, David. (ed.). **Business cycles and depressions: an encyclopedia**. New York/London: Garland Publishing, 1997, p. 355-8.

¹¹⁰ IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil - 1930-1970**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 33.

¹¹¹ Para tanto ver: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 35.

Convergem tais interpretações para a defesa de uma postura ativa do Estado brasileiro frente às demandas impostas pela crise internacional. Nesse sentido, a superação da crise teria se dado através do papel intervencionista do governo central quando este implementou políticas para um crescimento do setor industrial, o que veio a favorecer de modo mais consistente o mercado interno. Em suma, estava em curso no país a “revolução burguesa” sendo o Estado seu grande incentivador, formulador de políticas e, sobretudo, investidor.

Alinhado com a segunda corrente de interpretação, a do Estado restritivo e autoritário, estão, entre outros, Carlos Manuel Peláez, Annibal Villela, Wilson Suzigan e Marcelo de Paiva Abreu. Tais autores estão ligados à “teoria do produto principal” (Suzigan) e a vertentes liberais do pensamento econômico (Peláez, Villela e Abreu).

Para Peláez, havia uma continuidade básica entre a Primeira República e o período inaugurado pela revolução de 1930 no tocante às medidas de política econômico-financeira, consolidando um cenário de aversão à industrialização tal qual aquele do regime anterior. Criticando os defensores dos efeitos positivos da política varguista, sustenta Peláez:

*“O crescimento das despesas, financiado por impostos novos, não corresponde à política fiscal keynesiana. (...) A compra e destruição dos estoques foram financiadas, principalmente, pelos novos impostos de exportação. Os créditos do Banco do Brasil e do tesouro não podem ser considerados, estritamente falando, uma geração de moeda, pois foram pagos com as receitas mensais. O Banco do Brasil era um grande banco comercial que negociava com o governo. Os créditos são, essencialmente, uma transação comercial. Entretanto, é possível admitir-se, dentro de hipóteses estritamente keynesianas, que os créditos tenham facilitado a recuperação, embora seja difícil verificar a magnitude do impacto. Mas é óbvio que a recuperação não pode ser explicada por um simples modelo keynesiano de sustentação do setor cafeeiro. Logo, a tese de Furtado é inválida para o princípio da década de 30. Entretanto, poderia aplicar-se ao fim da década, no período em que, supostamente, a indústria mais se beneficiou. Na realidade, porém, (...) a tese de Furtado é ainda menos apropriada para os últimos anos da década de 30”.*¹¹²

O autor centra, portanto, suas críticas à política fiscal de Vargas e à interpretação equivocada que Furtado e Tavares dela fazem. Dessa forma, menos que incentivar a manutenção da renda dos cafeicultores, tal política sobretaxava os mesmos, uma vez que os fundos alocados na defesa do café saíam, em grande parte, da própria renda de

¹¹² Para uma análise e interpretação da política dos anos 1930, ver: PELÁEZ, Carlos Manuel, *op. cit.*, 1979, p. 139. Nos utilizamos também de mais dois textos desse autor, igualmente importantes: “A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira”. *Revista Brasileira de Economia*, n. 1, 1968: 15-47 e; “Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café –1906-1945: teoria, política e medição”, *Revista Brasileira de Economia*, 25, n. 4, 1971. Constitui esse texto a base crítica do autor com relação ao continuísmo da política econômica na década de 1930, p. 101-18.

exportação do produto, o que causou um atraso na recuperação efetiva dos índices econômicos com relação a 1929.

Villela e Suzigan expressam uma opinião próxima da anterior, ainda que pontuem certas medidas favoráveis à industrialização. Porém, tais políticas estavam num contexto de uma política essencialmente conservadora, na visão destes autores. Em vez de políticas anticíclicas, o governo federal teria adotado uma orientação ortodoxa, contudo, excessivamente conservadora e restritiva, inibindo as iniciativas que poderiam contribuir para a recuperação da economia e desenvolvimento de novos setores industriais e agrários amparados em uma base de crescimento renovado e sustentado, inclusive do ponto de vista tecnológico.¹¹³ Vale dizer, em concordância com estes autores, que, devido à política restritiva de importações, a indústria nacional cresceu, durante os anos 1930, com um maquinário defasado vindo ainda de décadas passadas, o que contribuiu para a entrada do país na via industrial do capitalismo em bases tecnológicas extremamente limitadas.

Para Villela & Suzigan, tais medidas conservadoras seriam postas em prática até 1936. Durante todo esse período, procurar-se-ia reduzir o *déficit* pela compressão das despesas governamentais e garantir a expansão da receita pelo aumento dos impostos de consumo e de renda, embora o próprio processo de recuperação econômica fosse suficiente para proporcionar parte do aumento da renda. A partir de 1937, haveria uma mudança de orientação, motivada, entre outros fatores, pelo aumento dos gastos para reaparelhar as Forças Armadas brasileiras, tornando-se inviável a meta do equilíbrio orçamentário.¹¹⁴

Já a análise de Abreu se detém na política comercial externa brasileira, a qual o autor considera a peça-chave de compreensão da política econômica brasileira para o período de 1920 a 1939. Está centrada sua análise em estudos pormenorizados de vários setores da economia brasileira para o período, apontando suas respectivas políticas de comércio exterior, além das decisões governamentais concernentes às políticas cambiais e de relações externas do país. O foco se baseia nas atitudes norte-americanas com relação ao Brasil em toda a década de trinta, ora pressionando em favor de políticas liberais como em 1935 (reforma cambial) ou questionando o aumento das relações comerciais brasileiras com a Alemanha (a partir de 1934), ora apoiando e “entendendo” atitudes brasileiras com relação

¹¹³ Ver as considerações em: VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson, *op. cit.*, p. 179 e 239.

¹¹⁴ Idem, p. 186.

à suspensão de pagamentos e serviços da dívida externa (o que aconteceu no início e final dos anos 1930).¹¹⁵

Para Abreu, na medida em que aumentava a participação do Estado brasileiro na esfera econômica não somente enquanto regulador, mas como “agente empresarial”, definava mesmo a capacidade do país de diversificar relações comerciais externas mais efetivas, enquanto aumentava a dependência e fragilidade financeira em relação aos Estados Unidos. Ou seja, o crescimento brasileiro foi pautado no amplo controle do governo e de suas “autarquias” – favorecendo setores minúsculos do capital nacional – e sustentado pelo aumento da dívida externa em dólar. Ao final da segunda guerra três eram as conseqüências básicas do modelo: 1) o regime varguista estava sem amparo político dos norte-americanos; 2) o crescimento econômico brasileiro não havia logrado um crescimento sustentável e, por suposto, o capital nacional encontrava-se debilitado e; 3) recrudescia a influência por parte dos Estados Unidos na economia nacional, objetivo estratégico daquele país, viabilizando um projeto que alcançou sucesso efetivo nas décadas de 1940/50.¹¹⁶

Por fim, abordaremos dois pontos de vista que de certa forma sintetizam as duas tendências discutidas acima. Primeiramente, Albert Fishlow procurou, de certa forma, sistematizar as teses de Furtado e Peláez. Com relação ao primeiro sua análise converge com os efeitos combinados da balança comercial exógena, das despesas governamentais durante a revolução paulista de 1932 e com os programas de assistência à seca do Nordeste. De acordo com Fishlow foram tomadas certas medidas compensatórias das políticas cafeeiras como os efeitos multiplicadores do orçamento equilibrado entre 1931 e 1933, certo keynesianismo fiscal após 1934, a substituição de importações favorecida pela depreciação e controle cambial e a utilização de capacidade ociosa no setor industrial. Para este autor, tais medidas contribuíram para proteger a economia do Brasil da depressão mundial e explicam sua rápida recuperação.

Contudo, a análise de Fishlow acaba por corroborar com a interpretação liberal de Peláez em dois pontos: primeiro, quando admite que a sustentação do programa de sustentação do café teria sido feita, basicamente, por impostos cobrados do setor primário. Depois, quando não se define quanto à importância deste setor como elemento principal para a sustentação

¹¹⁵ Acerca das relações comerciais externas do Brasil para o período ver: ABREU, Marcelo de Paiva. **O Brasil e a economia mundial, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 37-9.

¹¹⁶ Sobre as estratégias norte-americanas em relação ao Brasil e as implicações deste processo, ver: ABREU, Marcelo de Paiva, *op. cit.*, p. 39-40 e 375-78.

do nível de renda da economia brasileira no início da década de 1930, o que reforça as determinantes esboçadas por Peláez. Dessa maneira, poderíamos encaixar os argumentos de Fishlow nos quadros de uma revisão keynesiana das políticas econômicas brasileiras pós-1929, uma vez que o cerne de seu trabalho está na defesa das políticas fiscais elaboradas pelo governo federal ao longo dos anos trinta, o que teria dado fôlego ao setor industrial através do processo de substituição de importações.¹¹⁷

Por sua vez, a ótica de Eli Diniz se pauta no assim chamado “Estado de compromisso”, idéia que está embutida no arcabouço teórico do “populismo”, defendida por Francisco Weffort em fins da década de 1960. Através de uma leitura da “teoria da dependência” proposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto, ter-se-ia caracterizado a política econômica de Vargas por um amálgama entre as novas classes empresariais emergentes no pós-1930 e as “velhas” classes cafeicultoras vindas da Primeira Republica. Para Diniz:

“É preciso lembrar que a multiplicação dos órgãos burocráticos, estruturados em moldes corporativos, significava a abertura de novas zonas de influência para os grupos de interesse que a eles tinham acesso. Em conseqüência, a diferenciação do setor estatal guardaria alguma correspondência com a diferenciação do setor privado, gerando-se uma interpenetração entre os dois processos. Portanto, o Estado burocrático-autoritário deve ser visto como um conjunto diferenciado e não monolítico de estruturas de decisão.”¹¹⁸ (grifos nossos).

Dessa forma, Diniz introduz o empresariado nacional como um ator consciente no processo de construção do capitalismo brasileiro. Agindo, na maioria das vezes, como classe consciente de seu papel, ainda que as tensões intraclasse tenham sido inúmeras no período, os empresários souberam ocupar os espaços abertos nas estruturas do poder central, procurando não tensionar em demasia com a aristocracia agrária, classe líder nas representações políticas do sistema. Diniz procura criticar o autoritarismo varguista, no que converge com a análise de Marcelo Paiva Abreu, concentrando sua argumentação, entretanto, nas atitudes da classe empresarial.

¹¹⁷ O texto-base está em: FISHLOW, Albert. “Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil”, *op. cit.*, p. 7-40. Uma qualificação aos argumentos de Fishlow está em: SILBER, Simão. “Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929/1939”, in: VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, José Roberto Mendonça de, *op. cit.*, p. 207.

¹¹⁸ Ver: DINIZ, Eli, *op. cit.*, p. 77. Sobre a “teoria da dependência”, ver: CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. “Dependencia y desarrollo en América Latina”, in: CEPAL. Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL – textos seleccionados. Vol. II. Santiago: CEPAL, 1998, p. 474-500. Acerca do “populismo” inaugurado por Getúlio Vargas na condução das decisões políticas no Brasil, ver: WEFFORT, Francisco. **Classes populares e política**. São Paulo: FFLCH/USP, 1968, p. 72 e seguintes. Sobre o emprego do termo “modernização conservadora” para os anos 1930-1945 em consonância com o “populismo”, ver: MARTINS, Luciano. “Estado e burocracia: uma rediscussão”, in: _____. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 38-40.

Do nosso ponto de vista, pensamos que aquelas interpretações que buscam salientar a condução autoritária do processo guardam maiores pertinências com a realidade e com o posterior desenvolvimento da história brasileira, com afirmam Peláez, Villela & Suzigan, Abreu e Eli Diniz. Ainda que o Brasil tenha dado passos importantes rumo ao desenvolvimento capitalista, estruturando um crescente setor industrial e um segmento bancário-financeiro importante, os problemas estruturais não foram, de forma alguma, resolvidos. Pelo contrário, tal processo ampliou as desigualdades sociais do país, concentrou o crescimento industrial – o que trouxe graves distúrbios regionais para o país (núcleo central deste trabalho) -, e permitiu a desenfreada migração inter-regional, o que veio a causar um desordenado crescimento populacional das capitais, sobretudo aquelas do Centro-Sul. Do ponto de vista político, o modelo autoritário foi ainda mais daninho, concentrando as principais atividades nas mãos do Estado, enfraquecendo ou, pelo menos, restringindo a ascensão de uma verdadeira burguesia nacional independente.

No período 1930-1940, o Estado autoritário fez crescer sua dependência com relação ao capital estrangeiro, aumentando a dívida externa do país e aumentando sua fragilidade econômica. Ou seja, no afã de manter as rédeas da política e da economia em suas mãos, o governo Vargas endividou-se e, ao mesmo tempo, restringiu o crescimento de um setor mais amplo do capital privado nacional. Teria sido melhor, então, utilizar capitais externos para investimentos diretos do mesmo no crescimento industrial. As conseqüências econômicas do período 1930-1940 se fizeram sentir já ao final da segunda guerra mundial e na posterior dependência da moeda norte-americana, processo que, antes de se atenuar, amplia-se em demasia nos dias atuais. Nas páginas abaixo, procuraremos analisar com um pouco mais de fôlego o que dissemos até aqui.

As medidas iniciais do Governo Provisório quanto à política econômica e cambial foram orientadas por um liberalismo retórico primitivo, logo desmascarado pela realidade. Enfrentando uma crônica falta de reservas (os 14 milhões de libras esterlinas com que se contava em agosto de 1930 haviam desaparecido no início de 1931) e pressionado pelos pesados encargos do serviço da dívida externa, o governo procurou adequar os pagamentos externos a sua efetiva capacidade de pagá-los, mediante *superávit* na balança comercial.

Enquanto o mil-réis foi desvalorizado em 55% em relação ao dólar (o padrão ouro fora abandonado já em meados de 1930), os pagamentos da dívida pública externa foram

suspensos e o Banco do Brasil passou a ter o monopólio cambial. Qualquer quantidade de moeda estrangeira resultante de exportações deveria obrigatoriamente ser vendida ao Banco do Brasil, que passou a liberar cambiais segundo um critério fixo de prioridades: compras oficiais e amortização da dívida pública, importações essenciais, remessas de lucro e dividendos, importações em consignação e atrasados comerciais.¹¹⁹

Este controle cambial permaneceu basicamente inalterado até 1934, resultando em um alívio momentâneo para a crônica escassez de divisas. Mas em médio prazo, ele fez com que os atrasados comerciais e financeiros se acumulassem, ficando sem remuneração de juros e sujeitos ao risco de alterações na taxa de câmbio, criando uma permanente fonte de atrito entre o Brasil e seus parceiros comerciais. Paralelamente ao rígido controle cambial, a manutenção de um fluxo mínimo de exportações tornava-se extremamente necessário. Se não para viabilizar uma balança superavitária, ao menos para possibilitar a reconversão dos maciços fatores produzidos utilizados no setor agro-exportador para outras atividades econômicas ligadas ao mercado interno.¹²⁰

Devia-se evitar o colapso da cafeicultura, dada a complexidade das interligações que ela mantinha com expressivos setores comerciais e financeiros nacionais. Em 1931, é criado o Conselho Nacional do Café (CNC), que inaugurou a prática da sustentação da produção mediante a compra e a destruição parcial das safras. Neste ano são destruídas 2,8 milhões de sacas de café, em 1932 outras 9,3 milhões e em 1933 mais 2,3 milhões de sacas. Ou seja, um valor equivalente a 30% da receita de exportação do café foi adquirido pelo Conselho, sendo 65% da operação custeada por novos impostos e os 35 % restantes pelo Banco do Brasil. Em fevereiro de 1933, o Conselho foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), consolidando a transferência do controle sobre o produto dos governos estaduais para o âmbito do governo federal.¹²¹

Ainda assim podemos verificar, a partir da Tabela 5, a contínua baixa no valor do café durante a década de 1930, ao passo que outros produtos como o algodão, experimentaram uma lucratividade maior do que a daquele produto.

¹¹⁹ A respeito de tais medidas consultar: MUELLER, Charles Curt. **Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial**: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983, p. 189.

¹²⁰ Acerca do controle cambial naquele momento, ver: ABREU, Marcelo de Paiva, *op. cit.*, 1999, p. 77.

¹²¹ Sobre a volta do controle do café ao governo federal ver: DELFIM NETTO, Antonio, *op. cit.*, p. 101-4.

Tabela 5 – Brasil: percentagens médias da produção agrícola segundo as principais culturas – 1925/1929-1939/1943

Produtos	Percentagens Médias dos Períodos		
	1925/29	1932/36	1939/43
Algodão (em caroço)	5,9	14,0	21,6
Arroz	5,2	6,7	11,0
Cacau	1,4	1,8	2,2
Café	48,0	29,5	16,1
Cana-de-açúcar	3,5	5,7	7,5
Feijão	5,4	3,8	5,5
Fumo	2,9	2,6	2,2
Mandioca	4,7	6,8	7,0
Milho	16,3	15,9	16,0
Trigo	0,9	0,8	1,3
Outros	5,8	12,4	9,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001, p. 190.

Nesse sentido, podemos dizer que estava em curso a formação de uma maior centralização e controle por parte do governo federal do aparelho estatal brasileiro face às pressões e demandas que tinha que responder. Nas palavras de Sônia Draibe:

*“Na materialidade da sua ossatura, o Estado brasileiro avança seu processo de constituição de Estado nacional e capitalista. Mas o faz sob essa forma específica, inscrevendo nos seus aparelhos os diferentes interesses sociais que, assim, sofrem um processo de generalização e abstração, metamorfoseando-se, agora, em ‘interesses nacionais’ e constituindo-se na substância das políticas do Estado. Desse modo, o caráter capitalista desse Estado em formação é impresso na sua própria estrutura, na medida em que a nova máquina burocrático-administrativa que emerge a partir de 1930 condensa e exprime, nos seus aspectos propriamente materiais, as relações e contradições básicas da sociedade”.*¹²²

E ainda mais:

*“Este duplo aspecto – a conformação de um aparelho econômico centralizado que estabelece suporte efetivo a políticas econômicas de caráter nacional, e a natureza capitalista que a estrutura material do Estado vai adquirindo – define o movimento de estruturação organizacional do Estado de 1930 a 1945”.*¹²³

Portanto, é preciso que se compreenda que o “novo” Estado que emerge da revolução de 1930, em verdade, está envolvido num processo que, antes de ser uma estrutura provisória

¹²² DRAIBE, Sônia, *op. cit.*, p. 83.

¹²³ *Idem*, p. 83. Ao nosso ver, esta citação reflete de forma muito rica o esquema central de conformação do Estado varguista.

de conteúdo imediatista, reflete na realidade os conflitos já existentes no modelo anterior e do qual faziam parte vários dirigentes do regime pré-1930 e onde já estavam latentes questões de conteúdo básico que as lideranças políticas ligadas às elites cafeicultoras não resolveram. Entre essas questões, assinala-se a “questão agrária” (mudança ou não da estrutura fundiária, sua adequação para fornecer alimentos e matérias-primas para a indústria e para as populações urbanas, liberação de mão-de-obra para a industrialização), a “questão nacional” (com o processo de constituição e diferenciação das várias frações burguesas, delimitando áreas de influência do capital estrangeiro e de sua articulação com o capital nacional) e a “questão social” (abrangendo as relações entre o capital e o trabalho).

Como já colocamos anteriormente, em fins da década de 1920 tais questões estavam colocadas na ordem do dia e, mais cedo, mais tarde, teriam que ter alguma forma de tratamento. Ao nosso ver, o arranjo político pós-1930, consolidado pelo golpe do Estado Novo em novembro de 1937, foi tal a resposta dada pelas elites nacionais a tais questões. Nota-se que as determinantes do problema nacional estavam expostas de maneira coerente no início da década de 1940 por Eugênio Gudín, o que justificou o intenso debate daquela época, demonstrando, assim, que o modelo autoritário implementado por Vargas, efetivamente, não deu conta dos problemas estruturais de uma economia “reflexa” – como a chamava Gudín – no sentido de um pleno desenvolvimento rumo a um capitalismo menos dependente.

A primeira e grande resposta, dessa forma, foi a atração para a órbita praticamente exclusiva do Estado dos graves problemas colocados então. Para Pedro Cezar Fonseca:

*“O governo estabelecido em 1930 concebia como sua tarefa imediata evitar a estagnação, ou seja, minimizar os efeitos negativos da crise, usando para tanto medidas e instrumentos que julgasse convenientes; estes, entretanto, encontrariam barreiras dentro das classes sociais internas, pois significavam distribuir os efeitos da crise entre elas e reorientar o crescimento e a estrutura da economia. Tanto mais grave é este problema quando se pensa que o governo precisava buscar a legitimidade nas suas ações, já que não encontrava respaldo na ordem jurídica, pois emanado de um golpe de estado. Assim, o governo ditatorial foi-se armando de poderes especiais, ampliando sua esfera de influência na economia e na política. Demonstrava-se, desde logo, que na percepção dos governantes tanto a acumulação como a legitimidade só seriam conseguidas, ou obtidas com maior eficiência e menor custo, à medida que o poder ficasse mais centralizado no executivo federal”.*¹²⁴ (grifo do autor).

¹²⁴ Sobre a construção do “corporativismo de estado”, ver: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção** – 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 186-187. No mesmo texto, o autor discute com muita pertinência os aspectos ideológicos ligados ao positivismo, que tanto influenciou não somente Vargas, mas também políticos a ele ligados. Ver, na mesma obra: “A influência positivista no discurso político”, p. 50-57.

Concordamos com Fonseca quando este ressalta que, embora se possa considerar que as “funções” do Estado sejam mais complexas – e que, ademais, não existem abstratamente, mas se definem em cada situação histórica. Fonseca considera, apropriadamente, as considerações de James O’Connor acerca das formas de consolidação do Estado capitalista. Senão vejamos:

*“Nossa primeira premissa é a de que o Estado capitalista deve tentar preencher duas funções básicas e muitas vezes contraditórias entre si: acumulação e legitimação. Isto significa que o Estado deve tentar manter ou criar condições que permitam a acumulação lucrativa de capital. No entanto, ele deve também tentar manter ou citar condições para a harmonia social”.*¹²⁵

Dessa forma, a criação do Ministério do Trabalho em novembro de 1930, com sua extensa legislação social, enfrentou ativa oposição por parte do empresariado, já que visava, mais que criar um impulso à expansão do setor secundário, atrelar as reivindicações operárias ao controle burocrático do governo federal. O estabelecimento de um salário-mínimo nacional, que poderia no curto prazo implicar no alargamento da demanda interna por bens de consumo não duráveis, foi tão amplamente combatido pelas classes produtoras (industriais, banqueiros e comerciantes), que apesar se seu anteprojeto ser de setembro de 1931, sua implantação só se dará de forma autoritária durante o Estado Novo.

Em relação à produção industrial, em 1934, o setor havia apenas conseguido recuperar-se, voltando aos índices de 1929, conforme nos mostra as tabela 6 e 7. De qualquer modo, ainda se estava longe de ter uma concentração industrial razoável. Das 55.926 fábricas arroladas em 1934, 27.090 tinham menos de 6 operários, 3.758 não atingiam o número de 12, e 22.574 eram meras oficinas operando sob registro provisório e gratuito. Acrescente-se que o Anuário Estatístico considerava como estabelecimento fabril, tanto as maiores firmas, que contavam com centenas de empregados, com as minúsculas oficinas com não mais de 2 operários e produção ínfima.

A somatória das medidas adotadas pelo Governo provisório, notadamente o controle cambial e a política de sustentação dos preços do café, tinham conseguido em meados de 1934 sustar a ação dos efeitos depressivos mundiais sobre a economia nacional e, de um

Acerca das idéias positivistas no *staff* governista dos anos 1930 ver: CRUZ, Carlos Henrique Davidoff. **História e ideologia na década de 30**. Campinas, Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1976, p. 69-86.

¹²⁵ O’CONNOR, James. **The fiscal crises of the state**. New York: St. Martin’s Press, 1973, p. 6, *apud* FONSECA, Pedro Cezar, *op. cit.*, p. 187, nota 68.

modo geral, reconduzi-la ao patamar dos índices de 1929. Mas, os problemas estruturais persistiam.

Por um lado, não se concretizara ainda uma estratégia de política econômica, em grande parte devido à não formação de um sólido e articulado núcleo de poder político, e por outro, devido à dependência crônica do bom resultado da balança comercial; tanto para a manutenção das importações necessárias, como para a obtenção de cambiais, o governo federal teve que continuar se empenhando em uma ação constante e decidida de valorização dos preços dos produtos primários passíveis de exportação.

A brusca redução do pagamento da dívida externa mais a manutenção do valor das importações, constante até 1937, enquanto o valor das exportações crescia em média 20%, levou já em setembro de 1934 a uma alteração na política cambial. Apenas 35% da receita gerada pelas exportações passaram a ser repassadas ao Banco do Brasil à taxa oficial, sendo os 65% restantes negociados no mercado livre. As cambiais para pagamentos de compromissos no exterior passaram também, a partir de março de 1935, a serem adquiridas no mercado livre.¹²⁶

Tabela 6 – Brasil: taxas anuais de crescimento da produção industrial – 1929/1932 (1929=100)

	1929-1932 (%)
Indústria Extrativa Mineral	-6,3
Indústria de Transformação	1,3
Materiais não-Metálicos	13,3
Metalúrgica	-3,4
Papel e Papelão	0,7
Couros e Peles e Produtos Similares	2,5
Química e Farmacêutica	-9,8
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	-1,5
Têxtil	8,4
Vestuário e Calçados	-12,4
Produtos Alimentares	-0,2
Bebidas	-8,6
Fumo	-5,1
Total da Indústria	1,1

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001, p. 215.

¹²⁶ Consultar: ABREU, Marcelo de Paiva, *op. cit.*, p. 83.

Essa liberalização da política cambial foi seguida em 1936 pelo abrandamento das restrições para a remessa de lucros, e mesmo por uma temporária suspensão dos rígidos controles sobre as importações, visando atrair capitais externos. O resultado prático de tal política foi a anulação dos ganhos do período 1931-1934, e o colapso do balanço de pagamentos. As reservas de 10 milhões de libras esterlinas existentes em finais de 1936 evaporaram-se, e o Banco do Brasil acumulara um passivo de 6 milhões de libras em novembro de 1937.¹²⁷

Tabela 7 - Brasil: taxas anuais de crescimento da produção industrial – 1933/1939 (1929=100)

	1933-1939 (%)
Indústria Extrativa Mineral	8,1
Indústria de Transformação	11,3
Materiais não-Metálicos	19,9
Metalúrgica	20,4
Papel e Papelão	22,0
Couros e Peles e Produtos Similares	2,7
Química e Farmacêutica	10,6
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	15,7
Têxtil	11,1
Vestuário e Calçados	9,8
Produtos Alimentares	1,9
Bebidas	8,4
Fumo	5,2
Total da Indústria	11,2

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001, p. 216.

A existência de novos parceiros comerciais não pôde alterar esta situação de insolvência. As importações alemãs, por exemplo, que se elevaram de 8,1% do total das exportações brasileiras em 1933 para 17,1% em 1937, foram realizadas em moeda não conversível. Os saldos acumulados, portanto, só puderam ser compensados por maiores importações de produtos alemães (especialmente carvão, folha-de-flandres, equipamentos elétricos pesados e produtos metalúrgicos), não podendo ser convertidos em cambiais.¹²⁸

¹²⁷ Sobre a crise deste período, ver: VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson, *op. cit.*, p. 211.

¹²⁸ A respeito das relações comerciais e políticas do governo de Vargas com a Alemanha na década de 1930, ver: GAMBINI, Roberto, *op. cit.*, p. 105-18.

Apesar das limitações do comércio exterior e da deterioração do balanço de pagamentos, a economia brasileira apresentou no período 1934-1937 uma taxa constante de crescimento anual da ordem de 6,5%. Este crescimento deveu-se basicamente à maior utilização da capacidade ociosa da indústria, viabilizada pelo encarecimento de importações, e pela contínua aplicação de políticas monetária e creditícia expansionistas, que provocando uma inflação anual média de 8,6%, puderam sustentar a demanda.¹²⁹

Outro fator também contribuiu para este crescimento econômico: a intensificação da migração inter-regional em direção aos núcleos urbanos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Gravemente atingida por prolongados períodos de secas no período entre 1930 e 1933, a região Nordeste, especialmente a área que se estende da Bahia ao Ceará, passou a funcionar como exportadora de mão-de-obra para as grandes cidades do Sudeste. Entre 1932 e 1942, nada menos que 13,5% da população economicamente ativa nominal do Nordeste transferiu-se para o Sudeste. Embora seja difícil dimensionar com exatidão a contribuição para o crescimento econômico global, que esta transferência de mão-de-obra causou, deve-se assinalar que, mesmo nos patamares mais elementares o trabalho urbano era assalariado, em contraste com o meio rural onde formas não monetárias predominavam, o que levou naturalmente a uma ampliação da demanda, se bem que restrita a bens de consumo não duráveis, e a uma aceleração da velocidade de circulação da moeda.¹³⁰

Os índices parecem corroborar com nossa análise: enquanto o produto bruto agrícola cresceu pouco mais que 2% ao ano, o industrial apresentou uma taxa de crescimento superior a 11%. Alguns setores industriais não tradicionais, como borracha, papel, cimento, metalurgia e química, expandiu-se a taxas superiores à média industrial, atingindo índices de 13,5% a 21%, enquanto a indústria têxtil cresceu em uma constante da ordem de 26,7%, como bem demonstra Stephen Haber.¹³¹

No entanto, se a participação dos bens de capital crescera de 2,5% para 4,9% do total do valor agregado da produção industrial, entre 1932-1937, destes 4,9% não mais que 1,6% correspondia à produção das indústrias mecânicas e de material elétrico. Ou seja, se entre 1934-1937 ocorreu um movimento endógeno de acumulação, este movimento não

¹²⁹ VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson, *op. cit.*, p. 188.

¹³⁰ Sobre a dinâmica da migração interna no país, ver: MERRICK, Thomas e GRAHAM, Douglas. “População e desenvolvimento no Brasil: uma perspectiva histórica”, in: NEUHAUS, Paulo. (org.). **Economia brasileira: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, 56-8.

¹³¹ Os dados são de VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson, *op. cit.*, p. 215. Para os índices do setor têxtil, ver: HABER, Stephen. “Lucratividade industrial e a grande depressão no Brasil: evidências da indústria têxtil de algodão”, *Estudos Econômicos*, 21, n. 2, 1991: 257-60.

correspondeu a um crescimento significativo dos fatores industriais produtores de bens de capital. O que a literatura e os dados apontam é que ocorreu, na verdade, uma ampliação da demanda interna por bens de consumo não duráveis, que se refletiu necessariamente no incremento da produção de consumos destinados à indústria de transformação, sem que as características macroeconômicas do país fossem basicamente alteradas.¹³² E se certos produtos como cimento, ferro e aço, tiveram seus índices produtivos constantemente aumentados, deveu-se, podemos afirmar, em grande parte à superação da subutilização de suas capacidades operacionais, uma vez que o próprio modelo de desenvolvimento “voltado para dentro”, como a ampliação da demanda – via expansão da moeda e alargamento do contingente assalariado – necessariamente impuseram-lhes.

De qualquer modo, à ampliação do volume da produção não correspondeu um acréscimo proporcional em valor. Por exemplo, se a tonelada de cimento valorizou-se em cerca de 50%, a de aço sofreu uma redução da mesma ordem, enquanto a de ferro gusa viu seu valor unitário declinar cerca de 30% em termos reais, e a de ferro laminado em quase 40%.¹³³ Em outras palavras, não ocorreram investimentos em novos equipamentos nem em processos produtivos modernos: a produção industrial cresceu pela maximização da utilização da capacidade operacional já instalada, pressionada por uma relativa ampliação da demanda, causada pela combinação de aumento do trabalho urbano mais inflação moderada, porém, constante. Voltando a Eugênio Gudín, a indústria brasileira ainda não crescia pela via da “produtividade”.¹³⁴

Em novembro de 1937, um novo bloco hegemônico assumiu o poder, encerrando a breve experiência democrática que se iniciara em 1934, e impondo um governo autoritário pautado no nacionalismo econômico.¹³⁵ Desse novo bloco faziam parte três setores, os quais, guardadas as diferenças setoriais, tinham objetivos comuns no âmbito geral: a jovem e crescente burocracia estatal, a burguesia industrial e os militares. Quando nos referimos a bloco, o entendemos como uma unidade conjuntural entre frações das elites dominantes de um país, que, no interior deste bloco, também trava disputas e conflitos por uma maior influência nas tomadas de decisões por parte do Estado. Como demonstra Renato Perissinotto:

¹³² Sobre os dados e uma discussão sobre o crescimento localizado da indústria, ver: SUZIGAN, Wilson, *op. cit.*, 1986, p. 89-91.

¹³³ *Idem*, p. 249-78.

¹³⁴ GUDÍN, Eugênio, *op. cit.*, p. 116.

¹³⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia**: opções de desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 34-8.

*“O conceito de bloco no poder – que diz respeito exclusivamente ao conjunto das classes dominantes de uma formação social – refere-se à unidade dessas diversas frações de classe que têm entre si uma relação conflituosa. É a unidade resultante da ação do Estado capitalista que, através de seus aparelhos, através do jogo interno de suas instituições, confere organização às classes dominantes. O Estado capitalista está, assim, eivado de conflitos internos que são reflexos da luta no interior do bloco no poder no interior de seus aparelhos. Contudo, o bloco no poder não pode ser entendido como uma fusão das classes e frações dominantes”.*¹³⁶ (grifos do autor).

Aos três interessava a constituição de um Estado autoritário (aliás, consoante aos padrões da época, que tendiam a identificar a depressão com a falência do Estado liberal), que anulando as possíveis mudanças de política econômica, naturais no processo de alternância democrática, impusesse ao país um consciente programa de industrialização, sustentando-o economicamente e calando as vozes dissidentes.

Como tal programa só poderia redundar em mais poder e controle do Estado sobre a sociedade, ele naturalmente era atraente para a crescente burocracia estatal. Além do desempenho de uma função técnica, o que deixava seu executor a salvo de retaliações políticas, abria-se a possibilidade de inúmeros novos cargos a serem preenchidos, mediante a necessária criação de novos departamentos reguladores.¹³⁷

Para a burguesia industrial os benefícios eram mais que óbvios. Lutando desde finais da Primeira Guerra Mundial – quase sempre de forma infrutífera – por algum apoio governamental, que se não favorecesse o crescimento da indústria nacional, ao menos a protegesse da concorrência externa, a oportunidade de ser a locomotiva do desenvolvimento econômico era um atrativo irresistível.¹³⁸

Para os militares, a questão apresentava-se de forma mais complexa. Por um lado a conquista do monopólio da agressão era, em finais da década de 1930, objetivo essencial. Enquanto governos estaduais continuassem a deter o poder de mobilizar forças militares ou paramilitares (forças públicas, brigadas militares), o Exército não poderia se considerar como verdadeiramente nacional, nem exercer jurisdição militar sobre a totalidade do

¹³⁶ PERISSINOTTO, Renato Monseff. *“Bloco no poder e hegemonia”*, in: _____. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: EDUNICAMP, 1994, p. 25-6. Sobre o tema das frações no interior do bloco hegemônico burguês, ver: POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 283.

¹³⁷ Sobre o papel da burocracia estatal no âmbito da política econômica do governo, ver: DRAIBE, Sônia, *op. cit.*, p. 103-4.

¹³⁸ A respeito do papel desempenhado pela burguesia industrial e sua política de alianças, ver: DINIZ, Eli, *op. cit.*, p. 291-6.

território brasileiro. Um governo federal suficientemente forte para anular o poder dos estados, só poderia se constituir de forma autoritária, e serviria para reforçar o novo papel que os militares estavam assumindo, de responsáveis também pela segurança interna do país, já delineado pela Lei de Segurança Nacional de abril de 1935.¹³⁹

Por outro lado, os militares buscavam de forma constante – em parte devido à herança das formulações nacionalistas do tenentismo da década de 1920 – a concretização do controle governamental sobre setores considerados essenciais à segurança do país (combustíveis, aço, minérios), e capazes de viabilizar a produção nacional de materiais bélicos. Tal meta só poderia ser atingida pela ação de um governo autoritário, que se empenhasse em um programa de industrialização dirigido à realização desses objetivos, pautado por uma política com ênfase no nacionalismo econômico.¹⁴⁰

Na verdade, o Estado Novo constituiu-se como herdeiro do amadurecimento de tendências que já se manifestavam desde o final da década de 1920, todas elas confluindo para um propósito comum: o nacionalismo econômico com o Estado como agente da modernização. No discurso getulista, em 1938:

*“Já atravessamos a fase da monoprodução (...). Em lugar de recebermos gêneros de alimentação e artigos industriais de imediato consumo, precisamos importar máquinas para fabricação de outras máquinas e amparar as indústrias de base (...). Cumpre-nos, pois, dirigir, cuidadosamente, a importação, controlar o que recebemos de modo sistemático, a fim de evitarmos a drenagem do ouro na importação de superfluidades (...). Por esta forma, incrementaremos numerosas indústrias no país, adquiriremos técnicas novas e desdobraremos a capacidade de consumo do mercado interno”.*¹⁴¹

O Estado como agente central no programa de desenvolvimento do Brasil. Era essa a premissa básica do discurso político, sobretudo, a partir do Estado Novo. A medida principal envolvia a construção de uma usina siderúrgica moderna e de grande porte, objetivo primeiro de segurança nacional. Diversos conselhos e agências fomentadores foram criados ou remodelados, como o Conselho Nacional de Petróleo (1938); Conselho Federal de Comércio Exterior (remodelado em 1939); Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939); Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937); Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1937) e o Plano Especial de Obras Públicas e Reparcelhamento da

¹³⁹ Acerca da política das forças Armadas brasileiras no processo de consolidação do Estado Novo, ver: CARVALHO, José Murilo de. *“Forças Armadas e política, 1930-1945”*, in: CPDOC-FGV, *op. cit.*, p. 130-2.

¹⁴⁰ Ver: CARVALHO, José Murilo de, *op. cit.*, p. 110. Consultar também: DINIZ, Eli, *op. cit.*, p. 275.

¹⁴¹ VARGAS, Getúlio. **As diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1942, p. 129-30.

Defesa Nacional (1939), que, no entanto, serviu apenas como um cronograma de investimentos que transcendia o ano fiscal, tendo uma base bastante deficiente.¹⁴²

A nova política econômica posta em prática a partir de 1937 implicou uma clara divisão de tarefas. Enquanto o Estado assumia um papel regulador sobre a atividade econômica, que se aproximava da planificação, ele também se reservava a atuação em certas áreas consideradas estratégicas, mediante a formação de empresas estatais ou de economia mista, sob o argumento de “utilidade pública”. Assim, em janeiro de 1941 fundou-se a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), cujo capital foi formado por um empréstimo do governo norte-americano por meio do Export and Import Bank, de 20 milhões de dólares, mais 25 milhões que o governo brasileiro comprometia-se a investir. Além do empréstimo, a participação acionária do governo norte-americano e do Reino Unido na Itabira Iron, empresa que detinha a concessão das maiores e melhores jazidas de ferro de Minas Gerais, foi doada ao governo brasileiro.¹⁴³ Dessa forma, inaugurou-se a prática do investimento público direto no setor produtivo, por meio de empresas públicas ou de economia mista. Prática que se acelerou muito a partir de 1941, refletindo a presença crescente do Estado em setores como o de minérios ferrosos, o processamento de álcali e a produção de motores para caminhões e aviões.

Particularmente significativa foi a criação em 1942 da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), destinada a exportar minérios provenientes de Minas Gerais por meio do porto de Vitória, no estado do Espírito Santo, o que implicou na ampliação da ferrovia Vitória-Minas, e o complexo reaparelhamento do porto, tarefas financiadas e executadas pelo governo federal.¹⁴⁴ Se no Espírito Santo as exportações da CVRD foram fundamentais para o alavancamento de sua economia, em Minas reforçou o papel do capital estatal e da tecnoburocracia, dificultando o projeto da elite belo-horizontina no que tange à liderança deste processo de especialização industrial.¹⁴⁵

¹⁴² HONORATO, Cezar Teixeira & BEAUCLAIR, Geraldo. “A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial”, in: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã/FFLCH-USP, 1995, p. 275.

¹⁴³ Sobre a construção da CSN e do papel da Itabira Iron no contexto abordado correlacionando com o momento político de Minas Gerais, ver: DULCI, Otavio, *op. cit.*, p. 57-9.

¹⁴⁴ A respeito da construção da CVRD, ver: RIBEIRO, Luiz Cláudio. **O casamento das elétricas capixabas: um estudo da história da ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – 1951/1968**. Niterói: Tese de Doutorado em História, UFF, 2003, p. 30; SIQUEIRA, Maria da Penha. **O Porto de Vitória: expansão e modernização (1950-1993)**. Vitória: CODESA, 1994; FERREIRA, Sinésio Pires, *op. cit.*, p. 241-246.

¹⁴⁵ Sobre a importância da CVRD entre os anos de 1940/50 para o Espírito Santo, ver: BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. Campinas: Dissertação de Mestrado em Economia, Unicamp, 1992, p. 253-5.

Ao setor privado, neste programa de industrialização, coube ampliar a produção de bens de consumo, ou de insumos considerados não estratégicos, consolidando, assim, a estratégia de “modernização conservadora” colimada por Vargas. Desse modo, a própria dificuldade de importar aliada a uma política monetária expansionista, que gerou índices inflacionários anuais de 13%, levou paulatinamente à transferência de capitais da atividade agrícola para a industrial, multiplicando o número de fábricas e diversificando o setor; fábricas de papel, celulose, cimento, mármore, material ferroviário, alumínio, máquinas de costura, etc., fundavam-se ou ampliavam-se, favorecidas também pela demanda que os investimentos públicos criaram.¹⁴⁶

Duas medidas foram de particular importância para ampliar a demanda privada e contribuir para a formação de um verdadeiro mercado nacional. A primeira foi a abolição entre dezembro de 1937 e janeiro de 1939, do imposto interestadual, denominado “de exportação”, que incidia sobre mercadorias produzidas em um estado e consumidas em outro.¹⁴⁷ Além de extinguir uma das maiores fontes de receita tributária dos estados, fazendo-os mais dóceis ao controle do governo federal, um dos objetivos básicos do Estado Novo, a medida possibilitou uma padronização no custo de circulação de mercadorias pelo território nacional, contribuindo para a consolidação do mercado interno.¹⁴⁸

A segunda foi a obrigatoriedade do pagamento de um salário-mínimo para todos os trabalhadores, instituída em 1º de maio de 1940 através do Decreto-Lei 2.162.. Variando de região para região, o salário mínimo foi calculado de modo a cobrir os gastos com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, tendo como base 200 horas mensais de trabalho de um adulto. Somente em 1940, cerca de 1,4 milhão de trabalhadores foram atingidos pela medida, provocando um estímulo à ampliação da demanda interna, uma vez que a maioria dos trabalhadores do país recebia até então remuneração inferior à fixada.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Para um maior número de dados sobre inversões de capital da atividade agrícola para a industrial, consultar VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson, *op. cit.*, p. 221-2. Ver também: CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1970 – 1970/1995**. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1998, p. 73-5.

¹⁴⁷ A matéria foi tratada pelos seguintes instrumentos legais: Decreto-Lei 142 de 29 de dezembro de 1937; Decreto-Lei 379 de 18 de abril de 1938; Decreto-Lei 915 de primeiro de dezembro de 1938; Decreto-Lei 1.061 de 20 de janeiro de 1939.

¹⁴⁸ Sobre as mudanças na política tributária de então, ver: AMED, Fernando José & NEGREIROS, Plínio Labriola de Campos, *op. cit.*, p. 265.

¹⁴⁹ Sobre a implantação da Legislação Social, consultar: GOMES, Ângela Maria de Castro. “Empresariado e Legislação Social na década de 30”, in: CPDOC-FGV, *op. cit.*, p. 295-8.

Para concluir, podemos dizer que os resultados concretos do programa de industrialização no período 1937-1940 não foram espetaculares. Na verdade, tratou-se de uma etapa inicial de ajustamento, de redirecionamento geral da economia, visando assentar as bases de um crescimento industrial auto-sustentado. Sem dúvida alguma as dificuldades ainda eram muitas. Por um lado, a extrema dependência do bom resultado da balança comercial era uma constante; por outro, o acúmulo de cambiais não conversíveis, norma do período, não se revertia em maior disponibilidade de capitais para investimento direto, nem provocava a ampliação do estoque monetário em circulação, limitando-o ao crescimento da demanda interna.

E embora ampliando a capacidade de produção industrial interna, a carência de bens de capital, que só poderia ser sanada via investimentos externos, viu-se duplamente agravada: a ênfase no nacionalismo econômico desestimulava-os, ao mesmo tempo em que a economia de guerra fazia os possíveis investidores voltarem-se prioritariamente à ampliação de suas próprias capacidades produtivas.¹⁵⁰

O *déficit* público, que se manteve no período em torno de 20% do total da receita federal, não foi financiado por emissão primária, mas por meio da emissão de títulos, o que resultou na manutenção de um quadro de baixa liquidez, exatamente quando as novas atribuições estatais necessitavam da brusca ampliação tanto do estoque monetário total, como da velocidade de circulação da moeda.

Todas essas dificuldades somadas contribuíram para que a taxa de crescimento da produção industrial, que já havia caído para 6,5% ao ano em 1937-1939, ainda caísse em 1939-1941, para 1,9%. No entanto, enquanto a produção industrial agregada continuou a apresentar taxas reais positivas de crescimento (Tabela 7), se bem que inferiores a períodos anteriores, a produção agrícola manteve-se praticamente estagnada, revelando um desempenho desapontador.¹⁵¹

Assim, no contexto de um quadro recessivo global, os rumos da economia brasileira mudaram entre 1937-1940 – o Produto Interno Bruto (PIB) que crescera a uma taxa de 3,5% ao ano entre 1937-1939, só pudera crescer 0,6% anuais entre 1939-1941 -, priorizando a base industrial e iniciando sua transformação de indústria leve e produtora de bens de

¹⁵⁰ A respeito do receio de capitais externos ante ao nacionalismo econômico e sobre as mudanças na economia com a certeza da guerra, ver: ABREU, Marcelo de Paiva, *op. cit.*, 1999, p. 102-3.

¹⁵¹ Os índices estão em: VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson, *op. cit.*, p. 218-22.

consumo não duráveis para indústria pesada e abastecedora de bens de capital – sob a tutela estatal -, em detrimento da tradicional produção agrícola voltada para a exportação.¹⁵²

Enquanto os setores tradicionais ligados à produção de bens de consumo não duráveis apresentaram um declínio real na composição do produto industrial agregado (Tabelas 5 e 6), setores responsáveis pela indústria de transformação e pelo fornecimento de insumos industriais reprocessáveis tiveram crescimento significativo como indica o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Brasil: indicadores do nível de investimentos na indústria – 1920/1939

	1920-29	1930-32	1933-39
A – Consumo de cimento (média anual, 1000 t)	361	354	554
B – Consumo de aço (média anual, 1000 t)*	230	150	297
C – Importações de bens de capital para a indústria (média 1920-29=100)	100	39	75

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001, p. 220.

* Exclui trilhos, acessórios, etc.

Podemos inferir, desse modo, que as sementes da transformação foram plantadas, mas necessitavam de minuciosos e constantes cuidados. Como bem afirma Carlos Henrique Davidoff Cruz:

*“(…). Observamos que o Estado mostra-se, no trecho referido, basicamente a partir de 1935-37, como instância com larga margem de autonomia relativa e que, através de seus aparelhos, efetua políticas dirigidas para superar ‘as crises’ do período e rearticular os liames da dominação burguesa, no Brasil. Nessas condições, e para poder efetuar as referidas políticas, há um grande aumento do poder estatal concomitantemente a montagem de esquemas de desmobilização e de representação corporativa, que levam ao fechamento do espaço de debate, participação e pressões políticas pelos canais representativos, pela imprensa, pela mobilização popular, etc... A ideologia justificadora do regime do Estado Novo foi a autoritária-desmobilizadora e, como já dissemos anteriormente, ela se constituiu na ideologia do conjunto da burguesia brasileira, sobretudo, a partir de 1935”.*¹⁵³

Até aqui privilegiamos a abordagem das políticas econômicas no âmbito nacional, analisando seu crescimento e percalços. Assim, partindo do exposto até o momento, podemos fazer alguns questionamentos que julgamos ser de suma importância para este trabalho: em primeiro lugar, como teriam se comportado os complexos cafeeiros regionais

¹⁵² Consultar HADDAD, Cláudio, *op. cit.*, p. 14-7. Tal obra é rica no detalhamento de dados e índices para o período.

¹⁵³ Acerca da “Ideologia Autoritária” na década de 1930, ver: CRUZ, Carlos Henrique Davidoff, *op. cit.*, p. 87-8.

diante do projeto varguista? Em segundo lugar, quais teriam sido as atitudes de burguesias estaduais, como a mineira, no afã de se integrarem a essa nova ordem? E em terceiro lugar, qual terá sido o comportamento de segmentos fundamentais para esses complexos, tais como o urbano-industrial, o mercantil, o bancário-financeiro, o de abastecimento e o próprio setor exportador?¹⁵⁴

São estas perguntas que procuraremos responder nos capítulos seguintes do texto, tendo como *lócus* de análise o complexo cafeeiro da zona da Mata mineira e as imbricações de sua dinâmica, nos anos 1930, levando em conta as relações estabelecidas com os atores da cena política estadual e com a burguesia industrial da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Antes, contudo, procuraremos analisar em dois capítulos a formação econômica da região desde finais do século XIX até o final da década de 1920.

¹⁵⁴ Abordamos alguns aspectos relacionados a tais questões em: BARROS, Nicélio do Amaral. **História regional, café e indústria**: a zona da Mata mineira. Trabalho apresentado ao XXIII Simpósio Nacional da ANPUH, Londrina, 2005. Texto disponível em <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais eletronicos/complementares>>; BARROS, Nicélio do Amaral. **De “zona proibida” ao fim das matas virgens**: notas preliminares para uma história ambiental da zona da Mata mineira (1850-1930). XV Encontro Regional de História da ANPUH-MG. São João Del Rey, Universidade Federal de São João Del Rey, 2006. Texto disponível em Anais Eletrônicos.

CAPÍTULO 2

Crise estrutural do complexo cafeeiro da zona da Mata mineira

“Artur Azevedo achou a Rua Direita, hoje Avenida Rio Branco, ‘tão longa como os boulevards de Paris, e mais extensa que qualquer deles’. Em presença de grandes quantidade de nobreza junta em um camarote de teatro exclamou: ‘Em terra alguma haverá tantos barões como em Juiz de Fora!’ Elogiou a água do Paraibuna, dizendo ‘ser excelente e bem tratada pelo engenheiro Wood’, e a cerveja, afirmando que ‘bebe-se em Juiz de Fora a melhor cerveja nacional’.

(Leila Barbosa & Marisa Timponi, *Juiz de Fora por seus escritores*, p. 12)

2.1 – Desenvolvimento econômico e financeiro da zona da Mata até 1930

Área de ocupação tardia, a zona da Mata mineira só será efetivamente ocupada no decorrer do século XIX, após o declínio da atividade mineradora¹⁵⁵ estando, portanto, na contra-mão das principais regiões da então província, que passam, neste período, por um processo de reestruturação sócio-econômica fundamentada numa significativa realocação dos fatores de produção, que acaba por resultar em uma economia agrária de alimentos com vínculos diferenciados com vários focos de mercado interno existentes, porém, mantendo seu caráter agro-exportador.¹⁵⁶

Diferentemente deste quadro, a zona da Mata de Minas passa por um processo de estruturação de sua economia essencialmente de cunho agro-exportador, o que lhe permitiu situar-se como a região mais dinâmica da província, estabelecendo-se como base fiscal do aparelho administrativo provincial. Assim, apesar de representar com seus 35.000 km² apenas 5% do território mineiro, a zona da Mata foi até o início do século XX a região mais rica do estado de Minas Gerais, exatamente por apresentar as melhores condições físicas para o cultivo do café, produto que na época era a principal riqueza do país. Podemos dizer que, até a década de 1920, esta região foi a principal produtora de café do Estado, variando proporcionalmente de 90% na década de 1880 até 70% na década de 1920, e isto levando

¹⁵⁵ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870. Bauru: EDUSC/Juiz de Fora: FUNALFA, 2005, p. 56-9.

¹⁵⁶ SLENES, Robert. **O múltiplo de porcos e diamantes**: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Campinas: IFCH/EDUNICAMP, 1985, p. 39-43; LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 349; LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 89.

em conta que o café, entre 1870 e 1930, ocupou sozinho cerca de 60% do total das exportações do estado e foi responsável pela maioria dos impostos provenientes da exportação, com 60% na década de 1870 e 78,2% na década de 1920.¹⁵⁷

Vejamos o que disse um autor a respeito desse rompimento da zona da Mata mineira com a própria formação histórica do estado, firmada culturalmente nos traços típicos do século XVIII mineiro:

*“(...) Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral do desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso, o progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior. (...) A Zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais”.*¹⁵⁸

No entanto, é fazendo a comparação com outros núcleos agro-exportadores que percebemos melhor os significados destas especificidades da zona da Mata mineira no contexto da transição escravista-capitalista por que passava o país. Fazemos referência aqui ao vale do Paraíba fluminense, com o qual a Mata mantém traços importantes de identificação: a contigüidade espacial, uma estrutura sócio-econômica homogênea, uma formação histórico-social originada de um mesmo processo matriz, uma aristocracia fundiária com vários traços comuns, inclusive consangüinidade, ou seja, relações de parentesco entre esta aristocracia¹⁵⁹, entre outros. Em que pese tais semelhanças, guardam as duas regiões diferenças importantes, o que inviabiliza compreender a zona da Mata mineira como simples extensão da economia agro-exportadora do vale do Paraíba fluminense.

Primeiramente, lembremos o fato de a zona da Mata pertencer à unidade político-administrativa mineira, dado fundamental se levarmos em conta os instrumentais da política econômica dos governos provinciais/estaduais no contexto de sua maior autonomia com o

¹⁵⁷ GIROLETTI, Domingos, *op.cit.*, p. 111; do mesmo autor: “O processo de industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930”, *Análise e Conjuntura*, 10, n. 3, 1980: 144-202.

¹⁵⁸ PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. “Zona silenciosa da historiografia mineira: a zona da Mata”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, IX, 1962: 202.

¹⁵⁹ Sobre relações de parentesco entre oligarquias agrárias ver principalmente: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, *op.cit.*, 2005, p. 155-183; FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 364-5; BACELLAR, Carlos. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas: CMU/EDUNICAMP, 1997, p. 77-88; MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**: Vale do Paraíba século XIX. Lorena, SP: Stílano, 1998, p. 257-65.

advento da República, a crise do sistema escravista e da expansão do sistema capitalista. O acesso e a utilização dos recursos de empréstimos externos, política imigrantista, estruturação da malha ferroviária, política tributária de exportação, incentivo ao crédito para o setor agro-exportador, política de valorização do café, etc. Nesta conjuntura, complicados processos de articulações políticas têm de ser “costurados” pela aristocracia cafeeira devido, sobretudo, à participação de vários setores sociais na órbita do poder estadual, sendo que, nem sempre os interesses agro-exportadores se encontravam em maioria no poder estadual.¹⁶⁰

Em segundo lugar, há diferenças seculares entre as produções cafeeiras destas duas regiões. Região interiorana, destituída de um núcleo de comercialização exportador em seu espaço interno, a zona da Mata acaba por eleger o centro comercial do Rio de Janeiro como espaço privilegiado para a exportação de sua produção. No entanto, condições como sua distância em relação à cidade do Rio de Janeiro e a inexistência de uma malha viária que ligasse a região àquela praça até a década de 1860 contribuíram para que a efetiva incorporação produtiva da Mata se desse a partir de meados do século XIX, marcando uma defasagem temporal com o vale Paraíba fluminense.

Entretanto, a existência de fatores objetivos como a existência de terras virgens, acaba por proporcionar um desenvolvimento mais significativo da região mineira – sobretudo nos municípios de Juiz de Fora, Cataguazes e Carangola – ao final do século XIX, quando se intensifica o processo de crise do sistema escravista e de expansão do sistema capitalista.¹⁶¹ Tais diferenças são relevantes se levarmos em conta a determinação do investimento e consumo possibilitados pela capacidade de dinâmica do núcleo agro-exportador. O impacto da abolição da escravidão, a capacidade (ou não) de diversificação dos investimentos da aristocracia agrária, a forma como se cristalizam as relações de trabalho no pós-abolição, entre outras, estarão aí amalgamados e poderão assumir diferentes nuances.

¹⁶⁰ A respeito das divisões internas entre as oligarquias mineiras na Primeira República ver: VISCARDI, Cláudia Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 50; PERISSINOTTO, Renato. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo - 1889-1930**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999, p. 27.

¹⁶¹ PIRES, Anderson. *op. cit.*, 1993, p. 128-51. A respeito do município de Cataguazes, ver: ALVES, Márcio Ferrari. **O capital cafeeiro e a gênese do setor industrial**: a experiência do município de Cataguazes (M.G.) – 1808-1908, Juiz de Fora, Monografia de Bacharelado em Economia, UFJF, 64 p.; Para Carangola, ver: AMORIM, Érika Oliveira. **Carangola**: os reflexos da crise de 1929 numa comunidade cafeeira, Rio de Janeiro, Monografia de Pós-Graduação *latu sensu* em História, FIJ, 2003, p. 6-19. Sobre a crise na cafeicultura fluminense ver: FRAGOSO, João Luís. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul - 1850/1920**: um estudo de relações não-capitalistas de produção, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 1983, p. 109-23; VIEIRA, Wilson. **Decadência da cafeicultura fluminense e seus desdobramentos - 1850-1929**. Trabalho apresentado ao III Congresso Brasileiro de História Econômica, Curitiba: ABPHE, 1999, P. 1-13. Texto disponível em Anais Eletrônicos.

São estas diferenciações que no bojo do processo permitem à zona da Mata ser dotada de especificidades significativas e tornar-se importante para a compreensão da forma em que ocorre a transição capitalista nesta região. A nossa proposta de pesquisa busca investigar o que para nós é mais uma de suas especificidades neste processo de transição capitalista, precisamente, a crise de 1929, seus impactos e conseqüências no seio desta economia regional agro-exportadora.

Fundamental neste processo foi a formação de um segmento financeiro-bancário no interior da economia regional. As primeiras experiências aconteceram, contudo, somente no final do século XIX, com a fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais em 1887 (falido em 1892, sob o impacto do encilhamento) e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A em 1889, este sim, a instituição bancária mais importante da região e que estará presente em todo o período da análise aqui proposta. Podemos dizer que até o início da década de 1920¹⁶² o Crédito Real atua como único banco da zona da Mata,¹⁶³ surgido como um empreendimento financiado basicamente pelo capital agrário local, sob a liderança de importantes fazendeiros da região. O Banco de Crédito Real assume, já em 1891, as funções de um “banco misto”, ou seja, de um banco que reuniu na mesma instituição operações de longo prazo (com os empréstimos hipotecários e venda de letras) e aquelas de curto prazo (desconto e empréstimos comerciais).

Além disso, em 1911, o Estado assume o controle acionário do banco e, em 1919, realiza sua encampação efetiva, tornando o CREDIREAL uma instituição oficial.¹⁶⁴ Temos aqui uma peculiaridade frente ao ocorrido no Rio e em São Paulo, uma vez que em Minas o Estado representou o papel do capital comercial de São Paulo, de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro, amparando diversas atividades agrícolas (inclusive o

¹⁶² A respeito do crescimento do setor bancário nacional durante a década de 1920 ver: SAES, Flávio Azevedo Marques de. “Crescimento e consolidação do sistema bancário na década de 1920”, in: DE LORENZO, Helena & COSTA, Wilma Peres, *op. cit.*, p. 197-216. Sobre a história bancária e financeira da Mata mineira, ver: PIRES, Anderson, *op.cit.*, 2004, p. 254-375; COSTA, Fernando Nogueira da, *op.cit.*, p. 88-114; LOPES DE SÁ, Antônio. **Origens de um banco centenário** (História econômica, administrativa, financeira e contábil do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A). Texto em inglês: **The origins of a bank founded a hundred years ago**. Edição Comemorativa. Belo Horizonte: Credireal, 1990, 215 p.; ALVARENGA Fº, José Tostes de. “*Alguns Eventos da História bancária de Juiz de Fora*”, in: BASTOS, Wilson de Lima *et al.*, **História econômica de Juiz de Fora** (subsídios). Juiz de Fora: IHGJF, 1987, p. 31-48; _____. **A criação do Banco de Crédito Real e o relacionamento de seus fundadores com o Imperador D. Pedro II**. Juiz de Fora, s. ed., 1976, 39 p.; RIBEIRO, João. Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1925, 19 p.; BASTOS, Cláudio Albuquerque. **Instituições financeiras de Minas – 1819/1995**. Belo Horizonte, s. ed., 1997, p. 43-51.

¹⁶³ A zona da Mata mineira conheceu outras experiências bancárias que resultaram em instituições que tiveram vida relativamente curta, como o *Banco Territorial e Mercantil de Minas*, o *Banco de Cataguases*, o *Banco de Leopoldina* e o *Banco de Ubá e Rio Branco*, entre outros. Ver: BASTOS, Cláudio Albuquerque, *op. cit.*, p. 51-5.

¹⁶⁴ COSTA, Fernando Nogueira da, *op.cit.*, p. 40-2; BASTOS, Cláudio Albuquerque, *op. cit.*, p. 43.

próprio café), através dos Bancos de Crédito Real e Agrícola de Minas Gerais.¹⁶⁵ Uma abordagem mais recente da historiografia financeira e bancária da região aponta que boa parte destes recursos (oferecidos como garantia de juros para letras hipotecárias ou transferidos diretamente para a região via a rede de agências do banco) originava-se predominantemente na própria da Mata.¹⁶⁶ O aparelho bancário, portanto, assumiu no que tange aos empréstimos hipotecários de longo prazo (emprestando recursos a taxas de juros bem menores que as que vigoravam no mercado até então) a função de principal fornecedor do crédito agrícola e rompeu uma cadeia de financiamento que tinha no comissário radicado no Rio de Janeiro o principal beneficiário¹⁶⁷, contribuindo, deste modo, para a afirmação de um circuito financeiro que vai se realizar, via aparelho de Estado, no espaço endógeno da economia regional.

Com relação às operações de curto prazo (recursos obtidos independentemente daqueles obtidos pelo estado), o banco também acaba por desempenhar um papel de fundamental importância na estruturação do mercado financeiro local e regional ao inaugurar as operações de desconto de letras e outros títulos de curto prazo, além das próprias operações de depósitos e empréstimos em conta corrente, internalizando um volume de recursos antes manipulados por bancos do Rio de Janeiro, através das relações comerciais do café.¹⁶⁸ Estas funções do Crédito Real permanecem, com relação à zona da Mata pelo menos até 1930, e pretendemos investigá-las para o período pós-1929, constituindo uma hipótese da parcial constrição de recursos advindos do estado de Minas Gerais, para o complexo agro-exportador desta região no decorrer da década de 1930.

Mas não foi somente com relação às operações com o setor agrícola de exportação que o banco e a estrutura financeira foram importantes. Também no que diz respeito às operações com o setor industrial, a estrutura bancária teve uma participação significativa.¹⁶⁹

¹⁶⁵ COSTA, Fernando Nogueira da, *op. cit.*

¹⁶⁶ PIRES, Anderson, *op. cit.*, 2004.

¹⁶⁷ PIRES, Anderson, *op. cit.*, 2004; BARROS, Nicélio Amaral, *op. cit.*, 2005, p. 1-8; ALMICO, Rita de Cássia, *op. cit.*, p. 114-37.

¹⁶⁸ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola.** Trabalho apresentado ao III Congresso Brasileiro de História Econômica, Curitiba, 1999, p. 1-24. Disponível em Anais Eletrônicos; LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas.** Rio de Janeiro: EDUFRJ/SEMEC, 1994, p. 178-81; _____. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IBMEC, 1977, p. 168-70.

¹⁶⁹ A respeito das relações entre bancos e o processo de industrialização ver: CAMERON, Rondo. *"Theoretical bases of a comparative study of the role of financial institutions in the early stages of industrialization"*, in: _____. (org.). **Financing industrialization.** Cambridge: Edward Elgar Publishing, 1992, p. 1-20; _____. **La banca en las primeras fases de industrialización.** Editorial Tecnos: Madrid, 1974, p. 308-40; COTTRELL, P. L. "Great Britain", in: CAMERON, Rondo & BOVYKIN, Valeri (ed.). **International banking: 1870-1914.** New York/Oxford: Oxford University Press, 1991, p. 25-47; KINDLEBERGER, Charles Poor. **A financial history of Western**

Estamos falando aqui de um dos mais expressivos processos de industrialização que ocorreu em Minas Gerais no período que vai do final do século XIX até, pelo menos, a década de 1920, que é aquele conhecido por Juiz de Fora. Tal dimensão propiciou a este Município a condição de principal centro industrial do estado de Minas Gerais até a metade do nosso período de análise, ou seja, 1930.¹⁷⁰ Cabe-nos investigar o comportamento deste setor industrial no pós-1929, analisando qual o impacto da crise na indústria local, ou seja, até que ponto ela foi afetada, quais os elementos micro e macroeconômicos envolvidos, e propor uma delimitação cronológica dos impactos investigados.

Segundo Girolletti, a industrialização de Juiz de Fora se desenvolveu em duas fases relativamente distintas.¹⁷¹ Num primeiro momento ocorreu o predomínio de pequenas unidades, identificadas pela pequena produção, baixos índices de capital investido e produtividade, além de uma pequena concentração de mão-de-obra; o proprietário, neste caso, ao estar diretamente envolvido com o processo produtivo, sequer se distingue do produtor direto. Incluída num contexto escravista, esta fase se desenvolve até o final da década de 1880 e por suas características constitui muito mais um prenúncio do processo de industrialização que estaria por vir do que propriamente, como quer o autor, um momento diferenciado deste. A industrialização propriamente dita, compreendida no bojo do processo que resulta na formação de forças produtivas notadamente capitalistas, somente se desenvolve a partir do segundo momento, quando diferentemente do período anterior já se verifica o predomínio de médias e grandes unidades com produção em série, tecnologia relativamente avançada, grande produtividade e concentração de mão-de-obra. É neste momento que se estabelecem unidades propriamente fabris que terão no trabalho assalariado a forma predominante de extração do produto excedente.

Não é por acaso que a passagem de uma para outra fase se dê, justamente, no final do século XIX. Em parte é a própria expansão dos serviços urbanos do município como ferrovias, sistema financeiro, telefonia, energia elétrica, etc., que explica o impulso no

europa. London: George Allen & Unwin, 1985, p. 75-135; BOUVIER, Jean. *“Relaciones entre sistemas bancarios y empresas industriales en el crecimiento europeo del siglo XIX”*, in: VILAR, Pierre *et al.*, **Industrialización europea**: estadios y tipos. Barcelona: Editorial Critica, 1981, p. 135-72.

¹⁷⁰ Acerca do processo de industrialização em Minas Gerais ver: BIRCHAL, Sérgio. **Entrepreneurship and the formation of a business environment in nineteenth - century Brazil**: the case of Minas Gerais, London, Tese de Doutorado em Filosofia, London School of Economics, 1994, p. 63-102; CARDOSO, Heloísa Helena. **Tramas e fios**: a fábrica têxtil em Minas Gerais. Campinas: Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1986, p. 15-30.

¹⁷¹ GIROLETTI, Domingos, *op. cit.*, 1988, p. 73-4.

processo de industrialização, mas a ampliação da demanda interna que advém da reorganização do processo de trabalho no setor agro-exportador – o núcleo fundamental da determinação da renda do sistema –, fornecerá um suporte fundamental à nova fase do processo de industrialização local.

Aliada aos mercados consumidores urbanos, a demanda gerada no setor agro-exportador da região vai se constituir em um dos principais espaços – mas, não o único – de realização da produção industrial de Juiz de Fora. Os mercados externos, compreendidos por outras regiões de Minas Gerais e outros estados, como o Rio de Janeiro, assumiram um papel importante – e para alguns setores, mesmo, fundamental – mas limitado, principalmente se tivermos em mente a descentralização na indústria em Minas Gerais e a capacidade industrial do Rio de Janeiro – estado mais industrializado do país até a década de 1920 –, além dos elevados preços dos fretes, a precariedade do sistema de transportes e comunicações, etc., todos estes elementos gerando uma espécie de proteção natural aos mercados consumidores de produtos manufaturados – que assumem uma feição notadamente regionalizada até aproximadamente 1930 –, favorecendo a dispersão da indústria e exigindo uma grande competitividade da produção industrial que ambiciona outros centros de consumo.

O mercado regional tem para nós um papel singular no processo de industrialização de Juiz de Fora, pois se constituiu em pressuposto fundamental para a efetivação deste processo. Por outro lado impôs limites à diversificação e porte da estrutura industrial que dele resultou. Ainda que estes limites revelem uma envergadura industrial significativamente menor do que aquela existente em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, a indústria de Juiz de Fora se destacou, pelo menos até 1930, não só com relação à zona da Mata, mas no conjunto do estado de Minas Gerais.

Vinculada, porém, tanto pela via da formação de capital quanto pela de mercado de realização da produção a uma cafeicultura que, se por um lado manteve um comportamento sensivelmente dinâmico até a década de 1920, por outro, apresentou visíveis limites a este comportamento – condicionado pelo fechamento da fronteira – o que lhe conferiu um lugar periférico diante dos principais centros produtores –, a industrialização de Juiz de Fora vai refletir a mesma posição ocupada pela cafeicultura no contexto do país.

Neste sentido, como já fizemos referência, estamos diante de uma industrialização periférica, secundária frente aos grandes centros de produção industrial, apesar de sua

importância no âmbito regional; uma industrialização, cuja fragilidade é consequência da própria estrutura que a gerou, e que vai se expressar no período pós-30, quando, paralelamente à constituição de um mercado nacional, o qual vai corresponder à ocupação de um dos seus espaços básicos de realização econômica, sofre, segundo as interpretações até aqui conhecidas um processo irreversível de estagnação e decadência.¹⁷²

Tomando a crise de 1929 como marco referencial pretendemos investigar tal declínio e seus reflexos na década de 1930, pois, para nós, alguns elementos essenciais como o desenvolvimento da produção cafeeira, a diversificação do capital excedente e os investimentos no setor industrial, entre outros, – sempre levando em conta a política econômica do governo do estado de Minas Gerais no período – precisam ser estudados de forma mais verticalizada diante do vasto conjunto de fontes documentais por nós levantadas.

Pensamos que a falta de investimento na indústria e o declínio diante dos grandes centros produtores que juntos formam a argumentação para a crise da indústria local não são suficientes para explicá-la. Diante da nossa visão do conjunto do complexo agro-exportador entendemos que aspectos como a conjuntura cafeeira, dinâmica do segmento financeiro-bancário desta economia, a real abrangência dos investimentos no setor industrial e política econômica estadual do período aqui analisado, articulados, formam os pontos fundamentais a serem estudados para uma melhor compreensão dos impactos da crise de 1929 e do período imediatamente posterior a ela neste complexo.

A partir do que se propôs até aqui a respeito do complexo agro-exportador cafeeiro que se desenvolveu na zona da Mata mineira – que acompanhou em boa parte as mudanças originadas pela transição escravista-capitalista no país –, realcemos suas especificidades. Apesar da falta de um porto escoador da produção, do fato de não sediar a capital do estado, da inexistência até certa altura de um setor financeiro autônomo e de uma rede de transportes bem desenvolvida, percebemos, entretanto, que essa economia regional não só criou as condições de retenção do capital excedente originado da cafeicultura, como diversificou a inversão deste capital no âmbito endógeno do complexo. Tais condições propiciaram a origem e crescimento de um setor urbano-industrial, tendo a cidade de Juiz de Fora como seu pólo aglutinador. Durante o período compreendido entre 1890 e 1930 – vale lembrar que a década de 1930 constitui-se como objeto de análise do trabalho ora

¹⁷² Nesse sentido a análise de GIROLETTI, Domingos, *op.cit.*, 1988, está de acordo com a de PAULA, Maria Carlota de Souza, *op.cit.*, p. 81-111.

apresentado –, este Município se torna o maior parque industrial de Minas Gerais, enquanto a zona da Mata se firma como a maior região produtora de café do Estado.

Ou seja, surge uma reciprocidade intersetorial que permite que a economia agro-exportadora se diversifique e haja uma reinversão no próprio setor urbano-industrial, que utilizará os créditos advindos do segmento financeiro-bancário, internamente estruturado.¹⁷³ Guardadas as devidas proporções com as indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro, de maior porte e inversões de maior envergadura, desenvolve-se em Juiz de Fora um setor urbano-industrial de significativo potencial.

Nesse processo surgem além de bancos, empresas de eletricidade, de transporte, de maquinários agrícolas, de juta e têxteis, de telefonia, de construções, alimentares, além do desenvolvimento significativo dos estabelecimentos comerciais. Esse complexo agro-exportador passa pela crise dos preços do início do século XX, apontando para uma recuperação nas décadas de 1910 e 1920, quando novas empresas e fábricas foram fundadas, assim parecendo-nos que, ao contrário do que afirma a historiografia existente, esta década de 1920 assiste sim a um investimento no setor industrial, sobretudo no que concerne às empresas de maior porte.

Cabe-nos investigar o comportamento do setor agro-exportador no período da análise para uma melhor avaliação das influências do desenvolvimento deste setor no âmbito da indústria local. Podemos afirmar, contudo, que devido à própria estrutura da economia regional, uma crise do sistema agrário local fatalmente afetaria o setor urbano-industrial do complexo cafeeiro. São estas implicações no conjunto da economia regional que pretendemos estudar detidamente, propondo também, como já dissemos anteriormente, uma cronologia da conjuntura econômica regional para o período. Interessa-nos, portanto, entender o comportamento da produção agro-exportadora e do setor urbano-industrial da zona da Mata mineira frente à crise mundial de 1929 e seu período imediatamente posterior, a década de 1930. Para tanto, faremos no ponto seguinte uma análise do comportamento do setor

¹⁷³ Sobre a participação do segmento financeiro-bancário neste processo ver: PIRES, Anderson, *op. cit.*, 2004, p. 290-375; LEVY, Maria Bárbara, *op. cit.*, 1994, p. 177-234; SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista – 1850/1930**. São Paulo: IPE/EDUSP, 1986, p. 103-10; KILBOURNE, Richard. **Debt, investment, slaves: credit relations in East Feliciana Parish, 1825-1885**. Tuscaloosa and London: University of Alabama Press, 1995, p. 26-48; LAMOREAUX, Naomi. "Banks, kinship and economic development: the New England case", *Journal of Economic History*, XLVI, n. 3, 1986: 647-67; DIMAND, Robert. "The debt-deflation theory", in: GLASNER, David. (ed.), *op. cit.*, p. 140-1; MULLINEUX, Andy. "Banking and financial regulation", in: GLASNER, David. (ed.), *op. cit.*, p. 43-5.

urbano-industrial de Juiz de Fora no decorrer da década de 1920, o que nos ajudará nas considerações que faremos à frente sobre os períodos citados acima.

2.2 – Política e indústria em Minas Gerais: uma análise do segmento industrial de Juiz de Fora durante a década de 1920

“Em Juiz de Fora, a Barcelona mineira, a cidade mineira da indústria, do operariado e das reações liberais, a Associação Comercial é o coração das forças produtoras, em cujo futuro se contém o porvir do Estado”.

(Rui Barbosa, em sua campanha pela sucessão presidencial de 1918).

A zona da Mata mineira, em especial o município de Juiz de Fora, vem sendo objeto de inúmeros trabalhos desde os viajantes do final do século XVIII e início do século XIX. Fruto do crescimento urbano da cidade nas duas últimas décadas do século XIX, com suas agitações sociais, políticas e culturais, produziu-se uma rica e constante literatura acerca de seu desenvolvimento socioeconômico. Sobretudo a partir da fundação em fins do século XIX da Academia Mineira de Letras (transferida para Belo Horizonte em 1911) e da articulação para o início dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF) a partir da década de 1950, a produção de trabalhos históricos regionais ampliou-se sobremaneira. Devemos lembrar também que na primeira década do século XX a cidade constava com ampla rede de estabelecimentos escolares, sobressaindo as faculdades de direito, economia, odontologia e farmácia e engenharia, de onde saíam os principais estudiosos do município. Para elas vinham estudantes de diversas regiões do país, o que veio a ser uma das principais características de Juiz de Fora: a grande capacidade de atrair estudantes, profissionais e investidores que nela buscavam ascensão e afirmação profissional e social.¹⁷⁴

A partir da criação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) nos anos 1960, a produção historiográfica amplia-se paulatinamente. Podemos dizer que a partir dos anos 80, seu Departamento de História faz crescer qualitativamente esta produção, que se afirma na década seguinte com os trabalhos produzidos pelo Núcleo de História Regional do referido Departamento. Novas fontes primárias são arquivadas e analisadas em uma série de

¹⁷⁴ Sobre a obra dos viajantes, ver: RIBEIRO, Mônica Ribeiro de, *op. cit.*, 2005, p. 43-92. Sobre a Academia Mineira de Letras e as Faculdades existentes em Juiz de Fora até 1930, ver: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira, *op. cit.*, p. 14-6. Sobre o IHGJF, ver: ROMÃO, José Eustáquio. “O I.H.G.J.F.: 20 anos de história”, *Revista do IHGJF*, VIII, 8, 1979: 3-16.

pesquisas que contribuíram imensamente para uma melhor interpretação da história de Minas e do Brasil. As implementações dos Arquivos Históricos da cidade e da UFJF nos últimos quinze anos refletiram-se em maior organização e disponibilidade de uma gama de fontes primárias manuscritas e impressas, além de servir de incentivo para o surgimento de vários arquivos de entidades diversas, empresas e de particulares. Neste período, foi claramente perceptível o aumento do número de dissertações e teses de profissionais da cidade, na sua maioria defendidas no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói. Nos últimos anos esta produção cresceu com a criação do Mestrado em História na UFJF.

Destacam-se nestes estudos os trabalhos de história social e econômica para o período entre 1850 e 1930. Os temas certamente mais estudados são aqueles ligados à estrutura e produção agrária e às etnias presentes na cidade. Em outras palavras, café e escravidão foram os temas preferidos dos pesquisadores até os últimos anos. Conforme o último Encontro Regional da Associação Nacional de História – Núcleo Minas Gerais, esta perspectiva vem mudando para os campos de estudo ligados à cultura, à política e à educação.¹⁷⁵

No entanto, esta rica literatura marginalizou, durante todo esse tempo, um dos aspectos centrais para o desenvolvimento da região: o crescimento da indústria a partir de fins do século XIX e suas conseqüências. A rigor temos apenas três estudos de fôlego analítico considerável sobre o tema: “As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora (1930/1970)”, dissertação defendida na UFMG em 1976, por Maria Carlota de Paula; “Café e indústria em Minas Gerais – 1870-1920”, de João Heraldo Lima, livro lançado em 1981 (Vozes) e; “Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930”, de Domingos Giroletti, de 1988 (EDUFJF). Ainda assim, resguardados os elementos positivos dessas obras, em nenhuma delas houve um esforço rigoroso na apuração de fontes primárias de importância fundamental para o estudo do tema, tais como inventários de indústrias, processos de falências e concordatas de firmas, documentos das associações de classe burguesas, arquivos de empresas e relações entre burguesia industrial e política na cidade. Podemos perceber que não há um trabalho sequer que analise em conjunto as décadas de 1920 e de 1930, período de transformações importantes no que tange à industrialização no Brasil. Talvez o tema indústria tenha guardado tantos dissabores em Juiz de Fora e nos juizforanos que permanece sendo um caminho obscuro na literatura produzida até aqui.

¹⁷⁵ ANPUH-MG. **Anais Eletrônicos do XV Encontro Regional da ANPUH-MG**. São João Del Rey: ANPUH/UFSJ, 2006.

As contribuições mais recentes não tratam especificamente do tema indústria, porém, fazem relações entre os objetos de seus estudos e o setor urbano-industrial da cidade. São os casos dos seguintes trabalhos: “Imigração e industrialização: os alemães e italianos em Juiz de Fora (1854-1920)”, dissertação defendida por Mônica Ribeiro de Oliveira, na UFF em 1991, onde a autora analisou o papel dos imigrantes na abertura de fábricas em Juiz de Fora; “Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914”, dissertação defendida por Rita de Cássia Almico, na UNICAMP em 2001, estudo que procura abordar as origens e mudanças de novas fortunas na cidade; “Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930” dissertação defendida por Anderson Pires na UFF em 1993, que trata da expansão do capital agrário para os setores industrial e financeiro da cidade; do mesmo autor: “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930”, tese defendida na USP em 2004, em que o autor defende a formação de um sistema financeiro endógeno na região, fator de importância vital para o desenvolvimento de outros setores da economia como o urbano-industrial. Pires, na realidade, mostra que esse sistema financeiro era um dos pontos de alicerce do que chamou de complexo cafeeiro da zona da Mata mineira. Soma-se a estes estudos o livro de Silvia Belfort Andrade, “Classe operária em Juiz de Fora – uma história de lutas (1912-1924)”, lançado em 1987 (EDUFJF), em que a autora traz informações importantes sobre algumas fábricas da cidade.

Os raros trabalhos, contudo, trouxeram à tona divergências importantes acerca da formação e desenvolvimento industrial de Juiz de Fora. Dentre elas podemos destacar duas, que, ao nosso ver constituem aspectos centrais do processo: (i) a influência da praça do Rio de Janeiro sobre a indústria e a economia locais e, (ii) as relações financeiras entre os setores agro-exportador e urbano-industrial. Estas polêmicas suscitam debates constantes e influenciam outros pesquisadores de instituições diversas que procuram analisar as relações entre café e indústria no país.¹⁷⁶

As duas correntes interpretativas do surgimento e desenvolvimento da indústria em Juiz de Fora,¹⁷⁷ têm, conseqüentemente, opiniões diversas sobre a realidade deste setor durante a

¹⁷⁶ São os casos, entre outros, de: SUZIGAN, Wilson, *op. cit.*, 1986; MELO, Hildete Pereira de. “O café e a economia fluminense, 1889/1920”, in: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás. (orgs.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec/FAPESP/ABPHE, 1996, p. 215-34; DULCI, Otavio, *op. cit.*, p. 107-24.

¹⁷⁷ Uma primeira linha interpretativa é aquela representada pelos trabalhos citados neste ponto dos seguintes autores: PAULA (1976); LIMA (1981) e GIROLETTI (1988). Numa segunda linha incluímos os trabalhos de: OLIVEIRA (1991); PIRES (1993 e 2004) e ALMICO (2004).

década de 1920. Exploraremos tais discordâncias, procurando no bojo da discussão, apontar novos elementos a ela através de dois pontos centrais: em primeiro lugar, a análise dos processos de falências de firmas limitadas e sociedades anônimas e sua evolução durante o decorrer da década. Em tal análise não podemos perder de vista as relações do setor urbano-industrial com a dinâmica do setor agro-exportador, uma vez que estamos tratando de um complexo cafeeiro onde o primeiro setor jamais rompeu suas estreitas relações com o segundo. Em segundo lugar, procuraremos delimitar uma cronologia deste processo para a década de 1920, uma vez que a maioria dos trabalhos aponta a Crise de 1929 e a Revolução de 1930 como fatores cruciais para o declínio do setor produtivo agro-exportador local e, posteriormente, da indústria juizforana. Os processos de falências são importantes entre outros aspectos – como mostramos na introdução – porque demonstra qual o quilate da firma falida, possibilitando uma análise qualitativamente mais rigorosa sobre que setor, efetivamente, sofre ou não desgaste durante os anos 20.

Um aspecto parece claro acerca da indústria mineira no início dos anos 1920: em relação à indústria paulista e à do Distrito Federal, a indústria mineira apresenta menor desenvolvimento, reproduzindo a nível regional as características da indústria brasileira à época. Como em São Paulo e Distrito Federal, em Minas os setores principais da atividade industrial são o têxtil e alimentos e bebidas que juntos perfazem 81,8% do capital, 72,8% da produção e empregam 67,3% dos operários.¹⁷⁸

Ainda, de acordo com João Heraldo Lima, o Censo de 1920 e o Anuário Estatístico Mineiro de 1923 indicam que a indústria mineira continuava a apresentar posição relativa semelhante à de 1907,¹⁷⁹ reconhecendo:

*“Em que pese as precárias condições em que se processou a acumulação industrial de Minas Gerais nesse período, há que se levar em conta que sua participação no total da indústria brasileira cresce, entre 1907 e 1919, de 4,4 % para 5,6 %”.*¹⁸⁰

Ocorre, porém, uma diferenciação no interior dos dois setores principais: alimentação avança em relação a têxtil,¹⁸¹ embora este continue empregando metade da força de trabalho, conforme mostra o Quadro 2:

¹⁷⁸ LIMA, João Heraldo, *op. cit.*, p. 68.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 78.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 79.

¹⁸¹ *Idem*, p. 79.

Quadro 2 – Dados dos setores de alimentação e têxtil na indústria de Minas Gerais – 1907-1920

SETOR	1907			1920		
	CAP.	PROD.	OP.	CAP.	PROD.	OP.
ALIMENTAÇÃO	18,90%	32,60%	17,30%	35,40%	51,50%	21,20%
TEXTIL	62,90%	40,20%	50,00%	43,40%	29,70%	51,30%

Fontes: ANDRADE, Sílvia Belfort Vilela de. *Classe operária em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 18; SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 1347-59.

A partir de dados do “Diagnóstico da Economia Mineira” podemos constatar a descentralização industrial em Minas Gerais durante a década de 20: orientando-se para o mercado, a maioria dos estabelecimentos da indústria têxtil encontrava-se na zona da Mata e no sul onde a agricultura cafeeira propiciava nível de renda apreciável, próxima a Belo Horizonte (região de Sete Lagoas), onde o aparelho burocrático assegurava mercado razoável, e nas proximidades de Curvelo-Diamantina, região de concentração de comércio de bois, centro abastecedor da demanda derivada da renda da pecuária e zona cotonicultora. Muitos estabelecimentos localizavam-se junto ao domicílio do proprietário – cafeeicultor ou criador – devido, provavelmente, às condições de oferta energética. No decorrer dos anos 20 (1928), o “Diagnóstico” registra o predomínio do setor agropecuário: produção agrícola, 35%, produção pecuária, 31%; produção da indústria manufatureira e fabril, 24%; produção da indústria extrativa, 8%.¹⁸²

No entanto, Juiz de Fora e a zona da Mata experimentam crescimento relativo no setor industrial em relação a outras regiões do estado. Para Domingos Giroletti:

*“Na década de 1920, com a retomada da expansão da economia mundial e a conseqüente ampliação do mercado para a produção cafeeira, aliada à política de sustentação do café pelo governo brasileiro, o processo de industrialização local se sentiu novamente estimulado. A recuperação da lavoura cafeeira local e regional em virtude do crescimento das demandas externas e a função de polarização econômica que Juiz de Fora exerce na região vão possibilitar a criação de numerosas pequenas indústrias”.*¹⁸³

¹⁸² BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico da Economia Mineira**. Vol. V – Indústria. Belo Horizonte: BDMG, 1968, p. 10-2. Sobre a indústria têxtil das regiões Centro (Sete Lagoas/Belo Horizonte) e Nordeste (Curvelo/Diamantina), ver: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco, *op. cit.* Não temos conhecimento de nenhum trabalho sobre indústria para a região Sul do estado. Sobre a transferência de empresas de outras regiões do estado para Juiz de Fora, ver: VAZ, Alisson Mascarenhas. **Bernardo Mascarenhas**: desarrumando o arrumado – um homem de negócios do século XIX. Belo Horizonte: Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, 2005.

¹⁸³ GIROLETTI, Domingos, *op. cit.*, 1988, p. 123.

Como o Censo de 1920 não contém informações sobre a indústria por município, passemos ao Anuário Estatístico de Minas Gerais (1922-1925) que traz “alguns dados sobre as principais fábricas” do setor de fiação e tecelagem. Observando os dados da Tabela 8, notamos que, em todas o número de operários cresceu muito. Isto nas unidades maiores, porque sobre as demais não há dados específicos.

Tabela 8 – Indústrias de Fiação e Tecelagem – Juiz de Fora – Alguns dados sobre as principais fábricas – 1925

EMPRESAS	NUMEROS DE FUSOS	Nº DE TEARES/Nº DE OPERÁRIOS	VALOR DA PRODUÇÃO
Comp. Fiação e Tecelagem Santa Cruz	5.700	150/400	2.800:000\$000
Comp. Fiação e Tecelagem Morais Sarmento	3.264	134/300	2.390:000\$000
Comp. de Fiação e Tecidos Industrial Mineira	20.000	462/967	1.054:253\$000
Comp. Textil Bernardo Mascarenhas	12.000	250/600	5.617:000\$000
Fiação e Tecelagem de Malha Antonio Meurer	4.000	220/350	2.451:000\$000
Comp. Fiação e Tecelagem S. Francisco	3.050	112/267	1.192:967\$400

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA DE MINAS GERAIS. *Anuário Estatístico, Ano II (1922-1925)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929, p. 577.

Tabela 9 – Indústrias criadas em Juiz de Fora (MG), por ramos de atividade – 1915-1930

TIPOS	1915/19	1920/24	1925/30	TOTAL
Alimentação/Bebidas	2	1	7	10
Tecelagem, Malharia e Artefatos de Tecidos	1	4	7	12
Madeira: serralha, fábrica de móveis, carpintaria	1	2	3	6
Litografia/Tipografia	1	3	3	7
Cerâmica e construção		2	3	5
Metalurgia		6	7	13
Curtume, calçados e artefatos de couro		1	5	6
Produtos farmacêuticos		1	3	4
Diversos	2	5	2	9
TOTAL	7	25	40	72

Fonte: “Produção industrial do estado de Minas Gerais”, *Boletim do Departamento Estadual de Estatística*, Belo Horizonte, 11, n. 38, jan./jun. 1948: 3-47 *apud* GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850-1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

A Tabela 9 mostra a evolução do número de firmas criadas, por setor, em Juiz de Fora entre 1915 e 1930. Os dados nos indicam um crescimento lento, porém, bastante diversificado quanto aos setores. Entendemos que alguns aspectos podem nos ajudar na compreensão não somente da vitalidade econômica de Juiz de Fora na década de 1920, mas dos percalços enfrentados pelo setor industrial da cidade. Por um lado, dinamizado pelo

recrudescimento do setor agro-exportador do complexo cafeeiro e, por outro, pressionado pela falta de infra-estrutura como rede de transportes, potencial energético aquém do necessário, e pelo acirramento da concorrência com as indústrias do Distrito Federal e de São Paulo.

O primeiro elemento significativo para análise da indústria de Juiz de Fora nos anos 20 é a capacidade endógena da região de forjar um sólido sistema financeiro a partir do final do período escravista e que, gradativamente, ao se consolidar através do surgimento de várias agências bancárias, afasta o principal intermediário da estrutura agrário-exportadora da região: o comissário de café fluminense. Anderson Pires, analisando a ramificação do capital agrário no setor financeiro aponta que:

“A importância do Banco de Crédito Real na distribuição do crédito à lavoura na zona da Mata e, principalmente, o predomínio evidente do Banco no fornecimento do capital de empréstimo para as unidades produtivas de Juiz de Fora, responsável pelo financiamento do movimento de reprodução da estrutura financeira na região correlato a um processo de crise paulatina, mas irreversível dos comissários enquanto agentes financeiros -, cujo resultado foi a fundação do próprio Banco de Crédito Real concretizando o movimento de institucionalização do sistema financeiro através do surgimento e expansão do aparelhamento bancário da região, correspondeu – pela ruptura, pelo menos parcial, dos vínculos que a estrutura produtiva local mantinha com o sistema financeiro localizado no Rio e representado pelos comissários – à possibilidade de retenção de boa parte de excedente econômico gerado na atividade cafeeira da zona da Mata no interior da estrutura econômica regional.”¹⁸⁴

A colocação de Pires é importante para nosso estudo na medida em que compreendemos que a dinâmica da estrutura industrial de Juiz de Fora durante a década de 20, ainda que enfrente percalços de ordem externa, iniciou o período mais crítico de sua história a partir de elementos internos a seu sistema reprodutivo. Ou seja, é impossível compreender a dinâmica da indústria regional sem levarmos em conta as dinâmicas dos segmentos agrário-exportador e financeiro do complexo cafeeiro, uma vez que devido às suas condições estruturais a interdependência entre estes setores, capitaneada pelo capital agrário, se manteve muito estreita.

Uma das discordâncias centrais das duas linhas interpretativas da indústria de Juiz de Fora reside, exatamente, nas relações entre café e indústria na formação deste complexo. Para Domingos Giroletti:

¹⁸⁴ PIRES, Anderson, *op. cit.*, 1993, p. 92.

*“Aos imigrantes se devem, além da constituição do mercado de trabalho especializado, os primeiros empreendimentos industriais. Esse reconhecimento parece ser consensual entre os historiadores e pesquisadores do município. (...) A fundação dos primeiros empreendimentos industriais foi possível graças não só às habilidades profissionais dos imigrantes, mas também graças às poupanças acumuladas durante o período em que trabalhavam como operários para a Companhia União e Indústria. Uma das formas utilizadas para a sua organização foi a associação de dois ou mais companheiros, normalmente, irmãos e parentes”.*¹⁸⁵

Giroletti fez tais afirmações em 1988 e, desde então o consenso citado pulverizou-se. É preciso dizer que, nem Giroletti nega a importância da atividade cafeeira na formação urbano-industrial da cidade, nem as novas leituras sobre o tema excluem os imigrantes deste processo. A questão é de foco. O primeiro, representando diversos autores, centra-nos imigrantes; as leituras mais recentes apontam para o papel desempenhado pelo capital cafeeiro na estruturação do segmento bancário endógeno, porto seguro de créditos para os imigrantes ou para qualquer um que desejasse iniciar uma atividade industrial na região. Compreendemos que os trabalhos anteriormente citados de Anderson Pires, Mônica Ribeiro de Oliveira e Rita de Cássia Almico, devido à abrangência de material pesquisado e analisado de maneira rigorosa, apontam as conexões – os “linkages” – entre os vários segmentos da economia regional que nos proporcionam uma leitura mais completa deste processo. Como bem aponta Oliveira:

*“Ao estudarmos como a participação imigrante foi superexaltada pela historiografia local e reproduzida por outros trabalhos, criando um mito em torno de seus empreendimentos, não nos propusemos a negar completamente este mito, taxando-o simplesmente de inversão da realidade, traduzindo a perspectiva dominante de valorização dos heróis e beneméritos. (...) Ao nosso ver a participação imigrante foi restrita e, portanto a da burguesia nacional foi bem superior”.*¹⁸⁶

Obviamente, não é nosso objetivo no presente trabalho estudarmos o papel desempenhado pelos imigrantes na industrialização da Mata mineira. No entanto, é muito importante para a caracterização da estrutura do complexo cafeeiro e de seu segmento urbano-industrial. Dessa forma, entendemos, ser mais compreensível as interrelações entre os segmentos no processo de crise experimentado por este complexo a partir de meados da década de 1920.

As Tabelas 10 e 11 mostram a participação de capital agrário em investimentos acionários das principais empresas de Juiz de Fora no período de 1870 a 1929. Os dados apontam para uma questão central: a importância da economia cafeeira e da diversificação de seus investimentos financeiros para o segmento urbano-industrial da cidade.

¹⁸⁵ GIROLETTI, Domingos, *op. cit.*, 1988, p. 74-7.

¹⁸⁶ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, *op. cit.*, 1991, p. 146.

Tabela 10 – Localização das empresas com ações presentes no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora – 1880/1929 – (valores em mil-réis)

DÉCADA	J. FORA	%	R.J.	%	TOTAL
1880/89	124:825	88,37	16;424	11,62	141:249
1890/99	570:385	79,15	150:232	20,64	720:617
1900/09	95:520	89,5	11;200	10,49	106:720
1910/19	467:440	98,94	5:000	1,05	472:440
1920/29	24:500	96,49	891	3,5	25:391

Fonte: PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870-1930*, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1993, p. 214.

Tabela 11 – Principais empresas com ações no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora – 1870/1929

SETORES	EMPRESAS
RODO - FERROVIÁRIO	Cia. União e indústria
	Cia. União Mineira
	Cia. Ramal do Rio Novo
	Cia. E. F. J.Forá Piau
FINANCEIRO	Bco. Territorial e Mercantil de MG
	Bco. de Crédito Real de MG
TRANSPORTES URBANOS	Cia. Ferrocarril de Porto das Flores
	Cia. Ferrocarril Bondes de JF
ENERGIA ELÉTRICA	Cia. Mineira de Eletricidade
CONSTRUÇÃO CIVIL/INDUSTRIAL	Cia. Construtora Mineira
	Cia. Chimica Industrial Mineira
	Cia. Mecânica Mineira
	Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mirai
	Cia. Fiação e Tecelagem S. Vicentino
INDUSTRIAL	Cia. Laticínios de JF
	Soc. Progresso de JF
	Cia Promotora da Indústria
DIVERSOS	Academia de Comércio
	Cia. Mutuação Comercial e Agrícola

Fonte: PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870-1930*, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1993, p. 216.

A magnitude dos investimentos do setor agro-exportador para a economia local se refletia tanto na esfera socioeconômica quanto nas instituições políticas da região. A grande liderança política, sem dúvida, era Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que influenciava não somente o meio político da Mata mineira, mas era uma liderança de força dentro da temível “tarasca”, a Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM). Mesmo não havendo nenhuma liderança política ou região que hegemonizasse as decisões da “tarasca”,

refletindo na esfera política o “mosaico mineiro”, Antônio Carlos era o político mineiro mais influente no Distrito Federal durante os anos 20, superando mesmo, por sua capacidade de articulações com diversos setores sociais, Arthur Bernardes, presidente da República entre 1922 e 1926.¹⁸⁷

Antônio Carlos era advogado por profissão. Membro do clã Andrada, baseado politicamente na cidade mineira de Barbacena, escolheu Juiz de Fora para iniciar sua carreira política. Na cidade fundou o jornal “Diário Mercantil”, canal de sua propaganda política, e estabeleceu com o tempo excelentes relações políticas seja com os fazendeiros seja com os setores urbanos – comercial e industrial – reunidos institucionalmente na Associação Comercial de Juiz de Fora (ACJF).¹⁸⁸ Iniciou sua carreira política como vereador, sendo presidente da Câmara Municipal e agente executivo Municipal de 1898 a 1901. Depois foi deputado federal, senador estadual, líder da maioria e presidente da Câmara Federal, secretário de Estado das Finanças, prefeito de Belo Horizonte e, entre 1926 e 1930, presidente do Estado de Minas Gerais. Além de toda sua ação política, atuava também como teórico das finanças brasileiras, publicando em 1923, uma das principais obras acerca do tema, “Bancos de Emissão no Brasil” (Ed. Leite Ribeiro). Se Antônio Carlos era liderança política, um aliado seu, João Ribeiro de Oliveira e Souza, era grande liderança na área econômica e financeira. Um dos fundadores e presidente do CREDIREAL; fundador e presidente do Banco Mercantil no Rio de Janeiro, diretor do Banco do Brasil e Ministro da Fazenda no governo de Delfim Moreira, em 1919.¹⁸⁹

Juiz de fora e a zona da Mata, dessa forma, mesmo não exercendo grande influência política no conjunto das regiões mineiras – o regionalismo era uma das principais características do PRM – eram, sem dúvida alguma, a força maior da economia mineira nos anos 1920, conforme demonstra Silvia Toyoshima:

“Para 1920 os dados revelam que o número de operários por estabelecimento em Juiz de Fora era maior do que o de São Paulo – 152 e 140 respectivamente. No

¹⁸⁷ Para tanto, ver: WIRTH, John. “Apogeu e declínio da Comissão Executiva do PRM, 1889-1929”, in: **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 63-72; PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora. **Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República: o arquiteto da Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, caps. 4 e 5.

¹⁸⁸ BASTOS, Wilson de Lima. “Caminhando para o futuro”, in: **Associação Comercial de Juiz de Fora – Centenário**. Juiz de Fora: ACJF, 1996, p. 51-4, Dos quadros da ACJF não saíram muitos agentes executivos – a rigor somente dois – o que não significa nenhum tipo de inexpressividade em sua ação pois o perfil dessas administrações, particularmente a de José Procópio Teixeira se estendeu de 1916 a 1926 representou um dos mais importantes momentos no sentido de se colocar o poder público a serviço dos interesses privados. A

¹⁸⁹ PROCÓPIO FILHO, José. **Salvo erro ou emissão – gente juiz-forana**. Juiz de Fora: Edição do autor, 1979, p. 171.

*entanto, o capital empregado por estabelecimento e o capital por operário eram bem maiores em São Paulo – 905:447\$ e 6:421\$ - do que em Juiz de fora, 399:473\$ e 2:617\$, respectivamente”.*¹⁹⁰

Cabe aqui destacar que, além do abastecimento urbano a cidade de Juiz de Fora desempenhou, no campo comercial, um significativo papel de pólo regional durante todo o período que se estende da década de 1890 até o final da década de 1920. Para isso, contribui decisivamente o fato de ter sido estruturada na cidade por parte do governo estadual a Alfândega de Minas Gerais. Quando isso ocorreu em 1893 a cidade, devido à sua infra-estrutura viária e sua posição na região era considerada como melhor ponto do estado para criação de uma Alfândega. Esta, que funcionou na cidade de 1893 até 1930 – quando então foi transferida para Belo Horizonte – desempenhou importante função no que diz respeito ao comércio intra-regional centralizando as importações e exportações.

De acordo com mapas gerais do movimento diário da Alfândega da cidade, compunha a pauta de importações, entre outros produtos: papel, pedras, alho, garrafas, lenha, arame, cal, açúcar, madeiras, rapaduras. Além desses produtos importados, a cidade possuía uma extensa linha de artigos exportados, sendo que dentre esses, muitos não eram produzidos pela indústria local, o que demonstra o papel de intermediação comercial assumido pela cidade. Dentre vários artigos exportados pela Alfândega, destacam-se: cestos, peixe, miudezas, açúcar, sal, polvilho, farinha de trigo, cortiça, arroz, feijão, mandioca, papel, tecidos, camisas, ladrilhos, artefatos em cobre, meias, latas litografadas, sementes, artigos para sapatos, vassouras, canos de ferro, máquinas de costura, medicamentos, refrigerantes, cigarro, cebola, batata, marmelada, chinelos, fubá, café, ferraduras, fumo, roupas, motores, malas, impressos, cobertores, carne, frutas, ovos, couro, banha e linguiça.¹⁹¹

Conforme apontado na Tabela 9, Juiz de Fora experimenta, um relativo crescimento industrial durante a década de 1920. No entanto, o setor agro-exportador começaria a dar sinais de esgotamento da sua capacidade produtiva, o que seria num futuro próximo um dos principais fatores para a crise e declínio do complexo cafeeiro da Mata mineira. Segundo Anderson Pires:

“É na década de 1920/29 que as condições objetivas da produção parecem configurar uma situação de crise da estrutura agroexportadora de Juiz de Fora definida (...) pela

¹⁹⁰ TOYOSHIMA, Silvia. **Evolução de uma economia periférica:** o caso de Minas Gerais, São Paulo, Dissertação de Mestrado em Economia, USP, 1986, p. 84, com base em dados do “Anuário Estatístico de Minas Gerais” de 1921 e do “Recenseamento do Brasil – Indústria”, de 1920.

¹⁹¹ MIRANDA, Sônia Regina de, *op. cit.*, p. 127-8.

impossibilidade de realização do movimento de reprodução determinada pelo esgotamento das matas e que vai resultar na inviabilização da própria economia agroexportadora local. É nesta década que, por um lado, a área em pastos atinge cerca de 80% da área média total das unidades, ao mesmo tempo que a área em matas se reduz a 2%, o que vai se traduzir, sempre de acordo com a lógica do sistema de uso extensivo do solo, numa absoluta impossibilidade de realização do movimento de reprodução da estrutura agroexportadora do município (...).¹⁹²

O escasseamento das matas “virgens” parece ser o elemento central de início de uma crise que viria a afetar a maioria dos demais segmentos do complexo a partir de meados da década de 1920. Para José Procópio Filho:

“Por volta de 1920 as melhores terras virgens foram se escasseando; mas, como nessa época os preços do café tornaram-se altamente remuneradores, todas as áreas da fazenda eram aproveitadas, até que, praticamente as matas desapareceram e, com elas, os cafezais nossos foram sumindo (...) é praticamente na terceira década do século que a vida rural de Juiz de Fora entra na fase de tristeza e melancolia. E, talvez coincidentemente com a crise universal da época (...).¹⁹³

Tabela 12 – Número médio de pés de café por unidade – Juiz de Fora – 1880/1929

DÉCADA	Nº PÉS TOTAL	Nº UNID.	Nº PÉS/UNID.
1880/89	1.808.912	14	129.208
1890/99	1.558.254	17	91.662
1900/09	1.558.740	20	77.937
1910/19	1.432.488	12	119.374
1920/29	781.686	18	43.427

Fonte: PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870-1930*, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1993, p. 147.

A Tabela 12 aponta o declínio da produção cafeeira no decorrer da década de 1920. Esse esgotamento dos solos de melhor qualidade veio a provocar, conseqüentemente, a qualidade do café da região, dificultando o acesso aos melhores mercados e diminuindo a realização do capital cafeeiro. O reflexo imediato foi o decréscimo de investimentos do setor em outros segmentos, o que, gradativamente, prejudicou o conjunto da economia local, dependente que era da vitalidade do setor agro-exportador. Analisando o conjunto dos ativos (dívida ativa, ações/títulos, dinheiro e imóveis urbanos) de fazendeiros entre 1870 e 1929, Anderson Pires demonstra que estes diminuem sensivelmente na década de 1920,

¹⁹² PIRES, Anderson, *op. cit.*, 1993, p. 148. Apesar do termo “crise” no título do trabalho, o autor não analisou o período crítico do complexo cafeeiro para o período pós-1929

¹⁹³ PROCÓPIO FILHO, José. *Aspectos da vida rural de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Edição do autor, 1973, p. 27.

acusando um empobrecimento relativo da elite cafeeira local. O passivo, seguindo as tendências da conjuntura, amplia-se no mesmo período.¹⁹⁴

Por outro lado, Sônia Miranda indica que no processo de urbanização de Juiz de Fora, aumenta sobremaneira a partir de meados dos anos 1920, o número de unidades agrícolas próximas ao perímetro urbano que são loteadas para a construção de bairros. Longe de significar um dado positivo, como o crescimento da cidade e de empregos, este movimento, segundo a autora, se deu devido ao desaquecimento do setor agro-exportador em toda a Mata mineira, o que se refletiu em migração de famílias do setor para a cidade de Juiz de Fora em busca de novas oportunidades profissionais. Miranda aponta também que a ampliação do desmembramento de fazendas estava ligada à diminuição dos lucros do setor, às dificuldades de saldar dívidas acumuladas e à restrição de acesso a novos créditos via CREDIREAL.¹⁹⁵

Analisemos agora os problemas estruturais enfrentados por este setor urbano-industrial, que, apesar de sua importância e tamanho no cenário econômico, se tornaram, ao nosso ver, em grandes obstáculos à sua contínua reprodução. Quando o setor agrário do complexo cafeeiro começa a dar sinais de esgotamento em meados da década de 1920, conforme vimos, esses obstáculos vêm à tona, tornando-se, após a crise de 1929 e durante toda a década de 1930, em parte importante para a explicação do declínio da economia local.

Um significativo obstáculo enfrentado pela cidade durante a década de 1920 está ligado ao problema da energia. Em 1922, um requerimento era encaminhado à Câmara Municipal pelo engenheiro e industrial Saint-Clair José Miranda de Carvalho em nome de “comerciantes, industriais, profissionais liberais, agricultores e cidadãos de outras classes sociais da cidade e do município”, solicitando autorização para trazer a Juiz de Fora, quer pela empresa que organizasse, quer através de outra companhia, energia elétrica a preços bem mais compensadores do que das tarifas cobradas pela Companhia Mineira de Eletricidade (CME). Após rumorosos e longos debates na Câmara Municipal e pela imprensa (só o jornal “O Dia” publicou mais de 150 artigos assinados), o chefe do Executivo Municipal foi autorizado a deferir o pedido, impondo certas condições (fornecimento de energia somente para

¹⁹⁴ PIRES, Anderson, *op. cit.*, 1993, p. 202. Esse autor aponta que se para a década de 1910 a soma dos ativos dos fazendeiros de Juiz de Fora chegou a 73.220 Libras Esterlinas, na década seguinte o montante totalizou 15.880 Libras. Entre 1890 e 1899, segundo Pires o total destes ativos foi de 112.830 Libras.

¹⁹⁵ MIRANDA, Sonia Regina, *op. cit.*, p. 299.

particulares, pequeno prazo de concessão, o valor da energia deveria ser o mesmo daquele fixado pela CME para 1913), que terminaram por desestimular e desinteressar o requerente. Na prática, garantia-se a continuidade do monopólio da CME. Com saldo destas novas reclamações, instalaram-se mais dois geradores em 1922, aumentando-se para mais 1.200 kw a capacidade geradora.¹⁹⁶

No final da década de 1920, o problema se acentua. Há insuficiência, especialmente de força para as indústrias. O problema volta a ser minorado com a instalação de um novo gerador de 1.360 kw em 1930 (Tabela 13). No período aqui analisado, parece haver um descompasso constante entre o crescimento da demanda de energia e a capacidade instalada para sua geração, afetando com isto a ampliação do parque industrial, o volume de sua produção e a taxa de sua produtividade.

Tabela 13 – Evolução da energia gerada pela C.M.E. em Juiz de Fora – 1896-1937

ANOS	GERADORES (Nº. e kw)	TOTAL
1896	2 (300)	600
1905	1 (300)	300
1910	1 (300)	300
1915	2 (600)	1.200
1921	1 (600)	600
1922	1 (600)	600
1930	1 (1.360)	1.360
1937	1 (1.360)	1.360

Fonte: HARGREAVES, Henrique. "A Companhia Mineira de Eletricidade e as possibilidades de Juiz de Fora para a instalação de novas indústrias", *Revista do IHGJF*, Juiz de Fora, 6, n. 6, 1971: 31.

Finalmente, outro setor que parece ter influído negativamente no crescimento de alguns setores industriais e durante um período foi o de transportes. Não se trata de falta de meios de transporte, mas de tarifas excessivas cobradas pela Ferrovia Central do Brasil. Este problema parece estar circunscrito a alguns setores industriais. Vejamos, por exemplo, o caso de uma fábrica de telhas. A Construtora Pantaleone Arcuri & Spinelli, fabricante de telhas de amianto, dependia da matéria-prima que inexistia em Juiz de Fora. Inicialmente, trazia o amianto de Caeté (MG). Devido à precariedade de exploração deste mineral, foi necessário recorrer-se à importação. O amianto canadense era colocado no Rio de Janeiro por 15 mil réis a tonelada. O transporte desta cidade a Juiz de Fora por ferrovia ficava mais dispendioso do que de Nova York ao Rio de Janeiro. Com a elevação do custo da matéria-

¹⁹⁶ Ver: OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio & Indústria, p. 233-5.

prima, a empresa recorreu ao amianto de Caeté. E como a direção da Ferrovia Central do Brasil resolvesse taxar o transporte de mineral com se fosse beneficiado, a construtora não teve outra alternativa, senão utilizar como meio de transporte as tropas de mulas, por ser o mais baixo custo. Por estas e outras dificuldades, a empresa se viu obrigada a vender a fábrica, que foi instalada em São Paulo.¹⁹⁷

O preço excessivo das tarifas de transportes se refletia ainda negativamente na expansão da indústria local, porque agravava o custo final dos equipamentos e das matérias-primas importadas até chegar a Juiz de Fora.¹⁹⁸

Para completar a análise sobre os fatores estruturais que dificultaram o crescimento industrial de Juiz de Fora, cumpre mencionar o problema da dependência externa. O desenvolvimento da indústria local foi feito mediante a utilização de tecnologia importada. Se, por um lado, a incorporação de tecnologia mais avançada significou um aumento de produção, por outro atuou como fator-limite do processo de acumulação e de desenvolvimento das forças produtivas, porque retardou o processo de criação de tecnologia e de produção de bens de capital. O não desenvolvimento deste setor implicou uma evasão contínua de capital, e reduzindo as possibilidades de expansão do processo de industrialização, limitou a capacidade de criação de novos empregos e de treinamento de mão-de-obra. O caráter dependente da economia, fruto da divisão internacional do trabalho é, ainda hoje, um dos traços definidores do subdesenvolvimento. As indústrias locais, além de tecnologia e da mão-de-obra especializada necessária à instalação das máquinas, dependiam da importação de matéria-prima e insumos básicos. As fábricas de cerveja importavam matéria-prima da Alemanha e da Áustria. As indústrias de máquinas e fundições compravam ferro-gusa da Escócia e aço da Alemanha. Outras indústrias importavam motores elétricos, tintas, folhas-de-flandres e outros produtos.¹⁹⁹

Com relação à influência da Primeira Guerra Mundial sobre o processo de industrialização de Juiz de Fora, é preciso deixar claro que sua implantação é anterior à sua deflagração. O período imediatamente anterior à guerra – 1900 a 1914 – foi bastante dinâmico. Registrou-se a fundação de 185 estabelecimentos industriais. Para o período seguinte – 1915 a 1930 –

¹⁹⁷ OLIVEIRA, Paulino de. **Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Lar Católico, s.d., p. 44-5.

¹⁹⁸ Para tanto, ver: PAULA, Maria Carlota de Souza, *op. cit.*, p. 120. A autora mostra que o custo final dos equipamentos para duas indústrias foi acrescido de 12,5% e 17%, respectivamente, do Rio de Janeiro até Juiz de Fora, com outras despesas de transportes, estatística, cota-ouro, despachante, saveiro, atracação e outras.

¹⁹⁹ ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915, p. 281-7 e nota 43.

verificou-se a organização de 72. O crescimento se reduz de 50%. E nos anos 1915 a 1919 o aumento foi de apenas sete indústrias. A julgar por estes dados, durante a Guerra a expansão industrial, em termos de criação de novas fábricas, é muito baixo. O que parece ter ocorrido, segundo Domingos Giroletti, foi aumento da produção decorrente da superutilização da capacidade industrial instalada no período anterior.²⁰⁰

Quadro 3 – Número de falências de estabelecimentos industriais em Juiz de Fora – 1920/1930

ANOS	Nº DE FALÊNCIAS
1920	1
1921	2
1922	7
1923	6
1924	5
1925	20
1926	18
1927	9
1928	15
1929	26
1930	9

Fonte: AH-UFJF. *Processos de Falências*. Fundo C.

Se, por um lado, o número de indústrias surgidas na década de 1920 é pequeno se comparado aos quinze primeiros anos do século XX, o número de unidades fabris que decretaram falência é considerável, sobretudo, após 1925, como podemos observar no Quadro 3. A crise no segmento agrário se reflete no setor urbano-industrial, iniciando neste um quadro de estagnação e declínio que vai perdurar, pelo menos, até ao final da década de 1930.

Para concluir este ponto, cumpre reafirmar nossa proposição, segundo a qual as razões do limitado desenvolvimento do processo industrial do complexo cafeeiro de Juiz de Fora até a crise de 1929 devem ser buscadas, preferencialmente, não em características psicossociais dos empresários ou no predomínio das empresas familiares, mas em fatores de ordem estruturais endógenos e exógenos. Primeiro, a estrutura comercial de exportação de café e de importação, apesar da formação de um sistema financeiro regional. Segundo, o reordenamento e rearticulação da economia a nível nacional, com o deslocamento da lavoura cafeeira para São Paulo e as mudanças dela decorrentes que o transformaram no maior centro econômico industrial, financeiro e comercial do país, e as conseqüências desta

²⁰⁰ GIROLETTI, Domingos, *op. cit.*, 1988, p. 131.

hegemonia, em termos de dominação econômica sobre as demais unidades da federação. Terceiro, uma rearticulação interna da economia mineira, com o fim das “matas virgens” na região de Juiz de Fora, quer em virtude do deslocamento da produção de café para o norte e nordeste da zona da Mata e das alterações em termos de transporte ferroviário e rodoviário quer em termos de insuficiência de energia ou dos altos preços das tarifas de transporte, quer devido às conseqüências econômicas e políticas da construção da capital em Belo Horizonte. Em quarto lugar, o problema da dependência externa. Todos estes fatores, ao final da década de 1920, atuavam no sentido de esvaziar a região, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento do setor industrial do complexo cafeeiro aqui analisado.

Examinada a dinâmica da economia regional durante a década de 1920, abordaremos no ponto seguinte o comportamento dessa economia no decorrer da década de 1930. Comportamento influenciado – além dos problemas analisados até aqui – pela eclosão da crise de 1929, pela Revolução de 1930 e pelas conseqüentes mudanças na economia e na política estadual e nacional.

2.3 – A crise do segmento industrial do complexo cafeeiro da zona da Mata mineira durante os anos 1930

“O que ocorreu em Juiz de Fora é indescritível. Liberadas as comunicações e confirmadas as notícias do término da contenda, em conseqüência da deposição do Presidente Washington Luís, uma multidão, eletrizada, se concentrou no centro, diante do prédio da Câmara Municipal, aos gritos de “viva o Brasil!”, “salve a Revolução!”, “viva a Aliança Liberal!”, “Antonio Carlos! Antonio Carlos! Antonio Carlos!”. Os lenços vermelhos, até então recolhidos, pareciam pequeninas bandeiras tremulando ao ar. Enquanto isso, sumiam do riscado, desapontados e temerosos, aqueles que, até poucas horas antes, se consideravam donos do poder, fiscalizando, perseguindo, prendendo tanta gente incauta e inocente”.

(Wilson de Lima Bastos, *Ao troar dos canhões*, p. 62-63).

“Numa Minas Gerais marginalizada pelo Governo Federal, Juiz de Fora estava também marginalizada, a ponto de ter tido como prefeito, nomeado pelo Governador, um sobrinho deste, com acintoso desprezo pelos políticos locais! Isto diz tudo”. (Almir de Oliveira, *Os períodos históricos de Juiz de Fora*, p. 51).

Após 1930, Juiz de Fora apresentaria um período de crescimento relativo sofrendo, logo a seguir, um significativo declínio que a impediu de se incorporar ao desenvolvimento

brasileiro subsequente. Tendo em vista esse quadro conjuntural, interessa-nos mostrar como evoluiu sua indústria e quais as características de que se revestiu, para que possamos detectar o marco temporal mais nítido do seu declínio, além de algumas variáveis explicativas deste processo.

Tabela 14 a – Indústria manufatureira e fabril – Juiz de Fora – 1935/1941

ANO	Nº DE ESTABEL.	CAPITAL (CONTOS DE REIS)	PESSOAL EMPREGADO
1935	255	49.015:909	7.065
1936	491	69.262:681	8.849
1937	499	70.857:769	10.269
1938	462	82.112:963	10.724
1939	531	81.297:640	12.287
1940	399	77.233:850	11.040
1941	403	93.087:254	10.952

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, *Boletim DEE*, n. 20, jan./fev. 1943.

Tabela 14 b – Indústria manufatureira e fabril – Juiz de Fora – 1935/1941

ANO	FORÇA MOTRIZ EMPREGADA (KW)	VALOR DA PRODUÇÃO
1935	8.269	81.526:490
1936	9.849	94.490:655
1937	10.269	107.255:771
1938	10.724	115.676:679
1939	12.287	104.650:270
1940	11.040	105.674:455
1941	10.952	119.135:068

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, *Boletim DEE*, n. 20, jan./fev. 1943.

Para termos uma idéia entre 1935 e 1936, conforme demonstrado nas Tabelas 14a e 14b, o número de estabelecimentos manufatureiros e fabris de Juiz de Fora sofreu um acréscimo significativo, tendo quase duplicado – passa de 255 para 491 unidades. Entretanto, tal acréscimo parece ter-se constituído de pequenas empresas, pois, com relação a outros dados referentes ao setor, não observamos as mesmas proporções. O número de operários, por exemplo, aumentou apenas 21,5%; se relacionarmos o número de operários acrescidos (1.516) ao número de empresas igualmente acrescidas (236), teremos uma média de 6,4 operários para cada uma dessas indústrias; houve, inclusive, um declínio considerável do índice de operário/indústria para o total de Juiz de Fora: em 1935 o índice era de 27,7, caindo para 17,47 em 1936. Entretanto, não se pode negar o estímulo experimentado pelo

setor industrial de Juiz de Fora nos meados dos anos 30, ainda que o mesmo tenha se caracterizado pela multiplicação das pequenas indústrias. Esse estímulo, porém não teve caráter duradouro, não perdurando até o final da década.

Ao analisarmos o número de estabelecimentos industriais surgidos entre 1930/39 em relação ao número de falências do setor no mesmo período (Quadro 4), observamos que o primeiro é bem maior que o segundo. No entanto, o quilate das empresas falidas é superior ao das empresas abertas. Nesse período, nenhuma grande fábrica surgiu na cidade como podemos verificar, ao passo que a dimensão daquelas unidades fabris que fecharam demonstra a perda substancial de fôlego da indústria local. Mesmo com a diminuição do índice de falências entre 1935/39 (31) em relação ao quinquênio anterior (53), os dados estão a apontar o que dissemos na parte anterior do trabalho, ou seja, o período crítico se deu entre 1929 e 1933, quando o número de falências chegou a 94.

Quadro 4 – Número de falências de estabelecimentos industriais de Juiz de Fora – 1931/1940

Nº DE ANOS FALÊNCIAS	
1931	22
1932	12
1933	15
1934	4
1935	8
1936	0
1937	6
1938	7
1939	7
1940	3

Fonte: AH-UFJF. *Processos de Falências*. Fundo C.

Tomando os ramos industriais que apresentaram em 1938 um valor de produção igual ou superior a 1:000.000\$ (Hum mil contos de réis) temos o seguinte quadro: a produção de tecidos reduziu-se, em 1939, de 35% e o seu valor de produção caiu quase 50% com relação a 1938; no setor de fiação e tecelagem, líder do setor industrial, somente quanto aos fios (de seda e de algodão) houve algum crescimento; na indústria alimentícia, houve decréscimo ou estagnação em quase todos os seus ramos; quanto aos produtos derivados do curtume, embora a produção tenha aumentado, o valor obtido pela mesma decaiu, ocorrendo o mesmo com as indústrias de papel, tecidos de seda, camisas de meia e manteiga. Foi na indústria da madeira e derivados que observamos um crescimento

significativo, embora no caso mobiliário o crescimento do valor de produção tenha ficado muito aquém do índice de crescimento da produção (ver Anexos I e II).

O mais importante na observação destes dados é verificar não só que algumas indústrias entraram em crise, mas, acima de tudo, que não houve concomitante substituição das mesmas, de forma a impedir que a crise se refletisse no âmbito geral. As perdas naqueles ramos tradicionais não eram compensadas pela exploração ou crescimento de outros setores, tradicionais ou não. A indústria metalúrgica, por exemplo, além de não ter mais relevância na composição da indústria local, também teve sua produção diminuída.

Os reflexos dessa situação podem ser observados nas Tabelas 14a e 14b. O valor da produção industrial de Juiz de Fora caiu 9,5% de 1938 para 1939, somente se restabelecendo em 1941. No mesmo quadro outros dados nos mostram a dimensão da crise que se iniciou em 1938. Provavelmente devido aos baixos preços e/ou menor produção obtidos em 1939, a crise se refletiu mais claramente em 1940. Foi com relação a esse ano que outros indicadores do crescimento industrial apresentaram baixas significativas: o pessoal ocupado, por exemplo, foi reduzido quase ao nível de 1935, além das reduções no capital e força motriz empregados. Não há dúvida de que as menores empresas foram mais duramente atingidas, de modo fatal para muitas delas. Importantes indústrias, de maior porte, também declinaram nesse período, quando 132 unidades foram fechadas (o número de indústrias cai de 531 em 1939 para 399 em 1940).²⁰¹

Em 1941 aparecem sinais de recuperação. Aumentou o capital e o valor da produção superou os seis anos anteriores, havendo também um acréscimo do pessoal empregado. Contudo, apesar dessa *aparente* recuperação, é interessante comparar seus dados aos de Belo Horizonte, uma vez que a posição relativa de Juiz de Fora na indústria mineira é um dos pontos que desejamos enfatizar neste capítulo. As principais conclusões que podemos chegar, comparando as Tabelas 15a e 15b com as Tabela 14a e 14b, são as seguintes:

²⁰¹ Entre os estabelecimentos comerciais e industriais de pequeno e médio porte que vão à falência, de 1935 a 1940, podemos citar: Caiaffa e Cia., Arthemiro Araújo e Cia., Francisco Alves Vieira e Cia., Monteiro e Cia., Cláudio de Souza Vieira e Cia., Alfredo Kalargi e Cia., Olivier Diele e Cia., Júlio Menini e Cia., Garcia Mello Ltda., H. F. Sturm e Cia., Irmãos Costabile, Mário Assad e Irmão Ltda., Dahil Jorge e Cia., J. Fernandes Rosa e Cia., Zigman Chusid e Cia., Silva Madeira e Cia., Antônio Fernandes Ervilha e Cia., Manoel Gomes dos Santos e Cia., Boris Brenner e Cia., Frisoni e Irmãos. Dentre as sociedades anônimas, ou seja, empresas de maior porte, faliram as seguintes: Cia. Industrial e Comercial América S.A., S.A. Indústria de Calçados São João, Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira S.A. e Cia. Cervejaria Americana S. A. AH-UFJF. Processos de Falências. Fundo C.

Tabela 15a – Indústria manufatureira e fabril – Belo Horizonte – 1936/1941

ANO	Nº DE ESTABELEC.	CAPITAL (CONTOS DE REIS)	PESSOAL EMPREGADO
1936	466	50.338.071	7.669
1937	627	61.379.517	8.651
1938	739	63.578.555	9.148
1939	712	69.565.892	9.563
1940	716	70.391.749	9.389
1941	721	109.843.660	10.007

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, *Boletim DEE*, Belo Horizonte, n. 20, jan./fev. 1943.

Tabela 15b – Indústria manufatureira e fabril – Belo Horizonte – 1936/1941

ANO	FORÇA MOTRIZ EMPREGADA (KW)	VALOR DA PRODUÇÃO
1936	6.442	88.098.008
1937	7.352	112.869.300
1938	7.818	140.795.075
1939	12.431	137.545.896
1940	8.956	140.899.837
1941	10.048	151.871.558

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, *Boletim DEE*, Belo Horizonte, n. 20, jan./fev. 1943.

Em primeiro lugar, a crise observada não ocorreu em Belo Horizonte. Se a indústria da capital teve problemas neste período, suas conseqüências foram bem menos desastrosas; nela não ocorreram quedas bruscas ou significativas, como em Juiz de Fora. Ao contrário, a capital apresentou um crescimento praticamente contínuo no período de 1936 a 1941; por fim, se a situação no início do período era favorável a Juiz de Fora, em 1941, Belo Horizonte já a ultrapassara em muitos dos indicadores para os quais dispomos de dados. É certo que Juiz de Fora consegue manter vantagens com respeito à relação capital/empresa, mais alta do que em Belo Horizonte durante todo o período, conforme apontado no Quadro 5. Observamos, inclusive, que a diferença a favor de Juiz de Fora, cresceu paulatinamente: seu capital/empresa, em 1936, era 30,5% superior ao de Belo Horizonte; em 1941 essa relação já seria de 51,3%. Atribuímos grande parte desse aumento à paralisação de muitas das pequenas empresas de Juiz de Fora, diminuindo assim o divisor na obtenção da média.²⁰²

²⁰² Os dados a respeito da indústria da capital estão em: PAULA, Maria Carlota de Souza, *op. cit.*, p. 83. Ver, também: VISCARDI, Cláudia Ribeiro & LOBO, Valéria Marques. **Juiz de Fora 150 anos: a República revisitada**. Juiz de Fora: UJFJ, 2000, p.2. (Mimeo.).

Quadro 5 – Média capital/empresa na indústria manufatureira e fabril – Belo Horizonte e Juiz de Fora – 1936/1941

	1936	1938	1940	1941
J. DE FORA	141.065	156.088	193.564	230.988
B. HORIZONTE	108.043	86.033	98.312	152.350

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, *Boletim DEE*, Belo Horizonte, n. 20, jan./fev. 1943. (elaborado com bases em dados brutos).

Entretanto, mesmo supondo que as empresas juizforanas fossem mais capitalizadas que as de Belo Horizonte, o mesmo não acontecia com o valor da produção. Além disso, ao compararmos o número de operários, encontramos igual ou maior produtividade nas indústrias de Belo Horizonte, a despeito de suas menores reservas de capital. Nos anos considerados de crise em Juiz de Fora, Belo Horizonte não só aumentou sua produtividade relativa, como chegou a superar o tradicional centro industrial mineiro. Em 1938/40, o valor da produção/operário foi substancialmente maior na capital, sendo que em 1941 quase se equiparam, com ligeira vantagem para Juiz de Fora (ver Quadro 6).

Quadro 6 – Valor de produção por operário – Belo Horizonte e Juiz de Fora – 1936/1941

	1936	1938	1940	1941
JUIZ DE FORA	11.011	12.952	12.733	14.498
BELO HORIZONTE	11.618	15.390	15.007	14.318

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, *Boletim DEE*, Belo Horizonte, n. 20, jan./fev. 1943. (elaborado com bases em dados brutos).

Esta vantagem, ao nosso ver, se deve à recuperação da indústria têxtil dessa cidade, bem com à redução do número de operários, de sua indústria em geral, que em 1941 era bem menor do que em 1938 e 1939 (ver Tabela 16). Além dessas ressalvas é bom que reafirmar que parte significativa do capital industrial de Juiz de Fora estava concentrada em poucas empresas do ramo têxtil, o que vai alterar algumas das conclusões da análise global.

Mais de 50% do capital industrial de Juiz de Fora pertencia às indústrias de fiação e tecelagem, as quais, em termos numéricos, representavam uma porcentagem inferior a 10% do total da indústria manufatureira e fabril (1936, 7%; 1938, 9,5%; 1940, 9%; 1941, 9%). Tal concentração certamente fez subir o nível geral de capitalização, expresso no Quadro 5, ficando mascarada a situação das demais empresas. Na realidade, estas possuíam um capital muito inferior à média. Ao compararmos apenas os dados da indústria têxtil, é

indiscutível a supremacia de Juiz de fora, além de nos mostrar mais claramente a concentração setorial de sua indústria. Excluindo-a, a realidade se apresenta outra, bem diversa.

Tabela 16 – Participação da indústria têxtil na produção manufatureira e fabril – Juiz de Fora – 1935/1941

	EMPRESAS		CAPITAL E RESERVA	PESSOAL	FORÇA MORIZ	VALOR DA PRODUÇÃO
	M.FABRIL	F.TÉC.				
1935	255	33	60%	63%	57%	53%
1936	491	34	50%	55%	57%	47%
1937	499	44	50%	55%	54%	45%
1938	462	44	51%	55%	59%	47%
1939	531	42	52%	60%	58%	41%
1940	399	37	50%	57%	54%	52%
1941	403	37	61%	61%	62%	50%

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, *Boletim DEE*, Belo Horizonte, n. 20, jan./fev. 1943. (elaborado com bases em dados brutos).

Vejamos o Quadro 7: embora Juiz de Fora permaneça, em 1936, 1938 e 1940, com maior relação capital/empresa, as diferenças são bem menores que as do Quadro 5, quando estava incluída a indústria têxtil, diferença que foi suplantada em 1941.

Quadro 7 – Capital/empresa da indústria manufatureira e fabril, exceto fiação e tecelagem – Juiz de Fora e Belo Horizonte – 1936/1941

	1936	1938	1940	1941
JUIZ DE FORA	77.351	83.347	104.572	97.362
BELO HORIZONTE	74.758	64.744	71.835	104.401

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, *Boletim DEE*, Belo Horizonte, n. 20, jan./fev. 1943. (elaborado com bases em dados brutos).

Concluimos que a súbita elevação do capital/empresa de Juiz de Fora, em 1940, foi decorrente da crise ter sido fatal para grande parte das pequenas empresas. Das 132 indústrias desaparecidas em 1940, 127 distribuíam-se entre os vários ramos fora da indústria têxtil. Esta, apesar de ter sofrido com a crise, a qual se refletiu em seu valor de produção e na própria produção, não levou ao desaparecimento da maioria de suas grandes unidades que, certamente, detinham maior capital. Em poucos dos demais ramos ocorreu fato semelhante. Estes se constituíam, em sua maior parte, de pequenas indústrias que pouco contribuíam no capital total. Em 1941, Juiz de Fora possuía um capital/empresa de 230.988\$, o qual decresce para apenas 97.362\$ quando excluimos a indústria têxtil. Em Belo Horizonte a diferença é muito menor (152.350\$ e 104.401\$), conforme apontado no

Quadro 7. A aparente recuperação da indústria juizforana limitou-se à indústria têxtil, dando-se, enfim, através do restabelecimento e fortalecimento deste setor, pois, no início da década de 1940 já se antevia um período de mercado favorável, a se estender até depois da Segunda Guerra Mundial.

Como um balanço da configuração setorial da indústria de Juiz de Fora observemos a Tabela 17. Nele se confirma a falta de diversificação ou crescimento da produção dos não-têxteis. Outros ramos tradicionais, ainda que tenham experimentado um crescimento relativo, permanecem muito aquém do índice de crescimento da fiação e tecelagem; além disso, nenhum outro setor com características mais dinâmicas apareceu ou se intensificou até o início da década de 1940.

Tabela 17 – Distribuição setorial do valor de produção da indústria manufatureira e fabril – Juiz de Fora – 1936/1941

	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	
F. TECELAG	53	47	45	47	41	52	48	48, 5
ALIMENT.	18	17	19	16	18	14	14	16, 5
COURO/ART.	9	11	15	16	15	15	18	14, 0
METAJÚRG.	7	7	6	6	7	6	6	6, 4
OUTROS	13	18	15	15	19	13	14	14, 6
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970*, Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 1976, p. 177.

Ainda no final dos anos 1930, Juiz de Fora começou a perder terreno para outros municípios com relação à atividade exportadora do estado. Inclusive nessa atividade, diminuiu sensivelmente a inferioridade de Belo Horizonte:

*“Enquanto a exportação de Juiz de Fora foi praticamente a mesma, 96.000 contos, em 1939 e 1940, respectivamente, a exportação de Belo Horizonte subiu de 48.000 para 61.000 contos, nos dois anos em apreço, do que se deduz o aumento de 13.000 contos, ou sejam, 27%. Aliás, este surto de progresso é comum em muitos municípios, notadamente naqueles de maior ocorrência mineral”.*²⁰³

Portanto, no final do período 1935/1941, Belo Horizonte começou a suplantar Juiz de Fora, que perde a primazia industrial no estado. Embora inicialmente as diferenças fossem pequenas, o crescimento da capital assume um ritmo acelerado e cumulativo. Com os poderes públicos empenhados em fazer da capital um verdadeiro centro industrial, além de

²⁰³ DEE, *Boletim DEE*, Belo Horizonte, n. 18, p. 23.

outros fatores que a favoreceram, Belo Horizonte foi se afirmando e polarizando grande parte do crescimento industrial mineiro.²⁰⁴

Por fim, gostaríamos de analisar as características do setor industrial de Juiz de Fora, relacionando-as com outras experiências de industrialização periférica no país e a perda de representação política por parte da zona da Mata como fator de estrangulamento da indústria regional durante os anos 1930.

Desde as primeiras iniciativas, como temos visto, Juiz de Fora se especializou no setor da fiação e tecelagem. Nos primeiros tempos isso foi condizente com as características da industrialização brasileira de então. Entretanto, Juiz de Fora deve ser avaliado, ao nosso ver, sob o ponto de vista de sua incapacidade não apenas para uma diversificação mais contundente, mas, sobretudo da incapacidade do segmento urbano-industrial e do financeiro em diminuir os laços de dependência para com o setor agrário do complexo cafeeiro. Essas características se tornaram requisitos essenciais para a continuidade do crescimento industrial do complexo.

Poucos centros que se especializaram em um setor considerado *tradicional* como foi o caso da cidade de Blumenau (estado de Santa Catarina), procuraram meios específicos para se firmarem nacionalmente, seja na especialização dentro do próprio setor, explorando artigos mais raros nas indústrias dos pólos industriais, seja entrando no jogo de voltar-se para a produção destinada às camadas de mais alta renda. Ainda assim, levantam-se questões a respeito das possibilidades destes centros se manterem, a longo prazo, com tais características.²⁰⁵

Analisando o desenvolvimento industrial de Blumenau, no vale do Itajaí catarinense, entre 1914 e 1950, Paul Singer aponta os setores que se integraram de forma mais firme ao mercado nacional e aqueles que tiveram mais dificuldades no mesmo processo:

“A condição de sucesso da penetração no mercado nacional parece ter sido ‘abrir’ mercados com estrutura monopolística ou oligopolística (oferta concentrada em uma ou poucas empresas). Uma vez firmado o prestígio da marca ou da procedência, uma área do mercado – dos produtos mais caros e de melhor qualidade e prestígio – ficava reservada à indústria de Blumenau. As indústrias que palmilharam caminhos já

²⁰⁴ A respeito da polarização de Belo Horizonte e de como a mineração contribuiu para a concentração regional, ver: DULCI, Otávio, *op. cit.*, p. 94-107; PAULA, Maria Carlota de Souza, *op. cit.*, p. 148-56; SINGER, Paul, *op. cit.*, p. 257-70.

²⁰⁵ Ver: SINGER, Paul, *op.cit.*, cap. 3; CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Vol. II. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980, p. 131-37.

*devassados tiveram geralmente que se contentar com o mercado local e algumas mesmo, como foi o caso de uma fábrica de fósforos e das cervejarias, tiveram que ceder à concorrência dos grandes consórcios nacionais, com sede no Rio ou em São Paulo”.*²⁰⁶

Evidentemente não pretendemos aqui estabelecer um estudo de comparação histórica entre os casos de Juiz de Fora e o de Blumenau. No entanto, o que podemos inferir do texto de Singer é que, ao contrário dos entraves endógenos e exógenos que as elites juizforanas não conseguiram superar durante os anos 1930, pelo menos o setor urbano-industrial da cidade catarinense experimentou êxito em sua integração no mercado nacional.

Em São Carlos (estado de São Paulo), apesar dos impactos sofridos pela indústria local após a crise de 1929, o setor parece ter se comportado de maneira mais positiva do que ocorreu na zona da Mata mineira. Segundo Oswaldo Truzzi:

*“Ficam imputadas (...) à desestruturação da economia cafeeira, que arrastou consigo algumas atividades estreitamente vinculadas ao café e à competição exercida sobretudo pela indústria da capital, que começa a conquistar novos mercados regionais, as causas fundamentais de um certo retrocesso no desenvolvimento das empresas locais na década de 1930”. (...) Entretanto, para a indústria local nem tudo foram perdas. O colapso das importações que se segue a crise de 1929 não foi superado ao longo da década seguinte e tampouco durante o período de guerra. A renda interna no entanto volta logo a crescer ultrapassando o nível atingido em 1929, quatro anos depois. (...) No essencial, porém, pode-se dizer que o saldo foi positivo, pelo menos para a atividade industrial ganhar terreno diante das demais oportunidades de inversão econômica. É bem verdade que São Carlos não pode servir de padrão às cidades interioranas da região, pois já contava antes mesmo da crise cafeeira com um compartimento industrial relevante e diversificado”.*²⁰⁷

O que cabe salientar, diante da análise de Truzzi, é que o setor industrial parece ter rompido as amarras com o setor agrário antes da crise do modelo primário-exportador nacional. Ou seja, no momento de crise havia recursos suficientes no setor industrial não somente para alocação de trabalhadores que deixaram o campo, mas para a ampliação da diversificação já existente. Situação diferente do complexo cafeeiro da Mata mineira, onde nenhuma das duas alternativas se configuraram.

Passemos a uma breve análise da situação de Campinas (estado de São Paulo) no mesmo período. Também ali se desenvolveu um complexo cafeeiro desde fins do século XIX com características bastante semelhantes ao da Mata Mineira. Nas palavras de Ulysses Semeghini:

²⁰⁶ SINGER, Paul, *op. cit.*, p. 130.

²⁰⁷ TRUZZI, Oswaldo, *op. cit.*, p. 132-5.

*“A dinâmica do complexo cafeeiro estruturou na região uma economia com grau relativamente avançado de disseminação de relações mercantilizadas de produção e de diferenciação da divisão social do trabalho. Esse conjunto de fatores que constituíram a ‘herança cafeeira’, foram fundamentais para viabilizar a rápida transformação de sua economia após a crise de 1929/1930 e o dinamismo posterior”.*²⁰⁸

Nesse caso, o que nos parece evidente é a relação entre Campinas, a capital paulista e o interior do estado. A magnitude do complexo cafeeiro paulista fez de Campinas a porta de entrada para as regiões interioranas de São Paulo, favorecendo-a com pólo regional. Ou seja, ao contrário de Minas, onde o complexo cafeeiro da Mata não exercia influência sobre as diversas regiões do estado, o que veio a favorecer os conflitos políticos e econômicos entre suas elites, em São Paulo esses conflitos foram de menor dimensão, estimulando economicamente não só a capital, mas, cidades pólos como Campinas. Quando do início da industrialização pesada, esta cidade atraiu ainda mais investimentos, experimentando um salto de crescimento econômico que não ocorreu em Juiz de Fora.

O caso de Ribeirão Preto (estado de São Paulo) se diferencia dos exemplos acima. A cidade era grande produtora de café até a crise de 1929, porém, seu setor urbano-industrial ainda era incipiente e pouco diversificado. Segundo Jonas dos Santos:

*“A partir da análise da composição dos ativos da riqueza dos cafeicultores de Ribeirão Preto verifica-se que a crise de 1929 mudou a configuração da mesma. Os cafeicultores apesar de investirem em outros setores, observa-se que estes foram cautelosos com seus investimentos, pois continuaram entre 1930 e 1951 com a maior parte das suas riquezas aplicada na economia de Ribeirão Preto”.*²⁰⁹

Novamente, temos uma outra situação de uma economia regional que se comportou de maneira diferente da de Juiz de Fora. Aproveitando-se da recuperação da atividade industrial em São Paulo já no início da década de 1930, os cafeicultores de Ribeirão Preto passam a investir, sobretudo, na produção algodoeira, matéria-prima para a indústria têxtil do estado. Ribeirão Preto se beneficia da dinâmica da indústria paulista, experimentando uma inversão de capitais no próprio setor primário. A diferença para Juiz de Fora estava no nível tecnológico de uso do solo em São Paulo, permitindo uma produção de melhor qualidade do algodão, e na própria dinâmica da economia paulista.

²⁰⁸ SEMEGHINI, Ulysses, *op. cit.*, p. 184.

²⁰⁹ SANTOS, Jonas Rafael dos, *op. cit.*, p. 1.

Examinemos um caso onde parece ter havido o inverso. No estado do Espírito Santo²¹⁰ não ocorre nem a diversificação experimentada em São Paulo, nem o deslocamento regional ocorrido em Minas Gerais. Para Sinésio Pires Ferreira:

*“(...)a estrutura de comercialização que se formou no Estado era (...) pulverizada e, dada a pequena base de acumulação local, as possibilidades de concentração e centralização de capital eram muito limitadas. Não foi outra a razão de todos os grandes investimentos em infraestrutura e mesmo industriais terem sido realizados, ou fortemente apoiados, pelo Estado. A despeito desses investimentos, não se pode afirmar que tenha se formado um ‘complexo econômico regional’ como em São Paulo, por exemplo. Por outro lado, à medida que Vitória vinha se consolidando como porto exportador – quer pela construção da ferrovia ligando-a ao Sul, quer pelo crescimento da produção cafeeira nos antigos núcleos coloniais – o capital comercial sediado no então Distrito Federal, até então responsável pela comercialização de grande parte do café capixaba, não aceitaria perder o controle dos negócios daquela mercadoria. Com isso, surge em Vitória uma estrutura de comercialização composta por diversas casas comissárias de pequeno porte, de capitais locais, e as poucas de grande porte eram filiais de outras, sediadas no Rio de Janeiro. Por essas razões pode-se explicar porque no Espírito Santo, não se manifestou claramente a passagem da dominância do capital mercantil ao capital industrial quando, nos anos 1930 dá-se, para a economia brasileira, a alteração do padrão de acumulação. Ou seja, o capital mercantil não chegou a se ‘transformar’ em capital industrial”.*²¹¹

No caso capixaba, esse estado não chegou a romper com os comissários da praça fluminense – o que ocorreu na zona da Mata em fins do século XIX –, o que dificultou sobremaneira a consolidação de um sistema financeiro endógeno. Ou seja, a crise de 1929 e a década de 1930 ampliaram ainda mais a influência de comerciantes da capital federal na economia local. Dessa forma, a não retenção de capitais na praça de Vitória – que, por sua vez não se constituiu em centro urbano dinâmico da cafeicultura capixaba – impediu a economia local de se dinamizar e de se integrar positivamente no novo cenário econômico nacional.

Pretendemos aqui esboçar algumas comparações, guardadas as diferentes identidades regionais, entre alguns núcleos agro-exportadores e a zona da Mata mineira. Pudemos inferir, em breve análise, que os caminhos foram diferentes daqueles trilhados pelo caso

²¹⁰ No caso capixaba optamos por não usar a categoria município. Vitória, a capital do estado, sediava em parte seu núcleo comercial, uma vez que as exportações da região sul – lideradas pelo município de Cachoeiro de Itapemirim – carece de estudos mais apurados. Apesar da crescente influência de Vitória – sobretudo a partir da década de 1940 com a criação da CVRD (Companhia Vale do rio Doce), preferimos utilizar a categoria estado para a análise da economia capixaba durante os anos 1930. Ver: ROCHA, Haroldo Corrêa & MORANDI, Ângela Maria. “Introdução”, in: _____. **Cafeicultura & grande indústria: a transição no Espírito Santo – 1955-1985**. Vitória: FCAA, 1991, p. 22; CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **A formação da centralidade de Colatina**. Vitória: IHGES, 2004, p. 9-10 e 17-29.; FERREIRA, Sinésio Pires, *op. cit.*, p. 154-5.

²¹¹ FERREIRA, Sinésio Pires, *op. cit.*, p. 254-5.

mineiro, mostrando a diversidade dos impactos nacionais da crise do final dos anos 1920 e dos rumos seguidos na década de 1930 por esses núcleos.

Portanto, a crise por que passou o complexo cafeeiro da zona da Mata mineira durante os anos 1930 se deu por motivos distintos, porém interligados: em primeiro lugar, o fim das “matas virgens” verificado em meados da década de 1920 contribuiu para a perda de qualidade da produção cafeeira. Como o setor urbano-industrial do complexo, devido às suas condições periféricas, era extremamente dependente do segmento agrário, a crise iniciada neste se reflete imediatamente sobre o comércio de Juiz de Fora. Conforme apontamos no ponto 2.2, a partir de 1925 amplia-se o número de falências de casas comerciais e têm início as falências no setor industrial. O elemento significativo da análise aqui é a constatação de que a crise do complexo não se inicia com o *crack* de 1929, e, sim, com um aspecto de ordem endógena: a impossibilidade de reprodução ampliada no segmento agrário.

Em segundo lugar, a eclosão da crise de 1929 e a revolução de 1930 no Brasil trazem consigo uma nova concepção de política econômica, de intervenção do Estado na economia e de ação das entidades de representação burguesa. Em Minas esse cenário se reflete do seguinte modo: crescimento do projeto de centralização (Belo Horizonte) e especialização industrial (ramos siderúrgico e metalúrgico); controle do governo do Estado através da indicação do interventor getulista, Benedito Valladares; apoio da ACM e da FIEMG ao projeto e ao interventor federal, aliado ao aumento da organização das elites belo-horizontinas por maior participação nas esferas de decisões do governo estadual. Se mesmo durante a Primeira República, quando a zona da Mata era a região mais desenvolvida de Minas, os políticos da região jamais conseguiram a hegemonia política estadual, num cenário amplamente crítico como o da década de 1930, suas elites política e econômica encontraram ainda mais resistência e dificuldades de ocupação nos canais de decisões nas esferas do governo estadual.

Em terceiro lugar, um amálgama dos dois pontos anteriores: em crise econômica e política, Juiz de Fora vê ampliado o número de falências de pequenas, médias e grandes firmas industriais durante a década de 1930. Mesmo as grandes unidades fabris que sobreviveram tiveram sua capacidade de produção e lucros diminuídos. A principal instituição financeira da zona da Mata (CREDIREAL, encampado pelo governo do estado em 1921), passa a investir, sobretudo, na região centro-metalúrgica a partir dos anos 1930, o que veio a

dificultar as possibilidades de recuperação do segmento urbano-industrial da cidade. Também não houve, apesar dos insistentes pedidos por parte da ACJF, nenhuma ação do governo mineiro para o abrandamento da crise. Ao final da década de 1930, mesmo ocupando papel relativamente importante no cenário econômico mineiro, a zona da Mata não conseguia mais manter sua estrutura de produção, emprego e crescimento; estava delineado o declínio. Mesmo com certo nível de recuperação durante a década de 1940, a partir dos anos 1950 a crise econômica da região se aprofundou, definindo um panorama que se faz presente até o momento: das seis microrregiões da zona da Mata, quatro estão estagnadas (Juiz de Fora, Muriaé, Carangola e Cataguazes); uma está em depressão (Leopoldina) e apenas uma apresenta crescimento econômico (Ubá, devido à formação do *cluster* moveleiro).²¹²

Podemos, assim, apontar que em nossa análise encontramos três momentos da dinâmica da economia local: 1) 1920/25: período em que foi mantido o crescimento iniciado na segunda década do século XX; 2) 1925/1935: período em que se iniciam as manifestações da crise no complexo cafeeiro da Mata; 3) 1935/1941: período de agudização da crise econômica nos segmentos agrário (declínio da produção cafeeira e aumento de pastos para a pecuária) e urbano-industrial (aumento do número de falências de unidades fabris importantes). A crise passa a ser também política, com a perda de influência de vários políticos da zona da Mata, entre eles, Antônio Carlos.

Como estamos analisando Juiz de Fora e a zona da Mata na perspectiva de suas relações com o cenário mineiro é preciso que abordemos com mais precisão as ações do que chamaremos elites “belo-horizontinas” durante a década de 1930. As relações com o governo estadual, suas iniciativas e pressões políticas, o crescimento da liderança da ACM e da FIEMG no estado e os resultados do seu projeto de especialização industrial são, ao nosso ver, os pontos mais elucidativos a serem examinados. É o que faremos no capítulo seguinte.

²¹² FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna & DINIZ, Clélio Campolina. “Distribuição regional da indústria mineira”, *nova economia*, Belo Horizonte, 10, n. 2, 2000: 39-69; LEMOS, Maurício Borges *et al.* “A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica”, *estudos econômicos*, 33, n. 4, 2003: 682-4 e 696. Sobre a origem e desenvolvimento do pólo moveleiro da microrregião de Ubá, ver: BOVOLENTO, Emiliano Alves. **Origem e investimento de capital na indústria moveleira da zona da Mata mineira – 1940-1980**, Juiz de Fora, Monografia de Pós-Graduação *latu sensu* em História, UFJF, 2005, 78 p.

CAPÍTULO 3

A década de 1930 em Minas Gerais: as intervenções no campo institucional por parte da burguesia belo-horizontina

“Belo Horizonte progride? Dizem que sim. Eu chego a pensar que, realmente, a cidade tem apresentado alguns indícios seguros de progresso: parece que há um certo movimento denunciador de um mais requintado mundanismo, embora sem o talhe das costureiras francesas, e o cosmopolitismo dos grandes centros”.

(Fly, O progresso da cidade, *Diário de Minas*, 28/12/29)

3.1 – As ações institucionais da burguesia belo-horizontina frente à legislação corporativista do pós-30

Os primeiros anos da década de trinta, período que abarca um momento político e econômico bastante heterogêneo, oferecem possibilidades para o estudo da dinâmica do processo de elaboração de um novo aparato de institucionalização do poder, e é fundamental também para a percepção de como se enfatizaram as demandas dos setores industrial e comercial no referido processo. Portanto, quando se pretende localizar e tornar visível o poder político que se encontra simultaneamente presente, de modo difuso, nas relações sociais, faz-se necessário retomar as demandas dos industriais e comerciantes e de como, muitas vezes, elas perpassaram todas as esferas da vida social. Além das questões relacionadas às atividades produtivas e às lutas da classe trabalhadora, que foram retomadas com outro vigor e reorganizadas de maneira distinta daquelas predominantes na década de vinte, é importante conhecer as outras sendas ou pontos de partida que orientam o poder e a dominação social.

Com relação à legislação corporativista do pós-30, ela constitui campo de controle social da força de trabalho. Para Evantina Vieira:

“(…) é importante destacar que essa legislação social irá constituir-se, no decorrer do período, em um instrumento de mobilização dos assalariados, base do apoio social para o Estado em um momento de luta entre os setores dominantes pelo controle do governo federal. Antes de 1935, entre a mobilização/desmobilização, o caráter de desmobilização reveste-se como fundamental para o encaminhamento da questão

*corporativa; para adquirir esta mobilização, as classes dominantes teriam de liquidar as organizações independentes, cooptar ou reprimir os seus líderes e fiscalizar, modificar ou resistir à aplicação das leis”.*²¹³

Da resistência a este controle, analisaremos agora, em um primeiro momento, como esta legislação se define quando orientada para a burguesia, como os conflitos desenvolvidos e como a lei pode transfigurar-se como legitimadora de um poder político após a definição dos embates das posições antagônicas. A situação institucional legal da autonomia das associações de classe patronais só seria rompida no pós-30 com a abertura do campo de intervencionismo estatal, por meio do decreto 19.770 de 19 de março de 1931, regularizando a sindicalização das classes. As reações não se fazem esperar – buscava-se um tratamento diferencial –, onde se pudesse agrupar as vantagens do controle sobre o movimento operário, sem a perda de liberdade da estrutura patronal.

*As críticas seguem a mesma argumentação usada para outros projetos da legislação trabalhista: as falhas e imperfeições do texto legal e a ausência prévia da colaboração dos interessados. A Associação Comercial de Minas é a primeira a manifestar contra o Decreto. Em reunião de 13 de abril de 1933, Jair Negrão de Lima, lendo trechos da lei de sindicalização, diz que “se ela traz algumas vantagens para a Associação, priva-a de sua liberdade e autonomia, sujeitando-a a sofrer vexames”.*²¹⁴ *No entanto, como o Código Eleitoral exigia que os representantes classistas à Assembléia Constituinte de 1933 fossem oriundos de entidades sindicalizadas, a Associação procura meios de reformular os dispositivos da lei, resolvendo: “que se telegrafasse ao Presidente da República pedindo a representação profissional fora sindicalização; que se telegrafasse ao presidente do Estado pedindo uma audiência para se tratar do assunto; que se delegasse poderes a uma pessoa para ir a Juiz de Fora e Rio de Janeiro tratar do assunto com as congêneres daquelas cidades”.*²¹⁵ *Procuram também, através do escamoteamento da lei, conseguir o maior número de deputados classistas, desenvolvendo para isso esforços a fim de que se organize, com urgência, o maior número possível de sindicatos patronais, notando-se, entretanto, “que deverá ser feito completamente à margem da Associação, pois esta não é sindicalizada”.*²¹⁶

²¹³ VIEIRA, Evantina Pereira, *op. cit.*, p. 84-5.

²¹⁴ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 23 de abril de 1933.

²¹⁵ Id., lb.

²¹⁶ O Debate. “A ACM, através da palavra do Sr. Caetano de Vasconcellos, seu digno presidente”. Belo Horizonte, 14 de março de 1934, p. 2.

A posição de intransigência contra a sindicalização permanece por parte da ACM durante quase toda a década. Em 1935, o presidente da entidade, Caetano de Vasconcellos, em entrevista ao jornal “O Debate”, declara:

*“Não. Não vejo motivos para a sindicalização, porque, estando como estão, todas as sociedades sindicalizadas sujeitas a umas determinadas exigências legais, que reputo lesiva, não apenas ao seu patrimônio, mas à sua própria existência, é sempre preferível ficar como estamos. E foi atendendo a estas razões que as maiores associações do país, como sejam a do Rio de Janeiro e de São Paulo, deixaram de se sindicalizar”.*²¹⁷

Nesse sentido, paralelamente à crítica da lei sindical, houve, durante o período, um esforço de criação de inúmeras entidades representativas dos interesses do setor, mantendo-as fora das normas oficiais. Defende-se, portanto, a organização da classe, por ser indispensável à congregação de esforços dos elementos que exercem atividades econômicas como forma de pressão contra a interferência estatal em seus órgãos de classes constituídos há décadas como associações civis. Isto é, defendiam o princípio de autonomia na organização de seus interesses. Mesmo sem a subordinação oficial, o setor de classe comercial não será despojado de canais informais, mas nem por isso menos eficazes que, em épocas especiais, podiam ser mobilizados por toda a burguesia.

Paralelamente à sua atuação crítica à lei sindical de 1931, a burguesia industrial belo-horizontina também remodela a sua organização associativa, procurando mantê-la fora do regime oficial. Esta reformulação refere-se, basicamente, à criação da Federação das Indústrias de Minas Gerais, que, tendo seu reconhecimento oficial pelo Ministério do Trabalho, em 28 de setembro de 1935, só se sindicalizara em 27 de fevereiro de 1934.²¹⁸

Por outro lado, há que se observar que, no resto do Brasil, existe a mesma preocupação de Minas, das entidades patronais pela reformulação na estrutura organizativa: os industriais iniciam articulações objetivando a criação da Federação Industrial do Rio de Janeiro para reunir as forças industriais do Distrito Federal e do Estado do Rio – tratava-se, pois, de congregar, reunir e fortalecer as entidades de classe enquanto associações de caráter privado, ao mesmo tempo em que continuavam também existindo, e atuando, as agremiações comerciais de São Paulo, Rio e Minas Gerais.²¹⁹

²¹⁷ Idem. “Entrevista do Sr. Caetano de Vasconcellos, digno presidente da ACM”. Belo Horizonte, 06 de setembro de 1935, p. 2.

²¹⁸ FIEMG. **Vida Industrial**: aqui começa a história – 50 anos. Belo Horizonte: FIEMG, 1983, 80 p.

²¹⁹ VIEIRA, Evantina Pereira, *op. cit.*, p.105.

Porém, existe outra face da questão – é aquela em que a sindicalização implica em abertura de áreas de “representação de interesses” para a burguesia, representada por um conjunto estável de interlocutores que, pertencendo à cúpula social, constituem um dos módulos institucionais de pressão importante no seio da sociedade civil. Em Minas Gerais é necessário destacar a sindicalização da mais antiga entidade associativa dos industriais do estado – O Centro Industrial de Juiz de Fora. Por telegrama, Getúlio Vargas comunica ao governador do estado, Olegário Maciel, a sua satisfação pela sindicalização do órgão.²²⁰

Por outra parte, é digno de se reparar que, no momento mais agudo e crítico para a imposição do modelo corporativista para a classe trabalhadora (1933-34), em que esta classe tenta alargar sua dissidência com a forma corporativa imposta, uma parcela de empresários reconhece nesse modelo uma oportunidade para a otimização dos seus interesses.²²¹

Em outras palavras, o objetivo de assumir a integração na estrutura sindical consiste na abertura de maiores possibilidades de influência junto ao Estado, pois se constitui num núcleo de pressão organicamente vinculada ao aparelho estatal. Na ótica dos empresários um sindicalismo forte corresponde ao aumento de pressão organizada, erigindo-se num instrumento eficaz de enfrentamento dos setores subordinados como também de imposição de seus interesses. A Tabela 18 demonstra a afirmativa:

Tabela 18 – Número de sindicatos reconhecidos anualmente entre 1931 e 1939

ANO	Minas Gerais		São Paulo		Brasil	
	patronais	empreg.	patronais	empreg.	patronais	empreg.
1931			2	2	3	39
1932			2	6	4	116
1933	11	22	21	52	79	259
1934	77	31	83	27	273	208
1935			63	16	128	73
1936			13	13	51	106
1937			68	3	99	154
1939			155	49	233	156
total			383	168	1043	1111

²²⁰ Minas Gerais. “A sindicalização do Centro Industrial de Juiz de Fora”. Belo Horizonte, 23 de abril de 1933, p. 2.

²²¹ VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 145.

Fonte: BRASIL. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. SNE, Rio de Janeiro, 1936.

A influência dos segmentos burgueses da indústria e comércio, ao nível institucional, evolui durante a instalação e consolidação do governo Vargas – momento que corresponde ao combate às forças tradicionais da política mineira.

Uma reflexão deste fato faz-se necessária, porque envolve as relações do Estado com o governo central, consubstanciada também na pressão das entidades patronais que se evidenciam por dois aspectos relevantes no momento: a escolha do interventor para o estado e a eleição para a Assembléia Constituinte Federal, em 1933.

Paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos constitucionais, que serão examinados posteriormente, a interventoria mineira permanece na dependência de uma decisão do Governo Provisório. A imprensa carioca publicava notas freqüentes enfatizando a afirmação de que o governo poderia escolher quem quisesse, desde que fosse “mineiro, civil e progressista”.²²² A associação Comercial de Minas, atenta ao problema, telegrafa a Getúlio Vargas, de acordo com a resolução tomada em sessão do dia 7 de novembro de 1933, solicitando que seja provida definitivamente a interventoria mineira, de vez que a situação de interinidade do chefe do governo mineiro acarreta um ambiente de expectativa prejudicial aos diferentes interesses do estado, com reflexos desastrosos sobre as atividades econômicas.²²³ A questão da interventoria envolve políticos na tentativa de afastar o estado da posição de destaque no cenário nacional. Nessa linha, insere-se a posição mais explícita da Associação Comercial de Minas, através do seu presidente Ismael Libânio:

“(...) não é possível que o Sr. Getúlio Vargas queira vetar por mais tempo a solução de um assunto que interessa de perto a vida de todo o estado. Como sabem, a Assembléia telegrafou ao governo central expondo a necessidade de fazer cessar toda a expectativa que até hoje mantemos em torno do assunto da interventoria (...) É lícito lembrar que o Governo Provisório deve muito ao esforço de Minas na consolidação do atual regime. Minas que tudo sacrificou em benefício da ditadura, vê-se relegada a um plano de inferioridade, mesmo aos estados que estiveram contrários. Exemplifico com o caso de São Paulo, pois todos lembramos com que facilidade foram resgatados quatrocentos mil contos de réis de bônus paulistas ao passo que Minas para atender a situação financeira interna motivada pela Revolução de Trinta teve o resgate da emissão feita pelo governo de Olegário Maciel, grandemente dificultado”.²²⁴

²²² Gazeta Commercial. “Sobre a interventoria mineira”. Juiz de Fora, 9 de abril de 1933, p. 2.

²²³ O Estado de Minas. “A interventoria mineira”. Belo Horizonte, 27 de novembro de 1933, p. 1.

²²⁴ Diário da Tarde. “Nomeação de interventor definitivo – entrevista com o presidente da Associação Comercial de Minas Ismael Libânio”. Belo Horizonte, 14 de novembro de 1933, p. 2.

Continua o presidente da ACM dizendo da necessidade do Governo Provisório refletir sobre os males que vem causando a Minas e que, qualquer que seja o interventor, mesmo o atual, Gustavo Capanema, e desde que se consulte a vontade da opinião pública “precisa estar seguro na administração do estado a fim de resolver a grave crise das classes conservadoras e evitar um pânico que tem a maior razão de ser”.²²⁵ Esta posição é corroborada pelo Diário de Notícias do Distrito Federal em sugestivo editorial:

“(...) A extensa e ansiosa expectativa vem gerando incertezas, dúvidas e desapontamentos, inquietações ao ânimo público; e compreende-se que repercutam depressivamente nas classes que trabalham e produzem, porque, perante uma interinidade governativa, prolongada por entre o desassossego e os imprevistos criados pela ação espasmódica do centro, só a instabilidade se fez norma, tendo como corolário a desconfiança e o temos”.²²⁶

Mesmo existindo a interferência direta e resoluta das associações de classe nos problemas políticos que possam se constituir em obstáculos ao seu processo de acumulação de capital, aproveitando todos os canais abertos à sua participação e/ou influência, outros esforços serão traduzidos em tentativas de criar um espaço econômico próprio para a representação política de seus interesses.

A tentativa de organização partidária dos setores do comércio e indústria já se explica desde a década anterior, conhecendo momentos de grande mobilização em termos de uma representação política quer seja no âmbito federal, estadual ou mesmo municipal. Por dois momentos, no mínimo, há intensa articulação numa campanha para sua representação política: a primeira, quando da indicação de um membro da Associação Comercial de Minas, Jair Negrão de Lima, para concorrer a uma vaga no conselho deliberativo da Capital, em 1928; a segunda, quando a representação política da classe é tema de discussão nos congressos patronais de 1928, 1929 e 1930, concluindo-se pela necessidade imperiosa da criação de um partido político.

Na reorganização partidária, após o movimento de trinta, a idéia volta à tona: a relativa continuidade no tempo desta campanha demonstra que não se tratava apenas da idéia de determinados líderes ou associações e sim de um projeto do patronato. A Associação Comercial de Minas, através da palavra do presidente Ismael Libânio, ao se posicionar

²²⁵ Idem, “Nomeação do interventor definitivo – entrevista com o presidente da Associação Comercial de Minas Ismael Libânio”. Belo Horizonte, 14 de novembro de 1933, p. 2.

²²⁶ Diário de Notícias. “Editorial”. Distrito Federal, 7 de dezembro de 1933, p. 1, *apud* BOMENY, Maria Helena. “A estratégia da conciliação: Minas gerais e a abertura política dos anos 30”, in: GOMES, Ângela de Castro. (org.). **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 186. Neste trabalho, encontra-se descrição pormenorizada sobre os conflitos para a escolha do interventor, especialmente p. 140 e 180/8.

contrariamente à idéia de adesão à Confederação das Associações de Classe, afirma que: “(...) a Associação teria muito mais força junto aos governos se possuísse um partido político”.²²⁷

As classes conservadoras procuravam criar uma organização que influísse a nível nacional, à margem das suas associações de classe, mas partindo de orientações destas instituições já experimentadas na luta de seus interesses.

O Partido Economista surgia num momento bem específico de reorientação política do país, inscrevendo em seu programa “não só objetivos de ordem econômica, com também todos os demais que digam respeito à melhor organização política e social do país”.²²⁸ O núcleo mineiro do partido, fundado em 1932 e presidido inicialmente pelo industrial juiz-forano José Carlos de Moraes Sarmento, congrega elementos do comércio, indústria e “alguns elementos de valor cultural”. A sua atuação destaca-se principalmente durante as discussões para indicação dos deputados classistas; ele apresenta dois nomes de destaque nos meios científicos e um no meio comercial, respectivamente, Carlos Chagas, Mendes Pimentel e Caetano Lopes. Posteriormente, o partido não terá influência no âmbito estadual, sendo os interesses dos segmentos comercial e industrial expressos pelas duas maiores agremiações políticas do estado: o Partido Republicano Mineiro e o Partido Progressista.²²⁹

As reflexões sobre a posição do patronato relativo à sindicalização não podem ser dissociadas da eleição dos representantes classistas à Assembléia Nacional Constituinte de 1933. Pelo Decreto 24.694 (1934): “só teriam direito de voto os sindicatos que houveram sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio até o dia 20 de maio de 1933”,²³⁰ tendo em vista as eleições para a Constituinte, essa sindicalização alcançava um outro sentido – o eleitoral. A sindicalização precisa ser pensada então dentro deste contexto e pode ser entendida como recurso para o alcance da representação política na Constituinte. O exame do discurso da liderança empresarial é bastante elucidativo da questão. Euvaldo Lodi, discursando quando da fundação da Federação das Indústrias de Minas Gerais, fala sobre a representação política das classes, chamando a atenção dos industriais, dos comerciantes, dos lavradores e criadores mineiros para a necessidade de

²²⁷ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 13 de julho de 1933.

²²⁸ VIEIRA, Evantina Pereira, *op. cit.*, p. 109.

²²⁹ Correio Mineiro. “*Representação de Associações Profissionais na Assembléia Constituinte. O que dispõe o decreto nº 22.653*”. Belo Horizonte, 25 de maio de 1933, p. 3.

²³⁰ O Correio da Manhã. “*As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte*”. Distrito Federal, 30 de abril de 1934, p. 1.

cerrarem fileiras em torno dos candidatos que possam comparecer e defender, perante a próxima Constituinte, os legítimos interesses das forças econômicas de Minas Gerais. Da mesma forma, pronuncia-se José Carlos de Moraes Sarmiento, presidente da FIEMG, sobre a necessidade do maior comparecimento às próximas eleições para a Constituinte, “a fim de que venham a ser sufragados candidatos que constituem o arcabouço da economia do país”.²³¹

Tais propostas devem ser vistas dentro também de um contexto que as ultrapassa – a grave crise financeira que desarticulava as relações comerciais internacionais e que colocam as questões de política econômico-financeira na ordem do dia, fornecendo pano de fundo para a estruturação de tais argumentos.

Esta defesa de representantes ligados às demandas da classe é continuação de um movimento já desencadeado anteriormente em 1932 pela Associação Comercial de Minas: através de telegramas às suas congêneres de todas as capitais do país, solicita a sua colaboração para a normalidade da situação econômico-financeira.²³² As Associações Comerciais dos outros estados, através de um manifesto assinado pelo do Rio de Janeiro manifestam-se também pela constitucionalização do Brasil, aliando-se à de Minas que iniciara a campanha.²³³

A posição da burguesia mineira, em relação ao regime político mais adequado ao país, varia ao longo da década. Após a Revolução de 1930 até meados da década, a oposição ao processo de centralização política que se desenvolveria era raro: Minas Gerais, apesar da posição de co-participante da Revolução, não teve assegurado um papel de destaque no novo processo que se abria. Esta posição visualizada no episódio da interventoria será classificada pelo posicionamento e luta desenvolvida a favor da Constituinte. Esta luta é organizada também através do intenso alistamento eleitoral, visando o pleito eleitoral de 1933, que escolheria os representantes políticos à Assembléia Nacional Constituinte. Em reunião do dia 19 de janeiro de 1932, a ACM toma as seguintes iniciativas concernentes à eleições: dirigir-se às associações do interior, apelando no sentido de que auxiliassem a intensificação do alistamento eleitoral e que a entidade na capital instalasse em sua sede

²³¹ Minas Gerais. “Fundada a Federação das Indústrias de Minas Gerais”. Belo Horizonte, 29 de março de 1933, p. 3.

²³² AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 21 de janeiro de 1932.

²³³ Idem, Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 10 de abril de 1932.

um *bureau* de alistamento com “fotógrafo e tudo mais que facilite tornar eleitores os comerciantes, industriais e lavradores”.²³⁴

A posição da burguesia é desenvolvida em duas frentes: defesa da representação classista e, na ausência de um partido próprio, apoio aos candidatos dos dois partidos mineiros: o Partido Republicano Mineiro e o Partido Progressista,²³⁵ desde que comprometidos com os seus interesses.

Sobre a representação classista, a Associação continua pressionando para modificações no anteprojeto da Constituição, que excluía a representação de entidades não sindicalizadas, propondo que se pleiteie junto à Comissão do Anteprojeto, junto aos governadores de estado e à União, para que seja consagrado o processo de representação de todas as atividades legais do país, não só nas Assembléias como também na Constituinte:

*“(...) a) que o seja por igual número de representantes de cada atividade grupal; b) que estes estejam, ao tempo de sua eleição, exercendo as atividades de seus representados; c) que nos lugares onde não houver Associação que represente suas atividades, seja a eleição realizada sob a direção das autoridades judiciais ou seus substitutos; d) que onde não houver Associação, metade da representação seja eleita por estes e metade pelo processo da letra c”.*²³⁶

É Eleita a seguir uma Comissão de Discussão da Constituinte.²³⁷

Já é lugar comum e consagrado na historiografia brasileira que a introdução da representação classista no Código Eleitoral foi feita por obra e graça dos elementos tenentistas ligados ao Clube 3 de outubro; sem subestimar a sua atuação, julgamos equivocada o privilégio único desses atores, pois, pelo que analisamos até aqui, é também de extrema importância a atuação das entidades de classe patronais na defesa da representação, como também pelas discussões do Decreto 24.694.²³⁸

²³⁴ A posição do Governo Provisório de alijar Minas dos centros de decisão do país através da desorganização da máquina oligárquica do P.R.M. está bem fundamentada nos seguintes trabalhos: BOMENY, Maria Helena, *op. cit.*, p. 143-7; DULCI, Otávio, *op. cit.*, p. 149-53; PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora de, *op. cit.*, p. 445-9.

²³⁵ Sobre o Partido Progressista, fundado em Minas Gerais em janeiro de 1933, ver: BOMENY, Maria Helena, *op. cit.*, p. 168-79; PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora de, *op. cit.*, p. 445-9.

²³⁶ AH-ACM. Ata da reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 17 de novembro de 1932.

²³⁷ *Id.*, *ib.*

²³⁸ Dentre os autores que privilegiam a atuação dos tenentes, ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. “*Confronto e compromisso no processo de institucionalização*”, in: FAUSTO, Boris. (coord.), *op. cit.*, 1975, p. 17; PANDOLFI, Dulce. “*Os anos 1930: as incertezas do regime*”, in: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo** – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 20-2. (O Brasil republicano).

A eleição dos representantes classistas à Assembléia Constituinte realizou-se em 25 de julho de 1933; a distribuição de representação profissional por estados e por setores de produção foi a seguinte:

Tabela 19 – Representação profissional na Assembléia Constituinte eleita em 1933

ESTADO DA FEDERAÇÃO						
SETOR DE PRODUÇÃO	DF	SP	MG	RS	PE	TOTAL
Agricultura e Pecuária			1	1	1	3
Indústria e Afins	3	3	1	3		10
Com., Transporte e Afins	3	1	1			5
Total	6	4	3	4	1	18

Fontes: ACM. *Ata de Reunião da Diretoria da ACM*, Belo Horizonte, 19 dez. 1933; GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 280.

A predominância do setor industrial não pode ser considerada como um bloqueio ao setor comercial ou agrícola, pois, no caso específico de Minas, os representantes classistas vinculam-se aos três setores. Os membros da representação mineira eram: Euvaldo Lodi, 4º Vice-Presidente da Confederação Industrial Brasileira em 1933 e Presidente em 1935, membro da Diretoria da FIEMG e da Associação Comercial de Minas; João Pinheiro Filho, 4º Vice-Presidente da Confederação Industrial Brasileira em 1934 e membro da 1ª Diretoria da FIEMG em 1933 e da Associação Comercial de Minas; João Jacques Montandon, presidente da Sociedade Mineira de Agricultura e da Comissão de Discussão da Constituinte.²³⁹ A bancada mineira era constituída por homens que, de longa data, vinham participando de debates das principais questões econômicas do país e do estado e por representantes de grandes interesses econômicos. E também eram pessoas vinculadas, há tempo, às entidades de classe mais representativas do estado e do Brasil, estando, portanto, perfeitamente familiarizados com as demandas de sua classe.

É importante frisarmos que em determinados momentos do início da década de 1930 existiram divergências e tensões entre os setores da burguesia mineira, expressas, sobretudo, em posições antagônicas representadas por um lado pelo empresariado juizforano e por outro pelo empresariado belo-horizontino. Tais fissuras, no entanto, se tornam menos latentes durante os anos 1930 na medida em que os interesses e

²³⁹ AH-ACM. *Ata de reunião da Diretoria da ACM*. Belo Horizonte, 19 de dezembro de 1933; Minas Gerais. *“Representantes classistas mineiros na Assembléia Constituinte”*. Belo Horizonte, 19 de janeiro de 1934, p. 3.

articulações da burguesia belo-horizontina com o governo federal e sua interventoria em Minas se revelam mais frutíferos e consistentes.

É interessante observar que enquanto a Associação Comercial e o Centro Industrial de Juiz de Fora reagiam à legislação corporativa, os fundadores da FIEMG viam nela a oportunidade para assegurar a liderança do empresariado do centro do estado no processo de organização da classe.²⁴⁰ Em correspondência enviada a Euvaldo Lodi, em 25 de fevereiro de 1933, José Carlos de Moraes Sarmiento, presidente do centro Industrial de Juiz de Fora, observava que:

*“(...) seria mais razoável (sic), mais útil aos interesses das classes conservadoras o aproveitamento dos órgãos já em funcionamento (...) congregando recursos e esforços e aproveitando o arcabouço já existente (Centro Industrial de Juiz de Fora)”.*²⁴¹

Em 27 de fevereiro, Euvaldo Lodi escrevia a Américo René Gianetti comentando a carta de Moraes Sarmiento e observando que:

*“Temos muitos argumentos para convencer ao Centro de Juiz de Fora, ou melhor, ao José Carlos, que é quem manda lá. Bastará invocar a lei de sindicalização, que determina as capitais dos estados para sedes das respectivas federações industriais”.*²⁴²

A carta ainda sugere que se convide Moraes Sarmiento para ser “Presidente da nossa Federação, talvez (sic) venha a ser a chave do problema”. No mesmo ano o industrial juizforano toma posse como presidente da FIEMG – O único representante da cidade a ocupar o cargo até os dias de hoje. O episódio das cartas e a posterior nomeação de Moraes Sarmiento revelam, ao nosso ver, antes de uma presença consistente da burguesia juizforana no cenário político e econômico mineiro, um sintoma de sua decadência diante do novo modelo corporativista em implantação. Já a partir de 1933, a burguesia belo-horizontina assume a posição de porta-voz dos interesses das classes produtoras do estado. Assim, é sintomática a representação classista de Minas para a Constituinte de 1933. Ao lado de dois industriais, está o presidente da Sociedade Mineira de Agricultura. Da

²⁴⁰ DELGADO, Ignácio, *op. cit.*, p. 57.

²⁴¹ CENTRO PRÓ-MEMÓRIA FIEMG. Carta de José Carlos Moraes Sarmiento, segundo cópia enviada por Euvaldo Lodi a Américo René Gianetti.

²⁴² Idem, Carta de Euvaldo Lodi a Américo René Gianetti.

mesma maneira, é elucidativa a participação do industrial Euvaldo Lodi na Comissão dos 26 na Constituinte, que excluiu o trabalhador rural da legislação social e eliminou o artigo referente à expropriação do latifúndio.²⁴³

A representação profissional, como forma de pressão, é transportada para o plano estadual. A Associação Comercial movimenta-se neste sentido, através das palavras do seu advogado Jair Negrão de Lima, que ressalta a conveniência dessa representação para as “classes conservadoras”, frente a um movimento contrário, que se esboça na Constituinte Estadual, julga conveniente um entendimento com a Federação das Indústrias de Minas Gerais, no sentido de pleitear, junto à Constituinte, que a proporção da representação profissional do estado seja igual à federal.²⁴⁴ A questão da representação profissional acarreta acalorados debates na Constituinte, entre os deputados Simão da Cunha, do P.R.M., contrário ao projeto, e José Bonifácio de Andrada Filho, do P.P., favorável.²⁴⁵ A representação classista será incluída na Constituição do estado de 1935.²⁴⁶

Assim, a eleição dos deputados classistas e *políticos* constituiu-se num dos momentos privilegiados para a compreensão da importância de suas demandas políticas, que representam, em última análise, no caminhar do seu objetivo de dominação neste momento significativo da vida do país. Seguindo esta linha de argumentação, é importante se colocar as sugestões que, a pedido do Governo provisório são elaboradas sobre a Constituinte por um grupo de empresários membros da Comissão de Discussão da Constituinte. Dela participaram, como presidente, João Jacques Montandon, presidente da Sociedade Mineira de Agricultura; Theódulo Leão e Jair Negrão de Lima, da Associação Comercial de Minas, e Américo Scothi, presidente da União dos Varejistas de Minas Gerais. No seu conjunto, o discurso empresarial mineiro, expresso por esta comissão, explicitava o seu programa de dominação e a tentativa de incluí-lo formalmente no estatuto legal da Constituição.

Declarando da justeza das “classes econômicas que são os sustentáculos da nação” de levarem sua palavra de colaboração ao Executivo, definem como pontos principais dessa colaboração: a defesa do mercado interno – “atribui à competência da União os impostos de exportação, deixando aos estados os de consumo para se acabar de vez com os impostos

²⁴³ VIANNA, Luiz Werneck, *op. cit.*, p. 193

²⁴⁴ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 4 de julho de 1935.

²⁴⁵ ALEMG. **Anais da Assembléia Constituinte do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936a, p. 255.

²⁴⁶ ALEMG. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936b.

interestaduais que, apesar de proibidos, se disfarçam entrvando o comércio e a produção interestadual”; contra a ingerência do estado – “que pode tornar-se despótico e invasor em relação aos direitos individuais”; defesa do capital estrangeiro – “não se justifica restrições a este capital se aplicando na indústria extrativa, já que ele está previdente e sabidamente vigiado e submetido aos dispositivos da lei”; precauções sobre a relação capital-trabalho – “as leis não deverão ser imutáveis, pois a experiência dessas inovações ainda não deu o seu resultado: o Brasil não deve seguir o exemplo de outros países onde elas foram feitas açodadamente”, sob a coação de partidos exalados por reivindicações aventurosas”.²⁴⁷

Na análise dos temas que emergiram da conjuntura histórica dos anos iniciais da década de trinta, foi possível localizar e tornar viável as práticas reais e efetivas do exercício do poder pela burguesia: ele se concretizou através de uma atuação referente a uma política protecionista, ao controle do mercado exterior, à integração do mercado interno, conduzindo a um projeto de industrialização. Com relação aos setores subordinados, sua atuação séria de permanente resistência ao atendimento de suas demandas, como revela seu esforço sistemático no sentido de refrear os avanços da legislação trabalhista, vetando, quando possível, no mais das vezes postergando, a aplicação dos seus dispositivos; e também utilizando mecanismos de controle sob o disfarce de benesses.

Partindo das associações de classe, principalmente da Associação Comercial de Minas e da Federação das Indústrias de Minas Gerais, percebemos seu esforço no sentido de garantir e ampliar os canais de dominação da classe através de diversos dispositivos estratégicos. Seja percorrendo vias institucionais, como a participação de representantes mineiros na Confederação Industrial do Brasil, na Comissão Revisora das Tarifas Aduaneiras, no Conselho das Tarifas Ferroviárias, ou como deputados classistas ao nível federal e estadual, ou no Conselho Consultivo de Minas Gerais, as ações dos representantes patronais sempre buscaram oferecer à burguesia oportunidades institucionais para a conquista de um espaço político.

No ponto seguinte procuramos analisar as decisões e articulações saídas do IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Minas Gerais, ocorrido em setembro de 1935 na capital mineira. O Congresso como que orienta as ações do empresariado belo-horizontino para o

²⁴⁷ Minas Gerais. “A Associação Comercial e o anteprojeto da Constituição”. Belo Horizonte, 19 de janeiro de 1934, p. 11.

restante da década de 1930, sobretudo no período até novembro de 1937, quando se inicia o Estado Novo.

3.2 – O Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1935: ação estratégica da burguesia belo-horizontina

“(...) ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados, a nossa burguesia converge para o Estado e faz a sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como ‘poder político indireto’. As próprias ‘associações de classe’, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares”.

(Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, p. 204)

O início da década de trinta vem realizar e situar uma nova configuração do poder, bem como realçar o esforço da classe dominante em organizá-lo e exercê-lo, objetivando tanto sua aceitação e legitimação pelos setores dominados, quanto sua eficiência na coesão interna dos grupos dominantes. Esta reflexão sobre o poder, no final da primeira metade da década, visa evidentemente o controle do trabalho, conturbado por agitações grevistas e outras formas de contestação consideradas cada vez mais ameaçadoras. As sucessivas definições e redefinições do pacto de poder vão se fazer acompanhar de uma gradual depuração das diversas maneiras de se acumular o capital, que passam a apontar a via do capitalismo industrial.

No capítulo anterior procuramos apontar o eixo condutor do desenvolvimento desse esforço de organizar e exercer o poder, evidenciando as estratégias e táticas diversificadas e diferenciadas de fazê-lo circular e funcionar em cadeia, sendo disseminado nas várias esferas da sociedade.

A estruturação dessa forma de dominação far-se-á através da mobilização da burguesia, liderada por aquela com interesses centralizados na capital, Belo Horizonte, concretizada na realização de um congresso que reuniu todos os setores da classe, como já se fizera na

década anterior: em 1928, 1929 e 1930. Este congresso será fruto de problemas concretos que predominaram no correr do tempo entre esse e da necessidade de soluções para o futuro.

A premência de se mobilizar as “classes conservadoras” é manifestada no início de 1935 pela Associação Comercial de Minas, com base no argumento de que a realização de um congresso seria muito oportuna, por chamar a atenção do comércio, indústria e lavoura para as dificuldades da economia mineira. Outra justificativa para a realização do congresso foi a de que ele representaria uma reação das classes produtoras contra a onda de pessimismo que ameaçava, segundo a diretoria da ACM:

*“Envolver toda a atividade dos que trabalham, e da necessidade de soluções urgentes e eficazes para a crise nacional, tendo chegado o momento em que mormente para Minas se torna indispensável a colaboração de todas as entidades de classe – o primeiro passo decisivo no sentido do nosso soerguimento econômico-financeiro”.*²⁴⁸

A preparação do encontro é feita pela Comissão Organizadora, constituída pelos presidentes da Sociedade Mineira de Agricultura, Sócrates Alvim, da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Alvimar Carneiro de Rezende, e da Associação Comercial de Minas, Caetano de Vasconcellos, presidente da Comissão, que discute a programação, a formulação das teses, objeto de debates, e o regimento normalizador dos trabalhos.²⁴⁹ Decidiu-se também pela criação de comissões técnicas permanentes, encarregadas do assessoramento aos congressistas. Destas faziam parte nomes representativos da indústria, comércio e agricultura, como também intelectuais, jornalistas, escritores, especialistas em siderurgia, banqueiros e deputados. A composição social dessas comissões, na medida em que representava os elementos de base na fixação da linha de ação dos debates, é mais um fator demonstrativo da grande importância do congresso como definidor das diretrizes do comportamento político da classe.²⁵⁰

²⁴⁸ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 24 a 30 de janeiro de 1935.

²⁴⁹ O Diário. “A respeito do Congresso Classista”. Belo Horizonte, 8 de setembro de 1935, p. 1.

²⁵⁰ Alguns membros das Comissões Técnicas permanentes: Aníbal de Matos, escritor; Américo Gianetti, engenheiro de minas e metalurgia; Alberto Deodato, advogado e presidente da Junta de Conciliação e Trabalho em Minas; Afonso Arinos de Melo Franco, jornalista, proprietário de “O Diário”, escritor e advogado; Athos Rache, engenheiro de minas e metalurgia; Cristiano Guimarães, industrial e posteriormente presidente da Usina João Monlevade da Cia. Belgo Mineira; Demerval Pimenta, engenheiro de minas e metalurgia; Euvaldo Lodi, deputado classista, presidente da Confederação das Indústrias do Brasil e engenheiro de minas e metalurgia; José da Silva Brandão, engenheiro de minas e metalurgia e presidente da Usina Ferro Brasileiro; José de Magalhães Pinto, banqueiro; Edgard da Mata machado, advogado; Tancredo de Almeida Neves, advogado; Otacílio Negrão de Lima, deputado estadual do Partido Progressista; Daniel de Carvalho, deputado federal do Partido republicano Mineiro. Ver: Minas Gerais. “Senhores Membros das Comissões Técnicas Permanentes do Congresso Classista”. Belo Horizonte, 7 de setembro de 1935, p. 13. Para a análise do Congresso, utilizamos

O primeiro ponto a se destacar, ao nível dos discursos, será justamente a importância da classe como condutora do processo histórico e a sua união para melhor realizar os destinos do estado:

*“(...) contrariando a lenda de que o mineiro é de um espírito acentuadamente conservador verificamos que as nossas associações de classe atingem índices animadores, de que muito em breve formaremos um bloco indestrutível a atuar nos concílios onde se resolvem os problemas que afetam as potencialidades da nação. Mais do que nunca as classes conservadoras precisam se unir e impor pelo seu prestígio e autoridade para o fiel desempenho dos seus gloriosos objetivos (...) prestando sua decidida colaboração na solução dos graves problemas que se deparam a nós – homens que assumiram as tremendas responsabilidades de promover o soerguimento econômico de Minas Gerais. (...)”*²⁵¹ (grifos nossos).

O segundo ponto renderá em procurar desqualificar as dissensões no seio da classe dominante, enfatizando os laços que unem a indústria, comércio e lavoura, avançando na direção de uma nova correlação de forças políticas:

*“(...) o contato proveitoso, o intercâmbio de idéias prova a harmonia de vistas que a todos reuniu (...) ainda mais, cumpre assinalar a solidariedade resultante é de molde a mostrar a importância deste novo aspecto. A exata compreensão da necessidade imperativa da mais íntima e indissolúvel solidariedade das classes que aqui se congregaram ficar iniludivelmente evidenciada (...) o comércio, a indústria e a lavoura clamam sempre pela adoção de medidas que claramente espelhem a sinceridade de propósitos de seus administradores pautando os seus atos por normas rígidas de honestidade na aplicação das rendas públicas.”*²⁵²

É também com base nesta argumentação que se percebe a tentativa do estabelecimento de uma relação de complementariedade entre os setores da burguesia, evitando evidências de particularização de interesse de determinado setor da classe. E, também, que a existência de várias entidades representativas da classe não seja conflituosa e que estas sejam perfeitamente identificadas e funcionalmente entrelaçadas, condição necessária para que o seu poder seja exercido sobre o todo social.

Os discursos da classe apresentam-se, ideologicamente, como uma norma e representação para toda a sociedade. E como a experiência imediata da vida social e política oferece

três jornais: “*Minas Gerais*”, do governo estadual, onde se publicavam os discursos na íntegra; “*O Estado de Minas*” e “*O Diário*”, jornais de maior circulação, que só publicavam resumos dos debates, silenciando ao público diversas notícias.

²⁵¹ Minas Gerais. “*IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola – sua inauguração: o discurso do Cel. Caetano de Vasconcellos*”. Belo Horizonte, 8 de setembro de 1935, p. 9.

²⁵² Minas Gerais. “*IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola – discursos de Caetano de Vasconcellos e Sócrates Alvim*”. Belo Horizonte, 8 a 17 de setembro de 1935.

meios para reforçar a ideologia – este reforço serão as teses propostas em discursos. Em primeiro lugar aquelas referentes à união da classe:

*“A união da classe; disseminação de associações comerciais, industriais e agrícolas pelo interior do estado – fundação por regiões ou municípios. Como ponto de destaque dessas teses, a criação de uma Federação das associações de classe em Minas”.*²⁵³

Em seguida, será objeto de debate o tema da industrialização. O núcleo central será a defesa da implementação da grande siderurgia no estado, que já fora iniciada de maneira veemente pelos industriais mineiros, quando da fundação da FIEMG, transformando-se, no momento, na grande esperança de todos os setores da burguesia mineira, exceto para os industriais da zona da Mata mineira, em especial de Juiz de Fora, onde, como dissemos anteriormente, o ramo industrial era mais diversificado. Nos discursos são expressivas as novas argumentações da classe, relativas às formas de imprimir outros rumos à política siderúrgica.

A primeira delas refere-se às necessidades do protecionismo e do amparo estatal para a siderurgia:

*“(...) o eminente chefe da Nação, em sua visita ao nosso estado, teve ocasião de fazer declarações positivas de que é seu pensamento adotar uma elevada política de protecionismo à siderurgia, inspirada, talvez, pela significação relevante que se revestiram as solenidades de lançamento da pedra fundamental das Usinas de Monlevade. Praza Deus que este episódio inclua uma nova era de prosperidade para a indústria siderúrgica, servindo, ao mesmo tempo, de estímulo ao governo de Minas para que promova por todos os meios o desdobramento de novos planos capazes de implantar, entre nós, de modo definitivo, o incremento dessa extraordinária fonte de riquezas”.*²⁵⁴

A segunda, que complementa a anterior, oferece o seu apoio ao governo estadual com base de fortalecimento da sua ação:

²⁵³ Minas Gerais. *“Algumas propostas das teses apresentadas ao IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola”*. Belo Horizonte, 17 de setembro de 1935, p. 13.

²⁵⁴ Minas Gerais. *“A instalação do IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola”*. Belo Horizonte, 7 de setembro de 1935, p. 10. A partir do lançamento da pedra fundamental da Usina de Monlevade, pertencente à Cia. Belgo Mineira serão feitos convites ininterruptos ao governo federal para visitas às siderurgias já existentes no estado, como uma das formas de pressão da campanha para instalação de uma grande usina siderúrgica em Minas. Futuramente, com a escolha da cidade fluminense de Volta Redonda para sediar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a burguesia mineira do ramo siderúrgico buscará novas formas de atuação no projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro. Para tanto, ver: DULCI, Otávio Soares, *op. cit.*, p. 209. Sobre os investimentos de capital belga em Minas Gerais, ver: STOLS, Eddy. *“Entrepreneurs belges et luxembourgeois dans la modernisation et l’industrialisation du Brésil”*, texto disponível no endereço eletrônico <<http://www.abphe.org/textos>>, p. 27-8.

*“(...) neste momento em que muitos problemas iremos expor à consideração do governo estadual, será justo que lhe demos integral apoio, para que ele fortalecido com a solidariedade das classes produtoras, possa, com mais direito pedir a colaboração da União e tomar a si mesmo as medidas a seu alcance e dependentes de sua deliberação (...)”.*²⁵⁵

Tais colocações propõem uma nova visão do papel do estado no desenvolvimento da indústria. A percepção da defasagem entre esta grande tarefa e os escassos recursos de que dispunha para enfrentá-la, levaria a liderança empresarial a incorporar a importância da intervenção do estado no amparo à industrialização. Devemos lembrar aqui, que o setor industrial de Juiz de Fora já reclamava esse apoio do governo estadual desde o início da República, o que pouco aconteceu.²⁵⁶ A proposta inicial é de que o Brasil abandone as “velhas armas” do livre comércio, em um período em que a maioria das nações criava barreiras protecionistas, visando, através do controle das importações, a garantia do mercado interno para a siderurgia e subordinando a política de exportação aos interesses da indústria. Aprofundando as discussões, enfatizam a insuficiência da concessão de estímulos e facilidades creditícias ou fiscais e da melhoria de infra-estrutura, principalmente dos transportes.

Em síntese, enfatiza-se a necessidade de se adotar uma política global de promoção da siderurgia. Neste setor, seria reconhecida a legitimidade da intervenção do estado não apenas amparando, mas exercendo também a função de produtor direto. Por outro lado, é preciso salientar que a defesa da ampliação da esfera de intervenção estatal pela classe dominante mineira reflete, com maior visibilidade, sua progressiva aproximação com o governo. Conforme veremos, após 1935 haverá completa adesão ao modelo autoritário centralizador, com a indicação de Benedito Valladares para a interventoria. Cabe lembrar que com a indicação de Valladares para o cargo, político de confiança de Getúlio Vargas, diminuía a esfera de influência do principal líder político da zona da Mata, Antônio Carlos Ribeiro da Andrada. Por outro lado, a aproximação entre Valladares e a burguesia do ramo siderúrgico mineiro enfraquecia gradualmente as lideranças empresariais de Juiz de Fora no jogo pelo controle das instituições ligadas à classe no estado.²⁵⁷

Dentro dessa aproximação, e prometendo medidas que auxiliassem a indústria, o governo mineiro, através das palavras do secretário de Estado Israel Pinheiro, aponta a necessidade

²⁵⁵ Minas Gerais. “A instalação do IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola”. Belo Horizonte, 17 de setembro de 1935, p. 10.

²⁵⁶ GIROLETTI, Domingos, *op. cit.*, 1988, p. 116-7.

²⁵⁷ PEREIRA, Lúcia Maria Leite & FÁRIA, Maria Auxiliadora de, *op. cit.*, p. 470-94.

de levar “a efeito o quanto antes possível um plano rodoviário ligando o nordeste do estado à ferrovia Vitória – Minas” e também referindo-se à criação em Belo Horizonte da feira permanente de amostras dos produtos estaduais, fazendo convergir para a capital o interesse de todas as associações de classe.²⁵⁸

Fica evidente que as teses econômicas elaboradas no decorrer do Congresso convergem, na sua quase maioria, em direção ao desenvolvimento industrial:

*“(i) Tarifas, impostos, fretes e transportes; (ii) Crédito industrial e comercial; (iii) Amparo industrial por parte do estado; (iv) Economia dirigida – intervenção estatal; (v) nacionalização das quedas d’água; (vi) Nacionalização do trabalho; (vii) Exportação do minério; (viii) Nacionalização progressiva das minas; (ix) Código de minas”.*²⁵⁹

Mesmo considerando a siderurgia como o núcleo central das suas preocupações, a burguesia mineira estará também atenta para a racionalização da produção como forma de acelerar o desenvolvimento da indústria em todos os ramos. Esta preocupação com a racionalização da produção está claramente expressa nas teses a seguir: “(i) Racionalização do trabalho industrial; (ii) localização das indústrias (grifo nosso); (iii) Concentração dos trabalhadores nos grandes centros”.²⁶⁰

Ao lado da defesa de medidas relacionadas com a expansão do capital, a burguesia centrará, também suas discussões no que se refere ao controle do trabalho. Tratando das leis sociais:

*“(...) esquecidos que o Brasil é um grande país não preparado para receber o surto de legislação avançada, que é ainda incipiente o desenvolvimento intelectual de seus díspares núcleos de população, introduziram inovações, fazendo-nos receiar pelo futuro. O confusionismo que se observa nessa desambientada legislação, senhores, veio agravar sobremodo a situação de angústias e intranquilidade em que vivemos nesses últimos tempos (...)”.*²⁶¹

Na mesma linha de argumentação, observam que ao invés de transformações tão radicais e após longos debates é que “gradativamente se implantaria tais leis para que a classe

²⁵⁸ O Diário. “Visita a Feira Permanente de Amostras”. Belo Horizonte, 10 de setembro de 1935, p. 2.

²⁵⁹ Minas Gerais. “IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola – a última sessão ordinária”. Belo Horizonte, 17 de setembro de 1935, p. 12.

²⁶⁰ Minas Gerais. “IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola – a última sessão ordinária”. Belo Horizonte, 17 de setembro de 1935, p. 13.

²⁶¹ Minas Gerais. “IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola”. Belo Horizonte, 8 de setembro de 1935, p. 10.

trabalhadora pudesse ficar eqüidistante da possibilidade das leis transformarem o trabalhador em adepto de ideologias extremistas”.²⁶²

A classe dominante, advertindo decididamente dos perigos da promulgação das leis sociais, denunciava que esse procedimento, num país de fraca industrialização e predominantemente agrícola, abria caminhos para a revolução socialista. Ceder às pressões operárias, promulgando leis em prol do operariado, com a justificativa de que se estaria eliminando os focos de tensão social era não somente ilusório como também extremamente perigoso, pois a classe operária, não estando preparada para o entendimento dessas leis, ganharia forças apenas no sentido de destruir uma nação debilitada economicamente. Se o Estado continuasse a avançar em direção às leis sociais, dando ouvidos aos trabalhadores em sua luta pelos direitos econômicos e também políticos, abriria o perigoso caminho das revoluções. Criticando as falhas e imperfeições do texto legal, sugerem reformas amplas das leis que superassem suas falhas e preenchessem as lacunas com a “prévia colaboração dos interessados”, a classe dominante.

São, portanto, coerentes com esse discurso da liderança empresarial as teses relativas à legislação social: “(i) Legislação do trabalho – sua implementação no país; (ii) Reflexos na vida econômica; (iii) A legislação atual – reformas”.²⁶³

Demonstrando que o desenvolvimento de um país predominantemente agrícola como o Brasil não poderia ser realizado apenas com a promulgação das leis sociais, que alimentavam a agitação operária, o discurso da classe dominante busca dar legitimidade à dominação através de atividades teórico-práticas que ultrapassavam a preocupação com as regras legais, caminhando para outras formas que permeiam a própria organização da vida do trabalhador. Tal tendência é explicitada inicialmente pela defesa do ensino profissionalizante – posição que os setores dominantes defendiam desde a década de vinte.²⁶⁴ “A história do desenvolvimento reserva forçosamente um capítulo especial às instituições que se dedicassem à preparação de mão-de-obra especializada”.²⁶⁵ Esta visão

²⁶² Id., lb.

²⁶³ Id., lb.

²⁶⁴ Em: DULCI, Otávio, *op. cit.*, p. 51-3, podemos encontrar uma rica análise a respeito da preocupação de setores das elites agrárias do estado com a necessidade de diversificação da economia e com a ampliação do ensino técnico no estado, durante a década de 1910.

²⁶⁵ A frase, dita em 1928, é de um grande colaborador do projeto político e econômico da burguesia dominante em Minas e, que, futuramente viria a colaborar nos conselhos técnicos estruturados durante o Estado Novo. CARVALHO, Daniel de, *op. cit.*, p. 66.

do “esforço do trabalho”, “amparado” e “dirigido” é retomado nas discussões do Congresso, sendo evidenciada pelas teses:

*“(i) Ensino técnico agrícola: organização racional do ensino técnico profissional agrícola elementar, médio e superior, visando à preparação dos capatazes rurais, mestres de cultura, operários agrícolas, retireiros e agrônomos; (ii) Escola Agrícola de Viçosa e a necessidade de sua expansão como fator de progresso econômico e social; (iii) Ensino comercial; (iv) Escolas técnicas industriais”.*²⁶⁶

A partir das discussões das teses acima, que são aprovadas, propõe-se ao nível nacional a criação de um sistema federal de escolas profissionalizantes criadas através de uma lei emanada do Executivo.²⁶⁷

A demanda da classe encontra resposta por parte do Executivo estadual, expressa na mensagem do governador Benedito Valladares, ainda em 1935, que afirma a necessidade de se estudar a possibilidade de organizar, ao menos nos grupos escolares, o curso complementar com caráter profissional para ser ministrado em mais três anos além dos quatro que constituem o curso primário. O curso, assim organizado, se desdobraria em três tipos: o agrícola, o industrial e o comercial, preparando o adolescente para a atividade que elegeesse.²⁶⁸

A posição da burguesia belo-horizontina em relação às leis de sindicalização patronal é também resultado de toda a discussão empreendida na conjuntura em questão, “frente á questão social que se apresenta tão inquietante” há necessidade da união e organização da classe dominante. Por outro lado, essa organização também se faz necessária, visando o problema político da representação classista.

“(...) é conveniente estabelecer um plano seguro de ação tendente a fortalecer os vínculos associativos a aparelhar em benefício das classes econômicas um órgão central de atuação decisiva e enérgica (...)”. Continuando, o orador diz que, em conversa com os presidentes das associações comerciais de Juiz de Fora, Passa Quatro, São João Del Rey e Pitangui, verificou o entusiasmo pela fundação de uma Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais, com sede na capital. E em relação à representação classista, de cuja eleição

²⁶⁶ Minas Gerais. “IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola”. Belo Horizonte, 17 de setembro de 1935, p. 10.

²⁶⁷ O Diário. “Editorial”. Belo Horizonte, 15 de setembro de 1935, p. 1.

²⁶⁸ ALEMG. Mensagem apresentada por Benedito Valladares, governador do estado de Minas Gerais ao Legislativo mineiro. Assembléia Legislativa Mineira, 28 de novembro de 1935.

só podem participar o sindicato, declara: “(...) cuidaremos, entretanto, de pleitear idênticos direitos para as associações comerciais, velhas instituições com grande soma de serviços prestados ao estado e ao país”.²⁶⁹

As teses defendidas confirmam a posição da classe no primeiro quinquênio da década, sendo reforçadas por argumentações do momento:

*“(i) Representação profissional: meios necessários para que a representação do comércio, indústria e lavoura nos parlamentos sejam a mais eficiente possível; (ii) Sugestões do congresso para a distribuição dessa representação na Câmara estadual; (iii) Equiparação das associações comerciais, industriais e agrícolas aos atuais sindicatos profissionais, para efeito de representação política classista”.*²⁷⁰

Tendo em vista as considerações acima e as teses do Congresso, podemos dizer que a conquista de um espaço político seria também um dos pontos importantes no processo de articulação e representação dos interesses que, muitas vezes, se diferenciavam ao nível da sociedade civil.

Resta discutir a criação de órgãos que, sendo formados, paulatinamente, serviram de canais mediadores entre o Estado e a sociedade civil: conselhos econômicos, institutos e autarquias.

A constituição de tais órgãos, imensamente incentivados nos governos Vargas, encontrará grande ressonância na órbita estadual, sendo objeto de debates no Congresso e transformados em teses. Através de propostas das Associações Comerciais de Ouro Preto, Machado, Guaxupé e Juiz de Fora, foi solicitada ao governo mineiro a criação, nos municípios, de órgãos fiscalizadores das finanças municipais, com representantes das classes agrícola, comercial e industrial, devendo ser esses representantes indicados pelas associações de classe e pelos sindicatos. Nos municípios onde não existissem tais entidades, poderiam as mesmas ser fundadas para os fins aludidos. Os funcionários, encarregados da arrecadação e finanças, deveriam ter conhecimentos técnicos sobre o

²⁶⁹ Minas Gerais. “O discurso do Dr. Jair negrão de Lima sobre a fundação da federação das Associações Comerciais de Minas Gerais”. Belo Horizonte, 13 de setembro de 1935, p. 9.

²⁷⁰ Minas Gerais. “IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola – o encerramento”. Belo Horizonte, 17 de setembro de 1935, p. 11.

assunto e receberiam uma percentagem sobre a arrecadação, além dos seus vencimentos fixos.²⁷¹

Propugnavam, também, a criação de órgãos consultivos para atuarem junto às Secretarias de Estado, funcionando como auxiliares da administração. Percebemos aí, o fato de se pretender uma continuidade da ordenação do poder, organizando-o em todo o espaço geográfico do estado. Desse modo, as preocupações fundamentais do debate serão expostas nas teses assim estruturadas:

*“(i) Órgãos de assistência técnica às administrações municipais e fiscalização de suas finanças. Participação nesses aparelhamentos das ‘classes conservadoras’; (ii) A organização dos conselhos técnicos junto às Secretarias de Estado. Como deverão participar das atividades econômicas; (iii) Os Conselhos de Contribuintes do Estado. Sua organização e composição. Conselhos no estado para julgamento em primeira instância das questões fiscais relativas aos impostos da União. Conselhos para julgamento das pendências oriundas dos impostos do estado. Conselho de Contribuintes Municipais”.*²⁷²

A análise do Congresso de 1935 deixa evidente o acúmulo de discussão e ações na esfera política por parte da burguesia mineira, capitaneada por suas lideranças belo-horizontinas. Tais discussões e ações vinham sendo formuladas desde o final da década de 1920, evidenciado nos Congressos de 1928, 1929 e 1930. O congresso de 1935 vem a fortalecer não somente novos discursos por parte do empresariado mineiro, mas a qualificar seu nível de articulação dentro e fora do estado, fortalecendo sua imagem de legítimos defensores dos interesses das classes produtoras mineiras. É sugestivo apontar também que as decisões do congresso não perdem de vista a meta de chegada da burguesia – a submissão do trabalho ao capital.

O término do Congresso de 1935 favorece o entendimento inicial do processo que a classe dominante iria desenvolver a partir desse momento para o desenvolvimento de seus propósitos – e quando ela, através da palavra de um dos seus líderes, Lauro Vidal,

²⁷¹ O Diário. “IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola”. Belo Horizonte, 15 de setembro de 1935, p. 2.

²⁷² Minas Gerais. “IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola – o encerramento”. Belo Horizonte, 17 de setembro de 1935, p. 11. A criação do Conselho de Contribuintes já era objeto de reivindicações da Associação Comercial de Minas. No início de 1935, esta solicita aos membros da comissão incumbida de elaborar o projeto constitucional do estado a inclusão de um dispositivo sobre o Conselho. Este dispositivo será transformado em lei – Art. 66, Título VI, p. 39 da Constituição do estado que vigora a partir de 1936. AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 19 de março de 1935; ALEMG, *op. cit.*, 1936b, p. 39.

normaliza o seu discurso, submetendo, de uma vez por todas, as posições no seu interior, com o Estado instrumentado pela classe para a tarefa de impor à sociedade:

*“(...) o fruto dos nossos esforços representados nas treze reuniões deste conclave, todas elas ferindo pontos de capital importância para as atividades econômicas de Minas, proporciona aos administradores da coisa pública, oportunidade marcante para a consecussão de um grande programa de realizações (...) Essa obra objetiva não apenas interesses restritos das classes que nela colabora. Os seus objetivos são bem mais amplos, abrangendo os interesses maiores da comunhão mineira”.*²⁷³

É solicitado que o representante classista de Minas, Euvaldo Lodi, seja o intérprete dessa posição da classe no Congresso Federal.

Desta maneira, a classe dominante, propondo duas demandas no interior do Congresso, define estas como sendo o interesse de todo o conjunto da sociedade. Torna-se, pois, necessário o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas com que a classe justificasse e mantivesse seu domínio. Nesta perspectiva, o Estado é investido de uma função de primeiro plano – para isto, é necessário organizá-lo, para que a burguesia possuísse largo campo de ação. Exemplo disso são as propostas de criação das autarquias, órgãos técnicos, conselhos econômicos, etc. A função desse novo “Estado” pode ser desdobrada em dois aspectos. Em primeiro lugar, intervir e controlar a economia quando os riscos para a iniciativa privada foram maiores; outros elementos levam também à sua intervenção ou justificam-na: a proteção alfandegária, crédito, transporte, etc.

Em segundo lugar, intervir e controlar o trabalho pela legislação social e por outras medidas de contenção das reivindicações das classes trabalhadoras. Como afirma Antonio Gramsci:

*“(...) desse complexo de exigências nem sempre confessadas, nasce a justificativa histórica das chamadas tendências corporativas, que se manifestam predominantemente como exaltação do Estado em geral, concebido como algo de absoluto e como desconfiança e aversão às formas tradicionais de capitalismo”.*²⁷⁴

²⁷³ Minas Gerais. “IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola. Comunicação dos trabalhos do Congresso ao Governo”. Belo Horizonte, 17 de setembro de 1935, p. 12-3.

²⁷⁴ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 410.

Daí, a impressão de que a base político-social do Estado parece repousar sobre as classes subalternas, mas, na realidade, a sua estrutura permanece ligada ao capital. Pleiteando a proteção estatal, a burguesia mineira continuará desenvolvendo uma luta intensa para a conquista dos elementos de controle do mercado interno e outras medidas de amparo à indústria. Essa atuação, conforme apontamos, implicou na abertura de vias para canalizar tais demandas, que serão ampliadas gradativamente no decorrer dos anos trinta. Tais estratégias da burguesia mineira serão analisadas no ponto seguinte, tendo como foco central a posição desta classe com o advento do Estado Novo varguista, onde irá procurar novas formas de inserção no aparelho estatal.

3.3 – A ampliação dos mecanismos de influências no aparelho estatal pela burguesia belo-horizontina entre 1935 e 1940

“O equilíbrio – eis o traço característico da índole mineira e que é, ao mesmo tempo, sua glória e seu drama. (...) É como o meio termo, onde Aristóteles colocava a virtude, e que é sempre posição apagada e odiosa, sob o impacto dos extremos fáceis, brilhantes, espetaculares e atraentes. Quem se coloca nos extremos conta com facilidades sedutoras, inclusive com a ilimitação, que seduz como a liberdade, mas atrai como o abismo. No meio, há a pressão dos lados e surge a necessidade de reagir, de medir e de compor”.

(Milton Campos, *Testemunhos e ensinamentos*, p. 6)

Após o Congresso de 1935, em que são estabelecidas as formas pelas quais a classe deve reorganizar a sociedade, a sua ofensiva faz-se sentir em todos os níveis. O fortalecimento das entidades patronais é sintoma dessa ofensiva, ao se tornarem um centro irradiador das novas formas de dominação. Para esta dominação, de acordo com o Congresso de 1935, o apoio do Estado será imprescindível; mas de um Estado racional e racionalizado, que defenda os interesses da “Nação” e que, para isso, intervenha com firmeza em todas as esferas da sociedade. Torna-se necessário modificar, reaparelhar e desenvolver a estrutura produtiva, o que implicaria na neutralização do crescimento da pressão da classe operária. Este processo será ampliado em 1935, sendo utilizados inúmeros instrumentos coercitivos.

As agitações sociais, desencadeadas em Minas, como em outras partes do país, principalmente em 1934, concretizadas na maioria das vezes em greves, ocasionarão uma escalada de repressão não só física, como também através de princípios legais, como a Lei de Segurança Nacional no início de 1935. Com o reforço desta nova lei, e não estando o direito de greve consagrado na Carta Constitucional de 1934, esta será duramente contida e

qualquer movimento social reprimido, sob a alegação de propagar idéias subversivas. Este último aspecto será aplicado principalmente aos trabalhadores filiados à Aliança Nacional Libertadora (ANL) por parte das autoridades policiais.²⁷⁵

O chefe do serviço de Investigações de Minas Gerais refere-se, em 1935, à necessidade de reprimir o extremismo, em face de incidentes nos quais os comunistas e membros da Aliança Nacional Libertadora “patenteavam o claro intento de desfraldar sobre o território brasileiro as bandeiras vermelhas da Rússia Soviética”.²⁷⁶ A coerção culmina com o fechamento do núcleo de Belo Horizonte da Aliança.²⁷⁷ Tais procedimentos geram protestos do deputado Tristão da Cunha, do Partido Republicano Mineiro, na Assembléia Legislativa do Estado, contra prisões na capital, principalmente de pessoas pertencentes à Aliança Nacional Libertadora.²⁷⁸

Esta posição não se refere a um apoio do P.R.M. às diretrizes ideológicas da Aliança Nacional Libertadora, senão uma forma de contestar o governo estadual e o federal, pois, desde 1933, o P.R.M. se encontrava circunscrito à oposição, estando seu líder histórico, o ex-presidente da República Arthur Bernardes, exilado em Portugal desde seu apoio aos paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932.²⁷⁹

Sentindo-se ameaçada pelas respostas da classe trabalhadora ao aparato coercitivo legal, a emenda à Constituição, feita pelo Decreto Legislativo nº 6, de 18 de dezembro de 1935 para equiparar com o estado de guerra as convulsões internas é imediatamente endossada pela burguesia. Em meados do ano, e antes da eclosão do Movimento de 1935, a classe dominante propunha outras medidas tendentes à repressão, veiculando-as aos problemas ocasionados pelas leis trabalhistas – leis que, segundo ideologicamente proclamavam, podiam gerar convulsões sociais, conduzindo o trabalhador em direção à ideologia extremista pela sua falta de cultura e preparo para entendê-las.

²⁷⁵ A respeito das mobilizações operárias durante os anos trinta em Minas Gerais, ver: PAULA, Hilda Rezende & CAMPOS, Nilo de Araújo. **Clodesmidt Riani**: trajetória. Juiz de Fora: EDUFJF/Funalfa, 2005, p. 20-1. Riani, funcionário da Companhia Mineira de Eletricidade (C.M.E.) em Juiz de Fora, foi a principal liderança operária mineira entre os anos de 1940 a 1964.

²⁷⁶ MINAS GERAIS. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Chefe de Polícia Capitão Ernesto Dorneles sobre os trabalhos realizados em 1935**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1935.

²⁷⁷ Correio Mineiro. “*Membros da ANL presos na capital*”. Belo Horizonte, 14 de junho de 1935, p. 1.

²⁷⁸ Folha de Minas. “*Protestando contra prisões que estão sendo efetuadas na Capital*”. Belo Horizonte, 1º de dezembro de 1935, p. 2.

²⁷⁹ PAULA, Jeziel de. **1932**: imagens construindo a história. Campinas: EDUNICAMP/São Paulo: EDUNIMEP, 1998, P. 86.

Desta maneira, a dura repressão ao movimento armado de 1935 será aplaudida e apoiada pelos setores dominantes através de dois canais: (i) as associações de classe:

*“(...) o momento, portanto, inspira reflexões oportunas. As classes conservadoras, interpretando os anseios de toda coletividade brasileira, tem o dever de congratular-se com toda a nação (...) endereçamos ao Presidente da República e ao Chefe do governo mineiro votos para que suas ações se norteiem sempre no patriótico propósito de congregar os bons brasileiros”.*²⁸⁰ *“A Federação das Indústrias de Minas Gerais congratula-se com V. Excia. pela vitória contra o levante armado, visando implantar a ideologia comunista no Brasil”.*²⁸¹

e, (ii) as bancadas do Partido Progressista e da representação classista:

*“(...) como representantes do povo mineiro, parcela numerosa da comunhão nacional, vem afirmar ao governador Benedito Valladares e ao preclaro presidente Getúlio Vargas a sua integral solidariedade, pois representam a invariável vocação liberal e democrática de Minas, neste momento em que o Brasil é atacado na sua estrutura política e social”.*²⁸²

A eclosão do movimento da Aliança Nacional Libertadora, da mesma forma que a mobilização em que se empenhava o movimento integralista, inegavelmente facilitou o percurso para o autoritarismo.²⁸³ Aos primeiros sinais de tentativas de participação social dos novos grupos emergentes, a reagregação dos setores dominantes irá se acelerar. É sugestiva, nesse sentido, a posição de Minas Gerais. Em homenagem ao governador Benedito Valladares, realizada na capital em 6 de outubro de 1936, as lideranças expressam a necessidade de fortalecimento do poder central “dando tréguas às lutas partidárias, conclamando as forças da nação para um entendimento, congraçar os partidos políticos para a coesão e o prestígio do poder”.²⁸⁴ Na mesma linha, discursa Caetano de Vasconcellos, expressando o pensamento dos setores da indústria, comércio e lavoura:

“Aguardávamos uma oportunidade para de público tornar patente que as classes conservadoras jamais procuraram distanciar-se da administração pública; e que ao contrário sempre se mantiveram de seu lado (...) Numa hora de apreensão em que vivemos, em que o extremismo planta exótica procura medrar no solo de nossa pátria, só os governos bem prestigiados podem cumprir com energia seus deveres. Como presidente da associação Comercial venho saudar a V. Excia. em nome das classes conservadoras que mantendo com o governo as melhores relações, esperam estreita-

²⁸⁰ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 21 de novembro de 1935.

²⁸¹ Minas Gerais. “Congratulações com o chefe do governo mineiro pela sufocação do movimento”. Belo Horizonte, 1º de dezembro de 1935, p. 2. O texto é assinado por Alvimar C. Rezende, presidente da FIEMG.

²⁸² Minas Gerais. “Os deputados mineiros fazem demonstração de solidariedade ao governador Benedito Valladares”. Belo Horizonte, 27 de novembro de 1935, p. 9.

²⁸³ Idem. “Minas ao governador Benedito Valladares – discurso do Dr. Alberto Deodato pelo município de Belo Horizonte”. Belo Horizonte, 06 de outubro de 1936, p. 7.

²⁸⁴ Id., lb., p. 9.

las cada vez mais, afirmando seu apoio e colaboração no sentido da maior projeção econômica do nosso estado".²⁸⁵

Assim, com a promulgação das leis de exceção, o governo, entre 1935 e 1936, é praticamente exercido pelos chefes dos Executivos federal e estaduais – nessa ocorrência, seriam as bancadas de Minas Gerais, juntamente com as da Bahia e São Paulo, as principais bases de sustentação do Executivo Federal.²⁸⁶ Este caminhar da burguesia em direção a um estado autoritário, percorre uma via que passa também pela utilização de um partido político. Abandonadas as tentativas de organização eficaz de um partido, que representasse exclusivamente seus interesses de classe, parte para uma aproximação com outros, propondo e delineando, em seu âmbito, a realização de seus propósitos durante o breve período de 1934/1936.

Esta aproximação da burguesia, principalmente dos setores comercial e industrial, com um partido político, merece uma reflexão. Num primeiro momento, o seu programa de dominação, que se dá entre 1927 e 1933, encontra no P.R.M., que congregava os vários segmentos da classe, um instrumento através do qual se tornaria possível generalizar seu programa político, quando a organização estatal estava ainda submetida aos problemas da Revolução. Assim, em 1931, num repúdio ao governo central, a burguesia clama pela volta à constitucionalidade do país – bandeira também do P.R.M. Neste sentido, envia ao Governo Provisório manifesto das “classes conservadoras do país” subscrito e endossado pelas Associações Comerciais de Minas e do Rio de Janeiro.²⁸⁷

O segundo momento, quando a burguesia estrutura mais concretamente seu programa, explicitado pela maior necessidade do apoio estatal às classes produtoras, este programa extravasa os limites do P.R.M. Para elucidar tal questão, é necessário eliminar os partidos regionais – expressão profunda de um sistema personalista e corrupto, cuja prática política alimentava o poder local, transformando a máquina do Estado numa arena de debates dos interesses regionais em detrimento dos nacionais. Eliminar essas forças implicava em excluir o P.R.M. como representativo dos interesses anteriores a Trinta. Dentre as diversas iniciativas das forças sociais mineiras pensadas para este fim, encontram-se propostas de formação de partidos nacionais de segmentos da classe como o Partido Economista, ou

²⁸⁵ Id., *“Minas ao governador Benedito Valladares. Discurso do Cel. Caetano de Vasconcellos pelas classes conservadoras”*. Belo Horizonte, 06 de outubro de 1936, p. 9.

²⁸⁶ GOMES, Ângela de Castro. *“Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)”*, in: FAUSTO, Boris. (coord.), *op. cit.*, 1975, p. 72-5.

²⁸⁷ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 19 de novembro de 1931.

composições que congregassem todas as forças políticas. Neste último aspecto, inclui-se o “acordo mineiro” de 1932 entre as forças da Legião de Outubro, de acentuadas tendências centralizadoras ao nível federal, e as do P.R.M. A tentativa da facção do P.R.M., sob a liderança de Arthur Bernardes, político da zona da Mata, de recuperar o predomínio político no molde da Primeira República, apoiando São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932, marca o início do ostracismo do partido.²⁸⁸ Já em 1932, a Associação Comercial de Minas, pautando-se em seus princípios de nítida e positiva neutralidade, telegrafa aos chefes do Executivo de Minas e do Brasil, posicionando-se contra o Movimento Constitucionalista e solicitando que se promovesse a pacificação do país.²⁸⁹

Após 1933, quando vai se clarificando o programa político da classe dominante, direcionado para a industrialização, passa-se a exigir a eficácia de um partido que articulasse, ao nível do discurso, tanto os setores das classes dominantes como outros setores da sociedade. Daí o seu melhor entendimento com um novo partido – o Partido Progressista. Este, surgido no contexto da desarticulação das forças perremistas, formou-se com os ex-componentes da Legião de Outubro, do P.R.M., mas agora com outra proposta. Tratava-se de um partido de fortalecimento e coesão das forças regionais, mas que aceitava, em boa dose, integrar-se na federação. Desta maneira, o P.R.M., apegado aos seus princípios regionalistas, não comportava mais as exigências da burguesia.

O Partido Progressista, mesmo guardando as características de um partido regional e comportando-se dessa forma em sua atuação na esfera nacional, constitui-se em um partido de novo tipo pelas ligações com o poder central, possibilitada através de sua vinculação específica com o Interventor e o Executivo Nacional. Por outro lado, ao tratar da ordem econômica, o destaque é para as questões que diretamente atingem o foco da produção e da renda estadual: o P.P. reivindicará, por exemplo, o barateamento do custo da produção de café; um maior aproveitamento do subsolo, de forma a conciliar os interesses da nação com a exportação de minérios e minerais de valor comercial; a expansão do crédito agrícola; a extinção dos impostos interestaduais e intermunicipais, com o objetivo de eliminar os embaraços à livre circulação; a redução gradativa dos impostos de exportação por outros, de preferência pelos diretos, e a organização de um sistema tributário com a nítida distribuição de rendas entre a União, os estados e os municípios, abolindo-se, o quanto possível, competência conjunta em matéria de impostos.²⁹⁰ A ligação com o poder central e

²⁸⁸ BOMENY, Maria Helena, *op. cit.*, p. 113-34.

²⁸⁹ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 09 de julho de 1932.

²⁹⁰ BOMENY, Maria Helena, *op. cit.*, p. 170.

com o Executivo estadual e a defesa da produção da renda são as linhas de força que articulam a classe dominante ao Partido Progressista.

A consulta aos Anais da Assembléia Constituinte Mineira demonstra, também, a utilização do Partido Progressista com condutor dos interesses da classe; exemplos disso são: (i) Emenda 179, de autoria do deputado José Bonifácio de Andrada, instituindo a representação profissional; (ii) Emenda 208, de autoria do deputado Orlando Flores estabelecendo órgãos técnicos consultivos de assistência municipal.²⁹¹

Assim, em conseqüência da atuação do Partido Progressista como um canal de representação dos interesses da burguesia, vão se constituindo formas de viabilizar um novo formato da máquina estatal que se compusesse com os diversos setores da classe dominante. Já em 1935, são efetuadas medidas que concretizam o início desse reaparelhamento estatal, incluídas no texto da Constituição do Estado de Minas Gerais: no Título VI do Município: Artigo 66 – “A lei estabelecerá um órgão técnico consultivo que, mediante solicitação do município, prestará assistência à administração municipal, inclusive no que concerne à organização de finanças”. No título VIII – da Fiscalização das Contas: Artigo 79 – “É instituído um Tribunal de Contas, que julgará as contas dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos e fiscalizará a administração financeira do Estado” e no Título II – Disposições Gerais: Artigo 3º - parágrafo 2 – “A representação profissional constituir-se-á de um para cada grupo eleitoral das classes organizadas na forma da Constituição da República”.²⁹²

Por outro lado, na medida em que o governo constitucional, sob a pressão da burguesia vai lhe abrindo novos canais participativos no aparelho de Estado e assume com eficácia a repressão às manifestações e tentativas de organização política autônoma dos trabalhadores, os indicativos do apoio da classe a um Estado centralizador são cada vez maiores. Não obstante, o empresariado continuará vigilante, face às medidas que não o satisfizessem, traduzindo suas resistências e especificações, conforme discutiremos.

As conclusões do Congresso de 1935, relativas aos fretes ferroviários, aos impostos interestaduais, vendas mercantis, impostos alfandegários, de exportação, etc., continuarão a ser debatidos e as pressões dos setores dominantes se voltam contra a proposta de reforma

²⁹¹ ALEMG, *op. cit.*, 1936a, p. 536-8.

²⁹² ALEMG, *op. cit.*, 1936b. A Constituição promulgada em 1935 entrará em vigor em 1936.

tributária, apresentada pelo governo Valladares, cujo texto continha majorações sobre quase todos os impostos acima assinalados.

A proposta da reforma tributária é duramente criticada pelas associações patronais; são enviados telegramas ao presidente da Assembléia Legislativa e ao governador do estado, mostrando a inoportunidade e a inconstitucionalidade de diversos tributos. É criada, também, uma comissão para acompanhar a questão e por resistência às majorações contidas no projeto. Para justificar a interferência da Associação Comercial no projeto da reforma tributária, o deputado do Partido Progressista, Elizeu Laborne, em discurso pronunciado nesta entidade, mostrou como as classes produtoras de São Paulo colaboraram com os planos de soerguimento econômico do estado, após 1932, através da organização de uma comissão composta de elementos da indústria, lavoura e comércio, tendo como resultado positivo a suspensão do imposto de exportação.²⁹³

A Lei de reforma tributária, votada em outubro de 1935, recebe inúmeras críticas. Mesmo sofrendo grandes alterações, estas não alcançaram os pontos mais importantes, como o dispositivo sobre Imposto de Indústrias e Profissões. A burguesia reitera sua crítica à administração financeira do estado, afirmando que o empréstimo de consolidação obtido pelo governo vai se transformando em ônus pesadíssimos sem atingir nenhuma das suas finalidades e que “(...) o sr. governador andaria mais acertado se se aproximasse ainda mais das classes produtoras, que, a despeito das injustiças de que têm sido vítimas, jamais pensaram em negar seu concurso para o soerguimento do seu estado”.²⁹⁴

Estas críticas são apoiadas também pelo presidente da FIEMG, Alvimar Carneiro de Rezende. Os problemas relativos à reforma tributária levam à renúncia o presidente da Associação Comercial Caetano de Vasconcelos e toda a diretoria. O governo foi informado sobre a atitude da agremiação que se baseou no fato de que as “classes produtoras, humilhadas depois de tantos e inúteis esforços, pagariam seus tributos, mas lembrariam sempre do brado do protesto que ora levantam”.²⁹⁵ A campanha estendeu-se com denúncias de outras associações sobre a excessiva fiscalização do Estado: de Juiz de Fora, contra a taxa de defesa da produção; Cataguazes, mandato de segurança contra o pagamento de impostos. A ACM dirige-se ao secretário de Finanças Ovídio de Abreu,

²⁹³ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 17 de outubro de 1935.

²⁹⁴ Idem, Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 7 de novembro de 1935.

²⁹⁵ Id., Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 17 de novembro de 1935.

solicitando a suspensão temporária dos pagamentos de impostos.²⁹⁶ Pelo Decreto-Lei nº 67, de 20 de janeiro de 1938, promulgou-se o novo Código Tributário do Estado de Minas Gerais, onde se aboliu o imposto de importação para alguns produtos, assim como o de indústrias e profissões.²⁹⁷

Assim, o Decreto-Lei nº 67 significou uma expressiva vitória das “classes produtoras” ao reivindicar que o Estado tornasse a atividade privada mais lucrativa e não que tomasse o seu lugar. Evidentemente, esta intervenção deveria ocorrer dentro de limites bem definidos, qual seja o da utilização máxima e proteção da iniciativa privada. Sem questionar a participação do Estado no processo de desenvolvimento, vista mesmo como imprescindível à expansão da indústria privada, o setor empresarial revelaria, porém, sua preocupação com o sentido e o alcance desta participação que, se comprometida com o fortalecimento da classe, seria então desejável e útil. Não se defendia o Estado do absentismo. Preocupa-se com a direção assumida pelo intervencionismo estatal.²⁹⁸

Até o Estado Novo, a burguesia encontrará como canal mais expressivo de veiculação de suas demandas a via tradicional: os partidos políticos. Ao mesmo tempo, inicia a busca de outros canais de participação, como organismos corporativos.²⁹⁹ A partir de 1935, com a repressão e conseqüente desmobilização das classes trabalhadoras, que antes representavam uma ameaça ao capital, serão abandonadas as vias partidárias que, no contexto da vigência da Lei de Segurança Nacional, perdem paulatinamente sua expressão. Assim, a burguesia irá priorizar outros canais de atuação, com os órgãos técnicos, num nítido apoio ao autoritarismo que começa a se implantar.

Nessa medida, esses órgãos serão utilizados pela burguesia, para conformar o Estado que passa a se constituir expressão dos seus interesses, através da pressão da Associação Comercial feita por seus representantes em órgãos técnicos nacionais, conforme veremos a seguir.

Em reunião da Associação Comercial de Minas, em 30 de julho de 1936, seu presidente chama a atenção da casa para um dos últimos decretos do presidente Vargas, relativo aos impostos alfandegários e a sua acentuada importância, principalmente para a indústria, de

²⁹⁶ Id., Atas de reuniões da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 8, 13, 22, 29 de abril de 1937.

²⁹⁷ FIEMG. “*Tributos, uma resenha que começa em 22*”, *op. cit.*, p. 17.

²⁹⁸ DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato, *op. cit.*, p. 66.

²⁹⁹ Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo, *op. cit.*, p. 56-9; IANNI, Octávio, *op. cit.*, p. 43-57.

vez que autoriza a reposição dos direitos aduaneiros recebidos sobre matérias-primas que possam ser transformadas. Acrescenta que essa idéia, hoje transformada em lei, foi:

*“(...) alvitrada no Congresso das Associações Comerciais em São Paulo pelos representantes da nossa associação Euvaldo Lodi e Benjamim de Lima. Pela promulgação da lei se oficiará ao deputado e representante no conselho Superior de Tarifas, Euvaldo Lodi, congratulações”.*³⁰⁰

Um outro ponto que deve ser levantado é a discussão sobre os transportes e tarifas ferroviárias, tema constante de debates entre o governo e as entidades de classe patronais desde a década de vinte. A linha básica do discurso é o reaparelhamento e fretes mais baixos das ferrovias. No momento, toma, entretanto, outra conotação. Apesar de referir-se ainda a todas as exportações do estado, sua direção será primordialmente voltada para as exportações de minérios e para a siderurgia.³⁰¹

A Associação Comercial inicia sua pressão junto aos órgãos nacionais para a solução do problema – telegrafa ao Presidente da República, aos representantes desta entidade junto à Federação das Associações Comerciais do Brasil, deputado Euvaldo Lodi e Sampaio Correia, solicitando providências a respeito dos problemas ligados às ferrovias.³⁰²

Um outro elemento de pressão será a divulgação pela imprensa do estado de pronunciamentos de autoridades: a Revista Comercial de Minas Gerais³⁰³ divulga conferência do diretor da Central do Brasil, Coronel Mendonça Lima:

*“(...) intimamente ligada à exportação intensiva do minério está a meu ver a solução definitiva do nosso problema siderúrgico. É que o capital aparece quando há lucros a recolher. Exportando intensamente o minério, teremos com o frete de retorno, carvão mais barato e na quantidade que for precisa (...)”.*³⁰⁴

A mesma revista publica as primeiras providências do governo federal: o Ministro da Viação libera crédito no valor de 5.000:000\$000, destinado à aquisição de material para a Estrada de Ferro Central do Brasil. A influência da ACM, ao nível nacional, é feita também através da participação em decisões de órgãos econômicos federais:

³⁰⁰ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 1937.

³⁰¹ Id., lb., 18 de julho de 1936.

³⁰² Id., lb., 18 de fevereiro de 1937.

³⁰³ A Revista Comercial (publicação da ACM), passa em 1938 a representar também a FIEMG.

³⁰⁴ LIMA, Mendonça. “O problema dos transportes em face da economia nacional”, *Revista Comercial de Minas Gerais*, out. 1937, p. 26-9.

*“(...) Para Minas convergiam as atenções dos órgãos técnicos que o governo mantém para controlar o serviço de troca e venda de produtos para os mercados externos, sendo a Associação Comercial chamada a cada instante a emprestar seu concurso ao governo. (...) tendo tido a Associação o ensejo de promover estudos para estimular e intensificar a exportação de minérios de ferro e manganês (...)”.*³⁰⁵

Como decorrência das pressões internas e da Segunda Guerra Mundial, alguns importantes projetos na área de mineração foram definidos para Minas no início dos anos 40. O problema da exportação de minério de ferro passou a ser prioritário para as potências em guerra, culminando com os chamados “Acordos de Washington” e a conseqüente criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Ao ser criada, a Companhia encampou a Estrada de Ferro Vitória-Minas, passou a controlar o porto de Vitória e as jazidas de ferro de Itabira. Estava, portanto, equacionado o problema de exportação de minério de ferro de forma independente da siderurgia e sob a tutela do Estado.³⁰⁶

O fato provoca entusiasmo na burguesia mineira, pois isso traria benefícios para a economia de Minas pela possibilidade do escoamento da produção da Companhia Vale do Rio Doce, especialmente a siderúrgica.

A grande expectativa da burguesia mineira era transformar o estado em grande centro industrial; esta se sustentava nas suas reservas minerais e na grande expansão siderúrgica da região. A partir de 1930, a produção de ferro e aço brasileira supera o valor importado. Em 1935, a nossa produção (180.671 toneladas) é duas vezes maior que o volume importado (91.761 toneladas) e em 1939 a produção nacional (385.107 toneladas) é mais do quatro vezes o volume importado (90.502 toneladas).³⁰⁷

O incremento da siderurgia deve-se, em Minas Gerais, principalmente, à conclusão da estrada de ferro Vitória-Minas que, em 1930, alcança Desembargador Drummond, onde entronca com a Central do Brasil, ligando a zona metalúrgica ao Porto de Vitória, facilitando o escoamento dos produtos siderúrgicos, e tornando mais viável a aquisição de carvão de pedra (importado via Vitória) e do carvão de madeira extraído das matas do vale do rio doce para as usinas da zona metalúrgica. A maior siderúrgica do estado é a Belgo Mineira: em 1935, ela eleva a capacidade de sua usina de Sabará a 40.000 toneladas anuais e, em 1937

³⁰⁵ Idem, fev. 1940, p. 14-5.

³⁰⁶ Sobre o assunto, ver especialmente: DINIZ, Clélio Campolina, *op. cit.*; DELGADO, Ignácio, *op. cit.*, p. 92-8; KURY, Mário da Gama. **Companhia Vale do Rio Doce** – 40 anos. Rio de Janeiro: CVRD/Nova Fronteira, 1982; ROSA, Lea Brígida de Alvarenga. **Minério de ferro**: políticas oficiais, planos empresariais. Vitória: IHGES, 1998, 130 p.

³⁰⁷ Os dados estão em: VIEIRA, Evantina Pereira, *op. cit.*, p. 146.

inaugura sua outra usina, a de João Monlevade, com capacidade de 50.000 toneladas, que seria depois ampliada. Outras empresas são fundadas e/ou ampliadas: Usina Esperança em Itabirito, Usina Burnier, Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas em Barão de Cocais, em 1925, e a Companhia Ferro Brasileira S.A., em Caeté, em 1931.³⁰⁸ O papel de Minas no contexto da siderurgia brasileira pode ser resumido nos seguintes dados:

“Minas gerais teve uma produção em 1940, de 169.000 t de ferro-gusa ou aproximadamente 91% do total brasileiro de 186.000 t. Minas também liderou a produção de ferro laminado 75.000 t, ou cerca de 55% do total nacional de 135.000 t e de aço 85.000 t ou 60%. Na produção nacional de todas as formas de ferro e aço, Minas Gerais ainda mantém grande vantagem, com 65% do total de 1940, são Paulo produzindo 20% e o estado do Rio de Janeiro 14%.”³⁰⁹

Na tabela 20, pode-se acompanhar, com maior clareza, o desenvolvimento da siderurgia no período que vai de 1932 a 1940. Tanto o número de empresas como o número de usinas siderúrgicas cresce até 1939. O número de pessoas ocupadas no setor quadruplica no período, mas o que se observa de maneira relevante é o crescimento do capital. De um total de Cr\$ 30.752.347, em 1932, passa a Cr\$ 254.438.319 em 1939, o que representa um crescimento de 72%.

Tabela 20 – Evolução da indústria siderúrgica em Minas Gerais – 1932/1940

ANOS	Nº DE EMPRESAS	Nº DE USINAS	CAPITAL E RESERVAS (Cr\$)	PESSOAL OCUPADO
1932	5	8	30.752.347	1438
1933	6	8	30.290.161	1702
1934	6	8	36.141.756	1914
1935	6	8	38.196.984	2321
1936	7	8	93.345.837	2795
1937	7	9	208.980.596	4116
1938	8	10	221.466.721	4645
1939	8	10	254.438.319	5721
1940	6	9	251.589.073	5888

Fonte: IBGE/DEE. *Usinas Siderúrgicas em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1944.

Este grande crescimento da siderurgia reflete, de maneira positiva, sobre toda a região central do estado, principalmente Belo Horizonte, onde, das 471 empresas industriais existentes em 1936, 359 foram criadas depois de 1925.³¹⁰ O decênio que vai de 1925 a

³⁰⁸ As conexões entre o desenvolvimento de Belo Horizonte e a expansão dos negócios ligados ao ramo siderúrgico são abordadas em: SINGER, Paul, *op. cit.*, p. 245-7.

³⁰⁹ *Idem*, p. 247.

³¹⁰ VIEIRA, Evantina Pereira, *op. cit.*, p. 148; SINGER, Paul, *op. cit.*, p. 249.

1935, compreendemos, marca o deslocamento quase que por completo tanto do ponto de vista político, mas, sobretudo, econômico, da liderança nesses dois pólos, da zona da Mata para a região central do estado, como procuramos demonstrar nos pontos 2.3 e 2.4.

Nessa medida, a posição econômica da região central reforçava-se, principalmente Belo Horizonte, pela sua proximidade de Sabará, Caeté, Barão de Cocais, João Monlevade, onde se implantara a siderurgia. A capital transformara-se no mais importante centro comercial e financeiro do estado e em importante mercado consumidor.³¹¹ Juiz de Fora, até então o centro industrial mais importante de Minas Gerais perdia posição. A nova crise cafeeira dos anos 30, associada à falta de articulação político-institucional, provocou o início da decadência da região da mata mineira, que só não atingiu maiores proporções graças à possibilidade de expansão da indústria de laticínios nas microrregiões de Juiz de Fora, Leopoldina e Carangola e do açúcar nas microrregiões de Visconde do Rio Branco e de Viçosa.³¹²

Assim, a expectativa da grande siderurgia instalar-se em Minas se sustentava, também, no grande crescimento do mercado urbano e industrial de Belo Horizonte, na esperança de resolver os problemas básicos de comunicações através da melhoria do sistema ferroviário pela Rede Mineira de Viação e na execução de um plano rodoviário, que permitisse articular Belo Horizonte com as várias regiões do estado e transformá-la em um centro econômico.³¹³

Colocado em equação o problema siderúrgico, a Federação das Indústrias e a Associação Comercial de Minas, promovendo conferências de técnicos e colaborando com o governo na busca de soluções, traduzem nas palavras do engenheiro Américo René Gianetti, presidente da FIEMG, a sua posição: “a indústria siderúrgica desempenha papel tão importante que seria crime baseá-la na importação do seu principal agente de transformação enquanto haja disponibilidade nacional para alimentá-la”.³¹⁴ É a defesa de que a solução do problema siderúrgico nacional deveria trilhar os caminhos da siderurgia a carvão de madeira, o que a inauguração da Usina Monlevade, em 1937, com capacidade inicial de 50.000 toneladas por ano, e seu eficiente funcionamento, parecia demonstrar. As definições para um projeto siderúrgico, que não o de usinas movidas a carvão vegetal, provocam violentos protestos da

³¹¹ DINIZ, Clélio Campolina, *op. cit.*, p. 43.

³¹² Conforme demonstra: DESTRO, José Augusto da Silva. **A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora**, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2006, caps. II, III e IV.

³¹³ DINIZ, Clélio Campolina, *op. cit.*, p. 43-50.

³¹⁴ GIANETTI, Américo René. “A solução verdadeiramente nacional para o assentamento da siderurgia no Brasil”, *Revista Comercial de Minas Gerais*, jul. 1939, p. 15-7.

burguesia em Minas e de outras entidades, como da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) e da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), levando Vargas a suspender, durante determinado período, a concretização do projeto.³¹⁵

A posterior definição do projeto siderúrgico para o estado do Rio de Janeiro, em 1940, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, representou o fim do ambicioso projeto dos empresários mineiros, pelo qual a burguesia, através das entidades de classe, se empenhara tenazmente durante quase duas décadas. A burguesia mineira, aceitando o fato consumado, expressa seu “apoio” a Vargas: “as classes produtoras do estado que se têm debatido com todo o denodo para a realização deste e de outros problemas de relevância nacional, com grande oportunidade enviam seu aplauso ao Sr. Getúlio Vargas”, mas fazem, concomitantemente, críticas ao projeto de Volta Redonda, argumentando que Minas,

*“por ser o berço da siderurgia deveria ser escolhida pelos técnicos siderúrgicos, levando-se em conta não só a proximidade do minério, atendendo também ao problema da defesa nacional por oferecerem as montanhas mineiras uma natural barreira de defesa”.*³¹⁶

A partir de 1946, quando a Usina de Volta Redonda entrou em funcionamento, a média da produção siderúrgica mineira passou para segundo plano, apesar da construção da Aços Itabira Sociedade Anônima (ACESITA), em Coronel Fabriciano, no ano de 1949.³¹⁷

Entretanto, se em relação ao projeto da grande siderurgia a burguesia sai perdedora, ela retoma novos caminhos em relação à indústria, definidos também no seu último congresso de classe da década de trinta: a concentração de indústrias nos grandes centros e o amparo do crédito oficial, nascendo daí, futuramente, os parques industriais de Contagem e Betim, localizados na região da Grande Belo Horizonte.

A reivindicação de se concentrar as indústrias, feita no Congresso de 1935, é retomada pela Associação Comercial de Minas em 1936 – assim, ela participa de comissões de estudos para a implantação de um Parque Industrial na capital, que resultou no decreto Municipal nº

³¹⁵ Para tanto, ver: CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. São Paulo: Nacional/Rio de Janeiro: FINEP, 1978, p. 111-2; DULCI, Otavio, *op. cit.*, p. 180.

³¹⁶ Entre os vários pronunciamentos defendendo a implantação de usina siderúrgica a carvão vegetal no vale do Rio Doce, ver o do presidente do CREA-MG e da Sociedade Mineira de Engenheiros: HERMETO, Honório. “O problema siderúrgico no Brasil”, *Revista Mineira de Engenharia*, mai. 1938, p.12. Ver também: HERMETO, Honório. “Exportação de minério de ferro e siderurgia”, *Revista Mineira de Engenharia*, 4, ago. 1938, p. 11.

³¹⁷ Para tanto, ver: ACESITA. **Acesita, uma história feita de aço**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989, 130 p.

104 do mesmo ano, quando são estabelecidas normas tendentes ao desenvolvimento industrial da cidade.³¹⁸ Em 1940, o ponto de partida já é fixado pelo governo do estado – a criação de um Parque Industrial. A concepção desse plano visava a preparar um local adequado para as indústrias, que, conforme discutimos, irão ter um crescimento acelerado em função da proximidade das usinas siderúrgicas. A Cidade Industrial foi criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 770, de 20 de março de 1941, situada no município de Contagem, limítrofe da Capital. Foi destinada uma área de 270 hectares. O plano foi executado sob supervisão da Secretaria de Agricultura, através do seu Departamento de Fomento Industrial. A concepção urbana, com traçados de forma hexagonal, foi inspirada no Distrito Industrial de Camberra, na Austrália.³¹⁹ A área foi zoneada, dividindo-se os terrenos pelos diversos ramos industriais: alimentação, metalurgia, química, têxtil e vestuário, eletricidade e instrumentos científicos, construções. Preparou-se o fornecimento de água e esgoto e a construção da usina hidrelétrica de Gafanhoto, com potência inicial de 10.000 HP. Definiram-se as condições de aforamento e de tarifa energética.³²⁰

O amparo oficial, defendido pela burguesia, do qual a criação da Cidade Industrial constitui também um exemplo, será estendido a todo o estado, com a montagem de usinas elétricas para a concessão de energia barata, dando novo impulso às indústrias. Em 1934, já se achava em construção a usina de Pai Joaquim, em Uberaba, no triângulo mineiro; a de Cachoeira do Gafanhoto, em Divinópolis, no oeste; a de Cachoeira de Santa Marta, em Montes Claros, no norte; e a usina de Cachoeira do Paiol, no vale do Rio Doce, no nordeste.³²¹

Essas usinas elétricas foram o embrião da posterior Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG), empresa-holding criada em 1952, no governo de Juscelino Kubitschek, que, a partir de então, se encarregaria do Plano de Eletrificação Mineiro.³²²

O incremento da utilização do potencial energético, no período 1920/40 pode ser constatado através da Tabela 21:

³¹⁸ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 06 de agosto de 1936.

³¹⁹ DINIZ, Clélio Campolina, *op. cit.*, p. 53.

³²⁰ VALLADARES, Benedito. "Impulsionando o desenvolvimento racional da economia do povo mineiro", *Revista Comercial de Minas*, mai. 1939, p. 24-5.

³²¹ *Idem*, p. 24.

³²² A respeito do caráter inovador da CEMIG, ver: LOPES, Lucas. **Memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil/EDFGV, 1991; DULCI, Otavio, *op. cit.*, p. 161.

Tabela 21 – Evolução da indústria de energia elétrica – Brasil e Minas Gerais – 1920/1940

ANOS	BRASIL		MINAS GERAIS		%
	USINAS	POTÊNCIA (KW)	USINAS	POTÊNCIA (KW)	
1920	343	357.203	120	42.271	0,11
1930	891	747.101	314	90.123	0,12
1940	1499	1.106.317	416	137.217	0,12

Fonte: DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMF/PROED, 1981.

Além da montagem da infra-estrutura, é reivindicação constante da burguesia a concessão de crédito.

Em 1935, Lauro Jacques, da Associação Comercial de Minas, fazendo críticas à administração do governador Benedito Valladares, afirmava que a classe não faria companhia ao desequilíbrio financeiro do Estado, desde que esse proviesse de gastos destinados ao fomento da produção, ao amparo real da economia.³²³ Assim, a idéia de um Estado racionalizador da economia vai se desenvolvendo através da década. Seguindo a mesma linha de argumentação, mas colocada de uma forma mais sofisticada, Magalhães Pinto discute a necessidade do Brasil organizar-se e, para isso, o governo precisaria traçar planos sob normas técnicas que pudessem ser seguidos pelos seus sucessores.³²⁴

E, no fim da década, o governo mineiro incorpora as demandas da burguesia, orientando as carteiras creditícias do CREDIREAL e do Banco Mineiro da Produção de forma a garantir o crédito à produção.³²⁵ Podemos perceber, levando em consideração o programa da burguesia, que a classe transferiu para o Estado a tarefa de criação das condições materiais de produção, na medida em que as necessidades de ampliar a infra-estrutura demandavam gasto especial. Percebe-se também que toda a discussão sobre fretes, tarifas, transportes, crédito, localização de indústrias, criação de órgãos técnicos, etc., mostram que a burguesia belo-horizontina concebeu, desde o final da década de vinte e início da década de trinta, as

³²³ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 07 de novembro de 1935.

³²⁴ “A visita do Barão de Asavedra – Recepção na Associação Comercial – o discurso do Sr. José de Magalhães Pinto”, *Revista Comercial de Minas*, out. 1937, p. 06.

³²⁵ COSTA, Fernando Nogueira da, *op. cit.*, p. 153-87. Este trabalho, ao nosso ver, é a principal referência quando se discute o papel das instituições bancárias no contexto de deslocamento do eixo econômico entre as décadas de 1920-30 em Minas Gerais. Com relação ao papel desempenhado pelo CREDIREAL no complexo cafeeiro da zona da Mata a principal referência é o trabalho de: PIRES, Anderson, *op. cit.*, 2004, p. 254-89.

idéias de planejamento e da industrialização pesada como caminho para o desenvolvimento econômico.³²⁶

A questão da necessidade de estimular a indústria através da intervenção do Estado ganha maior vigor a partir de 1930. Modificando-se o espectro dos interesses dominantes, pela emergência de setores novos, tornava-se necessário, portanto, armar o Estado com elementos capazes de ampliar sua capacidade funcional. Não que o Estado pré-1930 não fosse intervencionista – o *laissez-faire* total é, naturalmente, uma contradição intrínseca. Nenhum governo pode deixar de influenciar a vida econômica, o que torna obrigatório, até pela própria existência de governo: por mais modesto que seja o “setor público” é sempre enorme sua atividade em termos de receita e despesa pública que formam uma parcela expressiva do total nacional. E é claro que quaisquer atividades do governo, qualquer sistema de leis e regulamentos públicos, afetam necessariamente a vida econômica. E, no caso brasileiro, a intervenção do Estado nos anos anteriores a trinta era extremamente significativa – a economia cafeeira não poderia ter-se mantido sem sua interferência, através da política de valorização do café.³²⁷ O que discutimos agora é o novo caráter que deve se revestir esta intervenção – atuar como um verdadeiro coordenador na distribuição da riqueza nacional e controlar o trabalho, criando as melhores condições para o capitalismo.³²⁸

Portanto, o golpe de 1937, que instaura o Estado Novo, encontra a imediata adesão da burguesia belo-horizontina, exceção feita ao grupo ligado ao ex-presidente de Minas, Antônio Carlos, que no ano anterior já havia sido destituído da presidência da Câmara Federal por Getúlio Vargas.³²⁹ Esse grupo, concentrado em Juiz de Fora, já dava sinais de animosidade desde 1935, quando da indicação de Benedito Valladares para a interventoria mineira.³³⁰ Se já estava deslocada do projeto de desenvolvimento executado pela burguesia belo-horizontina, o golpe de 1937 é a pá de cal do ponto de vista político para a burguesia juizforana.

³²⁶ A idéia de planejamento no Brasil, conforme discutimos no capítulo 3, foi se formando ao longo dos anos 1930, emanada das necessidades históricas da conjuntura e sendo viabilizada pelo conjunto de instituições e da participação crescente do Estado na economia como regulador e produtor. Esse pensamento se efetiva em fins do Estado Novo, com a criação da Comissão de Planejamento econômico em 1944, e do célebre debate entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen (ver nota 106 deste trabalho). Ver também: MINDLIN, Betty. “O conceito de planejamento”, in: _____. (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 9-28.

³²⁷ Sobre a participação do Estado na economia durante a Primeira República e os convênios cafeeiros, ver: TOPIK, Steven, *op. cit.*; VISCARDI, Cláudia Ribeiro, *op. cit.*, 2001, p. 148-74.

³²⁸ HOBBSAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 210.

³²⁹ Para tanto, ver: CAFÉ FILHO, João. **Do sindicato ao Catete**: memórias políticas e confissões humanas. Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966, p. 95-9.

³³⁰ OLIVEIRA, Almir de. “Os períodos históricos de Juiz de Fora”, Testemunho, n. 4, 1998: p. 50-2.

Vejamos a posição da Associação Comercial de Minas:

*“A Associação Comercial de Minas, interpretando os sentimentos das classes produtoras do Estado que sempre anseiam pelo estabelecimento de um regime de paz e tranqüilidade em que possam prosseguir em seu trabalho fecundo e construtor, pelo engrandecimento do nosso país, envia a V. Excia. a expressão de sua solidariedade no momento histórico em que o Brasil entra em uma nova fase de sua vida republicana, tranqüilizadas pelas afirmações serenas do chefe da nação pronunciadas anteontem, as classes produtoras sobre as quais recaem de preferência as conseqüências danosas das perturbações intestinas, poderão continuar assim a exercer suas atividades pela consolidação da vida econômica do país, confiantes na noção esclarecida do seu primeiro magistrado”.*³³¹

Em visita ao estado, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Waldemar Falcão, fala do papel de Minas que, sob a direção de Benedito Valladares, se constituiu em uma das unidades que se integraram completamente ao regime do Estado Novo e que, mais de pronto, soube corresponder aos seus princípios doutrinários.³³²

O expressivo apoio da maioria da burguesia mineira ao golpe de 37 dá-se na medida em que os seus interesses em participar no aparelho do Estado são consubstanciados em toda construção ideológica do Estado Novo cuja prática política nesse momento se concretiza na intervenção direta do Estado através de órgãos técnicos. Essa construção ideológica é assim definida: a identificação entre Estado e nação elimina a necessidade de partidos ou assembleias como fonte de vontade popular. Em substituição a tais mecanismos, encontram-se os órgãos técnicos e as corporações.

Esses órgãos, ampliados e diversificados na década de 30, farão parte da reordenação das relações entre Estado e sociedade: conselhos econômicos, institutos e autarquias. Estes órgãos de regulamentação, coordenação e controle de diversos setores produtivos comporiam um conjunto de mecanismos que dariam à intervenção do Estado na economia maior abrangência, admitindo alguns deles em sua composição representantes dos grupos privados, diretamente interessados, ao lado de técnicos e funcionários governamentais. Tais instituições eram integradas por engenheiros, agrônomos, estatísticos, etc., que se consideravam imunes às pressões clientelísticas.

A criação de órgãos técnicos constituiu uma das propostas do Congresso de 1935, atendida ao nível municipal e federal. A burguesia parte agora para conquistá-la ao nível estadual.

³³¹ AH-ACM. Ata de reunião da Diretoria da ACM. Belo Horizonte, 12 de novembro de 1937.

³³² Id., lb., nov. de 1939.

Isto pode ser percebido através das críticas da ACM ao governo para que modere as despesas públicas: “(...) sendo necessária a arregimentação da classe para a defesa dos nossos haveres e para conseguirmos que se adote normas de administração mais ponderadas e menos falíveis (...)” demonstram as reivindicações da classe de se infiltrar na administração das finanças públicas.³³³ Em 1938, a ACM submete à consideração dos membros do Conselho Técnico de Economia e Finanças a conveniência de se criar um aparelhamento técnico e orientador do contribuinte, cuja função principal seria a de prestar a este, como aos próprios agentes de fiscalização, esclarecimentos de detalhes indispensáveis ao melhor conhecimento das leis e regulamentações de ordem fiscal. A criação do Conselho Técnico de Economia e Finanças no estado não deveria ser protelada por mais tempo – suas atividades seriam articuladas ao órgão central, no caso o Conselho Técnico Federal de Economia e Finanças.³³⁴

As entidades dos outros estados manifestaram-se, apoiando a instituição do novo órgão e esperando atentas a decisão dos membros da entidade federal, a que foi submetida à sugestão da ACM.³³⁵

Por ato governamental de Benedito Valadares, o órgão foi criado. A Associação Comercial, pelo seu presidente José de Magalhães Pinto, considera tal ato como uma vitória das entidades representativas da burguesia, resultante de uma longa campanha desenvolvida junto ao governo do estado, ao secretário das Finanças Ovídio de Abreu e, finalmente, perante as instâncias federais. Afirma também que o novo órgão deverá agir em concordância com os objetivos que o Estado Novo se propõe alcançar com a colaboração direta das “classes conservadoras”:

*“(...) os membros do Conselho serão: nomes que já se firmaram nos meios comerciais, industriais e agrícolas de Minas representando de modo direto as forças econômicas; orientarão seus atos e atitudes apenas o desejo patriótico de servir às classes de que são elementos de relevo ao Estado e à comunhão mineira”.*³³⁶

A participação da burguesia nos órgãos técnicos que visam, concretamente, a infiltração na organização estatal como forma de garantir a realização do capital é veiculada

³³³ Id., lb., 07 de novembro de 1935.

³³⁴ “Comentários”, *Revista Comercial de Minas Gerais*, ago. de 1938, p. 29-30.

³³⁵ Idem, p. 37.

³³⁶ PINTO, José de Magalhães. “Conselho Técnico de economia e Finanças do Estado”, *Revista Comercial de Minas Gerais*, nov./dez. 1938, p. 1-21.

ideologicamente. O discurso de Magalhães Pinto, ex-presidente da ACM, é bastante sugestivo para elucidar esta colocação:

*“(...) A Constituição de 10 de novembro de 1937 deu ao regime republicano uma colaboração mais direta e real com os responsáveis pela coisa pública e daí a permanente preocupação do Chefe de governo nacional em emprestar o prestígio de sua autoridade às corporações representativas dos meios produtores brasileiros, onde a sua visão esclarecida foi buscar elementos para formação de órgãos técnicos que vão operando com surpreendentes atividades e resultados imediatos e palpáveis; a grande obra de reconstrução econômica e financeira do país (...)”.*³³⁷

Desta maneira, a presença da burguesia, principalmente representantes da indústria e comércio, em órgãos de formulação e fiscalização da política econômica, ao lado de técnicos, possibilitaria uma ação mais definida na concretização de projetos, e pareceres que seriam encaminhados às instâncias governamentais superiores.

Discutimos, anteriormente, o processo percorrido pela burguesia mineira concernente à sua participação na intrincada conjuntura política pós-1930, seu vitorioso projeto de especialização industrial, sua derrota com relação à localização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e, finalmente, sua inserção nos órgãos técnicos surgidos no Estado Novo. Cabe agora apontar alguns aspectos regionais desse deslocamento econômico, em especial o declínio da Mata mineira.

A melhor ilustração do impacto produzido pelo triunfo do projeto mineiro de especialização industrial é dada pela trajetória declinante de Juiz de Fora. Núcleo pioneiro da modernização econômica de Minas, Juiz de Fora seguiu, em ponto menor, caminho semelhante ao de São Paulo, como pólo de uma indústria de bens de consumo baseada, conforme demonstramos no capítulo 2, na acumulação cafeeira.³³⁸ O progresso de Juiz de Fora e de outros núcleos industriais do complexo cafeeiro da Mata mineira (Cataguazes, Leopoldina, Ubá, Santos Dumont, Além Paraíba, Carangola, etc.) decorreu até 1930, de dois fatores: (i) sua diversificação de capitais, criando “linkages” ou efeitos de encadeamento na economia e, (ii) sua articulação com o centro econômico do país, principalmente pela proximidade e os laços históricos que mantinham com o Rio de Janeiro.³³⁹

³³⁷ “Síntese do Relatório apresentado pelo Sr. José de Magalhães Pinto, antigo presidente da Associação Comercial de Minas, à Assembléia Geral de 29 de janeiro”, *Revista Comercial de Minas Gerais*, mar. 1939, p. 40-5.

³³⁸ PIRES, Anderson, *op. cit.*, 1993 e 2004.

³³⁹ PIRES, Anderson, *op. cit.*, 2004, p. 39-181.

Nas décadas seguintes, a indústria da zona da Mata se defasou diante da gradual centralização de São Paulo. Excessivamente concentrada em ramos tradicionais (têxteis, alimentícia e laticínios), ela não se diversificou o bastante para conservar sua posição no circuito produtivo do centro dinâmico do país. Obstáculos infra-estruturais, por sua vez, funcionaram como fatores de estrangulamento, sobretudo no tocante à energia e aos transportes. No tocante à rede viária, Juiz de Fora, por exemplo, possuía boa ligação com os grandes centros (o que a tornava vulnerável à concorrência), mas não com o próprio interior de Minas e da própria zona da Mata, que seria, nas circunstâncias, o seu melhor mercado potencial. É paradoxal, quase incompreensível, que a Mata e o sul de Minas, que durante muito tempo compartilharam a liderança econômica e política do estado, tenham se mantido sem comunicação direta até os anos 60: para ir de uma à outra era preciso trafegar pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro antes de reingressar em território mineiro. Não é preciso muito esforço para imaginar as implicações deste quadro, tanto para o parque industrial da Mata, que foi envelhecendo aos poucos, quanto para a concentração industrial no eixo São Paulo-Rio, ajudada pela disponibilidade de mercado tão próximo e tão seguro.

Porém, o que afirmamos é que a ausência de soluções oportunas para tais carências de infra-estrutura não deve ser tomada automaticamente. Trata-se, ao contrário, de algo que deve ser explicado além das questões econômicas e estruturais. E, neste ponto, impõe-se a consideração de fatores políticos. Uma hipótese mais que plausível é a de que esta área foi sacrificada no bojo da estratégia de especialização industrial conduzida pelo governo de Minas e pela burguesia belo-horizontina, que supunha a canalização preferencial de recursos para a zona metalúrgica e o fortalecimento de Belo Horizonte como pólo econômico. Assim, já premida pela concentração em escala nacional, a indústria da Mata se viu em desvantagem também pela concentração em escala estadual.

Se se tratava de escolha política, a possibilidade de revertê-la era mínima, pois exatamente entre os anos 30 e 60 a Mata se viu sub-representada politicamente. Juiz de Fora em especial, viveu um longo período de ostracismo, sem nenhum líder expressivo no cenário estadual desde a queda de Antônio Carlos até a ascensão de Itamar Franco no início dos anos 70.³⁴⁰ O mesmo ocorre nos seios das elites econômicas regionais, onde a outrora influente comunidade empresarial de Juiz de Fora perdeu visibilidade, em contraste com o peso cada vez maior dos interesses radicados em Belo Horizonte – os quais, como vimos, apoiavam ativamente a fórmula da centralização industrial.

³⁴⁰ PAULA, Maria Carlota de Souza, *op. cit.*, p. 136-7.

Contudo, a burguesia belo-horizontina, confiando ao Estado a realização de suas expectativas quanto ao desenvolvimento de Minas, teria que se dobrar à acentuação do papel desempenhado por esse mesmo Estado. Nessa medida, o projeto burguês de infiltração nos canais de decisão do Estado, resguardados os papéis da própria ação estatal – de caráter centralizador e aliado pleno de Vargas – e do forte capital estrangeiro, foi, em certa medida, plenamente vitorioso.

Entretanto, crescentemente, boa parte do que constitui o fundamento do poder burguês estaria em outras mãos, e não no empresariado aliançado ao Estado. Se isso não anulava sua influência, dificultava que esta se exercesse primordialmente através dos mecanismos clássicos por via dos quais se exerce o poder burguês, através do veto e do controle sobre os dispositivos do “jogo pluralista de influências”. No seu conjunto, a industrialização brasileira, efetuada com o papel desempenhado pelo Estado, consolidou o poder burguês e, para o conjunto do país, talvez tenha criado condições para que este se exercesse segundo tais mecanismos. O discurso atual da maioria do empresariado indica que a burguesia brasileira vinha buscando recapturar para si as funções que atribuía ao Estado, em nome do atraso.

Em Minas Gerais, o peso do capital estatal, do capital estrangeiro e do de empresas com sede em outros estados confinou o empresariado mineiro a ramos de pouca expressão econômica. A vitória da perspectiva que alimentava colocou-o, pois, como fração regional e dispersa da burguesia brasileira. Era o custo de seu projeto. Nas palavras de Ignácio Delgado, fora a “estratégia de um revés”,³⁴¹ uma vez que a elite “moderna”, sediada em Belo Horizonte consegue, no período estudado, assumir a liderança política e econômica no estado, sobrepujando a elite tradicional da Mata mineira. No entanto, durante os anos 1940 já estava claro seu papel de ator coadjuvante no desenvolvimento capitalista estadual e nacional.

³⁴¹ DELGADO, Ignácio, *op. cit.*, p. 98.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro aspecto que julgamos pertinente abordar nestas considerações finais é aquele relacionado à importância de pesquisas que insiram o universo regional no âmbito do debate historiográfico nacional. Partimos dessa premissa e procuramos nos manter fiéis a ela no desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, a utilização de arsenais relativistas tem produzido sérias distorções no entendimento da realidade e, em consequência, nas práticas políticas. Assim, por exemplo, a naturalização da própria natureza tem retirado o homem da História, em suma, tem produzido uma representação anti-histórica do real, reforçando o determinismo e camuflando quaisquer perspectivas de transformação social.

A entificação do espaço, por sua vez, e sua interpretação autonomizada, tem como consequência os regionalismos reacionários e os bairrismos de toda, ou sem, qualidade. Isto significa dizer que as mediações que asseguram a dominação espacial capitalista estão sendo utilizadas como categorias pretensamente explicativas da realidade para manter o sombreamento da compreensão dos processos sociais: assim tem sido a categoria região, que desloca para um nível geográfico (físico) a determinação de um processo em outras

esferas. Ao contrário, procurando explicar os movimentos históricos o mais aproximadamente possível do que foram, utilizamos o conceito de região no decorrer do texto sob outra ótica. Ao analisar a unidade político-administrativa Minas Gerais, pensamos não em uma só região, mas atravessada por várias regiões, Essa multiplicidade regional influenciou decisivamente o estado em três aspectos: na sua diferenciação interna; nas articulações de interesses de algumas de suas classes sociais no âmbito interno (cafeicultores, comerciantes e industriais de Juiz de Fora, industriais e comerciantes de Belo Horizonte, além das ações de elites políticas das duas cidades durante as décadas de 1920 e 1930); e no contexto externo à Minas (como por exemplo, os interesses das elites belo-horizontinas no projeto de industrialização nacional no pós-30 e as conexões dessas elites com o capital externo).

Assim, podemos detectar os conflitos intra-elites (entre a burguesia juizforana e a burguesia belo-horizontina) ocorridos, sobretudo, durante a década de 1930 e que, ao nosso ver, se constituiu em objeto importante de análise e compreensão do deslocamento do eixo político e econômico experimentado por Minas diante das transformações ocorridas nos cenários político e econômico nacional e internacional a partir de finais dos anos 1920. Tal deslocamento está associado – pensando no processo histórico atual e na inserção de Minas no desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil – às profundas desigualdades espaciais e, por assim dizer, sociais, vivenciadas pelo estado no presente. Daí, a relevância da problemática regional para o trabalho e sua análise logo no início das conclusões finais.

Porém, para analisarmos os aspectos das transformações regionais nos campos político e econômico partimos dos desdobramentos internacionais e nacionais da crise de 1929. Apontamos que esta constitui uma ruptura no padrão de acumulação dos países latino-americanos (o primário-exportador). A profundidade da crise e sua longa duração não mais permitiam a “volta ao passado”, isto é, a manutenção do antigo padrão de consumo e de investimento, e formas de ajustamento passivo para enfrentar a depressão. Nos países onde as elites e o Estado – pressionados ou não por uma potência estrangeira – não tiveram uma atitude ativa em defesa da economia, ocorreu maior regressão da renda e do emprego, e, em alguns casos, a da própria diversificação produtiva alcançada antes da crise.

Já para o período 1929-1937, apesar da profundidade da depressão e da enorme fuga do capital internacional, pudemos contar com maiores graus de liberdade em termos externos.

As economias centrais estavam deprimidas, o comércio e as finanças internacionais desmantelados, sem quaisquer possibilidades de maior articulação para a defesa de seus interesses.

Conforme apontamos no texto, em geral, a maioria dos países latino-americanos havia instalado unidade de transformação industrial. Contudo, os países menores praticamente não ultrapassaram as atividades industriais de beneficiamento agroindustrial, ao passo que os de maior porte haviam consolidado a instalação de outros compartimentos industriais de bens de consumo, como a indústria têxtil, de calçados, vestuário e mobiliário, além de uma química e metalúrgica incipientes e de materiais de construção. Poucos haviam ingressado na produção de cimento e na siderurgia. Obviamente, quanto maior o parque industrial do país, melhor suas condições para internalizar e potencializar os efeitos de uma política de defesa da economia.

Analisando a industrialização latino-americana a partir da crise de 1929, agregamos os países em dois grupos: um, constituído por onze países – Venezuela, Equador, os seis centro-americanos, Cuba, Haiti e República Dominicana – e o outro – México e os demais países sul-americanos, exceção de Bolívia e Paraguai. O primeiro grupo, diferentemente do segundo, não praticou políticas econômicas mais amplas contra a depressão e em defesa do setor produtivo interno. Assim, as medidas praticadas pelo primeiro grupo foram nulas ou modestas se confrontadas com as do segundo grupo, que logo desvalorizaram fortemente o câmbio, suspenderam o pagamento do serviço da dívida, instituíram controles cambiais drásticos e elevaram suas tarifas de importação. Vale ressaltar que somente quando já eram decorridos vários anos da passagem da depressão é que países do primeiro grupo também passaram a instituir políticas desse tipo.

No Brasil, salientamos que a eclosão da crise de 1929 coincidiu com um cenário nebuloso: se por um lado o Instituto do Café conseguia manter os preços do produto através da “política de defesa permanente”. Por outro o governo federal, tendo em vista a campanha sucessória da presidência da República e principalmente sua política econômica deflacionista e de estabilização cambial, deixou de socorrer o Instituto do Café, gerando clima de desconfiança no comércio cafeeiro. O advento da crise de 1929 veio a repercutir pronta e negativamente, agravando a situação do mercado internacional do café.

A manutenção da política econômica federal, que provocou inclusive a baixa do valor-base para o financiamento do café, somente fez propagar o efeito depressivo, precipitando ainda mais a baixa do preço, demonstrando a impossibilidade de se continuar com a política de sustentação cafeeira nos moldes em que estava organizada. A insistência na política de conversibilidade, ainda vigorando em plena crise, faria com que, além da grande fuga de ouro e divisas, gerasse, por isso mesmo, forte redução do meio circulante, que passa de 3,4 para 2,8 milhões de contos entre 1929 e 1930. Dados a estrutura e o funcionamento do sistema bancário da época, esse fato diminuiria as possibilidades de socorro creditício, agravando a crise com a diminuição sensível da liquidez.

A partir, sobretudo, das análises controversas de Celso Furtado e Manuel Peláez examinamos a crise e sua recuperação no âmbito nacional. Apesar da existência de uma extensa literatura a respeito das relações entre café e indústria no Brasil (para o período entre 1929 e 1945), no tocante aos universos regionais tais relações ainda permanecem opacas. Foi isso que procuramos demonstrar. Se, por um lado, há acordo entre as visões keynesiana e liberal acerca da crise da política de sustentação de preços do café, da diversificação agrícola verificada nos anos 1930 e do crescimento da produção industrial no mesmo período, por outro, o papel do governo na recuperação e crescimento do setor industrial permanece como o ponto mais conflitante. Nesse sentido, ao inserirmos Minas Gerais e a zona da Mata nesse debate, utilizamos a teoria dos efeitos encadeadores – os “linkages” –, focando os efeitos da crise e das políticas dos governos federal e estadual nesse universo regional e, por consequência, em seu complexo cafeeiro. Tal teoria procura compreender as conexões entre as estruturas econômicas e as instituições desenvolvidas e seus comportamentos frente aos cenários colocados – no nosso caso os aspectos políticos e econômicos da crise de 1929 em Minas Gerais.

Nos parece nítida a relação estabelecida em Minas entre a crise de 1929 e a do modelo agro-exportador e o triunfo do projeto de especialização industrial manejada pelo governo do estado e as elites belo-horizontinas. Paralelamente ao fortalecimento econômico das praças de São Paulo e Rio de Janeiro, deu-se também um movimento de centralização em âmbito regional, como fruto da estratégia dessa especialização industrial. O benefício esperado, como vimos, era o de alcançar uma polarização interna, contrabalançando a tendência dispersiva da economia estadual. Os custos da estratégia, contudo, devem ser contabilizados, principalmente no que diz respeito ao seu efeito sobre o parque industrial da zona da Mata, que não constava da agenda de prioridades do governo. Podemos dizer que

empreendimentos industriais da Mata mineira – muitos deles originários das décadas de 1880/90, não sobreviveram à pressão combinada dos dois movimentos de centralização, o nacional e o regional.

A melhor ilustração do impacto produzido pelo projeto belo-horizontino de especialização industrial, sem dúvidas, é dada pela trajetória declinante de Juiz de Fora. Núcleo pioneiro da modernização econômica de Minas, Juiz de Fora seguiu, em ponto menor, caminho semelhante ao de São Paulo, como pólo de uma indústria, sobretudo, de bens de consumo e de um sistema financeiro regional, baseados na acumulação cafeeira. Sua elite, sob o Império, se destacou por empreendimentos como a primeira rodovia moderna do país (União e Indústria, em meados do século XIX), a primeira usina hidrelétrica do continente e a criação do Banco de Crédito Real. Formou-se o que chamamos de complexo cafeeiro. O progresso de Juiz de Fora e de outros núcleos industriais da zona da Mata mineira (Cataguazes, Leopoldina, Ubá, Santos Dumont, Além Paraíba, Muriaé e Carangola) decorreu, até 1930, de sua articulação com o centro econômico do país, principalmente pela proximidade e os laços históricos que mantinham com o Rio de Janeiro.

Conforme analisamos, a partir do início da década de 1930, a indústria da Mata se defasou diante da gradual centralização industrial em São Paulo. Concentrada em ramos tradicionais (têxteis e laticínios), ainda que houvesse uma diversificação crescente a partir da década de 1910, ela não se desenvolveu o bastante para conservar sua posição no circuito produtivo do centro dinâmico do país. Óbices infra-estruturais, por sua vez, funcionaram como fatores de estrangulamento, sobretudo no tocante à energia e aos transportes. No tocante à rede viária, Juiz de Fora, por exemplo, possuía boa ligação com os grandes centros (o que a tornava vulnerável à concorrência), mas não com o próprio interior de Minas, que seria, nas circunstâncias, o seu melhor mercado potencial. É paradoxal, quase incompreensível, que a Mata e o sul de Minas, que durante muito tempo compartilharam a liderança econômica e política do estado, tenham se mantido sem comunicação direta até a década de 1960: para ir de uma para à outra era preciso trafegar pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro antes de reingressar em território mineiro.

A implicação deste quadro para o parque industrial da zona da Mata foi sua gradual deterioração, enquanto que contribuiu também para a concentração industrial no eixo São Paulo-Rio, ajudado pela disponibilidade de mercado tão próximo e tão seguro. Com relação a Juiz de Fora, verificamos que, entre 1930 e 1940, faliu a maioria de seus

empreendimentos industriais. Os estabelecimentos de porte pequeno e médio foram os primeiros a sentir os impactos dos novos tempos (entre 1930 e 1935), enquanto que as maiores indústrias declinaram, em grande parte, na segunda metade da década.

Assinalamos, entretanto, que a ausência de soluções oportunas para tais carências de infraestrutura não deve ser tomada automaticamente como explicação do esvaziamento de Juiz de Fora. E nesse ponto consideramos alguns fatores de ordem política. Nossa hipótese, que procuramos demonstrar no trabalho, é a de que esta área foi sacrificada no bojo da estratégia de especialização industrial conduzida pelo governo de Minas (e apoiada pela Associação Comercial de Minas e pela Federação das Indústrias de Minas Gerais), que supunha a canalização preferencial de recursos para a zona centro-metalúrgica e o fortalecimento de Belo Horizonte com pólo econômico. Assim, já sufocada pela concentração industrial em escala nacional, a indústria da Mata se viu em desvantagem também pela concorrência em escala estadual.

Conforme se tratou de escolha política, a possibilidade de revertê-la foi mínima, pois exatamente entre as décadas de 1930 e 1960 a Mata se viu sub-representada politicamente. Juiz de Fora em especial, viveu um longo período de ostracismo, sem nenhum líder expressivo no cenário estadual desde a queda de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada – que se afasta da política após o golpe do Estado Novo em 1937 – até a ascensão de Itamar Franco em meados dos anos 60. O mesmo ocorreu no seio das elites econômicas, onde a outrora influente comunidade empresarial de Juiz de Fora perdeu visibilidade, em contraste com o peso cada vez maior dos interesses radicados em Belo Horizonte – os quais, como vimos, apoiavam ativamente a fórmula da centralização industrial.

A organização da burguesia sediada em Belo Horizonte foi outro ponto que procuramos investigar. A revolução de 1930 abriu um período de transição e de incerteza para todos os atores, inclusiva para a burguesia. Se, de um lado, a queda do velho regime desobstruía o caminho para a modernização, de outro lado os embates ideológicos da época apontavam para caminhos bem diversos dos que as elites vinham percorrendo até então. As manifestações da vanguarda empresarial mineira diante do novo quadro se afinavam com a linha-mestra da liderança nacional do setor (de que os mineiros, aliás, participavam diretamente). Falava-se repetidamente da produção e do trabalho, à semelhança do discurso oficial. E visualizavam-se mudanças sociais, norteadas pelo *ethos* capitalista.

O problema institucional básico se referia ao enquadramento no sistema corporativista definido pelo Governo Provisório. De uma resistência inicial – que refletia a busca de status privilegiado em relação às classes trabalhadoras – passou-se em certo momento à sindicalização em massa de entidades empresariais. Isto se deu, provavelmente, em virtude dos critérios de escolha dos representantes classistas na Constituinte de 1934: só participariam entidades oficializadas. Assim se desenhou um esquema organizacional ambivalente, com o enquadramento de entidades no modelo oficial e a preservação da autonomia de outras, como associações puramente privadas. A Federação das Indústrias foi montada como órgão sindical, ao passo que a Associação Comercial de Minas (tal como suas congêneres nos municípios do interior) se manteve como entidade civil.

Este formato produziu conseqüências relevantes do ponto de vista estratégico. As duas entidades mencionadas, que são as mais influentes da burguesia mineira, passaram a atuar de forma distinta, mas complementar. A FIEMG, orientando-se predominantemente para dentro da classe, organizando o setor industrial e preparando-o para os conflitos com outros setores (por exemplo, com o sindicalismo operário). A ACM, por seu turno, funcionando mais abertamente, como fórum de debates e deliberações sobre política econômica, como grupo de pressão sobre os poderes públicos e como centro de colaboração e divulgação do que se poderia chamar de projeto político empresarial. A complementaridade foi facilitada pela dupla filiação dos dirigentes da indústria, que geralmente pertenciam também à ACM, como por exemplo as duas maiores lideranças da burguesia belo-horizontina de então: Américo René Gianetti e Euvaldo Lodi.

De acordo com nossa análise as iniciativas políticas da ACM, já presentes no decorrer da década de 1920, se ampliaram no pós-1930. O apoio à indicação do interventor federal Benedito Valladares, as indicações de quadros tecnocráticos ligados aos interesses empresariais belo-horizontinos para a administração estadual e as pressões exercidas sobre o governo de Minas após o Congresso de 1935, estão entre essas iniciativas. No entanto, a estratégia vitoriosa de centralização industrial na região centro-metalúrgica, começa a sofrer abalos ao final da década de 1930, sobretudo pela falta de recursos por parte dessa burguesia para se tornar o único sócio do projeto varguista para Minas Gerais. Não houve tempo nem capital suficiente para tanto. Apesar do apoio político da ACM/FIEMG à política econômica dos governos federal e estadual, Vargas optou pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, no estado do Rio, ofuscando o grande projeto da elite belo-horizontina. A partir daí, a entrada de capitais externos na economia mineira se fez

cada vez mais presente, relegando a participação da burguesia da capital a certa posição de coadjuvante. Se, durante a República Velha as elites cafeicultoras nunca conseguiram de fato a hegemonia do aparelho estatal mineiro (ao contrário de São Paulo, onde esta hegemonia realmente se consolidou), agora, no novo modelo econômico nacional, as elites da capital do estado também não conseguiram tal posição.

Estabeleu-se, então, o revés. Em crise, os interesses políticos e econômicos da Mata mineira foram sobrepujados pelos da burguesia belo-horizontina, que, por sua vez, mesmo vitoriosa em seu projeto de centralização e especialização industrial não conseguiu a supremacia desejada. Em outras palavras, menos do que conseguir a hegemonia buscada, o papel desempenhado por essas elites contribuiu para o aprofundamento de Minas como ator secundário no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Retornemos ao início destas conclusões finais. Além da possível contribuição ao caso de Minas Gerais, convém salientar neste trabalho nosso esforço em apontar a relevância de aprofundar o estudo da diversidade regional no Brasil. Esse é um tema que preocupou os nossos clássicos, notadamente Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, e que deve permanecer na agenda dos pesquisadores por sua permanente atualidade. É preciso manter aceso o interesse pelo Brasil como sistema de regiões, tanto no aspecto econômico quanto nos aspectos político, social e cultural, pesquisando-se a relação entre essas esferas. Nesse sentido, pensamos que os estudos de alguns temas acerca de Minas Gerais e da zona da Mata muito contribuiriam para o que estamos apontando. Seria o caso de, por exemplo, pesquisar com maior atenção a história fiscal e tributária de Minas entre 1889 e 1945; a atuação política da Associação Comercial e do Centro Industrial de Juiz de Fora entre 1920 e 1945; a história industrial de Muriaé, Ubá, Carangola e Cataguazes entre 1889 e 1930 e sua relação com o desenvolvimento urbano destas cidades; o processo de eletrificação da zona da Mata no mesmo período através da Companhia Mineira de Eletricidade (CME) e da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina; os impactos para a região da construção da BR-04 (antiga Rio-Bahia, hoje parte integrante da BR-116); o desaparecimento dos estabelecimentos bancários regionais, como o Banco Ribeiro Junqueira; o crescimento da pecuária na região a partir dos anos 1930 e o surgimento de alternativas no setor primário; a aparentemente significativa migração de famílias da Mata para o oeste de São Paulo e o norte do Paraná a partir do início dos anos 1940; os impactos ambientais causados pelo uso intensivo do solo para a produção cafeeira, entre outros estudos.

Com efeito, a trajetória do Brasil tem sido marcada pela dialética entre a primazia do conjunto e a afirmação de suas partes. Isso significa que requerem igual atenção os dois processos, o de integração e o de particularização. Nesta dialética têm lugar as identidades (nacional e regionais). Assim, em nosso estudo, procuramos ressaltar o nexos entre variações econômicas e políticas no processo de modernização, incorporando o problema das identidades regionais como recurso político. No entanto, tais identidades são elementos que devem ser encarados em si mesmos, para compreender o conjunto e sua dinâmica.

Por último, toda essa ordem de questões se torna mais saliente na medida em que ocorre importante interligação de um sistema-mundo, com forte impacto em suas partes. A integração da economia e da política, abordada ao longo do texto, ganha maior realce diante dos rumos da nossa época, que apontam para uma nova fase de separação entre os dois campos. A crise do Estado, característica difusa das últimas três décadas, redundou na construção de um paradigma que dissocia economia e política, reafirmando o absolutismo do mercado. Cabe, neste ponto, recordar Karl Polanyi, cuja apreciação da rota da “sociedade de mercado” permanece, ao nosso ver, bastante atual. A **tensão** entre o mercado e a sociedade, que ele analisa, é aspecto fundamental da história do capitalismo. Pois o fenômeno do desenvolvimento desigual é inerentemente político e para enfrentá-lo com eficácia são necessários instrumentos políticos. Esta é, com certeza, a principal conclusão do presente estudo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1 - Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AH-UFJF):

- Processos de falências de sociedades anônimas e firmas limitadas de Juiz de Fora (ramos industrial, comercial, financeiro e agrícola) – 220 processos – 1920/1040;

1.2 – Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes (SM-BMMM) – Juiz de Fora:

Jornais e revistas de Juiz de Fora:

- “*Minas Gerais*” – 82 edições – 1926/1934;
- “*Diário da Mata*” – 11 edições – 1936 ;
- “*Diário Mercantil*” – 135 edições – 1934/1938;
- “*Revista AC*” – 1 edição – 1964;
- “*Guia Dak JF*” – 2 edições – 1968/1969;
- “*Juiz de Fora – Guia Geral*” – 1 edição – 1950;
- “*Guia da Cidade de Juiz de Fora*” – 1 edição – 1939.

1.3 – Fontes secundárias:

- BRASIL. **Sinopse Estatística do Município de Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, 1950.
- _____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXV Vol. Rio de Janeiro: IBGE/CNG/CNE, 1959.
- PMJF. **Relatório apresentado à Câmara Municipal em 8 de dezembro de 1947 pelo Prefeito Dr. José Procópio Teixeira Filho**. Juiz de Fora: PMJF, 1947.
- _____. **Relatório da Prefeitura Municipal pelo Prefeito Pedro Marques de Almeida – 1931**. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso, 1932.
- SILVEIRA, Victor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

1.4 – Arquivo da Associação Comercial de Juiz de Fora (ACJF):

- *“Gazeta Commercial”* – órgão oficial da ACJF – 403 edições – 1928/1935.

1.5 – Arquivo da Associação Comercial de Minas (ACM) – Belo Horizonte:

- Atas de reuniões da diretoria da ACM – 98 atas – 1928/1930;
- *“Revista Comercial de Minas Gerais”* – 10 edições – 1935/1940.

1.6 – Arquivo da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) – Belo Horizonte:

- *“Revista Mineira de Engenharia”* – 2 edições – 1937/1938.

1.7 – Arquivo Público Mineiro (APM) – Belo Horizonte:

Jornais:

- *“O Diário”* – 3 edições – 1935;
- *“O Debate”* – 8 edições – 1934/1935;
- *“O Estado de Minas”* – 19 edições – 1933/1935;
- *“Diário da Tarde”* – 9 edições – 1933;
- *“Diário de Notícias”* – 1 edição – 1933;
- *“Folha de Minas”* – 5 edições – 1935.

1.8 – Fontes secundárias:

- ALEMG. **As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica**. Belo Horizonte: ALEMG, 1989.
- _____. **Mensagens do Governador Benedito Valladares ao Legislativo Mineiro – 1935/1936**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

- _____. **Anais da Assembléia Constituinte do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936a.
- _____. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936b
- BDMG. **Diagnóstico da Economia Mineira**. Vol. V. – Indústria. Belo Horizonte: BDMG, 1968.
- IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil de 1940 – Censos industriais de Minas Gerais e São Paulo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- MINAS GERAIS. **Anuário Estatístico, (1922-1925)**. Ano II. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura/Imprensa Oficial, 1929.
- _____. **Minas segundo o recenseamento de 1920**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura/Imprensa Oficial, 1921.
- SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS. **Diretorias da Sociedade Mineira de Engenheiros de 1930 a 1994**. Belo Horizonte: SME, 1994.

1.9 – Museu do Banco de Crédito Real S.A. (CREDIREAL) – Juiz de Fora:

- Atas de reuniões da diretoria do CREDIREAL – 12 atas – 1930/1933.

2. Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. *“Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica”*, in: ARBIX, Glauco *et al.* (orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

ABREU, Marcelo de Paiva. **O Brasil e a economia mundial - 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *“Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945”*, in: _____. (org.). **A ordem do progresso**. Cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. 11 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. *“La Argentina y Brasil en los años treinta. Efectos de la política económica internacional británica y estadounidense”*, in: THORP, Rosemary. (org.). **América Latina en los años treinta**. El papel de la periferia en la crisis mundial. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1988.

ACESITA. **Acesita, uma história feita de aço**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra de & NICOL, Robert. **Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola**: as relações de produção na cotonicultura paulista - 1920-1950. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1983.

ALMEIDA, José Américo de. **Eu e eles**. Rio de Janeiro: Nosso Tempo, 1978.

ALMICO, Rita de Cássia. **Fortunas em movimento**: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914, Campinas, Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2001.

ALVARENGA FILHO, José Tostes de. “*Alguns Eventos da História bancária de Juiz de Fora*”, in: BASTOS, Wilson de Lima *et al.* **História econômica de Juiz de Fora** (subsídios). Juiz de Fora: IHGJF, 1987.

_____. **A criação do Banco de Crédito Real e o relacionamento de seus fundadores com o Imperador D. Pedro II**. Juiz de Fora, s. ed., 1976.

ALVES, Márcio Ferrari. **O capital cafeeiro e a gênese do setor industrial**: a experiência do município de Cataguases (M.G.) – 1808 a 1908. Juiz de Fora, Monografia de Bacharelado em Economia, UFJF, 1992.

AMED, Fernando José & NEGREIROS, Plínio Labriola de Campos. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Nobel/SINAFRESP, 2000.

AMORIM, Érika Oliveira. **Carangola**: os reflexos da crise de 1929 numa comunidade cafeeira, Rio de Janeiro, Monografia de Pós-Graduação *Latu Sensu* em História, FIJ, 2003.

ANDRADE, Sílvia Belfort Vilela. **Classe operária em Juiz de Fora**: uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. **Technocracy and development**: the case of Minas Gerais, Ann Arbor, Phd Diss., University of Michigan, 1980.

ARANTES, Luiz Antonio do Valle. **As origens da burguesia industrial de Juiz de Fora – 1858/1912**, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1991.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “*A crise do capitalismo liberal*”, in: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. Vol. II. **O século XX**. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “*Delimitação das conjunturas*”, in: _____. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

AURELIANO, Liana Maria. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BACELLAR, Carlos de Almeida. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas: CMU/EDUNICAMP, 1997.

BACHA, Edmar. **Política brasileira do café**: uma avaliação centenária. Rio de Janeiro: Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda., 1992.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

_____. **The development of the Brazilian steel industry.** Nashville: Vanderbilt University Press, 1969.

BARBOSA, Leila Maria & RODRIGUES, Marisa Timponi. “Juiz de Fora por seus escritores – 1850/2002”, *Orpheus*, n. 6, mai. 2002.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. **Reconstruindo as Minas e planejando as gerais:** os engenheiros e a constituição dos grupos sociais, Campinas, Tese de Doutorado em Sociologia, Unicamp, 1993.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre. **A verdade sobre a revolução de outubro – 1930.** 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

BARROS, Nicélio do Amaral. **De “zona proibida” ao fim das matas virgens:** notas preliminares para uma história ambiental da zona da Mata mineira (1850-1930). São João Del Rey, Universidade Federal de São João Del Rey, 2006. (Anais Eletrônicos).

_____. **História regional, café e indústria:** a zona da Mata mineira. Trabalho apresentado ao XXIII Simpósio da ANPUH. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2005. (Anais Eletrônicos complementares disponíveis em <<http://www.anpuh.uepg.br/anaiscomplementares>>).

BASTOS, Pedro Paulo Zaluth. **A dependência em progresso:** fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil - 1890-1954, Campinas, Tese de Doutorado em Economia, Unicamp, 2001.

BASTOS, Cláudio Albuquerque. **Instituições financeiras de Minas – 1819/1995.** Belo Horizonte, s. ed., 1997.

BASTOS, Wilson de Lima. **Associação Comercial de Juiz de Fora:** centenário (1896-1996). Juiz de Fora: ACJF, 1996.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. “Remember 1930”, *Revista Senhor*, n. 8, 1984: 197-198.

_____. **Valor e capitalismo** (um ensaio sobre a economia política). São Paulo: Brasiliense, 1980.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BIRCHAL, Sergio. **Entrepreneurship and the formation of a business environment in nineteenth - century Brazil:** the case of Minas Gerais, London, Doutorado em Filosofia, London School of Economics, 1994.

BOMENY, Maria Helena. “A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30”, in: GOMES, Ângela de Castro. (org.). **Regionalismo e centralização política.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOTTI, Carlos Alberto Hargreaves. (coord.). **Companhia Mineira de Eletricidade.** Belo Horizonte: CEMIG, 1994.

BOUVIER, Jean. *“A economia: as crises econômicas. A problemática das crises econômicas do século XIX e análises históricas: o caso da França”*, in: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (orgs.). **História: novas abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *“Relaciones entre sistemas bancarios y empresas industriales en el crecimiento europeo del siglo XIX”*, in: VILAR, Pierre *et al.* **Industrialización europea: estadios y tipos**. Barcelona: Editorial Critica, 1981.

BOVOLENTO, Emiliano Alves. **Origem e investimento de capital na indústria moveleira da zona da Mata mineira: 1940/1980**, Juiz de Fora, Monografia de Pós-Graduação *Latu Sensu* em História, UFJF, 2004.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Estatística, 1941.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento de 1920**. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1930.

BUENO, Newton Paulo. **A revolução de 1930: uma sugestão de interpretação baseada na Nova Economia Institucional**. Viçosa, MG: DE/UFV, 2004. (Mimeo).

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**, Campinas, Dissertação de Mestrado em Economia, Unicamp, 1992.

CAFÉ FILHO, João. **Do sindicato ao Catete**. Memórias políticas e confissões humanas. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

CAMERON, Rondo. *“Theoretical bases of a comparative study of the role of financial institutions in the early stages of industrialization”*, in: _____. (org.). **Financing industrialization**. 2 vol. Cambridge: Edward Elgar Publishing, 1992.

_____. **La banca en las primeras fases de industrialización**. Editorial Tecnos: Madrid, 1974.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **A formação da centralidade de Colatina**. Vitória: IHGES, 2004.

CANO, Wilson. **“Crise de 1929”, soberania na política econômica e industrialização**. Campinas, IE/UNICAMP, 2001. (Mimeo.).

_____. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo/Campinas: UNESP/UNICAMP, 1999.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1970/1970-1995**. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *“Dependencia y desarrollo en América Latina”*, in: CEPAL. **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL – textos seleccionados**. Santiago: CEPAL, 1998.

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. **Tramas e fios: a fábrica têxtil em Minas Gerais**, Campinas, Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1986.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel & TAVARES, Maria da Conceição. *"The capitalist export economy in Brazil, 1884-1930"*, in: CONDE, Roberto Cortés & HUNT, Shane. (orgs.). **The Latin American economies: growth and the export sector 1880-1930**. London/New York: Holmes & Meier, 1985.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARONE, Edgar. **A República Velha**. Vol. I – Instituições e classes sociais. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *"Forças Armadas e política, 1930-1945"*, in: CPDOC-FGV. **A Revolução de 30**. Seminário Internacional. Brasília: EDUnB, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. São Paulo: Nacional/Rio de Janeiro: FINEP, 1978.

CARVALHO, Daniel de. **Estudos e depoimentos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Vol 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

CHANCELLOR, Edward. **Salve-se quem puder**. Uma história da especulação financeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos pobres: a belle-époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais - 1889-1964**, Campinas, Dissertação de Mestrado em Economia, Unicamp, 1978.

CRUZ, Carlos Henrique Davidoff. **História e ideologia na década de 30**, Campinas, Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1976.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do Café no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV/Ministério da Agricultura, 1981.

DELGADO, Ignácio. **A estratégia de um revés**. Estado e associações empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DESTRO, José Augusto da Silva. **A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora – 1896-1930**, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2006.

DÍAZ ALEJANDRO, Carlos. *“América Latina en los años treinta”*, in: THORP, Rosemary (org.). **América Latina en los años treinta**. El papel de la periferia en la crisis mundial. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1988.

DIMAND, Robert. *“John Maynard Keynes (1883-1946)”*, in: GLASNER, David. (ed.). **Business cycles and depressions: an encyclopedia**. New York/London: Garland Publishing, 1997.

DIMAND, Robert. *“The debt-deflation theory”*, in: GLASNER, David. (ed.). **Business cycles and depressions: an encyclopedia**. New York and London, Garland Publishing, 1997.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: EDUFMG/PROED, 1981.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. & BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

DOWBOR, Ladislav. *“Tecnologia, globalização e governabilidade”*, in: _____. **A reprodução social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René Armand. **!964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

DUTRA, Eliana de Freitas. (org.). **BH: horizontes históricos**: Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

_____. **Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República**. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: EDUFMG; Brasília: INL, 1988.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **Elusive stability: essays in the history of international finance, 1919-1939**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ESTEVEZ, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 Vol. 10. ed. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. “*Expansão do café e política cafeeira*”, in: _____. (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 11. Tomo III: O Brasil republicano: estruturas de poder e economia, 1889-1930. São Paulo: Difel, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, Sinésio Pires. **Espírito Santo**: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1840-1960, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Economia, UFRJ, 1987.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A crise dos comissários de café no Rio de Janeiro**, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1977.

FIEMG. **Vida Industrial**: aqui começa a história – 50 anos. Belo Horizonte: FIEMG, 1983.

FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna & DINIZ, Clélio Campolina. “Distribuição regional da indústria mineira”, *Nova Economia*, 10, n. 2, 2000: 39-69.

FISHLOW, Albert. “*Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil*”, in: VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, José Roberto Mendonça de. (orgs.). **Formação econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas**: O capitalismo em construção – 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1998.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul - 1850/1920**: um estudo de relações não-capitalistas de produção, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, 1983.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FRIEDMAN, Milton & SCHWARTZ, Anna. **A monetary history of United States**, 1867-1960. Princeton: Princeton University Press, 1963.

FRITSCH, Winston. “*Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930*”, in: ABREU, Marcelo de Paiva. (org.). **A ordem do progresso**. Cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. 11 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. **External constraints on economic policy in Brazil**, 1889-1930. London: Macmillan Press, 1988.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. “Obstáculos políticos ao crescimento econômico do Brasil”, *Revista Civilização Brasileira*, 1, n. 1, 1965.

GALBRAITH, John Kenneth. **A crise econômica de 1929**. Anatomia de uma crise financeira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Vargas**: influência americana e alemã no estado novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

_____. “O processo de industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930”, *Análise e Conjuntura*, 10, n.3, 1980: 144-202.

GOMES, Ângela Maria de Castro. “*Empresariado e Legislação Social na década de 30*”, in: CPDOC-FGV. **A Revolução de 30**. Seminário Internacional. Brasília: EDUnB, 1981.

_____. “*Confronto e compromisso político no processo de institucionalização*”, in: FAUSTO, Bóris. (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil republicano. Tomo 3. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GUDIN, Eugenio. **Princípios de economia monetária**. 9. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, economia e poder no Segundo Reinado**: o caso da sociedade bancária Mauá, MacGregor e Companhia - 1854-1866, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1997.

GURRIERI, Adolfo. (org.). **La obra de Prébisch en la Cepal**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1982.

HABER, Stephen. “Lucratividade industrial e a grande depressão no Brasil: evidências da indústria têxtil de algodão”, *Estudos Econômicos*, 21, n. 2, 1991: p. 257-260.

HADDAD, Cláudio Luiz da Silva. **Crescimento do produto real no Brasil – 1900-1947**. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

HILFERDING, Rudolf. **El capital financiero**. Madrid: Editorial Tecnos, 1963.

HIRSCHMAN, Albert. “*A generalized linkage approach to development, with special reference to staples*”, in: _____. **Essays in trespassing: economics to politics and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

_____. “*Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada*”, in: SORJ, Bernardo *et al.* (orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOBSBAWM, Eric. “A crise geral da economia europeia no século XVII”, in: SANTIAGO, Theo. (org.). **Capitalismo**: transição. São Paulo: Moraes, s.d.

_____. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

HONORATO, Cezar Teixeira & OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. “A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial”, in: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial**: um balanço histórico. São Paulo: Xamã/FFLCH-USP, 1995.

HONORATO, Cezar Teixeira. **O novo estado no Estado Novo**: análise da Interventoria de Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1987.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil - 1930-1970**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IGLÉSIAS, Francisco. “Política econômica do Estado de Minas Gerais (1889-1930)”, in: **V Seminário de Estudos Mineiros**: a República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1977.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

JARDIM, Rachel. **Os anos 40** (a ficção e o real de uma época). 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

KILBOURNE, Richard Holcombe. **Debt, investment, slaves**: credit relations in East Feliciana Parish, 1825-1885. Tuscaloosa and London: University of Alabama Press, 1995.

KINDLEBERGER, Charles Poor. **Manias, pânico e crashes**. Um histórico das crises financeiras. Porto Alegre: Ortiz, 1992.

_____. **The world in depression – 1929 –1939**. London: Penguin Books, 1987.

_____. **La crisis económica – 1929-1939**. Barcelona: Editorial Crítica, 1985a.

_____. **A financial history of Western europe**. London: George Allen & Unwin, 1985b.

KURY, Mário da Gama. **Companhia Vale do Rio Doce – 40 anos**. Rio de Janeiro: CVRD/Nova Fronteira, 1982.

LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LAMOREAUX, Naomi. “Banks, kinship and economic development: the New England case”, *Journal of Economic History*, XLVI, n. 3, sept. 1986.

LEFF, Nathaniel. **Underdevelopment and development in Brazil, 1822-1947**. London: George Allen & Unwin, 1982.

LEMOES, Maurício Borges; DINIZ, Clélio Campolina; GUERRA, Leonardo Pontes; MORO, Sueli. “A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica”, *estudos econômicos*, 33, n. 4, 2003: 665-700.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação** (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842). São Paulo: Símbolo, 1979.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. *“A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”*, in: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano – Vol. 2).

_____. **Política e interesses na industrialização brasileira**: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: EDUFRJ/SEMEC, 1994.

_____. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais - 1870-1920**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LOPES, Lucas. **Memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade do Brasil/EDFGV, 1991.

LOPES DE SÁ, Antônio. **Origens de um banco centenário** (História econômica, administrativa, financeira e contábil do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A). Edição Comemorativa. Belo Horizonte: Credireal, 1990.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**: Vale do Paraíba século XIX. Lorena, SP: Stiliano, 1998.

MARQUES, Adhemar & COLLART, Alzira. **1929**: uma crise que abalou o mundo. Belo Horizonte: Lê, 2000.

MARTINS, Luciano. *“Estado e burocracia: uma rediscussão”*, in: _____. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Pouvoir et développement économique**: formation et évolution des structures au Brésil. Paris: Anthropos, 1976.

_____. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.

MASCARENHAS, Nelson Lage. **Bernardo Mascarenhas**. O surto industrial de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Aurora, 1954.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4. ed. Campinas: Pontes, 1990.

MAURO, Frédéric. “La situation de l’histoire économique à la fin du XXème siècle”, *história econômica & história de empresas*, II, n. I, 1999.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo**. O capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MELO, Hildete Pereira de. “O café e a economia fluminense, 1889/1920”, in: SILVA, Sérgio & SZMERACSÁNYI, Tamás. (orgs.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec/FAPESP/ABPHE, 1996.

MELO FRANCO, Virgílio de. **Outubro**, 1930. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MERCADANTE, Paulo. **Crônica de uma comunidade cafeeira**. Carangola: o vale e o rio. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

MERRICK, Thomas & GRAHAM, Richard. “População e desenvolvimento no Brasil: uma perspectiva histórica”, in: NEUHAUS, Paulo. (coord.). **Economia brasileira**: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MINDLIN, Betty. “O conceito de planejamento”, in: _____. (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MIRANDA, Sônia Regina de. **Cidade, capital e poder**: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1990.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**; senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1975.

MOSCOSO, Leopoldo & BABIANO, José. **Ciclos en política y economía**. Madrid: Pablo Iglesias, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A aliança liberal no discurso da elite política mineira**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1990.

MUELLER, Charles Curt. **Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial**: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.

MULLINEUX, Andy. “Banking and financial regulation”, in: GLASNER, David. (ed.). **Business cycles and depressions**: an encyclopedia. New York and London, Garland Publishing, 1997.

_____. **Business cycles and financial crises**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

NOZOE, Nelson Hideiki. **São Paulo: economia cafeeira e urbanização – estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista - 1889-1933.** São Paulo: IPE/EDUSP, 1984.

O'CONNOR, James. **The fiscal crises of the State.** New York: St. Martin's Press, 1973.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870.** Bauru,SP: EDUSC; Juiz de Fora,MG: Funalfa, 2005.

_____. **Imigração e industrialização: os alemães e italianos em Juiz de Fora – 1854-1920,** Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1991.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. **A pré-indústria fluminense – 1808-1860,** São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 1987.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora.** 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

OLIVEIRA, Paulino de. **Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Lar Católico, s.d.

OLIVEIRA, Almir de. “Os períodos históricos de Juiz de Fora”, *Testemunho*, n. 4, 1998: 41-53.

PACHECO, Jairo Queiroz. **Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – o caso de Juiz de Fora - MG,** São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, USP, 1996.

PANDOLFI, Dulci. “Os anos 1930: as incertezas do regime”, in: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano – Vol. 2).

PASQUINO, Gianfranco. “Crises”, in: BOBBIO, Norberto *et al.* (orgs.). **Dicionário de Política.** Vol.1. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.

PAULA, Hilda Rezende & CAMPOS, Nilo de Araújo. (orgs.). **Clodesmidt Riani: trajetória.** Juiz de Fora: EDUFJF/Funalfa, 2005.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais,** Campinas, Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2001.

PAULA, Jeziel de. **1932: imagens construindo a história.** Campinas: EDUNICAMP/São Paulo: EDUNIMEP, 1998.

PAULA, Maria Carlota de Souza. **As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930-1970,** Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 1976.

PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. "Zona silenciosa da historiografia mineira: a zona da Mata", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, IX, 1962: 189-230.

PELÁEZ, Carlos Manuel. **História econômica do Brasil**. Um elo entre a teoria e a realidade econômica. São Paulo: Atlas, 1979.

_____. "Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café –1906-1945: teoria, política e medição", *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 25, N.4, 1971: 5-211.

_____. "A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira". *Revista Brasileira de Economia*, n. 1, 1968: 15-47.

_____ & SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**: análise da política, comportamento e instituições monetárias. 2. ed. Brasília: EDUnB, 1981.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Bourgeoisie industrielle et capital étranger au Brésil (1956-1977)**. Paris: École Pratique des Hautes Études, 1978.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

PERISSINOTTO, Renato monseff. "*Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920*". In: De LORENZO, Helena & COSTA, Wilma Peres. (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo, UNESP, 1997

_____. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: EDUNICAMP, 1994.

PIRES, Anderson. **Café, bancos e finanças**: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata – 1889-1930, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 2004.

_____. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870-1930**, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1993.

POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo. (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PROCÓPIO FILHO, José. **Salvo erro ou omissão - gente juizforana**. Juiz de Fora: s. ed., 1979.

_____. **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edição do autor, 1973.

RÉMOND, René. "*Do político*". In: _____ (org.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Luiz Cláudio. **O casamento das elétricas capixabas**: um estudo da história da ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – 1951-1968, Niterói, Tese de doutorado em História, UFF, 2003.

_____. **Ofício criador**: invento e patente de máquina de beneficiar café no Brasil - 1870-1910, São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, USP, 1995.

RIBEIRO, João. **Banco de Crédito Real de Minas Gerais** (Gestão de 5 de setembro de 1889 a 30 de junho de 1905). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1925.

RICARDO, David. **Principios de economía política y tributación**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1959.

ROCHA, Haroldo Correa & MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo – 1955-1985. Vitória: FCAA, 1991.

ROSA, Lea Brígida de Alvarenga. **Minério de ferro**: políticas oficiais: planos empresariais. Vitória: IHGES, 1998.

ROTHERMUND, Dietmar. **The global impact of the global depression** (1929-1939). London and New York: Routledge, 1996.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *“Crescimento e consolidação do sistema bancário na década de 1920”*, in: DE LORENZO, Helena & COSTA, Wilma Peres. (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997.

_____. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista – 1850/1930**. São Paulo: IPE/EDUSP, 1986.

_____. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SARAIVA, Luiz Fernando. **Um correr de casas, antigas senzalas**: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870-1900, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2001.

SARETTA, Fausto. *“A política econômica na década de 1920”*, in: De LORENZO, Helena & COSTA, Wilma Peres. (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997.

SCHIMIDT, Conrad. *“Contribución a la teoría de las crisis comerciales y de la sobreproducción”*, in: COLLETTI, Lucio. (org.). **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México, DF: Siglo XXI, 1978.

SEMEGHINI, Ulysses. **Do café à indústria**: uma cidade e seu tempo. Campinas: UNICAMP, 1991.

SILBER, Simão. *“Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929/1939”*, in: VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, José Roberto

Mendonça de. (orgs.). **Formação econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977.

SILVA, Vera Alice Cardoso. “*Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica*”, in: SILVA, Marcos. (org.). **República em migalhas**: história local e regional: São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

SIMONSEN, Roberto e GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento na economia brasileira ao final do Estado Novo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**; análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SIQUEIRA, Maria da Penha. **O Porto de Vitória**: expansão e modernização (1950-1993). Vitória: CODESA, 1994.

SLENES, Robert. **O múltiplo de porcos e diamantes**: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1985.

SODRÉ, Néelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: oficina de Livros, 1990.

_____. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SOUZA, Sônia Maria de. **Além dos cafezais**: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agro-exportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1998.

STARLING, Heloisa Murgel. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

STOLS, Eddy. “*Entrepreneurs belges et luxembourgeois dans modernisation et l’industrialisation du Brasil - 1830-1940*”, p. 1-36, disponível no sítio <http://www.abphe.org.br/textos>.

SUZIGAN, Wilson. “Industrialização brasileira em perspectiva histórica”, *história econômica & história de empresas*, III, n. 2, 2000: 7-25.

_____. **Indústria brasileira**. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. “Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil na década de 30”, *Revista de Economia Política*, 4, n.1, 1984: 132-143.

SZMERACSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil, 1930-1975**. São Paulo: Hucitec/EDUNICAMP, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. "Substituição de importações e desenvolvimento econômico na América Latina", *Dados*, n. 1, 1966: 117-118.

_____. & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "O capital financeiro e a empresa multinacional". *Revista Temas de Ciências Humanas*, n. 9, 1983.

TEMIN, Peter. **Lessons from the great depression**. Cambridge and London: The MIT Press, 1991.

_____. **Did monetary forces cause the great depression?** New York: W. W. Norton, 1976.

TODD, Lewis Paul & CURTI, Merle. **Rise of the american nation**. New York: Harcourt, Brace & World, 1966.

TOYOSHIMA, Silvia Harumi. **Evolução de uma economia periférica: o caso de Minas Gerais**, São Paulo, Dissertação de Mestrado em Economia, USP, 1986.

TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

TRINER, Gail. "Banking, economic growth and industrialization: Brazil, 1906-30", *Revista Brasileira de Economia*, 50, n. 1, 1996: 135-153.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria: São Carlos - 1850-1950**. 2. ed. EDUFSCar, 2000.

VALE, Vanda Arantes do. **A arquitetura da industrialização em Juiz de Fora (1880-1930)**. Juiz de Fora: DEHIS/UFJF, 1993. (mimeo).

VALLADARES, Benedito. **Tempos idos e vividos**. Memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VALVERDE, Orlando. "O estudo regional da zona da Mata de Minas Gerais", *Revista Brasileira de Geografia*, 20, n. 1, 1958: 3-82.

VARGAS, Getúlio. **As diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

VAZ, Alisson Mascarenhas. **Bernardo Mascarenhas: desarrumando o arrumado – um homem de negócios do século XIX**. Belo Horizonte: Cedro e Cachoeira, 2005.

VERSIANI, Flávio Rabelo. "Antes de la depresión: la industria brasileña en los años veinte". In: THORP, Rosemary. (org.). **América Latina en los años treinta**. El papel de la periferia en la crisis mundial. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1988.

_____. "Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914", *Revista Brasileira de Economia*, 34, n.1, 1980.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Wilson. **Decadência da cafeicultura fluminense e seus desdobramentos** - 1850-1929. Curitiba, III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, ABPHE/UFPR, 1999. (Anais Eletrônicos).

VIEIRA, Evantina Pereira. **Minas Gerais: a dominação burguesa – conflitos políticos e formas de organização** - 1927-1940, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 1984.

VILLELA, Anníbal Villanova & SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001.

VILLELA, André. “Tarifas de importação e câmbio na gênese da indústria brasileira”, *história econômica & história de empresas*, III, n. 2, 2000: 27-46.

VISCARDI, Cláudia Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

_____. “Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República”, *Estudos Históricos*, 8, n. 15, 1995: 39-56.

VISCARDI, Cláudia Ribeiro & LOBO, Valéria Marques. **Juiz de Fora 150 anos: a República revisitada**. Juiz de Fora: DEHIS/UFJF, 2000. (mimeo).

WATKINS, Melville. “A staple theory of economic growth”, *Canadian Journal of Economics and Political Science*, 29, n. 2, 1963: 141-158.

_____. “Teoria primária do crescimento econômico”, in: SCHWARTZMAN, Jacques. (org.). **Economia regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977.

WEFFORT, Francisco. **Classes populares e política**. São Paulo: FFLCH/USP, 1968.

WEID, Elisabeth von der *et al.* **Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Industrial do Rio de Janeiro, 1977.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira – 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. “Apogeu e declínio da Comissão Executiva do PRM, 1889-1929”, in: **V Seminário de Estudos Mineiros: a República Velha em Minas**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

WHITAKER, José Maria. **O milagre de minha vida**. São Paulo: Hucitec, 1978.

ANEXOS

Anexo I – Valor da produção de setores industriais de Juiz de Fora – 1938-1939

VALOR DA PRODUÇÃO - JUIZ DE FORA		
ALIMENTAÇÃO	1938	1939
banha	2.327:400\$	2.570:934\$
bebidas	2.533:580\$	2.633:840\$
café	3.211:154\$	2.283:576\$
manteiga	2.795:000\$	2.447:866\$
queijo minas	1.704:600\$	991:899\$
massas	1.865:200\$	1.854:740\$
pães e biscoitos	5.148:549\$	3.994:083\$
F. TECELAGEM		
tecidos algodão	23.497:809\$	13.345:746\$
tecidos malha	12.883:771\$	9.907:984\$
camisas meia	6.114:784\$	5.918:869\$
cobertores	3.428:325\$	3.927:460\$
firos, seda e algodão	3.802:438\$	5.182:455\$
tecidos seda	3.725:448\$	3.093:480\$
FARMACÊUTICOS		
sabão	1.662:371\$	1.515:120\$
COURO		
couros e peles	13.152:674\$	12.043:844\$
calçados	4.997:880\$	3.747:838\$
MADEIRA		
madeira	2.980:200\$	3.159:900\$
esquadrias	1.321:800\$	1.886:870\$
móveis	1.234:974\$	1.623:538\$

METALÚRGICA		
latas estampadas	3.260:256\$	3.322:313\$
const. Rep. Veículos	868:000\$	1.739:185\$
PEPEL E GRÁFICA		
impressos	2.475:609\$	2.518:721\$
papel	2.451:373\$	2.213:668\$
caixas e malas papelão	906:895\$	1.410:574\$

Fonte: PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970*, Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 1976, p. 172.

Anexo II – Produção industrial – Juiz de Fora (quantidades) – 1938-1939

PRODUÇÃO INDUSTRIAL - JUIZ DE FORA - (QUANTIDADES)			
ALIMENTAÇÃO	1938	1939	
banha	630.199 kg	697.240 kg	10,1 +
bebidas	1.481.036 l.	1.347.712 l.	9,2 -
café	1.612.577 kg	1.138.788 kg	29,1 -
manteiga	430.000 kg	438.311 kg	1,9+
queijo minas	568.200 kg	330.663 kg	41,8-
massas	1.426.500 kg	1.419.300 kg	0,5-
pães	3.116.583 kg	2.636.134 kg	15,4-
F. TECELAGEM			
tecidos algodão	19.590.129 m	12.664.551 m	35,3-
tecidos malha	5.732.712 m.	4.751.340 m	17,3-
camisas meia	235.184 dz.	236.387 dz	0,5+
cobertores	685.665 unid	785.492 unid	14,5+
fios	378.577 kg.	470.907 kg	24,3+
tecidos seda	210.450 m.	257.790 m	22,4+
FARMACÊUTICOS			
sabão	1.310.910 kg.	1.262.600 kg	3,6-
COURO			
couro e peles	1.846.829 kg.	1.872.486 kg	1,3+
calçados	981.388 par	1.013.061 par	3,2+
MADEIRA			
madeira	9.936 m ³	10.533 m ³	6,0+
esquadrias	8.821 unid	13.251 unid	50,2+
móveis	15.139 unid	60.228 unid	297,8+
METALÚRGICAS			
latas	815.064 unid	830.578 unid	1,9+
OUTRAS			
papel	2.379.984 kg.	2.767.086 kg	16,2+
caixas e malas de	2.267.239 unid	2.896.687 unid	

papelão

Fonte: PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970*, Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 1976, p. 173.